ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 27 Brasília - DF, terça-feira, 9 de fevereiro de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 5
Ministério das Comunicações 11
Ministério da Defesa 12
Ministério do Desenvolvimento Regional 12
Ministério da Economia 13
Ministério da Educação 22
Ministério da Infraestrutura 24
Ministério da Justiça e Segurança Pública 31
Ministério de Minas e Energia 39
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 46
Ministério da Saúde 46
Ministério do Turismo 52
Controladoria-Geral da União 53
Ministério Público da União 53
Poder Judiciário 54
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 54

..... Esta edição completa do DOU é composta de 56 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.358 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 5358 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARÁ
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, confirmou a medida cautelar e julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade do art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei nº 5.810/1994 do Estado do Pará, fixando a seguinte tese de julgamento: "É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo", nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 20.11.2020 a 27.11.2020.

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCURSO PÚBLICO. LEI ESTADUAL QUE FIXA CRITÉRIO DE DESEMPATE.

1. Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade que impugna norma estadual que define, como critério de desempate em concurso público, a preferência ao servidor do Estado e, persistindo o empate, àquele que contar com maior tempo de serviço ao Estado.

2. Critério que se revela ilegítimo, pois não assegura a seleção do candidato mais capacitado ou experiente, já que favorece o servidor estadual, em detrimento de servidores federais, municipais e de trabalhadores da iniciativa privada que tenham tempo superior de exercício profissional, e ademais desvinculado das aptidões necessárias ao cargo a ser provido.

3. Violação dos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade. Afronta ao disposto no art. 19, III, da CF/88, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a criação de distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

4. Cautelar confirmada e pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade do art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei nº 5.810/1994, do Estado do Pará. Fixada a seguinte tese: "*É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo*".

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.294 **(2)**

ORIGEM	: 6294 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SERGIPE
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - CONAMP
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S)	: ALEXANDRO NASCIMENTO ARGOLO (4104/SE)
AM. CURIAE.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Decisão: O Tribunal, por maioria, converteu o referendo da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito e julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para: 1 - Declarar a inconstitucionalidade das expressões "de entrância final, que estejam no primeiro quinto do quadro geral de antiguidade previsto no art. 37, X, desta Lei", e "(quinze) anos de carreira", constantes do art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 2, de 12 de novembro de 1990, do Estado de Sergipe (com redação dada pela Lei Complementar nº 332, de 31 de outubro de 2019); 2- Conferir interpretação conforme ao referido preceito, de modo que se entenda que a nomeação do Procurador-Geral de Justiça deva ser feita pelo Governador do Estado, com base em lista tríplice encaminhada com o nome de integrantes da carreira, na forma do disposto no art. 128, § 3º, da Constituição Federal, ficando prejudicados os pedidos de reconsideração da decisão monocrática que deferiu a medida cautelar, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Marco Aurélio, Roberto Barroso e Rosa Weber, que julgavam improcedente o pedido. O Ministro Edson Fachin acompanhou o Relator com ressalvas. Falaram: pela requerente, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga; e, pelo interessado Governador do Estado de Sergipe, o Dr. André Luís Santos Meira, Procurador do Estado. Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 21.10.2020 a 26.10.2020.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Referendo da medida cautelar. Conversão em julgamento definitivo de mérito. Expressões contidas no texto do art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 2, de 12 de novembro de 1990, do Estado de Sergipe, com redação dada pela Lei Complementar nº 332, de 31 de outubro de 2019. Formação da lista tríplice para escolha do Procurador-Geral de Justiça. Restrição dos membros elegíveis. Art. 128, § 3º, da Constituição Federal. Contrariedade. Inconstitucionalidade material. Procedência do pedido.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido da necessidade de que os estados observem as balizas normativas estabelecidas pelo art. 128, § 3º, da Carta da República, para a escolha do Procurador-Geral de Justiça (ADI nº 5.653, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, Tribunal Pleno, DJe de 27/09/19; ADI nº 1.962, Rel. Min. **Ilmar Galvão,** Tribunal Pleno, DJ de 1/2/02; ADI nº 452, Rel. Min. **Maurício Corrêa**, Tribunal Pleno, DJ 31/10/02; e ADI nº 2.319 MC, Rel. Min. **Moreira Alves**, Tribunal Pleno, DJ de 9/11/01).

2. A necessária observância do referido procedimento constitucional não decorre apenas do fato de a Constituição de 1988 ser a máxima diretriz de funcionamento das instituições essenciais ao regime democrático, mas também da necessidade de os Ministérios Públicos dos diferentes estados da federação observarem procedimento análogo para a escolha de seus chefes. Sendo o Ministério Público uno, não é razoável que, em determinada unidade federativa, seja franqueada a qualquer dos integrantes da carreira a possibilidade de conduzir a instituição, enquanto, em outras, essa prerrogativa seja restrita apenas a determinado grupo pertencente à carreira.

3. Quando a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público preveem que os Ministérios Públicos dos estados formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, conferem a lei estadual tão somente a disciplina relativa à materialização dessa escolha.

4. São, portanto, materialmente inconstitucionais as normas estaduais que restrinjam a capacidade eleitoral passiva de membros do Ministério Público para concorrerem à chefia de Ministério Público estadual.

5. Ação direta julgada procedente.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 739 **(3)**

ORIGEM	: 739 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S)	: ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPUBLICA
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE VITORINO SILVA (15774/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 13.11.2020 a 20.11.2020.

EMENTA: *AGRAVO REGIMENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL.*

AUSÊNCIA DE DELIBERAÇÃO DO SENADO FEDERAL EM DELIBERAR SOBRE CANDIDATOS AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 2º E AO ART. 130-A DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. PRECEDENTES.

AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

***1.** Incabível arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver, comprovadamente, outro meio processual eficaz para sanar a alegada lesividade a preceito fundamental. Aplicação do princípio da subsidiariedade, que rege essa classe processual. Precedentes.*

***2.** Agravo regimental ao qual se nega provimento.*

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 15, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Incluir os municípios de Abadiânia, Alexânia, Americano do Brasil, Anápolis, Anicuns, Brazabrantes, Campo Limpo de Goiás, Caturaí, Cocalzinho de Goiás, Damolândia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Goiás, Heitoraí, Hidrolândia, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Leopoldo de Bulhões, Mossâmedes, Ouro Verde de Goiás, Padre Bernardo, Petrolina de Goiás, Pirenópolis, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Rosa de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Silvânia, Taquaral de Goiás,Trindade e excluir o município de Morrinhos na Portaria nº 124, de 03 de junho de 2016, que habilita a médica veterinária JULIANA TIZZO, CRMV-GO nº 6999, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS . Processo SEI nº 21020.001772/2016-76.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 15 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 1 - Habilitar o Médico Veterinário JACKSON SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR, CRMV-PR Nº 18911 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.000484/2021-11).

Nº 2 - Habilitar a Médica Veterinária ANDRIELI PAULA LORENCENA, CRMV-PR Nº 10544 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.000485/2021-57).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 3, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Habilitar o Médico Veterinário FERNANDO ANTONIO DA SILVA, CRMV-PR Nº 14400 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.000689/2021-98).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 7, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Cancelar a Habilitação do Médico Veterinário MARCOS VINICIUS ALVES FERREIRA, CRMV-PR Nº 14107, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 316 de 30/06/2017 (Processo nº 21034.000844/2021-76).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIAS DE 29 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 15 - Habilitar a Médica Veterinária IZABELLE REGINA CARVALHO GONÇALVES, CRMV-PR Nº 16942 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.000967/2021-15).

Nº 16 - Habilitar o Médico Veterinário VINICIUS FANHANI, CRMV-PR Nº 11983 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies SUÍNOS no Estado do Paraná (Processo nº 21034.000965/2021-18).

Nº 17 - Habilitar a Médica Veterinária GLACI ADÉLIA KASPER ERTEL, CRMV-PR Nº 18972 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies SUÍNOS no Estado do Paraná (Processo nº 21034.000966/2021-62).

Nº 18 - Habilitar o Médico Veterinário LEONARDO DORNELLES DA ROCHA, CRMV-PR Nº 8595 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies SUÍNOS no Estado do Paraná e REVOGAR a Portaria n° 685, de 20/05/2011 (Processo nº 21034.000964/2021-73).

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 36, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera o Art. 2º da Portaria SAP/MAPA nº 29, de 2 de fevereiro de 2021, que visa "divulgar o resultado da análise documental das solicitações de Licença para venda de raias com fins ornamentais e de aquariofilia, referente ao ano de 2021".

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 29 do Anexo I ao Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Art. 21, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis nº 204, de 22 de outubro de 2008, na Instrução Normativa do Ministério da Pesca e Aquicultura nº 19, de 19 de novembro de 2013, na Portaria SAP/MAPA nº 29, de 2 de fevereiro de 2021, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21000.083516/2020-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 5 (cinco) dias úteis o prazo estabelecido no Art. 2º da Portaria SAP/MAPA nº 29, de 2 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 03 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 2, referente à apresentação dos documentos pendentes pelos interessados, posterior à divulgação do resultado da análise documental das solicitações de emissão da Licença para venda de raias com fins ornamentais e de aquariofilia, referente ao ano de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.008905/2021-31, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, divulga, para fins de proteção de cultivares de BRAQUIÁRIA (Brachiaria brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria decumbens Stapf, Brachiaria dictyoneura (Fig. & De Not.) Stapf; Brachiaria humidicola (Rendle) Schweick.; Brachiaria decumbens Stapf x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x Brachiaria decumbens Stapf; Brachiaria ruziziensis x Brachiaria decumbens x Brachiaria brizantha; e Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo. Ficam revogados os descritores mínimos publicados no D.O.U., de 16/04/2001, exceto para ensaios já iniciados até a data de publicação deste Ato, aos quais é facultado o uso do presente documento. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/forrageiras

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE BRAQUIÁRIA (Brachiaria brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria decumbens Stapf, Brachiaria dictyoneura (Fig. & De Not.) Stapf; Brachiaria humidicola (Rendle) Schweick.; Brachiaria decumbens Stapf x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x Brachiaria decumbens Stapf; Brachiaria ruziziensis x Brachiaria decumbens x Brachiaria brizantha; e Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de braquiária (Brachiaria brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria decumbens Stapf, Brachiaria dictyoneura (Fig. & De Not.) Stapf; Brachiaria humidicola (Rendle) Schweick.; Brachiaria decumbens Stapf x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x Brachiaria decumbens Stapf; Brachiaria ruziziensis x Brachiaria decumbens x Brachiaria brizantha; e Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.459, de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter e a disponibilizar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, amostras vivas da cultivar objeto de proteção, como especificado a seguir:

- 100 g de sementes como amostra de manipulação e exame;
- 100 g de sementes para integrar a coleção de germoplasma; e
- 100 g de sementes mantidas pelo obtentor.

2. As sementes deverão apresentar vigor e boas condições fitossanitárias devendo atender aos critérios estabelecidos nas Regras de Análise de Sementes - R.A.S.

3. As sementes deverão estar isentas de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais, devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deverá ser detalhadamente descrito.

4. A amostra viva deverá ser disponibilizada ao SNPC, após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, a mesma deverá ser disponibilizada.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios devem ser realizados por, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo, em condições ambientais similares. Os dois ciclos de cultivo devem corresponder a dois plantios separados em dois anos distintos.

2. Os ensaios devem ser conduzidos em um único local. Caso nesse local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

PEDRO CESAR NUNES FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral - Interino

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. O delineamento do ensaio deverá possibilitar que plantas, ou suas partes possam ser avaliadas individualmente ou removidas para avaliações, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de cultivo.

4. Os métodos recomendados para observação das características são indicados na segunda coluna da Tabela de Descritores Mínimos, segundo a legenda abaixo:

- MG: mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas;
- MI: mensuração de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente; e
- VG: avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

5. Cada ensaio deverá incluir, no mínimo:

5.1. No caso de cultivares apomíticas, 40 plantas espaçadas, divididas em, no mínimo, duas repetições.

5.2. No caso de cultivares de polinização cruzada, 60 plantas espaçadas, divididas em, no mínimo, três repetições.

6. As observações deverão ser feitas em, no mínimo:

6.1. No caso de cultivares apomíticas, 20 plantas ou partes de cada uma das 20 plantas.

6.2. No caso de cultivares de polinização cruzada, 60 plantas ou partes de cada uma das 60 plantas.

7. Para a descrição da cultivar as avaliações deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, devendo ser desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

8. Para avaliação da homogeneidade de cultivares apomíticas, deverá ser aplicada uma população padrão de 2%, com uma probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra com 40 plantas, será permitido, no máximo, 2 plantas atípicas.

9. Para avaliação da homogeneidade de cultivares de polinização cruzada, deve-se considerar a faixa de variação (desvio padrão) observada por meio de plantas individuais e determinar se é similar à cultivares comparáveis já conhecidas. A cultivar candidata não pode ser significativamente menos homogênea do que as cultivares comparáveis.

9.1 Em alguns casos, para características qualitativas ou pseudoqualitativas, a grande maioria das plantas individuais da cultivar devem ter expressões similares, sendo que plantas com expressões claramente diferentes podem ser consideradas plantas atípicas. Nesses casos, o procedimento de avaliação com base em plantas atípicas é recomendado, e o número de plantas atípicas na cultivar candidata não deve exceder esse número nas cultivares comparadas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a) Lâmina foliar: pubescência (característica 11);
b) Inflorescência: formato da ráquis na seção transversal (característica 15); e
c) Flor: cor do estigma (característica 19).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

- (a)-(b), (+): ver item "IX OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa;
- PQ: Característica pseudo-qualitativa; e
- MG, MI, VG: ver item Capítulo III, item 4.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE BRAQUIÁRIA (Brachiaria brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria decumbens Stapf, Brachiaria dictyoneura (Fig. & De Not.) Stapf; Brachiaria humidicola (Rendle) Schweick.; Brachiaria decumbens Stapf x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x B. brizantha (Hochst. ex A. Rich.) Stapf; Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard x Brachiaria decumbens Stapf; Brachiaria ruziziensis x Brachiaria decumbens x Brachiaria brizantha; e Brachiaria ruziziensis R. Germ. & C. M. Evrard)

Denominação proposta para a cultivar:

Espécie ou tipo de híbrido:

		Característica	Código para cada descrição
1.	VG	Planta: hábito de crescimento	
(+) QN		ereto	1
		semiereto	3
		semi-prostrado	5
		prostrado	7
2.	MI	Planta: altura	
(+) QN	(a)	baixa	3
		média	5
		alta	7
3.	MI	Estolão: comprimento do entrenó	
QN		ausente ou muito curto	1
		curto	3
		médio	5
		longo	7
4.	MI	Colmo: comprimento do entrenó	
(+) QN		curto	3
		médio	5
		longo	7
5.	MI	Colmo: diâmetro	
(+) QN		pequeno	1
		médio	2
		grande	3
6.	VG	Folha bandeira: curvatura	
(+) QN		ausente ou fraca	1
		média	2
		forte	3
7.	MI	Folha bandeira: largura	
(+) QN		estreita	1
		média	2
		larga	3
8.	VG	Folha bandeira: distribuição da pubescência na bainha	
PQ		basal	1
		apical	2
		nas margens	3
		dispersa	4
9.	MI	Lâmina foliar: comprimento	
QN	(b)	curto	3
		médio	5
		longo	7
10.	MI	Lâmina foliar: largura	
QN	(b)	estreita	3
		média	5
		larga	7
11.	VG	Lâmina foliar: pubescência	
QL	(b)	ausente	1
		presente	2
12.	VG	Somente cultivares com pubescência presente: Lâmina foliar: distribuição da pubescência	
PQ	(b)	apenas na face superior	1
		apenas na face inferior	2
		nas margens	3
		nas duas faces	4
13.	VG	Bainha da folha: densidade da pubescência	
QN	(b)	ausente ou esparsa	1
		média	2
		densa	3
14.	MI	Inflorescência: comprimento da ráquis	
(+) QN	(a)	curto	3
		médio	5
		longo	7
15.	VG	Inflorescência: formato da ráquis na seção transversal	
(+) PQ	(a)	triangular	1
		alado	2
		crescente	3
16.	MI	Inflorescência: comprimento dos racemos basais	
(+) QN	(a)	curto	3
		médio	5
		longo	7
17.	MI	Inflorescência: comprimento do pedúnculo	
(+) QN	(a)	curto	3
		médio	5
		longo	7
18.	VG	Espigueta: pubescência	
QN	(a)	ausente ou muito esparsa	1
		esparsa	3
		média	5
		densa	7
19.	VG	Flor: cor do estigma	
PQ		branca	1
		roxa clara	2
		roxa média	3
		roxa escura	4
20.	VG	Gluma: pigmentação antocianínica	
QN	(a)	ausente ou muito fraca	1
		fraca	3
		média	5
		forte	7
21.	MG	Ciclo até o florescimento	
(+) QN		precoce	3
		médio	5
		tardio	7

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Ver formulário na internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS MENSURADAS DA CULTIVAR CANDIDATA E DAS MAIS PARECIDAS

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar ___	Cultivar ___
2. Planta: altura	_____ cm	_____ cm	_____ cm
3. Estolão: comprimento do entrenó	_____ cm	_____ cm	_____ cm
4. Colmo: comprimento do entrenó	_____ cm	_____ cm	_____ cm
5. Colmo: diâmetro	_____ mm	_____ mm	_____ mm
7. Folha bandeira: largura	_____ cm	_____ cm	_____ cm
9. Lâmina foliar: comprimento	_____ cm	_____ cm	_____ cm
10. Lâmina foliar: largura	_____ cm	_____ cm	_____ cm
14. Inflorescência: comprimento da ráquis	_____ cm	_____ cm	_____ cm
16. Inflorescência: comprimento dos racemos basais	_____ cm	_____ cm	_____ cm
17. Inflorescência: comprimento do pedúnculo	_____ mm	_____ mm	_____ mm
21. Ciclo até o florescimento	_____ dias	_____ dias	_____ dias

XI. BIBLIOGRAFIA

1. União Internacional para Proteção das Novas Obtenções Vegetais (UPOV), TG/322/1, Genebra, 2019. Disponível em: https://www.upov.int/test_guidelines/en/fulltext_tgdocs.jsp?q=brachiaria. Acesso em 21/05/2020.

2. Assis, G.M.L. de, Euclydes, R.F., Cruz, C.D. and Valle, C. B. do. 2003: Discriminação de Espécies de Brachiaria Baseada em Diferentes Grupos de Caracteres Morfológicos. R. Bras. Zootec., v.32, n.3, pp.576-584

3. Miles, J. W., Maass, B. L. and Valle, C. B. do. eds., 1996: Brachiaria: Biology, Agronomy, and Improvement. CIAT Publication No. 259

DECISÕES DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a):

Nº 23 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Biological Industries-Nurseries-BI, de Israel, das cultivares de gipsofila (Gypsophila L.), denominadas Passione, Certificado de Proteção nº 20200075 e Adoratta, Certificado de Proteção nº 20200076, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 24 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Danziger Dan Flower Farm, de Israel, da cultivar de gipsofila (Gypsophila L.), denominada Dgypxlence, Certificado de Proteção nº 20140127, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 25 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa BASF S/A, do Brasil, da cultivar de soja (Glycine max (L.) Merr.), denominada FUNDACEP 64RR, Certificado de Proteção nº 20120173, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 26 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Limagrain Brasil S.A., do Brasil, da cultivar de trigo (Triticum aestivum L.), denominada LGSAGA, Certificado de Proteção nº 20190282, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 27 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria-Inia_Uy, Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, do Uruguai, das cultivares de pêssego (Prunus persica (L.) Batsch), denominadas Moscato Tardio, Certificado de Proteção nº 20180097; Moscato Delicia, Certificado de Proteção nº 20180095; e Moscato Blanco, Certificado de Proteção nº 20180093, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 28 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Dinagra Distribuidora Nacional de Gramas Ltda., do Brasil, da cultivar de Paspalum Vaginatum (Paspalum vaginatum Sw.), denominada Conquista, Certificado de Proteção nº 20090170, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-28/DFE-Nº 70, de 17/12/98, publicada no DOU. nº 247 de 24/12/98, seção 1, página nº 17, BS. nº 52 de 28/12/98, que criou o Projeto de Assentamento Boa Vista, localizado no município de Padre Bernardo-GO, código SIPRA DF0067000; com retificação publicada do DOU n° 193 de 06/10/04, seção 1, página 92, onde se lê: "...com área total de 4.380,0339 ha (Quatro mil, trezentos e oitenta hectares, três ares e trinta e nove centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 4.431,6201 (Quatro mil quatrocentos e trinta e um hectares, sessenta e dois ares e um centiares)"... e onde se lê: "... 134 (cento e trinta e quatro) unidades agrícolas familiares"... leia-se:...147 (cento e quarenta e sete)unidades agrícolas familiares.



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.451, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Estabelece os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo Único, incisos I e II da Constituição Federal e o disposto na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e suas alterações posteriores, na Lei nº 11.539, de 9 de novembro de 2007, no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, no Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013, na Portaria Interministerial MP/MCTI nº 428, de 06 de setembro de 2012, e na Portaria SEGEP-MP nº 103 de 12 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e os procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição das seguintes gratificações:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, devida aos servidores pertencentes às carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal da administração central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

II - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, devida aos servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal deste Ministério, pertencentes ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE;

III - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, pertencentes ao quadro de pessoal deste Ministério e optantes pela Estrutura Especial de Remuneração do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, quando lotados no órgão e em exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo; e

IV - Gratificação de Desempenho em Atividades de Infraestrutura - GDAIE, devida aos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior em exercício no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, com vistas a subsidiar a política de gestão de pessoas e o desenvolvimento organizacional.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Portaria, serão considerados:

I - avaliação de desempenho: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional deste Ministério, tendo como referência as metas globais, intermediárias e individuais;

II - avaliação de desempenho institucional: aferição do alcance das metas institucionais, considerados os projetos e atividades prioritárias, e as características específicas das atividades deste Ministério;

III - avaliação de desempenho individual: aferição do desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, consideradas as tarefas e atividades a ele atribuídas para o alcance dos objetivos organizacionais;

IV - chefia imediata: ocupante de cargo de chefia responsável diretamente pela supervisão das atividades e avaliação de desempenho individual de servidor que lhe seja subordinado, ou aquele a quem, formalmente, seja delegada competência;

V - ciclo de avaliação: período de doze meses para realização da avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho deste Ministério e de seus servidores.

VI - Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho: comissão responsável por acompanhar, orientar e supervisionar todas as etapas do processo de avaliação de desempenho e julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais.

VII - dirigente máximo da unidade de avaliação: ocupante do cargo de chefia mais elevado de uma unidade de avaliação, responsável por validar os planos de trabalho e suas apurações;

VIII - equipe de trabalho: conjunto de servidores em exercício na mesma unidade de avaliação, responsáveis por objetivos comuns consignados no plano de trabalho;

IX - fatores de competência: fatores pontuados a partir de critérios pré-definidos de competência, pelos quais se efetua parte da Avaliação de Desempenho Individual do servidor;

X - mapa estratégico: representação visual da estratégia da instituição, dentro de um horizonte de tempo pré-estabelecido;

XI - metas de desempenho institucional: objetivos institucionais mensuráveis, desdobradas em:

a) metas globais: são as metas de desempenho institucional regulamentadas em portaria específica e elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, a Lei Orçamentária Anual - LOA e o mapa estratégico vigente no Ministério; e

b) metas intermediárias: são as metas de desempenho institucional referentes às equipes de trabalho, elaboradas em consonância com as metas globais e o mapa estratégico vigente no Ministério, devendo compor o plano de trabalho de cada unidade de avaliação;

XII - metas de desempenho individual: objetivos individuais mensuráveis, elaborados em consonância com as metas intermediárias;

XIII - plano de trabalho: documento em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação;

XIV - objetivo estratégico: norteia as atividades desenvolvidas ao longo dos anos de vigência do mapa estratégico;

XV - responsável pela unidade de avaliação: titular e suplente, com perfil estratégico, designado pelo dirigente máximo da unidade de avaliação para conduzir as atividades inerentes ao plano de trabalho; e

XVI - unidade de avaliação - UA: unidade administrativa isolada ou subconjunto de unidades administrativas deste Ministério que executem atividades de mesma natureza, definidas conforme o inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Art. 4º As gratificações de desempenho de que trata o art. 1º desta Portaria serão pagas de acordo com a soma dos pontos da avaliação de desempenho individual e da avaliação de desempenho institucional deste Ministério, observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, conforme a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos atribuídos em função do resultado obtido na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos atribuídos em função do resultado obtido na avaliação institucional.

§ 1º Os valores a serem pagos a título de GDACT serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto, constante no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 2º Os valores a serem pagos a título de GDPGPE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto, constante no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 3º Os valores a serem pagos a título de GDACE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto, constante no Anexo XIV da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 4º Os valores a serem pagos a título de GDAIE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos aferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto, constante no Anexo II da Lei nº 11.539 de 08 de novembro de 2007, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 5º As Gratificações de Desempenho de que trata o art. 1º desta Portaria não poderão ser pagas cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo.

Art. 5º As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

Art. 6º Os ciclos de avaliação de desempenho para fins de concessão das Gratificações de Desempenho previstas no art. 1º desta Portaria terão a duração de doze meses, cujo período terá início em 1º março do ano corrente e término no último dia do mês de fevereiro do ano subsequente e compreenderão as seguintes etapas:

I - publicação das metas globais no Diário Oficial da União e divulgação na intranet e no sítio eletrônico do Ministério;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início dos ciclos de avaliação entre a chefia imediata e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais intermediárias;

III - avaliação parcial dos resultados obtidos, realizada seis meses após o início do ciclo de avaliação, para fins de ajustes necessários;

IV - apuração final das pontuações para o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho;

V - publicação do resultado final das metas de desempenho institucional no Diário Oficial da União e das pontuações atribuídas aos servidores no Boletim de Serviço; e

VI - acompanhamento de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional, ao longo do ciclo de avaliação.

Parágrafo único. As avaliações serão processadas no mês de março e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês de abril de cada ano.

Art. 7º Para fins da avaliação de desempenho institucional, nos termos do art. 3º desta Portaria, são consideradas unidades de avaliação:

I - Gabinete do Ministro - GM;

II - Assessoria Especial de Controle Interno - AECI;

III - Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASSIN;

IV - Secretaria-Executiva - SEXEC:

a) Gabinete da Secretaria-Executiva - GABEX;

b) Subsecretaria de Unidades Vinculadas - SUV;

c) Departamento de Governança Institucional - DGI;

d) Departamento de Administração - DAD; e

e) Departamento de Tecnologia da Informação - DTI;

V - Consultoria Jurídica - CONJUR;

VI - Secretaria de Articulação e Promoção da Ciência - SEAPC;

VI - Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos - SEFIP;

VIII - Secretaria de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF; e

VIII - Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI.

Art. 8º As unidades de avaliação deverão indicar, de modo expresso e formal, ao Departamento de Governança Institucional, no mínimo 30 (trinta) dias antes do início de cada ciclo de avaliação, o responsável e suplente pela verificação dos critérios e procedimentos gerais e específicos das avaliações de desempenho.

Parágrafo Único. No caso de haver alterações quanto ao responsável pela unidade de avaliação, esta deverá ser comunicada, de forma expressa e formal, ao Departamento de Governança Institucional, a qualquer tempo.

Art. 9º O estabelecimento das metas seguirá a seguinte sistemática:

I - as metas globais e seus indicadores serão definidos pelas unidades de avaliação, na forma de documento a ser disponibilizado pelo Departamento de Governança Institucional e fixados anualmente por ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, antes do início de cada ciclo de avaliação, devendo:

a) estar em consonância com o PPA, a LDO, a LOA e o mapa estratégico vigente no Ministério, quando couber;

b) serem objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística deste Ministério; e

c) considerar, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores, quando houver.

II - as metas intermediárias e seus indicadores serão definidos pelas unidades de avaliação, na forma de documento a ser disponibilizado pelo Departamento de Governança Institucional e serão fixados anualmente, a partir de critérios objetivos, com base nas metas globais e nos projetos e processos inerentes às competências institucionais das suas respectivas unidades de avaliação, devendo ser divulgadas no Boletim de Serviço por ato do Secretário-Executivo, antes do início de cada ciclo de avaliação; e

III - as metas individuais serão fixadas, a partir de critérios objetivos, com base nas metas intermediárias, nas atribuições do cargo do servidor e/ou nas tarefas e atividades a ele atribuídas e comporão o plano de trabalho composto pelas metas de desempenho individual de cada servidor.

§ 1º As metas intermediárias referidas no inciso II, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho.

§ 2º A fixação das metas deverá trazer a descrição da meta, o objetivo estratégico vinculado, o indicador, a fórmula de cálculo do indicador, sua unidade de medida e a meta prevista para o ciclo.

§ 3º Informações adicionais podem ser requisitadas pelo Departamento de Governança Institucional, a qualquer tempo.

§ 4º Caberá aos responsáveis das unidades de avaliação monitorar as etapas do ciclo vigente e consolidar as avaliações de desempenho institucional para anuência do seu dirigente máximo.

§ 5º Caberá ao dirigente máximo da unidade de avaliação aprovar as metas institucionais e encaminhá-las ao Departamento de Governança Institucional.

§ 6º As metas de que trata este artigo poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o Ministério não tenha dado causa a tais fatores.

§ 7º O Departamento de Governança Institucional prestará apoio às atividades de fixação e revisão das metas institucionais e individuais.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 10. A avaliação de desempenho institucional será feita com base no cumprimento das metas organizacionais, segmentadas em:

I - metas globais; e

II - metas intermediárias.

Art. 11. Os resultados da avaliação parcial da avaliação de desempenho institucional poderão ser divulgados por ato do Secretário-Executivo no Boletim de Serviço.

Art. 12. A apuração da avaliação de desempenho institucional deste Ministério seguirá a seguinte metodologia:

I - o desempenho institucional do Ministério corresponde à média aritmética entre o percentual de atingimento das metas globais e o percentual de atingimento das metas intermediárias;

II - o percentual de atingimento das metas globais corresponde ao somatório dos percentuais apurados das metas globais dividido pelo número total de metas globais; e

III - o percentual de atingimento das meta intermediárias corresponde ao somatório dos percentuais apurados das metas intermediárias dividido pelo número total de metas intermediárias.

Art. 13. À avaliação de desempenho institucional deste Ministério aplicar-se-á a seguinte correlação para obtenção da pontuação institucional que comporá as Gratificações de Desempenho citadas no art. 1º:

Percentual alcançado na Avaliação de Desempenho Institucional	Pontuação Institucional
A partir de 75%	80
De 65 a 74%	70
De 55 a 64%	61
De 45 a 54%	52
De 35 a 44%	43
De 25 a 34%	34
Inferior a 25%	25

CAPÍTULO III

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 14. As unidades de avaliação serão responsáveis pela elaboração do plano de trabalho, composto pelas metas intermediárias de desempenho institucional e pelas metas de desempenho individual, contendo:

I - metas intermediárias de desempenho institucional e metas de desempenho individual propostas;

II - atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

III - critérios e procedimentos de aferição do desempenho individual;

IV - avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

V - apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

§ 1º O plano de trabalho, salvo situações devidamente justificadas, deverá ser firmado no início do ciclo de avaliação e servirá como orientação para todo o ciclo, devendo ser monitorado na avaliação parcial, revisado, no que se fizer necessário, e adotado como parâmetro para a aferição do cumprimento das metas de desempenho intermediárias e individuais.

§ 2º A elaboração do plano de trabalho deverá ser pactuada entre as chefias e suas equipes de trabalho, sob orientação do responsável pela unidade de avaliação e anuência de seu dirigente máximo.

§ 3º Caso não haja a pactuação a que se refere o § 2º deste artigo, caberá à chefia imediata fixar as metas, devendo, para isso, considerar a complexidade e a dependência de decisões externas dos assuntos tratados.

§ 4º O plano de trabalho deverá abranger o conjunto de servidores em exercício na mesma unidade de avaliação, devendo cada servidor individualmente estar vinculado a pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo.

§ 5º Caberá à chefia imediata, no decorrer do ciclo de avaliação, identificar dificuldades encontradas pela unidade para cumprimento das metas intermediárias ou pelos servidores para cumprimento das metas individuais fixadas e revisá-las, caso necessário.

§ 6º Os ajustes de que trata o § 5º deste artigo deverão ser registrados em documento oficial assinado pela autoridade máxima da unidade de avaliação em processo específico, descrevendo e justificando as alterações realizadas.

§ 7º Em caso de movimentação interna do servidor antes de decorridos 6 (seis) meses do ciclo avaliativo, o Departamento de Governança Institucional deverá ser notificado e a chefia imediata de sua nova área de efetivo exercício deverá atualizar as metas individuais do servidor.

Art. 15. São atribuições dos responsáveis pelas unidades de avaliação de que trata o art. 8º desta Portaria:

I - monitorar todas as fases da avaliação, garantindo a efetividade do processo;

II - coordenar a elaboração das metas globais de desempenho institucional, quando couber;

III - coordenar a elaboração das metas intermediárias de desempenho institucional;

IV - consolidar as avaliações de desempenho institucional para anuência do dirigente máximo da unidade de avaliação;

V - prestar orientações aos servidores, às chefias imediatas e à autoridade máxima da unidade de avaliação acerca dos procedimentos de avaliação;

VI - atuar como ponto focal da unidade de avaliação nos assuntos relativos à avaliação de desempenho;

VII - coordenar a avaliação parcial e a apuração final das metas institucionais;

VIII - consolidar os resultados das metas globais e intermediárias da unidade de avaliação e encaminhá-los para anuência da autoridade máxima; e

VI - encaminhar ao Departamento de Governança Institucional a consolidação das metas de desempenho individual recebidas das chefias imediatas, tanto em relação à sua fixação quanto às apurações parcial e final.

Art. 16. São atribuições das chefias imediatas:

I - subsidiar a elaboração das metas globais e intermediárias de desempenho institucional, prestando as informações necessárias;

II - atuar como primeira instância de orientação aos servidores de sua equipe;

III - consolidar a fixação das metas de desempenho individual de seus servidores e encaminhá-las ao responsável pela unidade de avaliação nos prazos definidos nesta portaria; e

IV - consolidar as apurações parcial e final das avaliações individuais de seus servidores e encaminhá-las ao responsável pela unidade de avaliação nos prazos definidos nesta portaria.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE OBTENÇÃO DA PARCELA INDIVIDUAL DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Seção I

Dos aspectos comuns às Gratificações de que trata esta Portaria

Art. 17. A avaliação de desempenho individual será realizada com base em metas individuais, critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho das tarefas e atividades a ele atribuídas.

Art. 18. A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício nas atividades relacionadas ao plano de trabalho por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação.

§ 1º O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade organizacional durante todo o período de avaliação será avaliado pela chefia imediata de onde tiver permanecido por maior tempo.

§ 2º Caso o servidor tenha permanecido durante igual período em unidades organizacionais diferentes no decorrer do ciclo avaliativo, a avaliação deverá ser realizada pela chefia imediata da unidade em que se encontrava no momento de encerramento do período de avaliação.

§ 3º Em caso de afastamentos e licenças considerados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito a percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a gratificação a que faz jus em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada sua primeira avaliação após o retorno.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 5º Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha gerar efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da Gratificação de Desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a até 80 (oitenta) pontos referentes à parcela institucional da avaliação de desempenho deste Ministério, exceto nos casos em que a legislação específica dispuser de forma diversa.

Art. 19. O servidor que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será submetido a processo de capacitação ou de análise de adequação funcional.

§ 1º A análise de adequação funcional visa identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação de desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

§ 2º A capacitação e análise de adequação funcional de que trata o caput, quando referentes à carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior será de responsabilidade do Ministério da Economia.

§ 3º O servidor ativo, beneficiário da GDAIE, que obtiver na avaliação de desempenho pontuação inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo de pontos destinados à avaliação individual, não fará jus à parcela referente à avaliação de desempenho institucional no período.

Art. 20. Os servidores efetivos das carreiras de que trata o art. 1º desta Portaria, quando investidos em cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS ou Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE neste Ministério, farão jus à respectiva gratificação de desempenho da seguinte forma:

I - os ocupantes de DAS ou FCPE, níveis 3, 2 ou 1, serão submetidos à avaliação de desempenho individual e perceberão a gratificação calculada com base no somatório dos resultados auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional; e

II - os ocupantes de cargo de Natureza Especial, em DAS ou FCPE, níveis 6, 5 ou 4, não serão avaliados na dimensão individual e perceberão gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da gratificação de desempenho individual, somado ao resultado da avaliação institucional no período correspondente.

Art. 21. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão ou da função comissionada, o servidor continuará a perceber a gratificação de desempenho a que faz jus em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão ou função comissionada, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Seção II

Dos aspectos específicos da GDACT, GDPGPE e GDACE

Art. 22. Para fins de obtenção do resultado da avaliação de desempenho individual das carreiras de que tratam os incisos I, II e III do art. 1º desta Portaria será considerada a seguinte distribuição:

I - até 50% (cinquenta por cento) referente ao cumprimento das metas de desempenho individual, pactuadas no início do ciclo, totalizando, no máximo, 10 (dez) pontos; e

II - até 50% (cinquenta por cento) referente à avaliação dos fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas, totalizando, no máximo, 10 (dez) pontos.

Parágrafo único. O escore final da avaliação de desempenho individual será obtido pelo somatório dos pontos obtidos nos critérios avaliativos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 23. A avaliação do cumprimento das metas de desempenho individual será feita pela chefia imediata.

§ 1º A nota da avaliação das metas de desempenho individual será mensurada pelo percentual de atingimento das metas pactuadas.

§ 2º Caso o servidor possua mais de uma meta individual pactuada, o resultado será calculado pela média aritmética dos percentuais de atingimento atribuídos às diferentes metas.

§ 3º Ao valor do somatório das notas atribuídas nos termos do § 2º deste artigo, será aplicada a correlação abaixo:

Percentual de Atingimento das Metas de Desempenho Individual	Pontuação Final no Quesito Metas de Desempenho Individual
A partir de 80%	10
De 70% a 79%	9
De 60% a 69%	8
De 50% a 59%	7
De 40% a 49%	6
De 30% a 39%	5
De 20% a 29%	4
De 10% a 19%	3
De 0% a 09%	2

Art. 24. Na avaliação dos fatores de desempenho individual deverão ser consideradas as seguintes competências:

I - produtividade: capacidade de atender às demandas com qualidade e em quantidade apropriada, considerando-se os fatores tempo, emprego de recursos materiais ou financeiros com planejamento e organização;

II - conhecimento de métodos e técnicas: conhecimento, aprofundamento, atualização, senso crítico e proposição de melhorias dos métodos, técnicas e processos inerentes ao seu trabalho;

III - trabalho em equipe: capacidade de trabalhar levando-se em conta a preservação dos relacionamentos, a colaboração com seus pares, a disseminação do senso de coletividade, a abertura aos debates e a capacidade de agregação;

IV - comprometimento com o trabalho: envolvimento com as atividades pelas quais é responsável no sentido de facilitar e contribuir efetivamente para a resolução de problemas e para o alcance das metas institucionais; e

V - cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo: capacidade para observar e cumprir normas e regulamentos, bem como de manter um padrão de comportamento adequado à administração pública.

§ 1º A avaliação dos fatores de competências corresponderá às notas atribuídas pelo próprio avaliado, pela chefia imediata e pelo conjunto de até três integrantes da equipe de trabalho.

§ 2º Para fins de avaliação de cada fator, o servidor, a chefia imediata e a equipe de trabalho deverão considerar os conceitos previstos no caput deste artigo, aos quais serão atribuídas as notas de zero a dez para o servidor avaliado, em que dez corresponde a superar toda e qualquer expectativa e zero corresponde a estar totalmente aquém do esperado.

§ 3º Ao valor do somatório das notas atribuídas nos termos do § 2º deste artigo, será aplicada a seguinte correlação:

Resultado da Avaliação De Fatores de Desempenho Individual	Pontuação Final no Quesito Fatores de Desempenho Individual
De 40 a 50 pontos	10
De 36 a 39 pontos	9
De 32 a 35 pontos	8
De 28 a 31 pontos	7
De 24 a 27 pontos	6
De 20 a 23 pontos	5
De 16 a 19 pontos	4
De 0 a 15 pontos	3

Art. 25. Os servidores não ocupantes de cargos de Natureza Especial, em DAS ou FCPE, níveis 6, 5 ou 4, serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de 15% (quinze por cento);

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de 60% (sessenta por cento); e

III - da média dos conceitos atribuídos pelos demais integrantes da equipe de trabalho, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º O próprio avaliado, a chefia imediata e os integrantes da equipe de trabalho preencherão, cada um, as avaliações, às quais resultarão em uma pontuação única calculada, considerando a proporção prevista nos incisos I, II e III do caput deste artigo e a partir do somatório de todas as notas atribuídas.

§ 2º Caso a equipe de trabalho a que se refere o inciso III do caput deste artigo seja constituída por mais de quatro servidores, a escolha dos avaliadores poderá ser de três servidores para cada servidor avaliado.

§ 3º Em caso de impossibilidade de realização da avaliação da equipe de trabalho a que se refere o inciso III deste artigo, deverão ser consideradas as proporções de 27,5% (vinte e sete e meio por cento) para a autoavaliação e 72,5% (setenta e dois e meio por cento) para a avaliação da chefia imediata.

Art. 26. Os servidores ocupantes de DAS ou FCPE, níveis 3, 2 ou 1, serão avaliados na dimensão individual, a partir:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, na proporção de 15% (quinze por cento);

II - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata, na proporção de 60% (sessenta por cento); e

III - da média dos conceitos atribuídos por todos os subordinados imediatos, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 27. Caberá às chefias imediatas:

I - informar à equipe de trabalho subordinada sobre o início dos procedimentos de avaliação;

II - conduzir as ações relacionadas à avaliação do cumprimento das metas individuais pactuadas com o servidor;

III - indicar os integrantes da equipe de trabalho para avaliar cada servidor;

IV - estabelecer a estratégia para a avaliação individual realizada pelos integrantes da equipe de trabalho; e

V - cumprir os prazos estabelecidos para a avaliação, divulgados pelo Departamento de Governança Institucional.

§ 1º As indicações de que trata o inciso III do caput deste artigo poderão ser realizadas por sorteio, similaridade de atribuições, consenso ou outro critério devidamente justificado.

§ 2º Em caso de exoneração da chefia imediata, o seu substituto eventual ou o dirigente imediatamente superior procederá à avaliação de todos os servidores que lhe foram subordinados.

§ 3º No caso de o servidor se recusar a dar ciência à avaliação, o fato será devidamente registrado em Despacho específico, com as assinaturas do avaliador e de pelo menos duas testemunhas.

Art. 28. Os servidores que fazem jus à GDACT, que não se encontrem em exercício neste Ministério, ressalvado o disposto em legislação específica, somente farão jus à Gratificação de Desempenho correspondente se observadas as seguintes condições:

I - cedido para entidades vinculadas ao seu órgão de lotação, situação na qual perceberá a GDACT com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no seu órgão de lotação;

II - requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou em casos previstos em lei, situação na qual perceberá a GDACT conforme disposto no inciso I do caput deste artigo; e

III - cedido para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados nos incisos I e II do caput deste artigo e investido em cargos de Natureza Especial, de provimento em DAS ou FCPE, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberá a GDACT calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

§ 1º A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I a III do caput deste artigo será:

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo;

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 2º A avaliação individual do servidor alcançado pelos incisos I e II do caput deste artigo será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho de que trata a Portaria Interministerial MP/MCTI nº 428, de 06 de setembro de 2012, não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor.

§ 3º Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, o servidor que faça jus à GDACT continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 29. Os servidores que fazem jus à GDPGPE e GDACE, que não se encontrem em exercício nesse Ministério, ressalvado o disposto em legislação específica, somente farão jus à Gratificação de Desempenho correspondente se observadas as seguintes condições:

I - os cedidos aos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, com fundamento no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no § 2º do art. 19 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981;

II - à disposição de Estado, do Distrito Federal ou de Município, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991;

III - de que trata o art. 21 da Lei nº 8.270, de 1991;

IV - os cedidos nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V - os requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em Lei;

VI - os cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I e investidos em cargos de Natureza Especial, DAS ou FCPE, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes;

VII - os cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal e investidos em DAS ou FCPE, níveis 3, 2 ou 1, em função de confiança, ou equivalentes; e

VIII - os cedidos para entidades vinculadas ao seu órgão de lotação, situação na qual perceberá a gratificação com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no seu órgão de lotação.

§ 1º Os cedidos e requisitados de que tratam os incisos V e VII deste artigo sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança ou que estejam investidos em DAS ou FCPE, níveis 3, 2 ou 1, perceberão a respectiva Gratificação de Desempenho como se estivessem em efetivo exercício neste Ministério.

§ 2º Os cedidos de que trata o inciso VI deste artigo investidos em cargos de Natureza Especial, DAS ou FCPE, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes perceberão a respectiva Gratificação de Desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional deste Ministério no período.

§ 3º A avaliação individual dos servidores a que se refere o § 1º será feita pela chefia imediata com base na avaliação dos fatores de competências.

§ 4º Para a obtenção dos resultados das avaliações de desempenho individual dos servidores referidos no § 1º deste artigo, será comunicada à unidade de recursos humanos do órgão cessionário do início dos procedimentos do ciclo, para que seja apurada a avaliação individual do servidor.

Seção III

Dos aspectos específicos da GDAIE

Art. 30. A avaliação de desempenho para fins de obtenção da parcela individual da GDAIE visa aferir o desempenho dos servidores integrantes da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior no exercício das atribuições do cargo, com foco em sua contribuição individual para o alcance dos objetivos e metas organizacionais definidos por este Ministério.

Parágrafo único. A avaliação será efetuada pela chefia imediata e pelo próprio avaliado, mediante o preenchimento de formulário dando-se ciência do resultado ao servidor e à autoridade imediatamente superior ao avaliador.

Art. 31. Para fins da avaliação do desempenho individual dos servidores da carreira de Infraestrutura, serão considerados os seguintes quesitos:

I - a produtividade, mensurada a partir do cumprimento das metas individuais pactuadas no plano de trabalho com valor máximo de doze pontos; e

II - o desenvolvimento do servidor ocupante do cargo de Analista de Infraestrutura e Especialista em Infraestrutura Sênior, com valor máximo de oito pontos, nos seguintes fatores:

a) capacidade técnica;

b) trabalho em equipe;

c) comprometimento com o trabalho; e

d) cumprimento das normas e procedimentos e de conduta.

Art. 32. Para fins de cálculo da produtividade citada no art. 31, inciso I, será considerada a média aritmética dos percentuais de atingimento de cada meta pactuada, aplicando-se sobre a referida média a correlação estabelecida pela tabela a seguir, para indicar a pontuação do avaliado no quesito produtividade:

Percentual de Atingimento das Metas de Desempenho Individual	Pontuação individual no quesito Produtividade
Acima de 80%	12
De 71% a 80%	10
De 61% a 70%	08
De 51% a 60%	06
De 41% a 50%	04
De 31% a 40%	02
De 00% a 30%	00

Art. 33. Para cada um dos fatores citados no art. 31, inciso II, será atribuída uma nota entre zero e dez e ao valor do somatório das notas atribuídas aos fatores de desempenho será aplicado o percentual de 27,5% (vinte e sete e meio por cento) para a autoavaliação e 72,5% (setenta e dois e meio por cento) para a nota atribuída pela chefia imediata do servidor.

Art. 34. À soma dos resultados de que trata o art. 33, será realizada a correlação estabelecida pela tabela abaixo, para indicar a pontuação final do avaliado nos fatores de desempenho:

Somatório das notas atribuídas aos Fatores de Desempenho	Pontuação individual no quesito Fatores de Desempenho
De 32 a 40	08
De 28 a 31	07
De 24 a 27	06
De 20 a 23	05
De 16 a 19	04
De 12 a 15	03
De 08 a 11	02
De 04 a 07	01
De 00 a 03	00

Art. 35. Os titulares de cargos efetivos de Analista de Infraestrutura e Especialista em Infraestrutura Sênior em exercício neste Ministério, ocupantes de cargos de Natureza Especial, DAS ou FCPE, níveis 6, 5, 4, 3, 2, 1, ou equivalente, quando no exercício de atividades relacionadas aos artigos 2º a 5º do Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013, perceberão a GDAIE conforme os seguintes critérios:

I - aquele investido em DAS ou FCPE, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberá a GDAIE calculada conforme o disposto nos arts. 4º e 6º desta Portaria;

II - aquele investido em cargo de Natureza Especial, DAS ou FCPE, níveis 6, 5, 4 ou equivalente, fará jus à GDAIE calculada com base no valor máximo da parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações disposto no art. 4º desta Portaria; e

III - o ocupante de cargo efetivo da Carreira de Analista de Infraestrutura ou do cargo de Especialista em Infraestrutura Sênior que não se encontre em exercício de atividades relacionadas nos arts. 2º a 5º do Decreto nº 8.107, de 2013, somente fará jus à GDAIE se estiver investido em cargo de Natureza Especial, DAS ou FCPE, níveis 6, 5, 4 ou equivalente, sendo a gratificação calculada com base no resultado do último percentual (pontuação) apurado em avaliação de desempenho institucional do Ministério da Economia.

§ 1º Se ocorrer exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, os servidores referidos no caput deste artigo continuarão a perceber a GDAIE em valor correspondente ao da última pontuação atribuída, até o processamento da sua primeira avaliação após a exoneração.

§ 2º A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício das atribuições dos cargos de Analista de Infraestrutura e Especialista em Infraestrutura Sênior por, no mínimo, dois terços do ciclo de avaliação.

CAPÍTULO V

DOS PRAZOS PARA O PROCESSAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 36. O processamento dos resultado das metas de desempenho institucional está condicionado à observância dos seguintes prazos:

I - do primeiro ao décimo dia útil após o término de cada período avaliativo, os responsáveis pelas unidades de avaliação deverão realizar os procedimentos de apuração e encaminhar os resultados para o Departamento de Governança Institucional, conforme orientação interna;

II - o Departamento de Governança Institucional deverá informar ao Departamento de Administração, até 2 (dois) dias úteis após a publicação de que trata o inciso V do art. 6° desta Portaria, para lançamento do escore obtido no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 37. O processamento dos resultados do ciclo da avaliação de desempenho individual está condicionado à observância dos seguintes prazos:

I - do primeiro ao décimo dia útil após o término de cada período avaliativo, as chefias imediatas deverão realizar os procedimentos de apuração, conforme orientação interna;

II - até o décimo último dia útil do mês subsequente ao que finaliza o ciclo de avaliação, o Departamento de Governança Institucional deverá consolidar o resultado da avaliação de desempenho individual e informar ao Departamento de Administração para o processamento na folha de pagamento.

Art. 38. Até o último dia útil do mês subsequente ao término de cada período avaliativo, o Departamento de Governança Institucional, enviará à unidade de gestão de pessoas do Ministério da Economia:

I - o resultado das avaliações dos Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior, para inclusão em folha de pagamento;

II - os formulários originais da avaliação de desempenho individual dos Analistas de Infraestrutura e Especialistas em Infraestrutura Sênior, assinados pelo avaliado e pelo avaliador; e

III - cópia do ato que divulga o resultado da avaliação de desempenho institucional deste Ministério.

CAPÍTULO VI

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DE RECURSO

Art. 39. O avaliado poderá apresentar Pedido de Reconsideração contra o resultado da avaliação individual, devidamente justificado, no prazo de dez dias, contados a partir da data de assinatura do avaliado no Relatório de Avaliação de Desempenho Individual, sendo facultada a utilização do modelo a ser disponibilizado pelo Departamento de Governança Institucional.

§ 1º O Pedido de Reconsideração deverá ser dirigido ao avaliador, o qual, se não reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará, juntamente com suas razões de fato e de direito, à autoridade superior, que deverá decidir em igual prazo a contar da data de seu recebimento.

§ 2º Na hipótese de indeferimento total ou parcial do Pedido de Reconsideração, o avaliado terá o prazo de 10 (dez) dias contados da data de ciência do ato para interpor Recurso à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho, que o julgará em última instância.

§ 3º O recurso deverá ser interposto perante o Serviço de Avaliações, segundo o modelo de formulário a ser disponibilizado, que conterá:

I - justificativa com parâmetros objetivos, identificando o fator de competência e contestando a pontuação recebida;

II - argumentação clara e consistente; e

III - solicitação de alteração dos pontos atribuídos.

§ 4º O recurso interposto será incluído na pauta de reunião da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho, que deverá apreciá-lo no prazo máximo de 30 (trinta dias), prorrogável por igual período, ante justificativa explícita.

§ 5º O Serviço de Avaliação deverá informar os interessados imediatamente após a decisão da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho com a disponibilização do seu conteúdo, e o resultado final da avaliação deverá ser publicado no Boletim de Serviço.

Art. 40. Considerando os prazos para o pedido de reconsideração e de recurso interposto à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho, a eventual diferença do valor da gratificação será processada na folha de pagamento do mês subsequente ao resultado.

Parágrafo único. O resultado da avaliação de desempenho posterior à análise de recursos, por parte da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho, quando se tratar da carreira de Analista de Infraestrutura e Especialista em Infraestrutura Sênior , deverá ser enviado à unidade de gestão de pessoas do Ministério Economia, tão logo seja dado conhecimento do mesmo às partes envolvidas.

Art. 41. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o prazo para apresentação de pedido de reconsideração e eventual recurso contará a partir da data de retorno.

Art. 42. A ausência de resposta por parte da chefia imediata ou de justificativa para tal ausência, nos prazos estabelecidos por esta Portaria, implicará na concordância tácita com o disposto no pedido de reconsideração apresentado pelo servidor.

Art. 43. A ausência de manifestação por parte do avaliado à resposta de pedido de reconsideração, nos prazos estabelecidos por esta Portaria, implicará em concordância tácita com a decisão manifesta na resposta.

CAPÍTULO VII

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 44. Fica instituída a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, conforme determina o art. 23 do Decreto nº 7.133, de 2010, o art. 27 do Decreto nº 8.107, de 2013, e o art. 23 da Portaria Interministerial MP/MCTI nº 428, de 2012.

Art. 45. A Comissão será integrada por 6 (seis) membros, observada a seguinte composição:

I - 3 (três) membros indicados pelo titular da pasta, sendo que um deles a presidirá;

II - 1 (um) representante do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal - PGPE que faça jus à GDPGPE ou à GDACE, indicado pelo sindicato ou associação de servidores correspondente;

III - 1 (um) representante das carreiras de Ciência e Tecnologia que faça jus à GDACT, indicado pelo sindicato ou associação de servidores correspondente; e

IV - 1 (um) representante da Carreira de Analista de Infraestrutura, que faça jus à GDAIE, indicado pelo sindicato ou associação de servidores correspondente.

§ 1º O titular da pasta definirá entres os seus indicados titulares, quem será o presidente e o vice presidente da comissão.

§ 2º Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos e deverá preencher os mesmos requisitos exigidos do titular.

§ 3º Os membros da Comissão deverão ser servidores efetivos, em exercício neste Ministério, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

§ 4º Os membros da Comissão terão o mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 46. Compete à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho:

I - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual, podendo, a seu critério, manter ou alterar a pontuação final do servidor; e

II - acompanhar o processo de avaliação de desempenho individual e institucional, em todas as suas etapas, e propor soluções para possíveis conflitos.

§ 1º A competência de que trata o inciso I é indelegável.

§ 2º É de responsabilidade da Comissão dar ciência aos resultados dos pedidos de reconsideração.

Art. 47. A Secretaria-Executiva da Comissão será exercida pelo Serviço de Avaliação, a quem compete:

I - prestar suporte técnico, administrativo e logístico;

II - analisar, previamente, os processos que serão submetidos à Comissão;

III - realizar a convocação dos membros;

IV - manter organizada a correspondência;

V - acompanhar os mandatos dos membros do colegiado;

VI - analisar as indicações dos membros de que trata o § 3º do art. 45 desta Portaria, podendo ocorrer solicitação de nova indicação; e

VII - exercer outras atividades pertinentes por solicitação do presidente.

Art. 48. A Comissão reunir-se-á ordinariamente a cada 6 meses e extraordinariamente, por convocação do Presidente, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por correspondência eletrônica oficial.

§ 1º As reuniões serão iniciadas com a presença mínima da metade mais um dos seus membros.

§ 2º A Comissão deliberará por maioria absoluta.

§ 3º Os membros da Comissão que se encontrarem em Brasília se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4º Serão lavradas atas das reuniões do Comitê, nas quais constarão os pontos mais relevante, relação dos presentes e providências solicitadas e, uma vez aprovadas deverá ser assinada pelos presentes, e arquivadas.

§ 5º As atas e listas de presença das reuniões do Comitê, bem como os documentos utilizados em tais reuniões, serão disponibilizados para conhecimento dos membros do Colegiado.

Art. 49. A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 50. É vedada a criação de subcolegiados por esta Comissão.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Para garantir a transparência das ações e a efetividade do processo de avaliação de desempenho, caberá ao Departamento de Governança Institucional o acompanhamento de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional, observadas as seguintes competências:

I - notificar os responsáveis pelas unidades de avaliação do início dos procedimentos de avaliação de desempenho individual e institucional, e divulgar o acesso aos formulários e relatório de avaliação;

II - encaminhar para a devida publicação a fixação e os resultados da avaliação de desempenho institucional;

III - encaminhar os resultados apurados ao Departamento de Administração, para inclusão no SIAPE dos dados referentes ao pagamento da GDACT, GDPGPE e GDACE;

IV - compilar as avaliações de desempenho referentes à GDAIE e enviá-las ao Ministério da Economia para inclusão no SIAPE dos dados referentes ao seu pagamento;

V - dar retorno aos avaliados quanto à necessidade de capacitação a fim de promover o desenvolvimento e análise de adequação funcional de servidores que percebam GDACT, GDPGPE ou GDACE, nos casos em que o resultado da avaliação de desempenho individual for inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima; e

VI - promover, juntamente com as demais unidades do Ministério, ações de melhoria do desempenho do servidor nos casos de necessidade de adequação funcional, treinamento ou movimentação, em articulação com a unidade de avaliação do servidor.

Art. 52. A percepção das gratificações de desempenho citadas no art. 1º desta Portaria por seus beneficiários, conforme avaliação de desempenho, fica condicionada à correção e veracidade dos dados enviados e ao estrito cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 53. Aos servidores são assegurados o acompanhamento e a participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos estabelecidos.

Art. 54. As unidades de pesquisas integrantes da estrutura básica deste Ministério serão responsáveis pela elaboração de suas normas, de seus ciclos de avaliação e dos instrumentos de desenvolvimento individual e institucional.

Art. 55. As dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão tratados pelo Secretário-Executivo.

Art. 56. Revoga-se a Portaria MCTIC nº 2.099, de 19 de abril de 2017.

Art. 57. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020 (*)

A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS (CIBES), no uso da competência que lhe foi outorgada pelo art. 5º, inciso I, da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, e art. 4º, inciso I, do Decreto nº 4.214, de 30 de abril de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização das Diretrizes Gerais para Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados e das Instruções para Realização de Operações de Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados, conforme Anexos I e II.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CIBES nº 17, de 16 de agosto de 2012, publicada no DOU de 29 de novembro de 2012.

Art. 3° Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ANTÔNIO FRAZÃO ARAUJO
Secretário Executivo

ANEXO I

DIRETRIZES GERAIS PARA EXPORTAÇÃO DE BENS RELACIONADOS A MÍSSEIS E SERVIÇOS DIRETAMENTE VINCULADOS

1. FINALIDADE

Estas Diretrizes Gerais estabelecem as normas para o controle de operações de exportação de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, para limitar o risco de proliferação de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), para evitar que itens controlados e suas tecnologias caiam nas mãos de terroristas ou de grupos terroristas, sem contudo impedir programas espaciais nacionais, nem a cooperação internacional associada a tais programas, na medida em que não contribuam para sistemas capazes de transportar armas de destruição em massa.

2. DEFINIÇÕES

2.1. OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO

São consideradas operações de exportação, para efeito das presentes Diretrizes Gerais, as transferências, a partir do território brasileiro, para qualquer destino fora da jurisdição ou controle nacional de qualquer sistema completo de míssil e veículo aéreo não tripulado capaz de transportar armas de destruição em massa, excluindo-se aeronaves tripuladas, e de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, cujo desempenho em termos de carga útil e alcance exceda os parâmetros estabelecidos na Lista de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados, doravante denominada de "Lista".

2.2 TIPOS DE OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO

a) Negociação Preliminar;

Entende-se por negociação preliminar toda e qualquer ação do exportador que anteceda o pedido formal de autorização para exportação.

b) Participação em Licitações;

c) Envio de Amostras;

d) Participação em Feiras e Exposições;

e) Exportação propriamente dita dos bens e serviços, objeto destas Diretrizes Gerais; e

f) Outras operações ou ações que guardem afinidade com a exportação de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados.

2.3. BENS RELACIONADOS A MÍSSEIS E SERVIÇOS DIRETAMENTE VINCULADOS

São considerados bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados os constantes da Lista.

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. Participam da execução do controle de operações de exportação de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados relacionado a estas Diretrizes Gerais e às Instruções constantes no Anexo II os seguintes órgãos:

a) Ministério das Relações Exteriores;

b) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

c) Ministério da Defesa;

d) Ministério da Economia;

e) Ministério da Justiça e Segurança Pública;

f) Agência Espacial Brasileira; e

g) Agência Brasileira de Inteligência.

3.2. Para as operações de exportação relacionadas a estas Diretrizes Gerais, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por meio da Coordenação-Geral de Bens Sensíveis (CGBS), da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (ASSIN), é o coordenador das ações atribuídas aos órgãos participantes destas Diretrizes e das Instruções constantes no Anexo II.

4. COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO

4.1. É da competência do Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, como Secretário-Executivo da Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis, doravante denominada CIBES, de acordo com Capítulo II, Art. 2°, § 4° e Capítulo V, Art. 11, Inciso IV do Regimento Interno da CIBES, a autorização das operações de exportação (anuência ou denegação) de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, constantes da Lista, bem como de outros bens e serviços não abrangidos pela Lista (cláusula catch-all), desde que seja considerado que se destinam, no todo ou em parte, a contribuir para o desenvolvimento, a produção ou a utilização de armas de destruição em massa - nucleares, químicas ou biológicas - ou de sistemas de ataques, inclusive mísseis, carregados com tais armas.

4.2. O pedido de autorização para operação de exportação será submetido à CIBES sempre que o Coordenador-Geral de Bens Sensíveis julgar que implicações políticas, estratégicas ou tecnológicas da exportação devam ser levadas à consideração daquela Comissão. O pedido de autorização para operação de exportação deverá ser levado à consideração do Presidente da República sempre que a CIBES não chegar a uma decisão, bem como nos casos em que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, como órgão coordenador, de acordo com Art. 4°, Parágrafo Único da Lei n.° 9.112, de 10.10.1995, julgar que implicações políticas, estratégicas ou tecnológicas da exportação devam ser levadas à consideração presidencial.

5. ANÁLISE PARA AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO

5.1. A terminologia utilizada nestas Diretrizes Gerais e nas Instruções constantes no Anexo II segue as definições constantes das Diretrizes e do Anexo de Equipamento, Software e Tecnologia do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis - MTCR, bem como da Lista.

5.2. A Lista consiste em duas categorias de itens, que abrangem equipamentos, materiais, software, tecnologias e serviços diretamente vinculados. Os itens da Categoria I, nos quais se incluem na sua totalidade os itens 1 e 2, são os de maior sensibilidade. Se um item da Categoria I está incluído em um sistema, esse sistema será, também, considerado da Categoria I, exceto quando o item incorporado não possa ser separado, retirado ou copiado.

5.3. Será cercada de cautela a consideração de todas as transferências de itens constantes da Lista, que serão analisadas caso a caso.

5.4. Será cercada de especial cautela a consideração de transferências de itens da Categoria I, qualquer que seja seu propósito, e haverá forte presunção no sentido de denegar tais exportações.

5.5. Será, também, cercada de especial cautela a consideração da exportação de quaisquer dos itens da Lista, ou de quaisquer mísseis (constantes ou não da Lista) se o Governo julgar, com base em todas as informações convincentes disponíveis, que eles se destinam ao uso em sistemas capazes de transportar armas de destruição em massa.

5.6. Em princípio, a transferência de instalações para produção de itens da Categoria I não será autorizada.

5.7. A transferência de projeto, tecnologia de produção ou uso, que inclua dados técnicos ou assistência técnica diretamente relacionada a quaisquer dos itens constantes da Lista será submetida a um grau de exame e controle tão minucioso quanto aquele que se aplicaria ao próprio equipamento, dentro dos limites permitidos pela legislação nacional.

5.8. Sempre que uma transferência puder contribuir para um sistema capaz de transportar armas de destruição em massa, o Governo autorizará a transferência de itens constantes da Lista, somente se receber as garantias apropriadas do Governo ou da empresa do Estado recipiendário, conforme a categoria do item a ser exportado, de que:

a) os itens serão utilizados somente para os propósitos indicados e seu uso não será modificado. Nenhum item será, modificado, copiado, reproduzido, reexportado/retransferido, revendido, emprestado, doado ou disponibilizado para uso por terceiros sem o consentimento prévio do Governo brasileiro; e

b) nenhum item, nem suas cópias, réplicas ou derivados serão reexportados/retransferidos, revendidos, emprestados, doados ou disponibilizados para uso por terceiros sem o consentimento prévio do Governo brasileiro.

5.9. Para a efetiva execução destas Diretrizes Gerais, bem como das Instruções constantes no Anexo II, o Governo brasileiro, quando necessário e apropriado, trocará informações relevantes com outros governos que apliquem normas equivalentes.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os órgãos participantes poderão ser consultados sobre a conveniência de uma autorização de operação de exportação.

6.2. Poderão ser exigidos dos exportadores, pela Secretaria-Executiva da CIBES, cópias de contratos de exportação ou outros documentos pertinentes que julgar necessários para subsidiar o deferimento ou a denegação de um pedido de autorização para operação de exportação.

6.3. A Secretaria-Executiva da CIBES disponibilizará, aos órgãos consultados sobre a conveniência de uma operação de exportação, os contratos de exportação ou outros documentos pertinentes que julgar necessários para subsidiar o parecer.

6.4. Os exportadores deverão apresentar, ao Governo brasileiro, garantias consideradas satisfatórias, relativas ao uso ou ao consumo e ao usuário final do item a ser exportado, de acordo com a legislação nacional e os compromissos internacionais, na área de desarmamento e não proliferação relacionados a mísseis, assumidos pelo Brasil.

6.5. Toda documentação relacionada a pedidos de autorização para operações de exportação relacionadas a estas Diretrizes Gerais, bem como às Instruções constantes do Anexo II, desde sua origem, terá classificação sigilosa, de acordo, com a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012 e com o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que estabelecem normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa.

6.6. Sem prejuízo da possibilidade de consulta aos órgãos participantes, mencionada no parágrafo 6.1, a Coordenação-Geral de Bens Sensíveis informará o Ministério das Relações Exteriores a respeito do deferimento ou da denegação de todo pedido de autorização de exportação de bens e serviços na área de mísseis.

6.7. É de competência da CIBES a atualização destas Diretrizes Gerais e dos procedimentos previstos no documento "Instruções para a Realização de Operações de Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados", constante do Anexo II.

6.8. Os casos não previstos nestas Diretrizes Gerais ou nas Instruções constantes do Anexo II, bem como as questões decorrentes de sua aplicação, serão submetidos à CIBES.

ANEXO II

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO DE BENS RELACIONADOS A MÍSSEIS E SERVIÇOS DIRETAMENTE VINCULADOS

1. VALIDADE DAS AUTORIZAÇÕES DE OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO

1.1. As autorizações de operações de exportação de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados são válidas por dois anos, contados da data de sua emissão, podendo ser canceladas a qualquer tempo, caso se modifiquem as condições que as determinaram.

1.2. Em casos especiais, serão concedidos prazos mais longos, após a análise da exposição de motivos apresentada pelo exportador.

1.3. Quaisquer modificações de itens, quantidades e valores já autorizados exigirão a abertura de um novo processo.

2. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2.1.1. Ao Ministério das Relações Exteriores, doravante denominado MRE, compete:

2.1.1.1. Orientar, por meio da Divisão de Produtos de Defesa, do Departamento de Defesa, doravante denominada DIPROD/DDEF/MRE, o exportador sobre os requisitos gerais a atender e sobre a documentação necessária para iniciar o processo do Pedido de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis;

2.1.1.2. Receber do exportador, por meio da DIPROD/DDEF/MRE, toda documentação necessária à operação de exportação pretendida, atribuindo-lhe a classificação sigilosa "RESERVADO";

2.1.1.3. Por meio da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, do Departamento de Defesa, doravante denominada DDS/DDEF/MRE, analisar e emitir parecer sobre a conveniência de cada negociação preliminar para realização de operação de exportação, à luz dos compromissos internacionais de não proliferação do Governo brasileiro e dos objetivos de sua política exterior;

2.1.1.4. Por meio da DIPROD/DDEF/MRE com base em parecer da DDS/DDEF/MRE, autorizar as negociações preliminares para realização de operações de exportação, caso não haja restrições, à luz dos compromissos internacionais de não proliferação do Governo brasileiro e dos objetivos de sua política exterior, esclarecendo ao exportador que essa autorização não significa permissão prévia para exportação;

2.1.1.5. Informar, por meio da DIPROD/DDEF/MRE, à Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis, doravante denominada CGBS/MCTI, sobre cada autorização de negociação preliminar para realização de operação de exportação, encaminhando cópia da referida autorização e da documentação recebida do exportador;

2.1.1.6. Por meio da DIPROD/DDEF/MRE, consultar, de acordo com o caso, os órgãos relacionados no item 3 das Diretrizes Gerais, constantes do Anexo I, bem como outros que julgar necessário, quanto à conveniência da operação de exportação;

2.1.1.7. Por meio da DIPROD/DDEF/MRE, verificar o atendimento, por parte do exportador, das exigências constantes do item 3 destas Instruções;

a) em caso de atendimento, encaminhar a solicitação juntamente com o parecer, à CGBS/MCTI;

b) em caso de não atendimento, orientar o exportador no sentido de satisfazer os requisitos estabelecidos no item 3 destas Instruções.

2.1.1.8. Emitir, por meio da DDS/DDEF/MRE, parecer contrário a qualquer operação de exportação, quando decorrer de decisão unilateral determinada pelo Brasil ou por embargo recomendado por organismo internacional e aceito pelo Brasil;

2.1.1.9. Encaminhar, por meio da DIPROD/DDEF/MRE, à CGBS/ MCTI os Formulários Padrão, com a documentação pertinente, na qual se incluem as vias originais das garantias do importador, para avaliação dos pedidos de operação de exportação de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, e pronunciar-se quanto à conveniência de cada operação de exportação, à luz de parecer da DDS/DDEF/MRE, anexo ao processo, a respeito de sua compatibilidade com os compromissos internacionais de não proliferação do Governo brasileiro e dos objetivos de sua política exterior;

2.1.1.10. Informar, por meio da DIPROD/DDEF/MRE, à CGBS/MCTI, sobre qualquer impedimento, do ponto de vista das relações exteriores, que justifique a suspensão de negociação ou de exportação já autorizada;

2.1.1.11. Cadastrar, por meio da DIPROD/DDEF/MRE, as empresas exportadoras de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, no ato da primeira operação de exportação; e

2.1.1.12. Divulgar, por meio da DIPROD/DDEF/MRE, aos órgãos relacionados no item 3 das Diretrizes Gerais, constantes do Anexo I, informações de interesse sobre a política externa do Brasil e o comércio internacional de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados.

2.2. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

2.2.1. Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, doravante denominado MCTI, por meio da CGBS/MCTI, compete:

2.2.1.1. Coordenar as ações previstas nestas Instruções para o cumprimento, de acordo com a legislação nacional, dos compromissos internacionais, na área de desarmamento e não proliferação relacionados a mísseis, assumidos pelo Brasil;

2.2.1.2. Orientar o exportador sobre as exigências legais, administrativas e outras a cumprir, referentes à área de atribuição do MCTI, bem como sobre a documentação inicial a ser encaminhada ao MRE;

2.2.1.3. Examinar, analisar e avaliar os Pedidos de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis recebidos da DIPROD/DDEF/MRE, em Formulário Padrão, em particular sobre a necessidade de solicitar Declaração de Uso/Usuário Final do Governo do importador, indicando, caso a caso, as garantias correspondentes aos compromissos de não proliferação do Brasil, bem como à aplicação, ao uso ou ao consumo do item sensível;

2.2.1.4. Examinar, analisar e avaliar os Pedidos de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis recebidos da DIPROD/DDEF/MRE, em formulário padrão, para países não-membros do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, doravante denominado MTCR, que deverão conter cuidadosa avaliação político-administrativa, caso a caso, à luz dos compromissos de não proliferação do Governo brasileiro e dos objetivos de sua política exterior;

2.2.1.5. Avaliar os aspectos de natureza científica e tecnológica de operações de exportação pretendidas, dentre outros julgados cabíveis:

a. A proteção de conhecimentos tecnológicos estratégicos, desenvolvidos ou adquiridos pelo Brasil; e

b. O interesse em promover o intercâmbio científico e tecnológico entre órgãos, instituições e empresas brasileiras e estrangeiras.

2.2.1.6. Consultar, quando necessário, os órgãos relacionados no item 3 das Diretrizes Gerais, constantes do Anexo I, quanto à conveniência das operações de exportação;

2.2.1.7. Coordenar eventuais contatos com outros órgãos não elencados como participantes nas Diretrizes Gerais, quando determinada operação de exportação o exigir;

2.2.1.8. Submeter à Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis, doravante denominada CIBES, as solicitações de autorização para operação de exportação, sempre que o Coordenador-Geral de Bens Sensíveis julgar que implicações políticas, estratégicas ou tecnológicas da exportação devam ser levadas à consideração daquela Comissão;

2.2.1.9. Submeter ao Presidente da República, por meio de exposição de motivos, com parecer, as solicitações de autorização para operação de exportação, sempre que a CIBES não chegue a uma decisão e que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, como órgão coordenador, de acordo com Art. 4°, Parágrafo único da Lei n.° 9.112, de 10 de outubro de 1995, julgar que implicações políticas, estratégicas ou tecnológicas da exportação devam ser levadas à consideração presidencial;

2.2.1.10. Autorizar as operações de exportação (anuência ou denegação) de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, constantes da "Lista de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados", doravante denominada "Lista", bem como de outros bens e serviços não abrangidos pela Lista, desde que seja considerado que se destinam, no todo ou em parte, a contribuir para o desenvolvimento, a produção ou a utilização de sistemas de ataque, inclusive mísseis, carregados com armas de destruição em massa - nucleares, químicas ou biológicas (cláusula catch-all);

2.2.1.11. Informar ao exportador, por mensagem eletrônica ou por ofício ostensivos, após análise da documentação disponível e parecer técnico favorável, sobre a decisão de deferimento para o Pedido de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis, orientando-o a submeter o pedido de licença por meio do formulário "Licença de Exportação - Área Nuclear, Mísseis e Biológica", no módulo de Licença, Permissão, Certificados e Outros Documentos, doravante denominado LPCO, no Portal Único do Sistema Integrado de Comércio Exterior, doravante denominado Siscomex;

2.2.1.12. Cientificar o exportador, por ofício reservado, sobre as razões da decisão de denegar o pedido de autorização de operação de exportação ou sobre as eventuais providências que possam viabilizar a transferência;

2.2.1.13. Avaliar, no Siscomex, a consistência das informações apresentadas no pedido de licença de exportação em relação às informações da documentação recebida do MRE (Formulário Padrão e demais documentos), concedendo, se for o caso, deferimento do pedido de licença de exportação no referido sistema;

2.2.1.14. Informar, após deferimento no Siscomex, à DIPROD/DDEF/MRE sobre a efetivação da referida autorização;

2.2.1.15. Informar à DIPROD/DDEF/MRE e ao exportador sobre a suspensão de operação de exportação já autorizada, quando for o caso; e

2.2.1.16. Cadastrar os exportadores de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados, de acordo com o grau de sensibilidade de controle estabelecido nos itens 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6 e 5.7 das Diretrizes Gerais, constantes do Anexo I.

2.3. MINISTÉRIO DA DEFESA

2.3.1. Ao Ministério da Defesa, doravante denominado MD, e aos Comandos da Aeronáutica, Exército e Marinha vinculados àquele Ministério, compete:

2.3.1.1. Emitir parecer quanto à conveniência, bem como quanto a fatores de natureza técnica ou estratégica, de operações de exportação, em particular sobre a proteção de conhecimentos técnicos militares, quando consultados pela CGBS/MCTI ou pelo DDEF/MRE; e

2.3.1.2. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE qualquer impedimento, do ponto de vista técnico ou estratégico, que justifique a suspensão de negociação ou de operação de exportação já autorizada.

2.4. MINISTÉRIO DA ECONOMIA

2.4.1. Ao Ministério da Economia, compete:

2.4.1.1. Por meio da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais:

2.4.1.1.1. Implementar no Siscomex as exigências e os controles administrativos incidentes sobre exportações dos bens referidos nestas Instruções, em articulação com os demais órgãos participantes;

2.4.1.1.2. Orientar o exportador quanto às exigências legais, administrativas e outras a cumprir, referentes à área de atribuição do ME;

2.4.1.1.3. Emitir parecer quanto à conveniência de operações de exportação, seja qual for sua modalidade, quando consultado pela CGBS/MCTI ou pelo DDEF/MRE; e

2.4.1.1.4. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE qualquer impedimento que justifique a suspensão de negociação ou de operação de exportação já autorizada.

2.4.1.2. Por meio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB):

2.4.1.2.1. Fiscalizar e controlar a execução de operações de exportação de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados;

2.4.1.2.2. Orientar o exportador, por meio de solução de consulta, no caso específico de dúvidas a respeito de classificação fiscal de mercadorias;

2.4.1.2.3. Proceder à identificação, quantificação e aferição/certificação de grandezas físicas que constem como parâmetros nas especificações dos itens objeto de operações de exportação; e

2.4.1.2.4. Informar à CGBS/MCTI e ao DDEF/MRE qualquer alteração tanto na identificação, quantificação e especificação de itens que justifique a suspensão de operação de exportação já autorizada.

2.5. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1. Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, doravante denominado MJSP, compete:

2.5.1.1. Emitir parecer quanto à conveniência de operações de exportação, quando consultado pela CGBS/MCTI ou pelo DDEF/MRE;

2.5.1.2. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE qualquer impedimento que justifique a suspensão de negociação ou de operação de exportação já autorizada; e

2.5.1.3. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE sobre a ocorrência de tráfegos internacionais aéreo, terrestre, fluvial ou marítimo ilícitos de armas de destruição em massa e seus vetores, que envolvam empresa ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras em transferências de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados.

2.6. AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

2.6.1. À Agência Espacial Brasileira, doravante denominada AEB, compete:

2.6.1.1. Emitir pareceres quanto a questões ligadas às atividades espaciais, podendo abranger a verificação da conveniência de operações de exportação por meio de consulta encaminhada pela CGBS/MCTI ou pelo DDEF/MRE;

2.6.1.2. Manter informados os órgãos, instituições civis e militares integrantes do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - SINDAE sobre as normas vigentes para a realização de operações de exportação e de serviços constantes da Lista;

2.6.1.3. Adotar junto aos órgãos e instituições civis e militares integrantes do SINDAE, medidas pertinentes, inclusive de caráter preventivo, para a implementação das Diretrizes Gerais para Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados, bem como destas Instruções, no que se refere à transferência de tecnologias constantes da Lista; e

2.6.1.4. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE qualquer impedimento técnico ou científico que justifique a suspensão de negociação ou de operação de exportação já autorizada.

2.7. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

2.7.1. À Agência Brasileira de Inteligência, doravante denominada ABIN, compete:

2.7.1.1. Obter dados e produzir conhecimentos quanto à conveniência de operações de exportação, sob o ponto de vista da Inteligência, quando consultado pela CGBS/MCTI ou pelo DDEF/MRE;

2.7.1.2. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE qualquer impedimento que justifique a suspensão de negociação ou de operação de exportação já autorizada; e

2.7.1.3. Informar à CGBS/MCTI e à DIPROD/DDEF/MRE sobre redes de proliferação de armas de destruição em massa e seus vetores, que envolvam empresa ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras em transferências de bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados.

3. EXECUÇÃO DE OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE BENS RELACIONADOS A MÍSSEIS E SERVIÇOS DIRETAMENTE VINCULADOS

3.1. REQUISITOS GERAIS A SEREM ATENDIDOS POR PARTE DAS EMPRESAS EXPORTADORAS

3.1.1. Cumprir o previsto na legislação relativa ao comércio exterior e atender os seguintes requisitos gerais:

a) Quando fabricante, somente exportar produto ou material de fabricação própria, podendo, no entanto, servir de agente a outras empresas do setor, desde que, por elas devidamente credenciada;

b) Quando Empresa Comercial Exportadora, trading company, estar devidamente credenciada pelo fabricante para a realização da operação; e

c) Estar cadastrado no MRE, no Comando do Exército, Comando da Aeronáutica e no MCTI, de acordo com normas específicas elaboradas por estes órgãos.

3.1.2. Cumprir o previsto na legislação relativa ao controle de exportação de bens sensíveis;

3.1.3. Apresentar as garantias do Governo do país importador (Declaração de Uso/Usuário Final do Governo), quando relacionadas aos processos de exportação de itens da Categoria I, correspondentes aos compromissos de não proliferação do Brasil, bem como à aplicação, ao uso ou ao consumo do item sensível, no momento em que apresentar o Pedido de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis;

3.1.4. Apresentar as garantias da empresa importadora (Declaração de Uso/Usuário Final da empresa), enviadas por via diplomática ou consularizadas por autoridade consular brasileira, quando relacionadas aos processos de exportação de itens da Categoria II, correspondentes aos compromissos de não proliferação do Brasil, bem como à aplicação, ao uso ou ao consumo do item sensível, de acordo com o caso, no momento em que apresentar o Pedido de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis;

3.1.4.1. Quando for julgado conveniente, poderá ser solicitada à empresa exportadora, por intermédio do MRE, a apresentação das garantias do Governo do país importador para exportações de itens da Categoria II.

3.1.5. Preencher o formulário "Licença de Exportação - Área Nuclear, Mísseis e Biológica" no LPCO, no Siscomex, após receber, da CGBS/MCTI, mensagem eletrônica ou ofício ostensivos, sobre a decisão de deferimento para o Pedido de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis, encaminhado pelo MRE; e

3.1.6. Cumprir o previsto na legislação de controle aduaneiro.

3.2. REQUISITOS ESPECÍFICOS A SEREM ATENDIDOS POR PARTE DAS EMPRESAS

3.2.1. Negociação Preliminar

Para o estabelecimento de negociação preliminar o exportador, além de atender o prescrito no item 3.1. destas Instruções, deverá apresentar solicitação ao MRE, em formulário padronizado fornecido por aquele Ministério;

3.2.2. Participação em Licitações

Para participar de licitações, o exportador, além de atender ao prescrito no item 3.1. destas Instruções, deverá:

a) Estar autorizado a estabelecer negociação preliminar com o país promotor da licitação;

b) Apresentar solicitação ao MRE em formulário padrão fornecido por aquele Ministério; e

c) Apresentar documento comprobatório da licitação, seja qual for sua modalidade, emitido pelo país sede da licitação.

3.2.3. Envio de Amostras e Participação em Feiras ou Exposições

Para o envio de amostras e participação em feiras ou exposições o exportador, além de atender ao prescrito no item 3.1. destas Instruções, deverá:

a) Estar autorizado a estabelecer negociação preliminar com o país para o qual serão exportados os bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados;

b) Apresentar solicitação ao MRE em formulário padrão fornecido por aquele Ministério;

c) Fazer retornar ao país as amostras que não venham a ser consumidas ou utilizadas, informando à CGBS/MCTI e ao DDEF/MRE, para fins de controle, quando as amostras/produto tiverem retornado; e

d) Apresentar documento comprobatório, emitido pelo país importador, podendo ser exigida a apresentação de documento que garanta o retorno do produto não consumido ou utilizado.

3.2.4. Exportação de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados

Para exportar qualquer item da Lista o exportador, além de atender ao prescrito no item 3.1. destas Instruções, deverá:

a) Estar autorizado a estabelecer negociação preliminar com o país para o qual serão exportados os bens relacionados a mísseis e serviços diretamente vinculados;

b) Apresentar solicitação ao MRE em formulário padrão fornecido por aquele Ministério;

b.1. o exportador estará dispensado dessa exigência caso a exportação se dê em continuidade a uma operação de licitação já autorizada, de acordo com o prescrito no item 3.2.2. destas Instruções, e não tenha havido alterações no que se refere aos termos previamente aprovados; e

c) Apresentar, junto ao Pedido de Autorização para Exportação de Bens Sensíveis, as garantias do Governo do país importador ou da empresa importadora (Declaração de Uso/Usuário Final), correspondentes aos compromissos de não proliferação do Brasil, bem como à aplicação, uso ou consumo do item sensível, de acordo com o caso, e outros documentos se julgado conveniente pela DDS/DDEF/MRE, dentro dos parâmetros citados no item 5.8. das Diretrizes Gerais, constantes do Anexo I.

(*)Republicada por ter saído com incorreção no original, na numeração dos itens, publicada no DOU nº 26, de 8 de fevereiro de 2021, Seção 1, pág. 17.

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.307/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 238ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de fevereiro de 2021, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.001121/2021-00

Requerente: Hemocord Clínica Médica Ltda.

CNPJ: 07.403.717/0001-23

Endereço: Av. SAP, 151, sala 107 - Prédio Unitec 3 (Tecnosinos) São Leopoldo/RS

Assunto: Solicitação de Parecer para Concessão Inicial de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB - NB-2

Extrato Prévio: 7479/2021, publicado no Diário Oficial da União em 20/01/2021

Decisão: DEFERIDO

Nº de CQB concedido: 543/21

A Responsável Legal da Hemocord Clínica Médica Ltda., Dra. Karolyn Sassi Ogliari, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações da instituição. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.308/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 238ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04/02/2021, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.001249/2021-65

Requerente: Universidade Federal de Santa Maria

CQB: 253/08

Endereço: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, CCS Prédio 26E - ANEXO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA-HUSM salas 175 e 176

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7483/2021, publicado no DOU em 21/01/2021

Decisão: DEFERIDO

A presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal de Santa Maria, Dra. Mônica de Medeiros Silva, solicita à CTNBio parecer técnico para Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para a Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) CCS Prédio 26E - ANEXO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA-HUSM salas 175 e 176 com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.309/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 238ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04/02/2021, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.001628/2021-55

Requerente: Universidade Federal do Ceará- UFC

CQB: 102/99

Endereço: Avenida da Universidade, No 2853, Benfica - Fortaleza/CE
Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM - NB-2
Extrato Prévio:7485/2021, publicado no Diário Oficial da União em 28/01/2021
Decisão: DEFERIDO
A presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal do Ceará- UFC, Dra. Vânia Maria Maciel Melo, solicita à CTNBio parecer técnico para Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para o Biotério do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da instituição; para importação, produção, manutenção e realização de pesquisas com organismos geneticamente modificados da classe de risco 2. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.310/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 238ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04/02/2021, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01245.001135/2021-15
Requerente: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda
CQB: 470/19
Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa
Extrato Prévio: 7481/2020, publicado no Diário Oficial da União em 20/01/2021
Decisão: DEFERIDO
Os Responsáveis da Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., Sr. Lizis K. Lopes e Sr. Fabio Lorea Lawson, solicitam parecer técnico da CTNBio para o desenvolvimento de Estudo Clínico de Fase 3 VAC31518COV3009 (Ensemble 2) de Vacina Recombinante Profilática de COVID-19: VAC31518 (Ad26.COV2.S). No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 10/2021/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndices Confidencial" do referido processo.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.311/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 238ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04/02/2021, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01245.001041/2021-46
Requerente: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda.
CQB: 470/19
Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa.
Extrato Prévio: 7482/2020, publicado no Diário Oficial da União em 20/01/2021
Decisão: DEFERIDO
Os Responsáveis da Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., Sr. Lizis K. Lopes e Sr. Fabio Lorea Lawson, solicitam parecer técnico da CTNBio para o desenvolvimento de Estudo Clínico de Fase 2, VAC31518COV2004, da Vacina Profilática de COVID-19: CAC31518 (Ad26.COV2.S). No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 9/2021/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndices Confidencial" do referido processo.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 10 de janeiro de 2020, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicadas no D.O.U de 23 de janeiro de 2020, Seção 1, página 30, tabela anexa, onde se lê: processo: 53000.015760/2013, serviço: OM, valor R$: 19.451,67, leia-se: processo: 53000.015760/2013, serviço: OM e FM, valor R$: 36.471,88.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 175, DE 8 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53512.000638/2020-99. Outorga autorização para uso de radiofreqüências à AGRO PECUARIA CARVALHO BRITTO S/A, CNPJ nº 27186915000190, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 619, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53512.000004/2021-17. Expede autorização à Viprede Telecomunicacoes Ltda, CNPJ nº 05805349000114, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 771, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 53516.000268/2021-31: Expede à ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, CNPJ nº 79.621.439/0001-91, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 772, DE 5 DE FEVEREIRIO DE 2021

Processo nº 53520.001756/2016-39. Outorgar autorização para uso de Radiofrequência à FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 84.307.974/0001-02, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 773, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 53520.001271/2020-21. Outorgar autorização para uso de Radiofrequência à RADIO TOP LTDA , executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 03.770.169/0001-19, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 813 - Processo nº 53516.000309/2021-99: KARINE MURARO SIMON DE SOUZA, CPF nº ***.037.459-**.

Nº 815 - Processo nº 53516.000361/2021-45: FLAVIO ANTONIO LAZZARI, CPF nº ***.232.489-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Outorga às entidades abaixo relacionadas autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 818 - Processo nº 53516.000290/2021-81: FRISIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, CNPJ 76.107.770/0001-08.

Nº 819 - Processo nº 53516.000298/2021-47: SEGBRAZ - SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ 13.005.502/0001-57.

Nº 820 - Processo nº 53516.000034/2021-93: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, CNPJ 78.640.489/0001-53.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 762, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 53504.008123/2020-36. Decretar extinta, por renúncia, a autorização outorgada à L. C. TORRES ELETRÔNICA - EPP, CNPJ n° 00.138.000/0001-52, FISTEL n° 50010176616, para explorar o Serviço Limitado Privado - submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, bem como extinguir a autorização para uso de radiofreqüência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 800 - Processo nº 53504.007757/2020-71 - João Dall Oca Neves, CPF nº ***.814.258-**;

Nº 801 - Processo nº 53504.007876/2020-24 - Paulo Alexandre Barroca Monteiro, CPF nº ***.628.278-**;

Nº 802 - Processo nº 53504.007896/2020-03 - ADAMANTINA PARTICIPAÇÕES S.A, CNPJ nº 30.499.459/0001-42.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Expede autorização à, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 814 - Processo nº 53504.007781/2020-19 - Iacit Soluções Tecnológicas S.A., CNPJ nº 56.035.876/0001-28;

Nº 822 - Processo nº 53504.007220/2020-10 - ANDRE LUIZ PERRONE DOS REIS, CNPJ nº 08.082.237/0002-51.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 701, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 53545.000677/2020-17. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a RÁDIO XAVANTES DE JACIARA LTDA EPP, CNPJ nº 00.171.728/0001-86, na localidade de Jaciara/MT, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Nº 725. Processo nº 53542.000084/2021-53. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a JOSÉ CARLOS PONTIERI, CPF nº ***.220.618-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 726. Processo nº 53542.000104/2021-96. Expede autorização a MARCOS FULLIN & ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 26.411.530/0001-16, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 728. Processo nº 53542.000105/2021-31. Expede autorização a PG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 02.788.766/0001-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 769, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA-SEMOB, CNPJ: 09.154.915/0001-26, associada à autorização para a execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 770, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Expede autorização a Vítor Brandão da Costa, CPF nº ***.503.862-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.000060/2021-97.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATO Nº 798, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Expede autorização a Douglas Pereira Louzada Neves, CNPJ nº ***.017.132-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.000063/2021-21.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 697, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão. Proc. 53500.064171/2020-44.Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 19/MB/MD, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a dilação do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) prestado pelos Oficiais médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, incorporados no ano de 2020.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea a do § 1º do art. 6º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, combinada com o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o inciso IX do art. 26 do anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, e considerando a necessidade de apoio de saúde aos militares durante o enfrentamento à COVID-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a dilação do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) prestado pelos Oficiais médicos, farmacêuticos e dentistas, incorporados no ano de 2020, pelo período de até 180 dias.

Art. 2º O Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e os Comandantes dos Distritos Navais baixarão os atos complementares necessários ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

PORTARIA Nº 20/MB/MD, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a dilação do tempo do Serviço Militar Inicial (SMI) da 1ª e 2ª Turma de Licenciamento dos conscritos incorporados no ano de 2020.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 6º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, combinado com o § 1º do art. 21 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o inciso IX do art. 26 do anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Autorizar a dilação do tempo de Serviço Militar Inicial (SMI) da 1ª e 2ª Turma de Licenciamento dos conscritos incorporados no ano de 2020, pelo período de até 180 dias.

Art. 2º O Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e os Comandantes dos Distritos Navais baixarão os atos complementares necessários ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
DIRETORIA INDUSTRIAL DA MARINHA
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 21/AMRJ, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Devolve o Prazo de Execução Contratual.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Norma de Licitações, Acordos e Atos Administrativos - NOLAM (SGM-102, 4ª Revisão) e de acordo com o disposto no inciso XIV, artigo 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Devolver o prazo de execução do contrato administrativo nº 41.000/2019-036/00 do Processo de Inexigibilidade, por 199 dias, de 9 de fevereiro de 2021 a 27 de agosto de 2021, cujo objeto é a prestação de serviços de Manutenção de 16.000 horas dos MCA 12 e 21 pertencentes ao NDM Bahia, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram no TJIL N°004/248/2018, firmado com a empresa WÄRTSILÄ BRASIL LTDA., em atendimento à Justificativa Técnica, emitida pelo Encarregado da Divisão de Oficinas de Motores (AMRJ-248), Fiscal do Contrato.

Art. 2º Sendo assim, até o dia 23 de fevereiro de 2020, foram concluídos 105 dias do total de 154 dias inicialmente pactuados, logo, restavam 49 dias para a conclusão do prazo de execução firmado no acordo inicial, porém foi solicitado pelo Fiscal através da Justificativa Técnica supracitada, mais 150 dias, totalizando o total de 199 dias.

Art.3º Devolver o prazo de execução do contrato mencionado, a partir de 9 de fevereiro de 2021, até o dia 27 de agosto de 2021, perfazendo um total de 199 dias restantes.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 9 de Fevereiro de 2021.

Art.5º Revoga-se a Portaria nº 200A, de 21 de aogsto de 2020.

Contra-Almirante (EN) JOSÉ LUIZ RANGEL DA SILVA

Ministério do Desenvolvimento Regional

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 1º da Resolução ANA nº 123, de 16/12/2019, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 12.334, de 20/09/2010, na Resolução CNRH nº 143, de 10/07/2012, e na Resolução ANA nº 132, de 22/02/2016, resolveu aprovar os atos de classificação de barragens quanto ao Dano Potencial Associado, ao:

N° 1 - Departamento de Águas e Energia Elétrica do estado de São Paulo - DAEE, rio Camanducaia, Barragem em construção Duas Pontes, código SNISB 22518, Município de Amparo/SP.

Nº 2 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mantena, córrego do Turvo, Barragem em operação Córrego do Turvo, código SNISB 21856, Município de Mantena/MG.

O inteiro teor do Ato de Classificação de Barragens, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de

17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 192 - JOSE VARELO ALVES, Açude São Gonçalo, Município de Sousa/PB, irrigação, alteração.

Nº 193 - FRANCISCA LOPES ALVES, Açude São Gonçalo, Município de Sousa/PB, irrigação, alteração.

Nº 194 - ADEMIR FERREIRA DA SILVA, Açude São Gonçalo, Município de Marizópolis/PB, irrigação, alteração.

Nº 195 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA, Canal de São Gonçalo, Município de Capão do Leão/RS, irrigação.

Nº 196 - AGROPECUARIA CAMPO BELO LTDA, rio Parnaíba, Município de Benedito Leite/MA, irrigação.

Nº 197 - AGROPECUARIA CAMPO BELO LTDA, rio Parnaíba, Município de Benedito Leite/MA, irrigação.

Nº 198 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, UHE Xingó, Município de Piranhas/AL, abastecimento público.

Nº 199 - ACRIZIO DINIZ JUNQUEIRA, rio Paranã, Município de Nova Roma/GO, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 1.340, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Permuta cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE de mesmo nível e categoria, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica efetivada, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a permuta de um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.2, de Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Administração do Departamento de Gestão Corporativa por uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.2, de Chefe de Divisão de Procuradoria Regional.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser propostas nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do inciso II do art. 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de março de 2021.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo SEI nº 17944.000404/98-51
Interessado: Estado de Alagoas.
Assunto: Décimo-Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 017/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Alagoas, com amparo na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, com fundamento no art. 6º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, autorizo a celebração do aditivo, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento da 102ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, a ser realizada em 25 de fevereiro de 2021, a partir das 10h30, e dia 26 de fevereiro de 2021, às 14h, de forma não presencial, por videoconferência.

I - Pauta Preferencial, com os recursos pautados na 101ª Reunião Ordinária, realizada em 20 e 21 de janeiro de 2021, nos termos do Regimento Interno, parágrafo único do art. 38, da Portaria ME nº 422, de 28 de dezembro de 2020:

1) Processo nº 44011.000868/2017-11

Auto de Infração nº 13/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 109/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Manuela Cristina Lemos Marçal, Sônia Nunes da Rocha Pires Fagundes, Maria Gabriela Miranda Melikian, Pedro Américo Herbst e Guilherme Gonçalves Soares Neto; Recorridos: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Ricardo Berretta Pavie, Humberto Santamaria, Luís Antônio dos Santos, Alexandre Aparecido de Barros, Fernando Pinto de Matos, Carlos Sezínio de Santa Rosa, Wagner Pinheiro de Oliveira, Luís Carlos Fernandes Afonso, Maurício França Rubem, Lício da Costa Raimundo e Mariana Santa Bárbara Vissirini; Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Entidade: PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social; Relator: Paulo Nobile Diniz/Maurício Tigre Valois Lundgren.

Retorno após sobrestamento do julgamento, nos termos do art. 38, parágrafo único do Regimento Interno da CRPC (Anexo da Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011, alterado pela Portaria ME nº 422, de 28 de dezembro de 2020).

2) Processo nº 44011.000074/2017-49

Auto de Infração nº 3/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 219/2018/CGDC/DICOL; Recorrentes: Luís Carlos Fernandes Afonso, Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem, José Genivaldo da Silva, Fernando Mattos, André Luiz Fadel, Jussara Machado Serra, Pedro Américo Herbst, Manuela Cristina Lemos Marçal, Ricardo Berreta Pavie e Viviane Ramos da Cunha; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Klermann de Pennafort Caldas Neto - OAB/RJ nº 196.165; Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Entidade: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS; Relator(a): João Paulo de Souza/Tirza Coelho de Souza.

Retorno após pedido de Vista durante a 101ª RO CRPC, realizada em 20 e 21 de janeiro de 2021.

3) Processo nº 44011.003269/2017-41

Auto de Infração nº 26/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Decisão nº 30/2018/PREVIC; Recorrentes: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Thadeu Duarte Macedo Neto, Silvio Michelutti de Aguiar, Eloir Cogliatti, Luiz Roberto Doce Santos, Paulo Roberto Dias Lopes, Armando Martins Carneiro Lopes e André Luis Azevedo Guedes; Recorridos: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Paulo Vicente Coutinho dos Santos e Marisa Nunes do Amaral; Procuradores: Nathalia Hang Schiatti - OAB/RJ nº 175.344 e Guilherme Loureiro Perocco - OAB/DF nº 21.311; Entidade: Fundo Multipatrocinado - SERPROS; Relator(a): João Paulo de Souza /Tirza Coelho de Souza.

Retorno após cumprimento de diligência na 95ª RO CRPC, realizada em 25 de setembro de 2019.

4) Processo nº 44011.002989/2018-70

Auto de Infração nº 23/2018/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 115/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Milton de Queiroz Garcia, Arno Veiga Cugnier, João Paulo de Souza, Marcos Alberto Durieux da Cunha, João Henrique da Silva, Clenio José Braganholo e Janice Meriz de Souza; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Eduardo Santomauro Silveira Clemente - OAB/RJ nº 69.963 e outros; Entidade: Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS; Relator: Maurício Tigre Valois Lundgren/Paulo Nobile Diniz.

Retorno após cumprimento de diligência na 97ª RO CRPC, realizada em 27 de novembro de 2019.

5) Processo nº 44011.003383/2018-51

Auto de Infração nº 25/2018/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 103/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Christian Perillier Schneider e Luiz Alberto Menezes Barreto; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros; Entidade: Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS; Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira.

Julgamento Conjunto c/ Processo nº 44011.007400/2018-20.

6) Processo nº 44011.007400/2018-20

Auto de Infração nº 38/2018/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 103/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Christian Perillier Schneider e Luiz Alberto Menezes Barreto; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros; Entidade: Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS; Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira.

Julgamento Conjunto c/ Processo nº 44011.003383/2018-51.

7) Processo nº 44011.000209/2016-95

Embargos de Declaração à decisão da 93ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 2019; Embargante: Dilson Joaquim de Morais; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/RJ 169.770 e outros; Entidade: Fundação de Previdência Complementar - FUNDIAGUA; Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira.

8) Processo nº 44011.000234/2017-50

Embargos de Declaração à decisão da 98ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2019; Embargantes: Flávia Roldan Bloomfield Gama, Ricardo Berretta Pavie, Manuela Cristina Lemos Marçal, Luiz Antônio dos Santos, Humberto Santamaria, Sônia Nunes da Rocha Pires Fagundes, Fernando Pinto de Mattos, Carlos Fernando Costa, Wagner Pinheiro de Oliveira, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem e Luís Carlos Fernandes Afonso; Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Entidade: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS; Relator: Maurício Tigre Valois Lundgren/Paulo Nobile Diniz.

9) Processo nº 44011.007927/2017-73

Auto de Infração nº 59/2017/PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 246/2018/CGDC/DICOL; Recorrentes: Marco André Marques Ferreira, Carlos de Lima Moulin, Tania Regina Ferreira, Silvio Assis de Araújo, Toni Cleter Fonseca Palmeira e Artur Simões Neto; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Flavio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051 e outros; Entidade: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER; Relator(a): Elaine Borges da Silva/José Dória Pupo Neto.

Julgamento Conjunto c/ Processos nº 44011.007928/2017-18 e 44011.007966/2017-71.

10) Processo nº 44011.007928/2017-18

Auto de Infração nº 60/2017 /PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 178/2019/CGDC/DICOL; Recorrentes: Marco André Marques Ferreira, Carlos de Lima Moulin, Tania Regina Ferreira, Silvio Assis de Araújo, Toni Cleter Fonseca Palmeira e Daniel Amorim Rangel; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Flavio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051 e outros; Entidade: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER; Relator(a): Elaine Borges da Silva/José Dória Pupo Neto.

Julgamento Conjunto c/ Processos nº 44011.007927/2017-73 e 44011.007966/2017-71.

11) Processo nº 44011.007966/2017-71

Auto de Infração nº 61/2017 /PREVIC; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 245/2018/CGDC/DICOL; Recorrentes: Marco André Marques Ferreira, Carlos de Lima Moulin, Tania Regina Ferreira, Silvio Assis de Araújo, Toni Cleter Fonseca Palmeira e Daniel Amorim Rangel; Recorrida: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Procuradores: Flavio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051 e outros; Entidade: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER; Relator(a): Elaine Borges da Silva/José Dória Pupo Neto.

Julgamento Conjunto c/ Processos nº 44011.007927/2017-73 e 44011.007928/2017-18.

II - Pauta Ordinária

1) Processo nº 44011.004087/2017-97

Embargos de Declaração à decisão da 97ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União, em 10 de dezembro de 2019; Embargantes: André Buscácio de Sousa, Luciano Pereira Varanis, Miguel Alexandre da Conceição David, Rodrigo Távora Sodré, Maria Aparecida Donô, Carlos Frederico Aires Duque e Alessandra Cardoso de Oliveira Azevedo; Procuradores: Fábio Zambite Ibrahim - OAB nº 176.415 e outros, Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros, Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros, Cássia Mattos Pimenta de Moraes e outros - OAB/RJ nº 164.493; Entidade: Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV; Relator(a): Thaísa Juliana Sousa Ribeiro/Victor de Ozêda Alla Bernardino.

2) Processo nº 44011.000206/2016-51

Embargos de Declaração à decisão da 98ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro de 2019; Embargantes: Dilson Joaquim de Morais e Mercílio dos Santos; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/SP nº 401.815 e outros; Entidade: Fundação de Previdência Complementar - FUNDIAGUA; Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes.

3) Processo nº 44011.000318/2016-11

Embargos de Declaração à Decisão da 98ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro de 2019; Embargante: Elton Gonçalves; Procuradores: Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369 e outros; Entidade: Fundação de Previdência Complementar - FUNDIAGUA; Relator(a): Marlene de Fátima Ribeiro Silva/Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes.

4) Processo nº 44011.000461/2016-02

Embargos de Declaração à Decisão da 96ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União, em 13 de novembro de 2019; Embargantes: Ricardo José da Costa Flores, Renê Sanda, Marco Geovanne Tobias da Silva, Vitor Paulo Camargo Gonçalves, Paulo Assunção de Sousa e José Ricardo Sasseron; Procuradores: Flávio Martins Rodrigues, Adriana Mourão Nogueira e outros; Entidade: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI; Relator(a): Thaísa Juliana Sousa Ribeiro/Victor de Ozêda Alla Bernardino.

5) Processo nº 44011.007749/2017-81

Comissão de Inquérito Administrativo constituída pela Portaria nº 1.004, de 19 de outubro de 2017; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 243/201/CGDC/DICOL; Recorrentes: André Luís Carvalho da Motta e Silva, Christian Perillier Schneider, Paulo Fernando Moura de Sá, Antônio Carlos Conquista, Roberto Macedo de Siqueira Filho, Emmanuel Rêgo Alves Vilanova, Luiz Alberto Menezes Barreto, Ernani de Souza Coelho, Manoel dos Santos O. Cantoara, José Rivaldo da Silva, Manoel Almeida Santana, Areovaldo Alves de Figueiredo e Máximo Joaquim Calvo Villar Junior; Recorrida: Superintendência

Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Outros Interessados: José Alberto Brito, Pedro José da Silva Mattos, Humberto José Teófilo Guimarães, Francisco de Assis Mesquita Junior, Ricardo Oliveira Azevedo, Ginne Siqueira Diniz, Maria Auxiliadora Alves da Silva, Wailson de Melo Costa, Hugo Lancarter Mol, Alexandre Dias Miguel e Paulo Eduardo Cabral Furtado; Procuradores: Heber Leal Marinho Wedemann - OAB/RJ nº 169.770 e outros, Arthur de Oliveira Calaça Costa - OAB/DF nº 59.680 e outros; Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369 e outros, Eduardo do Reis Rios Guirau - OAB/DF nº 33.184, Kelly Oliveira de Araújo - OAB/DF nº 21.830, Ademar Cypriano Barbosa - OAB/DF nº 23.151/DF e outros, Thiago de Carvalho Migliato - OAB/DF nº 36.009 e outros, Valéria Ilda Duarte Pessoa - OAB/DF nº 9.706 e outros, Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403 e outros, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes - OAB/DF Nº 6.546 e outros, Beatriz Cruz da Silva - OAB/DF nº 24.967, Vinicius Bondarenko Pereira - OAB/PR nº 55.966 e Fábio Medina Osório - OAB/RJ nº 160.107; Entidade: Instituto de Previdência Complementar - POSTALIS; Relator(a): João Paulo de Souza/Tirza Coelho de Souza.

Retorno após pedido de diligência na 100ª RO CRPC, realizada em 9 de fevereiro de 2020.

6) Processo nº 44011.005166/2017-15

Embargos de Declaração à decisão da 99ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial da União, em 11 de fevereiro de 2020; Embargantes: Luís Carlos Fernandes Afonso, Carlos Fernando Costa, Newton Carneiro da Cunha, Maurício França Rubem, Ricardo Berretta Pavie, Luiz Antônio dos Santos, Marcelo Almeida de Souza e Pedro Américo Herbst; Interessada: Rafaela Guedes Medina Coeli; Procuradores: Roberto Eiras Messina - OAB/SP nº 84.267 e outros; Entidade: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS; Relator(a): Elaine Borges da Silva/ José Dória Pupo Neto.

7) Processo nº 44011.004217/2017-91

Auto de Infração nº 28/2017; Decisão recorrida: Despacho Decisório nº 177/2019/CGDC/DICOL; Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Recorridos: Carlos Augusto Borges e Maurício Marcellini Pereira; Procuradores: Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369/SP e outros; Tiago Boita Laude OAB/DF nº 19.278 e outros; Entidade: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF; Relator: Paulo Nobile Diniz/ Maurício Tigre Valois Lundgren.

Retorno após retirada de Pauta, na 101ª RO CRPC, realizada em 20 e 21 de 2021.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ ALVES
Presidente da Câmara de Recursos da Previdência Complementar

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA PGFN/IN Nº 10, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Disciplina o encaminhamento de débitos constituídos pela Imprensa Nacional (IN) para inscrição em dívida ativa da União (DAU) pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições previstas no inciso XXI, do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, no inciso XIII, do art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e no art. 16 do Decreto n. 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria Conjunta disciplina a constituição de créditos pela Imprensa Nacional (IN) e o seu encaminhamento para inscrição em dívida ativa da União (DAU) pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Art. 2º Os processos administrativos que constituem créditos em favor da União devem ser enviados à PGFN para inscrição em dívida ativa da União dentro de 90 (noventa) dias após o transcurso do prazo final concedido ao devedor para pagamento.

Art. 3º O prazo para pagamento se inicia no primeiro dia útil seguinte à data em que o devedor foi notificado para quitar o débito apurado.

§ 1º No caso de notificação por edital, considerar-se-á notificado o devedor no 10º (décimo) dia contado da data de publicação do edital no Diário Oficial da União.

§ 2º Considera-se data de vencimento do prazo para pagamento o 10º (décimo) dia, contado a partir da data de início do prazo para pagamento do débito apurado.

§ 3º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal, excluindo-se o dia da notificação e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 4º Em se tratando de crédito de origem contratual, considerar-se-á como prazo final concedido para pagamento a data do efetivo vencimento da obrigação, que deverá estar expressa na notificação de inadimplência encaminhada ao devedor, por meio digital ou físico conforme ajustado em cláusula contratual, cientificando-o dos valores devidos e não pagos, e das consequências do inadimplemento da obrigação.

§ 5º Considera-se definitivamente constituído o crédito após transcorrido o prazo de que trata o caput.

Art. 4º O pedido de inscrição em DAU, acompanhado do demonstrativo de débitos e da documentação de constituição do crédito, será encaminhado pela IN à PGFN por intermédio do Portal Inscreve Fácil ou mediante a integração de sistemas, pelo serviço de inscrição a ser disponibilizado pela PGFN.

§ 1º Não será encaminhado pedido de inscrição em DAU quando o valor consolidado de débitos da mesma natureza já definitivamente constituídos em face do mesmo devedor for inferior ao montante de R$ 1.000,00 (mil reais), após incidência de atualização monetária, juros e multa de mora, nos termos do art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e do art. 1º, inciso I, da Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012.

§ 2º A unidade descentralizada da PGFN analisará o pedido e, caso o defira, inscreverá o débito em dívida ativa preferencialmente no prazo de 90 (noventa) dias, ressalvado o prazo estabelecido no art. 22, § 3º, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º Excepcionalmente, em caso de indisponibilidade do Portal Inscreve Fácil ou do serviço eletrônico de inscrição reconhecida por ato formal da PGFN, os pedidos de inscrição e a documentação referida no art. 5º deverão ser encaminhados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) à unidade da PGFN responsável pela cobrança do devedor principal, conforme sua abrangência territorial.

Art. 5º A IN instruirá os pedidos de inscrição em DAU com o demonstrativo de débito preenchido no Portal Inscreve Fácil, onde serão lançadas as informações solicitadas.

§ 1º Além do preenchimento do demonstrativo de débito, a IN deverá encaminhar arquivos em formato .PDF referente aos documentos de constituição do crédito, incluindo os seguintes:

I - contrato e ofício de notificação e cobrança;

II - memória de cálculo, especialmente nos casos em que tenha ocorrido pagamentos parciais, contemplando seu valor e as respectivas datas de arrecadação, demonstrando-se o saldo remanescente da obrigação original;

III - saldo atualizado na data da emissão do demonstrativo;

IV - fundamento legal da corresponsabilidade, se for o caso;

V - forma e data da notificação;

VI - data de vencimento da obrigação, ou eventualmente, do prazo para pagamento.

§ 2º Os autos originais do processo administrativo ou do contrato permanecerão em posse da IN, podendo ser solicitados pela PGFN, caso necessário.

§ 3º Caso verificada pendência no pedido de inscrição, a IN deverá corrigi-la no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de notificação pelo Portal Inscreve Fácil ou mediante integração de sistemas, pelo serviço de inscrição disponibilizado pela PGFN.

Art. 6º O valor do débito informado no Portal Inscreve Fácil corresponderá ao valor da dívida na data do vencimento.

§ 1º Em caso de pagamento parcial, deverá ser informado o saldo remanescente da obrigação original.

§ 2º A PGFN efetuará o cálculo da multa de mora e da atualização monetária, conforme parâmetros dispostos no art. 84 da Lei 8.981, de 1995.

Art. 7º A IN poderá consolidar todos os créditos definitivamente constituídos em face de um mesmo devedor, ainda que apurados em processos administrativos distintos, como forma de alcançar o limite previsto no §1º do art. 4º, com base no número do CPF ou do CNPJ raiz do devedor.

§ 1º A consolidação em face de um mesmo devedor será obtida mediante a soma dos valores dos créditos definitivamente constituídos, incluídos os juros e a multa de mora.

§ 2º Alcançado o valor mínimo para inscrição em DAU, mediante a consolidação de créditos apurados em processos administrativos ou contratos distintos, a IN deverá providenciar a reunião dos processos administrativos ou contratos em lote único e promover a abertura de novo processo como matriz, encaminhando-o pelo Portal Inscreve Fácil ou mediante integração de sistemas.

§ 3º A IN deverá anexar, ao final de cada processo administrativo que compuser a sistemática descrita no parágrafo anterior, demonstrativo próprio do lote, além daquele tratado no art. 4º, denominado "Demonstrativo de lote de débitos reunidos para alcance do valor mínimo de inscrição" e nele informará os seguintes dados:

I - número do lote, o qual deverá ser reproduzido em todas as páginas do demonstrativo;

II - identificação completa do devedor e de seu endereço;

III - quantidade de processos administrativos enviados de acordo com a sistemática de consolidação;

IV - número dos processos administrativos e das respectivas notificações abrangidas pela consolidação;

V - todas as informações sobre os débitos, apurados em cada um dos processos administrativos considerados, conforme delineado no art. 5º, § 1º;

VI - valor total do lote, decorrente da consolidação dos valores apurados nos processos administrativos considerados.

Art. 8º Poderão ser acompanhados pela IN por meio do Portal Inscreve Fácil, de integração de sistemas ou mediante solicitação à Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União e do FGTS (CDA):

I - os pedidos de inscrição encaminhados;

II - as inscrições realizadas e sua situação atualizada;

III - os valores recuperados pela PGFN.

Art. 9º Na hipótese de alteração dos débitos objeto de envio para inscrição em DAU, por situação anterior à inscrição, a IN encaminhará à PGFN, via ofício ou pelo Portal Inscreve Fácil, quando disponível, documento que contenha a motivação para as alterações promovidas, acompanhado de novo demonstrativo de débito, de modo a subsidiar a alteração dos sistemas de controle da DAU.

Parágrafo único. Se forem identificados vícios formais ou materiais que comprometam a higidez do crédito encaminhado para inscrição em DAU, a IN solicitará à PGFN o cancelamento da inscrição em dívida ativa, mediante documento motivado, acompanhado dos elementos que justifiquem suas alegações.

Art. 10. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 2, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 330ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 21.01.2021 e publicados no DOU em 22.01.2021.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 330ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 21 de janeiro de 2021:

Convênio ICMS 04/21 - Dispõe sobre a adesão do Estado do Maranhão e altera o Convênio ICMS 74/07, que autoriza as unidades federadas que menciona a revogar benefício fiscal de ICMS previsto no Convênio ICMS 100/97, que dispõe sobre benefícios fiscais nas saídas de insumos agropecuários;

Convênio ICMS 05/21 - Altera o Convênio ICMS 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista; e

Convênio ICMS 06/21 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a reduzir juros e multas relacionados ao ICMS na forma que especifica.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 50244/2020/ME (11687408), constante nos autos do processo nº 46206.000062/2015-09, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 46000.001700/2018-50 de interesse do Sindicato Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança. Vigilância e Vigilância Orgânica no Entorno do DF-SINDESV-RIDE, CNPJ 18.824.776/0001-91, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 5263/2021/ME (13484194), constante nos autos do processo nº 47810.000632/2010-82, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 46208.006365/2017-79, interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DE GOIÁS - STICEP, CNPJ 25.066.903/0001- 04, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 39 da Portaria 17.593/2020, e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Nota Técnica SEI nº 93/2021/ME (12816139), constante nos autos do processo nº 46219.009138/2015-12, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 14021.190185/2020-53 de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP - SINTUNESP, CNPJ 61.365.771/0001-77, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4784/2021/ME (13425057), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 46000.005086/2018-03 interposto pela INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A, CNPJ 11.507.415/0001-72, nos autos do Processo Administrativo n.º46217.001461/2016-31, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4871/2021/ME (SEI 13435323), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46281.000082/2017-31, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Baixa Grande- Bahia, CNPJ n.º 63.109.227/0001-90, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares proprietários ou não, que exerçam atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial em Baixa Grande, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5325/2021/ME (SEI 13491167), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46205.001585/2018-17, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BANABUIU - CE, CNPJ nº 00.408.422/0001-09, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decrete Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, no município de Banabuiú - CE, com abrangência municipal e base territorial no Município de Banabuiú, Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5407/2021/ME (SEI 13497565), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46215.021408/2018-38, de interesse do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SINDSUSEP, CNPJ n.º 12.010.131/0001-39, nos termos do art. 22, inciso II, c/c art. 47 da Portaria 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5244/2021/ME (13482243), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rio Preto da Eva/AM , CNPJ 00.639.000/0001-36, Processo 46202.008289/2016-13, nos termos do inciso XI do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5340/2021/ME (13492377), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46204.014423/2017-78, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARACÁS, CNPJ 27.215.394/0001-51, nos termos do art. 22, incisos I, VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5428/2021/ME (sei 13500288), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.009170/2017-71, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Afonso Bezerra-RN, CNPJ nº 08.500.514/0001-18, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares: trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, no Município de Afonso Bezerra/RN, em área não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no Estado *Rio Grande do Norte*: Afonso Bezerra., nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5458/2021/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46214.001639/2019-16, de interesse do STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE VILA NOVA DO PIAUI , CNPJ 01.613.010/0001-65, para representação da categoria trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos e aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois módulos rurais, no município de VILA NOVA DO PIAUI - PI nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de Vila Nova do Piauí, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4701/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46212.009560/2016-19, de interesse do SINFREOESTE - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOB O REGIME DE FRETAMENTO, CNPJ 24.613.258/0001-21, nos termos do art. 22, incisos I e XI c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4778/2021/ME (SEI 13424385) , resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100313/2021-30, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES DE EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, VIGILÂNCIA ORGÂNICA E DE CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n.º 10.580.199/0001-28, para representação da categoria Profissionais e Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância, dos Trabalhadores em Serviço de Segurança Patrimonial e Pessoal, dos Empregados de Escola e Curso de Formação, Especialização e Reciclagem de Seguranças e Vigilantes, dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância Orgânica, dos Empregados nos Departamentos de Segurança e Vigilância de Estabelecimentos de Empresas Públicas ou Privadas, de outras atividades econômicas, Empregados nas Empresas de Vigilância Eletrônicas e Sistemas Integrados de Vigilância, Empregados das Empresas de Escolta Armada, Empresas de Vigilância e Segurança de Cargas e de todos os trabalhadores que compõe a categoria diferenciada disciplinada pela Lei nº 7.102 de 20(vinte) de junho de 1983(mil novecentos e oitenta e três), com abrangência INTERMUNICIPAL e base territorial no Estado de PERNAMBUCO, nos Municípios de Abreu e Lima, Agrestina, Água Preta, Águas Belas, Alagoinha, Aliança, Altinho, Amaraji, Angelim, Araçoiaba, Arcoverde, Barra de Guabiraba, Barreiros, Belém de Maria, Belo Jardim, Bezerros, Bom Conselho, Bom Jardim, Bonito, Brejão, Brejo da Madre de Deus, Buenos Aires, Buíque, Cabo de Santo Agostinho, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Camaragibe, Camocim de São Félix, Camutanga, Canhotinho, Capoeiras, Carpina, Caruaru, Casinhas, Catende, Chã de Alegria, Chã Grande, Condado, Correntes, Cortês, Cumaru, Cupira, Custódia, Escada, Feira Nova, Fernando de Noronha, Ferreiros, Frei Miguelinho, Gameleira, Garanhuns, Glória do Goitá, Goiana, Gravatá, Iati, Ibirajuba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itaíba, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Jaboatão dos Guararapes, Jaqueira, Jataúba, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Limoeiro, Macaparana, Machados, Maraial, Moreno, Nazaré da Mata, Olinda, Orobó, Palmares, Palmeirina, Panelas, Paranatama, Passira, Paudalho, Paulista, Pedra, Pesqueira, Poção, Pombos, Primavera, Quipapá, Recife, Riacho das Almas, Ribeirão, Rio Formoso, Sairé, Salgadinho, Saloá, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São Caitano, São João, São Joaquim do Monte, São José da Coroa Grande, São Lourenço da Mata, São Vicente Férrer, Sirinhaém, Surubim, Tacaimbó, Tamandaré, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Timbaúba, Toritama, Tracunhaém, Tupanatinga, Venturosa, Vertente do Lério, Vertentes, Vicência, Vitória de Santo Antão e Xexéu, nos termos dos Arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4736/2021/ME (SEI 13419943), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.194911/2020-15, de interesse do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias de Catolé do Rocha e Região/PB, com sigla SINDSAERC, CNPJ n.º 25.532.255/0001-26, nos termos do Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4776/2021/ME (SEI 13424227), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.100305/2021-93, de interesse do SINDICATO DOS PRÁTICOS DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ n.º 21.552.486/0001-40, nos termos do Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5269/2021/ME (13484655), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.113745/2020-20, de interesse do SEAC-MG - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERV. DO ESTADO MG, CNPJ 16.844.557/0001-49, nos termos do artigo 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5454/2021/ME (SEI 13503691), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro de Alteração Estatutária, nº 46205.001081/2017-16, do interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DOS MUNICÍPIOS DE ICÓ ORÓS E CEDRO, CNPJ 12.465.092/0001-64, nos termos do inciso VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5542/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46210.001723/2017-16, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Sapezal- MT - STTA, CNPJ 27.951.096/0001-20, nos termos do art. 21, §2º e art. 22, inciso XI c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5462/2021/ME (SEI 13505087), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro de Alteração Estatutária, nº 46206.010774/2017-90, do interesse do SSDF - SINDICATO DOS SECURITARIOS NO DF, CNPJ 01.912.740/0001-67, nos termos do inciso VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 280208/2020/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINSERP - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PIRPIRITUBA, CNPJ 21.687.353/0001-81, Processo 46224.004195/2016-17, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 272807/2020/ME, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO ESTADO DO ACRE, CNPJ 21.604.716/0001-78, Processo 46200.001740/2015-01, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4835/2021/ME (SEI 13430701), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Álcool de Nova Olímpia/MT - SINTALCOOL, CNPJ Nº 07.236.687/0001-08, Processo 46210.002439/2016-78, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas indústrias de fabricação de Álcool (exceto para fins alimentícios), com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Barra do Bugres, Barra do Garças, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Confresa, Jangada, Lambari D'Oeste, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nova Olímpia, Poconé, Rosário Oeste, São José do Rio Claro e Sorriso, no Estado do Mato Grosso, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINTIAAL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, de Álcool e de Refinação de Açúcar nos Municípios de Tangará da Serra e Região no Estado do Mato Grosso - MT, CNPJ nº 00.203.020/0001-60; excluindo a Categoria dos Trabalhadores nas indústrias de fabricação de Álcool (exceto para fins alimentícios), nos municípios de Nobres e Rosário Oeste, do Estado de Mato Grosso., nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, em cumprimento a decisão proferida no Processo Judicial nº 0000044-08.2020.5.10.0004 (sei 10682660), e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5184/2021/ME (sei 13477445), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDACSPA-PE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Município do Paulista-PE, CNPJ 14.126.162/0001-85, para representar a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Paulista, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde do município de Paulista, Estado de Pernambuco; e, B) Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Pernambuco - SINDACS - PE, CNPJ 04.428.218/0001-00, Processo 46000.010643/2001-51, excluindo a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde do município de Paulista, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4631/2021/ME (13406880), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDPESCA ANORI AM - SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DE ANORI NO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ 15.488.639/0001-35, Processo 46202.006266/2018-28, para representar a Categoria Profissional dos pescadores e pescadoras artesanais que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com abrangência Municipal e base territorial em Anori, Estado do Amazonas, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDPESCA-AM - Sindicato dos Pescadores no Estado do Amazonas, CNPJ 09.578.613/0001-85, Carta Sindical L017 P015 A1946; excluindo a Categoria profissional dos pescadores e pescadoras artesanais que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar; no município de Anori, do Estado do Amazonas.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica nº 4886/2021/ME (13436924), resolve: DEFERIR o registro sindical do SINDPESCA URUCARA AM - SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO MUNICIPIO DE URUCARA AM, CNPJ nº 22.141.484/0001-21, Processo nº 46202.004143/2018-52, para representar os trabalhadores e trabalhadoras pescadores e pescadoras artesanais, aqueles que, ativos ou aposentados, exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com abrangência municipal e base territorial em Urucará, Estado Amazonas, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDPESCA-AM - Sindicato dos Pescadores no Estado do Amazonas, CNPJ 09.578.613/0001-85, Carta Sindical L017 P015 A1946; excluindo a Categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras pescadores e pescadoras artesanais, aqueles que, ativos ou aposentados, exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Urucará, do Estado do Amazonas.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5265/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46204.003921/2018-76 (SC19837) de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM MONTAGENS INDÚSTRIAIS EM GERAL DE CAMAÇARI E REGIÃO - SINDTIMM, CNPJ 11.461.356/0001-49, nos termos do artigo 22, inciso I, combinado com o artigo 47, ambos da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5525/2021/ME (13511759), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical do SINDICATO EMPRESARIAL DO COMERCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUARIO, CONFECCOES, ARMARINHOS, ADORNO E ACESSORIOS DE CIANORTE E REGIAO , CNPJ 22.004.506/0001-01, Processo 46212.006382/2015-85, nos termos do inciso XI do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na NT SEI nº 5594/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Brusque - SITRICOMB, CNPJ 82.990.904/0001-76, Processo 46220.001195/2017-78, para representar a Categoria Profissional profissional dos trabalhadores na indústria da construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e trabalhadores em geral de estradas, pontes, portos e canais, montagens industriais e engenharia consultiva); trabalhadores nas indústrias do cimento, cal e gesso; trabalhadores nas indústrias de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento; trabalhadores nas indústrias de mármore e granito; trabalhadores nas indústrias de pintura, decoração, estuques, ornatos e trabalhadores em jardinagem; trabalhadores nas indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas, laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeiras e cavaqueiros; oficiais marceneiros e trabalhadores nas indústrias de serrarias e de móveis de madeiras, trabalhadores nas indústrias de móveis de junco, e vime e de vassouras; trabalhadores nas indústrias de artefatos de cimento armado; oficiais eletricistas e trabalhadores nas indústrias de instalação elétrica, gás, hidráulica e sanitárias; trabalhadores nas indústrias de construção de estradas, pavimentação, obras e terraplanagem em geral (barragens, aeroportos, canais de engenharia consultiva), tratoristas (excetuados os rurais) diferenciada; trabalhadores nas indústrias de refratários; trabalhadores na indústria de olaria; trabalhadores na indústria de cerâmica para construção; trabalhadores em atividades de britamento, aparelhamento outros planos de pedras (não associados a extração), em empresas de aluguel de equipamentos de construção e demolição; em grandes movimentações de terra, em montagem de estrutura, em sondagens e fundações destinadas à construção e na demolição e preparação do terreno, em obras de acabamento, de instalações de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de gás, e de sistema de prevenção contra incêndio, de instalações não classificadas, e viárias, na construção de edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviço), de obras de arte especiais, de obras para geração e distribuição de energia elétrica e de todas para telecomunicações e na indústria de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira, de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exclusive móveis, de cal virgem, cal hidratada e gesso, de desdobramento de madeiras, de escovas, pincéis e vassouras, de esquadrias de madeira, de casas de madeira pré-fabricadas, de estruturas de madeira e artigos de carpintaria, de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada, de móveis com predominância de madeira, de móveis com predominância de metal, de móveis de materiais não classificados, de produtos cerâmicas não-refratários, para uso estrutural na construção civil, de produtos cerâmicos não-refratários para usos diversos, de produtos cerâmicos refratários, de produtos de minerais não metálicos não classificados e do cimento, incluídos os trabalhadores da área administrativa das empresas dos referidos ramos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Brusque, Botuverá, Canelinhas, Guabiruba, Imbuia, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Vidal Ramos, no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2681/2021/ME (13160367), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.003177/2016-39, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE IGUARACI - SRT de Iguaraci - PE, CNPJ 10.347.748/0001-19, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores familiares do Município de Iguaraci, que desempenham suas atividades em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, na forma do Decreto-Lei nº 1.166/71, ou de lei que venha a substituí-la., com abrangência municipal e base territorial no município de Iguaraci, Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5701/2021/ME (SEI 13534601), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro de Alteração Estatutária, nº 46222.011343/2015-81, do interesse do STIEMNFOPA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minerais Não Ferrosos do Oeste do Pará - PA, CNPJ 23.060.684/0001-12, nos termos do inciso VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5699/2021/ME (SEI 13534370), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PARAÚNA E SÃO JOÃO DA PARAÚNA-GO - STTR, CNPJ 00.265.991/0001-34, Processo 46208.010936/2015-16, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971; em área igual ou inferior a 02 módulos rurais, com abrangência INTERMUNICIPAL e base territorial nos Municípios de Paraúna e São João da Paraúna, Estado de GOIÁS, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 4773/2021/ME (SEI 13424068), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100327/2021-53, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas e Região - SINDSEPM-BAL/MA , CNPJ n.º 06.538.802/0001-36, nos termos do Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 4742/2021/ME , resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100748/2021-84, de interesse do SINDDBEDF - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. E DIST. DE BEB., CNPJ 01.085.013/0001-73, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 4824/2021/ME , resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.100612/2021-74, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Garrafão do Norte/PA, CNPJ 34.689.794/0001-64, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5728/2021/ME (SEI 13536321), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS DOS MUNICÍPIOS DE MARACANAÚ, MARANGUAPE, PACATUBA E GUAIUBA NO ESTADO DO CEARÁ - SINDIPAN MARACANAÚ E REGIÃO, CNPJ 11.038.074/0001-33, Processo 46205.015974/2016-68, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitaria, Massas alimentícias e Biscoitos, com abrangência INTERMUNICIPAL e base territorial Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Guaiuba, Estado do CEARÁ, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) SINDIPAN-CEARÁ - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 07.949.472/0001-34, Processo nº 46205.006680/2007-54; excluindo de sua base territorial os municpios de Maranguape, Pacatuba e Guaiuba no Estado do Ceará.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5485/2021/ME (13507825), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46208.005701/2017-66, de interesse do SindItaberaí - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaberaí-GO, CNPJ 07.866.136/0001-28, para representação da categoria dos Servidores públicos municipais da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, do município de Itaberaí-GO, com abrangência municipal e base territorial no município de Itaberaí, estado de Goiás, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria nº 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5414/2021/ME (SEI 13498648), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cabrobó, CNPJ 01.751.358/0001-19, Processo 46213.022336/2017-85, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial em Cabrobó, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. .

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5578/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46214.006057/2018-45 (SC20250), de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA E VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS, VERTICAIS E DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS, MISTOS E SHOPPING CENTERS DO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI, CNPJ 17.655.502/0001-53, nos termos do artigo 22, inciso XI, combinado com o artigo 47, ambos da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5726/2021/ME (SEI 13536246), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº 46254.003593/2015-70, do interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS INDUSTRIAS DE CALCADOS, TAMANCOS, SALTOS E FORMAS DE PAUS, LUVAS, BOLSAS E PELES DE RESGUARDO, CHAPEUS, AVENTAIS, PERNEIRAS, MANGOTES E MATERIAL DE SEGURANCA DE PROTECAO AO TRABALHO DE BOCAINA, CNPJ 22.717.734/0001-29, nos termos dos incisos I e VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5479/2021/ME (SEI 13507164), resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 46221.006661/2017-00, de interesse do SINSEC - SINDICATO DOS SECURITÁRIOS DO ESTADO DE SERGIPE, CNPJ 02.597.822/0001-27, nos termos do art. 22, inciso I, e artigo 47 da Portaria n° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 5881/2021/ME (SEI 13556134), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro de Alteração Estatutária, nº 46204.012712/2015-71, do interesse do SINCOMÉRCIO - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE TEIXEIRA DE FREITAS, CNPJ 63.178.180/0001-16, nos termos do inciso VI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 10, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720010/2021-02 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca BMW, modelo 430I, ano 2017, cor azul, chassi WBA4V3102JEF32423, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 17/2193424-5 de 18/12/2017, pela Alfândega no Porto de São Francisco do Sul, de propriedade de Niky Anatol Fabiancic, CPF nº 708.211.881-35.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/ANA Nº 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto do processo que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS-GO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista disposições do art. 689, inciso XXI, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, c/c o disposto no art. 105, do Decreto-Lei nº 37/1966, e no art. 23, caput, e § 1º, do Decreto-Lei nº 1.455/1976, suas alterações e regulamentos, e o que consta no processo administrativo nº 10120.758782/2020-19, declara:

Art. 1º Findo administrativamente o processo.

Art. 2º Aplicada a pena de perdimento das mercadorias objeto do mesmo processo.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRCIO AVITO RIBEIRO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

RETIFICAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BEL Nº 11, de 11 de novembro de 2020, publicado no DOU de 02 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 51.

Onde se lê: "no processo 10265.280528/2020-57".

Leia-se: "no processo 10265.383.150/2020-42".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 4, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002,com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10166.722913/2021-84, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 472, de 18 de janeiro de 2021, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 19 de janeiro de 2021.

EMPRESA: Ventos de São Vítor 08 Energias Renováveis S.A.
CNPJ: 35.403.030/0001-23
PROJETO: EOL Ventos de São Vítor 08
SETOR FAVORECIDO: Energia
PERÍODO DE EXECUÇÃO: de 05/01/2021 a 20/12/2022
Nº DE INSCRIÇÃO DA OBRA (CNO): 90.005.39502/78

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NELSON GUALBERTO DE SOUZA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002,com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10166.723065/2021-21, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 471, de 18 de janeiro de 2021, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 19 de janeiro de 2021.

EMPRESA: Ventos de São Vítor 09 Energias Renováveis S.A.
CNPJ: 35.403.066/0001-07
PROJETO: EOL Ventos de São Vítor 09
SETOR FAVORECIDO: Energia
PERÍODO DE EXECUÇÃO: de 05/01/2021 a 20/12/2022
Nº DE INSCRIÇÃO DA OBRA (CNO): 90.005.39552/71

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NELSON GUALBERTO DE SOUZA JÚNIOR

PORTARIA Nº 110, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Transfere as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Cruz das Almas - BA para outras unidades da Receita Federal.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das competências que lhe são conferidas pelos arts. 290, 299, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020; em razão do disposto na Instrução Normativa (IN) do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal nº 109, de 29 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2020, na Portaria RFB nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2020 e na Portaria da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal nº 202, de 15 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2020; observada a decretação de situação de emergência em saúde pública no Estado da Bahia, consoante Decreto nº 19.549, de 18 de março de 2020, ratificada pelo Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020 e alterações, observada também a Declaração de Calamidade Pública, conforme Decreto do Estado da Bahia nº 19.626, de 9 de abril de 2020, reconhecida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional através da Portaria nº 1.148, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2020, e considerando as orientações do Ministério da Saúde quanto à necessidade de aplicação de medidas de distanciamento e isolamento social diante da contaminação pelo coronavírus, resolve:

Art. 1º Transferir as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da Agência da Receita Federal do Brasil em Cruz das Almas - BA (ARF/CAL), para unidades da Receita Federal do Brasil mais próximas, preferencialmente o Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 195, Térreo, Centro, Feira de Santana - BA, e a Agência da Receita Federal do Brasil em Santo Antônio de Jesus, localizada na Rua Roberto Santos/Itaguari Shopping, nº 96, 2º piso, lojas 208/210, Centro, Santo Antônio de Jesus - BA, que atendem no horário de 8h às 12h, em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos na IN nº 109, de 29 de outubro de 2020.

Art. 2º O atendimento presencial de serviços relativos às pessoas físicas e jurídicas observará o disposto na Portaria da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2020 e alteração.

Art. 3º O atendimento às pessoas físicas e jurídicas também poderá ser realizado por meio dos serviços disponibilizados no site da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet (http://receita.economia.gov.br/), assim como através da caixa de email corporativa regional de atendimento denominada atendimentorfb.05@rfb.gov.br, ou por outro meio facultado pela RFB. No atendimento virtual disponibilizado pela RFB, destacam-se o Centro Virtual de Atendimento - e-CAC (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/atendimento-virtual), o Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco) e o Chat RFB (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/chat).

Art. 4º Os servidores em exercício na ARF/CAL, abrangidos pelos afastamentos previstos na IN nº 109, de 29 de outubro de 2020, e alocados ao atendimento presencial, encontram-se e permanecerão deslocados para atuação em canais de atendimento não presenciais da RFB, bem como em serviços instituídos e administrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA), ou ainda, serão disponibilizados para compor equipes regionais ou nacionais de atendimento ou de serviços realizados em retaguarda.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2021.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 11, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir a pessoa jurídica ARMAZÉM MOTA FILHOS LTDA., CNPJ: 16.893.794/0001-08, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do Art. 5º da Lei 9.964/2000: ""inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000"/Pagamentos Irrisórios, conforme registrado no processo administrativo n° 10134.720991/2019-05, com efeitos a partir de 01/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

PORTARIA Nº 12, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir a pessoa jurídica CAPRI INDÚSTRIA DE COLCHÕES LTDA., CNPJ: 21.576.871/0001-28, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do Art. 5º da Lei 9.964/2000: ""inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000"/Pagamentos Irrisórios, conforme registrado no processo administrativo n° 10134.721079/2019-62, com efeitos a partir de 01/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 24, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.048392/2021-13, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS SANTIAGO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.305.310/0001-75, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2021 a 31/12/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0572295/2020.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 25, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.045526/2021-36, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS VITORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.735.524/0001-99, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2021 a 31/12/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0567376/2020.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 26, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.062001/2021-65, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica RPC LATICINIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.141.844/0001-76, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2021 a 31/12/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0570476/2020.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 27, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.594354/2020-49, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIO JUREIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.945.189/0001-72, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 24/10/2020 a 23/09/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0466080/2020.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 28, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.065697/2021-81, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica VICENTE ROBERTO DE CARVALHO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.294.441/0001-86, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 05/01/2021 a 31/12/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0573528/2020.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 3, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de Fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12 Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de Novembro de 2011, declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
JEFERSON NASCIMENTO ALVES BILONA	145.595.727-55	10715.720707/2020-95

Art. 2º Fica revogado o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 01, de 15/01/2021, publicado no D.O.U. de 27/01/2021.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 6, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Renova a habilitação ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa de empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.723784/2020-89, declara:

Art. 1º Fica renovada a habilitação da empresa PHOENEX CARGO AGENCIAMENTO DE CARGA AEREA LTDA, com sede no município de Guarulhos - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.257.602/0001-82, na modalidade comum a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º À empresa ora habilitada, permanece atribuído o código de identificação "PEX" e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º Esta habilitação é válida até 05/02/2023, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo seus efeitos a partir de 05/02/2021.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 7, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Renova a habilitação ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa de empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.723195/2020-09, declara:

Art. 1º Fica renovada a habilitação da empresa A.R.S. TRANSPORTES RÁPIDOS LTDA, com sede no município de Guarulhos - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.103.868/0001-97, na modalidade comum a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º À empresa ora habilitada, permanece atribuído o código de identificação "ARS" e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º Esta habilitação é válida até 23/10/2023, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo seus efeitos a partir de 09/03/2021.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O chefe da Equipe de Gestão De Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo - DECEX/SPO, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento Nº 8550 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança (OEA-S), como Agente de Carga, a empresa ASLL - AIRSEA LAND ASSESSORIA E LOGISTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.119.811/0001-58.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

Altera o ADE SRRF09 nº 10, de 18 de maio de 2018.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, NO USO DA COMPETÊNCIA ESTABELECIDA NO ART. 26 DA PORTARIA RFB Nº 3.518, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011, E CONSIDERANDO O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº 10907.720534/2018-33, declara:

Art. 1º O Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 10, de 18 de maio de 2018, publicado no DOU de 21/05/2018, que trata do alfandegamento do recinto administrado pela empresa CBL - COMPANHIA BRASILEIRA DE LOGÍSTICA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.649.445/0004-38, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A fiscalização aduaneira será exercida de forma ininterrupta, ficando o recinto autorizado a realizar as operações previstas nos incisos II, III, IV, V e VI do artigo 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 2011, sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Paranaguá, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal e aduaneiro." (NR)

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede à pessoa jurídica que especifica, usufruir o benefício previsto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 2004.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotado na Superintendência da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal - COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO, no exercício das atribuições previstas no art. 6º, I, da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei no 11.457, de 16 de março de 2007, e com base nas competências previstas no art. 303, inciso IV da Portaria Ministério da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020 (Regimento Interno da RFB) e art. 2º, inciso I, alínea "d", da Portaria SRRF09 nº 482, de 07 de agosto de 2020, que instituiu e organizou a criação da EQRAT/CTA e a EBEN (Equipe Regional de Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação),considerando o que consta nos autos de processo administrativo nº 10100.000848/0319-63, declara:

Art. 1º A habilitação da pessoa jurídica Serramad Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. S/A , inscrita no CNPJ sob o nº 18.274.424/0001-00, para usufruir do benefício previsto no artigo 40 da Lei nº 10.865, de 2004, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 2019.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10166.763789/2020-26, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SETA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 76.359.785/0001-55, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV São Gonçalo 17, matriculado no CNO sob nº 90.002.64772/77, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 75, de 21 de fevereiro de 2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 27/02/2020, Seção 1, Pág. 88, com prazo estimado de 02/09/2020 a 24/08/2021, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre beneficiada, como empreiteiro, e a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 17 S.A., CNPJ 31.762.229/0001-97, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 12, de 15 de abril de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 28/04/2020, Seção 1, Pág. 29.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10166.763792/2020-40, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SETA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 76.359.785/0001-55, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV São Gonçalo 1, matriculado no CNO sob nº 51.243.78230/76, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 214, de 1º de junho de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 05/06/2018, Seção 1, Págs. 30/31, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 1 S.A., CNPJ 25.176.404/0001-61, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 12, de 28 de setembro de 2018, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 09/10/2018, Seção 1, Pág. 61.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10166.763796/2020-28, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SETA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 76.359.785/0001-55, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV São Gonçalo 2, matriculado no CNO sob nº 51.243.78244/71, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 153, de 8 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 11/05/2018, Seção 1, Págs. 45/46, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 2 S.A., CNPJ 29.310.192/0001-14, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 11, de 28 de setembro de 2018, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 09/10/2018, Seção 1, Pág. 61.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10166.763799/2020-61, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SETA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 76.359.785/0001-55, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV São Gonçalo 3, matriculado no CNO sob nº 51.243.78262/70, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 161, de 9 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 14/05/2018, Seção 1, Págs. 41/42, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 3 S.A., CNPJ 29.298.774/0001-22, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 17, de 9 de outubro de 2018, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 25/10/2018, Seção 1, Pág. 43.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10166.763784/2020-01, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SETA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 76.359.785/0001-55, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV São Gonçalo 4, matriculado no CNO sob nº 51.243.78275/74, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 155, de 8 de maio de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 11/05/2018, Seção 1, Págs. 47/48, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 4 S.A., CNPJ 29.300.841/0001-04, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 18, de 9 de outubro de 2018, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU Nº 206, de 25/10/2018, Seção 1, Pág. 43.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 10166.763781/2020-60, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa SETA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 76.359.785/0001-55, relativa ao projeto de geração de energia elétrica UFV São Gonçalo 19, matriculado no CNO sob nº 90.002.64780/79, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 72, de 21 de fevereiro de 2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 27/02/2020, Seção 1, Pág. 87, com prazo estimado de 02/09/2020 a 24/08/2021, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada, firmado entre beneficiada, como empreiteiro, e a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 19 S.A., CNPJ 31.752.301/0001-03, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 13, de 16 de abril de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina/PI, publicado no DOU de 27/04/2020, Seção 1, Págs. 22/23.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA DRF/FNS Nº 4, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, usando da competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, combinado com o art. 15, inciso II do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000 e art. 2, inciso II da Resolução CG/REFIS nº 09, de 12 de janeiro de 2001 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, com efeitos a partir de 01 de março de 2021, a pessoa jurídica MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA, CNPJ: 83.647.750/0001-87, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10983.742125/2020-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

PORTARIA DRF/FNS Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, usando da competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pedido do contribuinte, a pessoa jurídica POLATI & CIA LTDA, CNPJ: 85.601.250/0001-30, conforme fundamentos constantes no Despacho nº 0.399/2021/EQPAR1/SRRF09/RFB anexado ao processo administrativo nº 17830.720836/2021-97.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

PORTARIA DRF/JOI Nº 2, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Revoga artigos 9º e 10 da Portaria DRF/JOI nº 01, de 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 360 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e levando-se em consideração o artigo 303 do referido Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Revogar os artigos 9º e 10 da Portaria DRF/JOI nº 01, de 02 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 09 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 27 de julho de 2020.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

RETIFICAÇÃO

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo ALF-POA nº 4, de 21 de dezembro de 2020, publicado no DOU de 23 de dezembro 2020, seção 1, página 38,

Onde se lê: "Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de dois anos, a partir de 01 de janeiro de 2021, o credenciamento de peritos para prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar, conforme outorga constante no Ato Declaratório Executivo ALF/POA n. 1/2018."

Leia-se: "Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de dois anos, a partir de 01 de janeiro de 2021, o credenciamento de peritos para prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar, conforme outorga constante no Ato Declaratório Executivo ALF/POA n. 1, de 3 de janeiro de 2019."

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DIREITO CREDITÓRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 2, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre repasses de valores doados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa (FDI), por meio do Programa Gerador da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e no art. 8º-E da Instrução Normativa nº 1.131, de 20 de fevereiro de 2011, declara:

Art. 1º Os repasses de valores doados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa (FDI) por meio do Programa Gerador da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) serão efetuados nas seguintes datas:

I - em 23 de março de 2021, valores referentes a exercícios anteriores ainda não repassados:

a) de 2013 a 2020, para o FDCA; e

b) referentes a 2020, para o FDI; e

II - em 30 de junho de 2021, referentes ao exercício de 2021.

Art. 2º Para a efetivação dos repasses é necessário que as contas informadas no cadastro dos fundos mencionados no art. 1º estejam em situação ativa junto à respectiva instituição bancária até o dia 10 de março de 2021.

Art. 3º A correção de erros nos dados bancários informados no cadastro do FDCA ou do FDI deve ser feita pela Internet, mediante acesso ao site do Ministério da Mulher, da Família e Dos Direitos Humanos (MDH), nos endereços eletrônicos <www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/cadastramento-de-fundos> ou <www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/cadastramento-de-fundos-da-pessoa-idosa>, conforme o fundo.

§ 1º As alterações feitas no cadastro do FDCA ou do FDI em 2021 deverão obedecer ao cronograma específico definido em portaria do MDH, e serão utilizadas para fins de repasses a serem efetuados em 2022.

§ 2º As alterações feitas no cadastro do FDCA ou do FDI após os prazos definidos em portaria do MDH serão utilizadas para fins de repasses a serem efetuados em 2023.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINICIUS MARTINS QUARESMA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.414, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza 100 OPEN ANGELS SISTEMAS PARA INVESTIMENTO COLABORATIVO LTDA. , CNPJ nº 37.054.668/0001-21, denominação comercial 100 OPEN ANGELS, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DESPACHO DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 0052600.011477/2020-15
Interessado: GABIN-INMETRO e Outros
Assunto: Pedidos de decretação de nulidade de ato administrativo e de suspensão e arquivamento de processo.

Decisão: Vistos os autos do processo em referência, com fulcro art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos termos do Parecer n° 00379/2020/PFEINMETRO/PGF/AGU, de 10 de dezembro de 2020, e da Nota nº 00219/2020/PFEINMETRO/PGF/AGU, de 15 de dezembro de 2020, ambos da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, e do Ofício nº 12/2020/CPAD-75-2017/Copes/Gabin-Inmetro, de 27 de novembro de 2020, do Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, cujos fundamentos adoto, RECEBO o requerimento (0817876) com base no direito constitucional de petição, INDEFIRO os pedidos, e MANTENHO a Portaria Presi nº 75, de 7 de abril de 2017, publicada no Boletim de Serviço do Inmetro, Edição Especial, de 7 de abril de 2017, que designou a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 75/2017, e a continuidade do procedimento administrativo disciplinar, referente ao Processo nº 52600.00006528/2016-37.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente do Inmetro

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 26, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016 do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de termômetros clínicos digitais com dispositivo de máxima, aprovado pela Portaria nº 402, de 23 de agosto de 2019; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600. 000156/2021-68, resolve:

Dar nova redação aos itens 7 e 8 da Portaria Inmetro/Dimel nº 101, de 29 de junho de 2018, Requerente OMRON, publicada no D.O.U. em 13/07/2018, seção 1, página 46, de acordo com as condições especificadas disponível no site do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 32, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando as informações e documentos constantes do processo Inmetro nº 0052600.001215/2021-15, resolve:

Autorizar, em caráter provisório, a empresa Balanças Cascavel Industria e Exportação Ltda - EPP, a emitir declaração de conformidade de instrumento de pesagem não automático de equilíbrio automático, eletrônico, digital, sob o código nº EAP082, conforme condições específicas disponível no site do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 72, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000510/2021-66, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 27/01/2021, o convênio de adesão do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, CNPJ nº 08.474.765/0001-75, na condição de patrocinador do Plano de Benefícios Mongeral - CNPB nº 2006.0046-38, e a entidade MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 75, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000512/2021-55, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 27/01/2021, o convênio de adesão da Unimed de Avare Cooperativa de Trabalho Medico, CNPJ nº 50.368.034/0001-01, na condição de instituidora do Plano Unimed de Previdência - CNPB nº 2014.0006-38, e a entidade Multicoop Fundo de Pensão Multipatrocinado.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 76, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 21 da Instrução Previc nº 24, de 13 de abril de 2020, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000511/2021-19, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, 27/01/2021, o convênio de adesão da Unimed de Avare Cooperativa de Trabalho Medico, CNPJ nº 50.368.034/0001-01, na condição de instituidora do Plano de Previdência UNIMED-BH - CNPB nº 2008.0019-38, e a entidade Multicoop Fundo de Pensão Multipatrocinado.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 87, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006028/2020-59, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da Atvos Agroindustrial Investimentos S.A., CNPJ nº 11.218.273/0001-23, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Vexty, CNPB nº 1994.0040-29, e a entidade VEXTY.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 73, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa A M QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso II do Art. 9º, os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 21/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.011149/2020-63, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa A M QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 07.842.762/0001-84 e Inscrição SUFRAMA nº 20.0114.74-3) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 21/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de PREPARAÇÕES UTILIZADAS EM ALIMENTOS, COSMÉTICOS E BEBIDAS (EXCETO À BASE DE SUBSTÂNCIAS ODORÍFERAS), código SUFRAMA 2044, recebendo os incentivos previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PREPARAÇÕES UTILIZADAS EM ALIMENTOS, COSMÉTICOS E BEBIDAS (EXCETO À BASE DE SUBSTÂNCIAS ODORÍFERAS)	2,880,000	3,312,000	3,974,400

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 29, de 16 de junho de 2020;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA Nº 79, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa SEA FILM INDÚSTRIA DE RESINAS PLÁSTICAS DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso I do Art. 9º, os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 20/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.009394/2020-19, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa SEA FILM INDÚSTRIA DE RESINAS PLÁSTICAS DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ nº 38.299.417/0001-70 e Inscrição SUFRAMA nº 21.0126.87-6) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 20/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), código SUFRAMA 0674, e RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA 1306, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para os produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA)	747,104	971,235	1,195,367
RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS)	699,889	839,867	1,029,249

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S/A

CNPJ: 17.909.518/0001-45 - NIRE: 5350000520-0

ATA DA 19ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021

Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 10 horas, na sede da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, situada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, número 190, 10º andar, Sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, Brasília-DF, compareceu a UNIÃO, por intermédio de seu representante legal, a Doutora LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO, Procuradora da Fazenda Nacional, credenciada pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2019, que participou à distância, por meio de sistema eletrônico, em observância ao disposto na Portaria nº 7.957, de 19 de março de 2020, para a realização da DÉCIMA NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF, em primeira convocação, dispensada a publicação de convocatória por ser a UNIÃO a única acionista e detentora da integralidade do capital social da Companhia. A Assembleia contou ainda, com a participação, por meio de sistema eletrônico, do Senhor OCTÁVIO LUIZ BROMATTI, Presidente da ABGF, a presidir os trabalhos da Assembleia, conforme estabelecido na Portaria nº 006/2020/ABGF, de 12.01.2021, e o Sr. PAULO DE TARSO RODRIGUES a secretariá-los. Composta a mesa e verificado o quórum legal para a instalação em primeira convocação e para a deliberação, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, esclarecendo que a publicação de anúncios havia sido dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em seguida, informou aos presentes o assunto para deliberação, componente da ordem do dia, conforme instrumento convocatório já citado: I - Alteração da redação do § 2º do art. 6º do Estatuto Social da ABGF. Aprovada a Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia deu início ao trabalho. Item I.: Alteração da redação do § 2º do art. 6º do Estatuto Social da ABGF, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 6º A Companhia poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação: § 1º No exercício da prerrogativa de que trata o "caput", a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando: I. estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e II. tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil; § 2º Para fins de atendimento ao inciso II do §1º, a administração da Companhia deverá: I. evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas explicativas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e II. descrevê-las em tópico específico do relatório de administração; § 3º O exercício das prerrogativas de que tratam os §§ 1º e 2º será objeto da Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016." Essa assembleia reuniu-se e deliberou pela aprovação da alteração da redação do § 2º do art. 6º do Estatuto Social da ABGF. Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Assembleia às 10:15 horas. Para fins legais e de direito, na qualidade de Secretário da Assembleia, lavrei a presente ata em 5 (cinco) vias de igual teor e forma que, depois de lida e aprovada, foi assinada, na forma do Art. 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Representante Legal da UNIÃO, pelo Presidente da Assembleia e Presidente da ABGF e por mim.

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Representante Legal da União

OCTÁVIO LUIZ BROMATTI
Presidente da Assembleia e Presidente da ABGF

PAULO DE TARSO RODRIGUES
Secretário

Ministério da Educação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 204 - GR/IFAM, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria nº 084-GR/IFAM, de 14/01/2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 10, de 15/01/2021, Seção 2, pág. 15, e; CONSIDERANDO a criação da Diretoria de Aquisição e Logística - DAL, no âmbito da Reitoria do IFAM, conforme Portaria nº 1.463 - GR/IFAM, DE 10 /11/2020; CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 23/2021-PROPLAD/ REITORIA, de 02/02/2021, resolve:

I. EXCLUIR, da estrutura organizacional do IFAM/Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD, o Departamento e Coordenações, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos	CD-04
Coordenação Geral de Contratos e Convênios	FG-01
Coordenação de Compras	FG-02

II. INCLUIR na estrutura organizacional do IFAM/Diretoria de Aquisição e Logística - DAL, o Departamento e Coordenações, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos	CD-04
Coordenação Geral de Contratos e Convênios	FG-01
Coordenação de Compras	FG-02

III. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º/02/2021.

LÍVIA DE SOUZA CAMURÇA LIMA

PORTARIA Nº 207 - GR/IFAM, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria nº 084-GR/IFAM, de 14/01/2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 10, de 15/01/2021, Seção 2, pág. 15, e; CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 24/2021-PROPLAD/REITORIA, desta data, resolve:

I. EXTINGUIR, da estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD/Reitoria, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, os Departamentos e as Coordenações, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Departamento de Contabilidade e Custos	CD-04
Departamento de Planejamento	CD-04
Coordenação Geral de Prestação de Contas	FG-01
Coordenação de Materiais	FG-01

II. CRIAR, na estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD/Reitoria, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, as Coordenações, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
Coordenação Geral de Contabilidade e Custos	FG-01
Coordenação Geral de Planejamento	FG-01

III. TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 154-GR/IFAM, de 1º/02/2021, publicada no Diário Oficial a União - DOU nº 24, de 04/02/2021, Seção 1, página 31.

IV. Os efeitos dessa Portaria vigaram a partir de 1º/02/2021.

LÍVIA DE SOUZA CAMURÇA LIMA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS NOVA VENÉCIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 20, de 05 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 08 de fevereiro de 2021, Edição 26, Seção 1, Página 72:

O ANEXO I passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Área de Estudo/Disciplina: Engenharia de Agrimensura e Cartográfica - 40 Horas

Nº de inscrição Nome do Candidato Pontos Classificação

007 LUCAS GONZALES LIMA PEREIRA CALADO 60,18 1º

008 THIAGO BLUNCK REZENDE MOREIRA 52,00 2º

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PORTARIA Nº 135, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto de 13 de março de 2020, publicado no DOU de 16 de março de 2020, Seção 2, página 3, considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no DOU de 12 de dezembro de 1990, e o Processo Eletrônico nº 23216.001737.2020-71, resolve:

Art. 1º - Alterar a redação do Artigo 5º, do Artigo 6º e do Artigo 10º da Portaria Nº 90/2021, de 29 de janeiro de 2021, publicada no DOU de 01 de fevereiro de 2021, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° ....

Art. 2° ....

Art. 3° ....

Art. 4° ....

Art. 5° ....

Parágrafo único. Para ordenar as despesas relativas às atividades de custeio deverão ser observadas as regras de delegação e subdelegação específicas.(NR)

6° ....

A) ....

B) ....

C) ....

D) ....

E) ....

F) Designar fiscal de contrato, nos termos da legislação vigente. (NR)

G) ....

Art. 7° ....

Art. 8° ....

Art. 9° ....

Art. 10 Ficam revogadas as Portarias nº 28, de 18 de janeiro de 2012, Portaria nº 1.204, de 31 de agosto de 2016, Portaria n° 80, de 02 de fevereiro de 2016 e Portaria n° 330, de 19 de fevereiro de 2020. (NR)

ELIAS DE PADUA MONTEIRO

CAMPUS IPORÁ

PORTARIA Nº 38, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS IPORÁ, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria/IF Goiano nº 109, de 17.01.2020, DOU de 20.01.2020 e Portaria/IF Goiano nº28 de 18.01.2012, DOU de 20.01.2012Campus Iporá. resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, contados a partir de 12.03.2021, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para contratação de Professor Substituto, objeto do Edital nº 08 de 11.02.2020, publicado no DOU de 13.02.2020, homologado pelo Edital nº 08 de 11.02.2020, publicado no DOU de 12.03.2020, Seção 3 pág. 49.

MARCELO MEDEIROS SANTANA

PORTARIA Nº 39, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS IPORÁ, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria/IF Goiano nº 109, de 17.01.2020, DOU de 20.01.2020 e Portaria/IF Goiano nº28 de 18.01.2012, DOU de 20.01.2012Campus Iporá. resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, contados a partir de 11.02.2021, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para contratação de Professor Substituto, objeto do Edital nº 03 de 20.01.2020, publicado no DOU de 13.02.2020, homologado pelo Edital nº 03 de 20.01.2020, publicado no DOU de 11.02.2020, Seção 3 pág. 29.

MARCELO MEDEIROS SANTANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA/SEI Nº 164, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 39/2020 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.1.1 - Seleção 6: Departamento de Educação - Processo nº 23071.923054/2020-69 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	JORGE VANDERLEI COSTA DA CONCEIÇÃO	9,17
2º	VITAL FRANCISCO CELESTINO ALVES	9,09
3º	FILIPE VOLZ	9,00
4º	JOSÉ ANTONIO MARÇAL	7,85
5º	NATHALIA BARBOSA LIMEIRA	7,50
6º	CARLOS FERNANDO SILVA BRITO	7,20
7º	JUAREZ LOPES RODRIGUES	7,00
8º	FILIPE FERREIRA MARTINS	6,95
9º	LARA SAYÃO LOBATO DE ANDRADE FERRAZ	6,92
10º	SHÊNIA SOUZA GIAROLA	6,70
11º	RODRIGO RIBEIRO DE CARVALHO	6,60
12º	MARCIO TADEU GIROTTI	6,50
13º	ALICE PESSANHA SOUZA DE OLIVEIRA	6,30
14º	BÁRBARA ASSIS VIANNA DA SILVA	6,10
15º	ANA ELISA GOMES DELAGE	6,00
16º	MÍRIAM CRISTINA SILVA OLIVEIRA	6,00
17º	GLAUBER KLAY CERREIRO FIDELIS	5,90
18º	MARIA HELENA SILVA SOARES	5,80
19º	ALUIZIO DE ARAUJO COUTO JUNIOR	5,70
20º	LEANDER ALFREDO DA SILVA BARROS	5,60
21º	ANNA CATARINA DE OLIVEIRA CAROZZI	5,00
22º	MARCUS ALEXANDRE DE PÁDUA CAVALCANTI BASTOS	4,40
23º	JOSÉ HONORATO PEREIRA	4,00
24º	ANMALY NATÁLIA MIGUEL MONTEIRO GILBERT	3,50
25º	GUILHERME DE SOUZA	3,50

1.1.2 - Seleção 7: Departamento de Educação - Processo nº 23071.923057/2020-85 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	ADRIANA OTONI SILVA ANTUNES DUARTE	9,84
2º	ANA LUCIA WERNECK VEIGA	9,62
3º	MARIA MARGARETE PINTO CHAVES	9,50
4º	MICHELE GUEDES BREDEL DE CASTRO	9,05
5º	HELEN VIEIRA DE OLIVEIRA	7,85
6º	SILVIA SZTERLING MUNIMOS	7,69
7º	JOSÉ TADEU ACUNA	7,60
8º	ADRIANA MOREIRA DOS SANTOS FERREIRA	6,95
9º	LYGIA VALLO E CAMPOS	6,65
10º	FABIANA CRISTINA TEIXEIRA	5,52
11º	RAYSSA MALUF DE SOUZA	4,30

1.2 - FACULDADE DE ENGENHARIA

1.2.1 - Seleção 10: Departamento de Energia Elétrica - Processo nº 23071.922876/2020-25 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	CAMILE ARÊDES MORAES	9,04
2º	BRUNO CORTES DE SOUZA	7,51
3º	BRAULIO CÉSAR DE OLIVEIRA	6,26
4º	KELVIN BRYAN DO NASCIMENTO	6,21
5º	GUILHERME DE OLIVEIRA ALVES	6,10
6º	VINICIUS ALBUQUERQUE CABRAL	5,67
7º	LEONARDO DE ARRUDA BITENCOURT	5,59
8º	WANESSA DE OLIVEIRA GUEDES	5,49
9º	GABRIEL SANTOS BOLACELL	5,25
10º	VINICIUS FERREIRA VIDAL	4,99

1.2.2 - Seleção 11: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental - Processo nº 23071.922815/2020-23 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	THIAGO PEREIRA DA SILVA	9,50
2º	MARCELA FRANÇA DIAS	8,60
3º	GISELLE GOMES MOREIRA DA SILVA	7,99
4º	LUANA LORCA SARTORIS GIMENES	6,55
5º	BRUNO CORRÊA BARBOSA	6,52
6º	LUCAS GONÇALVES QUEIROZ	6,00
7º	CAROLINA DE SILVÉRIO ARANTES	5,99
8º	JOSÉ LEONARDO DA SILVA MELLO	5,64

1.3 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA

1.3.1 - Seleção 28: Departamento de Odontologia Restauradora - Processo nº 23071.922508/2020-67 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	BÁRBARA EMANOELE COSTA OLIVEIRA	6,90
2º	ANA CAROLINA OLIVEIRA PERES	5,09
3º	LUISA ANDRADE VALLE	4,32
4º	ISABELA RIBEIRO MADALENA	4,00
5º	STEFANIA WERNECK PROCOPIO	3,65
6º	LAÍS SANTOS ALBERGARIA	3,65
7º	MARIANA OLIVEIRA GUIMARÃES	3,50

1.3.2 - Seleção 29: Departamento de Odontologia Restauradora - Processos nº 23071.922507/2020-94 e 23071.922506/2020-24 - Nº Vagas: 02 (duas)

Classificação	Nome	Nota
1º	JORDANA DIAS MARTINS	6,18
2º	LUÍS FELIPE MARQUES DE RESENDE	5,53
3º	LETÍCIA DRUMOND DE ABREU GUIMARÃES	5,46
4º	CAMILA MOREIRA LIMA	5,33
5º	LUCIANA DE CASTRO BRAGA	4,99
6º	RAFAEL DE ALMEIDA SPINELLI PINTO	4,94
7º	ALESSANDRA PASCHOALINO MACHADO DOS SANTOS	4,63

1.4 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.4.1 - Seleção 38: Departamento de Administração - Processo nº 23071.922491/2020-41 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	MATEUS CERQUEIRA ANÍCIO MORAIS	8,31
2º	TAMIRIS CRISTHINA RESENDE DA SILVA	7,87
3º	JOICE CHIARETO	7,72
4º	PATRICIA KINAST DE CAMILLIS	7,47
5º	MÁRCIO LUIZ MARIETTO	6,73
6º	VANECILDA DE SOUSA BARBOSA	6,57
7º	PAULA GONTIJO MARTINS	6,56
8º	JÉSSICA CRISTINA REZENDE MÁXIMO	6,53
9º	SILVANIR DESTEFANI SARTORI	6,41
10º	LUCIANO HENRIQUE FIALHO BOTELHO	6,25
11º	LINDA MÁRCIA MENDES DELAZERI	6,23
12º	MARÍLIA DUARTE DE SOUZA	5,95
13º	EDWARD BERNARD BASTIAAN DE RIVERA Y RIVERA	5,88
14º	MÍRIAM COSTA TOYAMA	5,66
15º	HELLEN ALVES SÁ	5,36
16º	RODRIGO DE CARVALHO NIPPES	5,18
17º	ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS	5,07
18º	JULIANA DE SOUZA BITTAR-GODINHO	4,27

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA MERCÊS OLIVEIRA DE FARIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 22, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Estabelece a Fundação Uniselva para a gestão de projetos de pesquisa, extensão e inovação da Universidade Federal de Rondonópolis.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Rondonópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020, e

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFR Nº 20, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020, resolve:

Art. 1º Instituir a Fundação Uniselva como fundação de apoio para a gestão executiva, administrativa e financeira necessária à execução de projetos de pesquisa, extensão e inovação, conforme deliberado em reunião ordinária, realizada no dia 06 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em dez de fevereiro de dois mil e vinte e um.

ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA
Presidente do Conselho

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 257, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.009849/2020-98; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 11/2020, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Turismo: Teoria Geral do Turismo, Marketing, Organização de Eventos, Viabilidade de Projetos Turísticos, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Suzana Fernandes de Paula, Elias Júnior Câmara Gomes Sales, Ricardo Ernesto Bolzan, Sarah Marroni Minasi, Elaine Santos Teixeira Cruz, Mateus Vitor Tadioto , Raissa de Keller e Costa, Leandro Forgiarini de Gonçalves, Marina Marins Morettoni , Bruno de Souza Lima e Ivan Conceição Martins da Silva.

BRUNO CAMILLOTO ARANTES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 233, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal, resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término dos períodos anteriores, conforme Edital de Novos Prazos de Validade de Concursos Públicos nº 4/2021, de 25/01/2021, publicado no DOU de 26/01/2021, o Prazo de Validade do Concurso Público do Edital de Homologação de Resultado nº 268/2018 de 05/07/2018, publicado no DOU de 06/07/2018 , referente ao Edital de Abertura nº 72/2017 de 03/03/2017, publicado no DOU de 06/03/2017, para provimento de cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior.

ROBERLAINE RIBEIRO JORGE

PORTARIA Nº 240, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal; resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, conforme Edital de Novos Prazos de Validade de Concursos Públicos nº 4/2021, de 25/01/2021, publicado no DOU de 26/01/2021, o prazo de validade dos Concursos Públicos, do Edital de homologação nº 272/20218 de 05/07/2018, publicado no DOU de 06/07/2018, referente ao Edital nº 200/2018 de 22/05/2018, publicado no DOU de 23/05/2018, para provimento do cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior.

ROBERLAINE RIBEIRO JORGE

Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA CONTRAN Nº 197, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Suspende, por determinação judicial, os arts.8º e 9º da Resolução CONTRAN nº 809, de 15de dezembro de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" doColegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 desetembro de 1997, que instui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO daResolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processoadministravo nº 50000.002732/2021-45, resolve:

Art. 1º Esta Portaria suspende, em cumprimento à determinação judicial proferida no âmbitodo Agravo de Instrumento nº 5002747-48.2021.4.04.0000, os arts. 8º e 9º da Resolução CONTRAN nº 809, de15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre os requisitos para emissão do Cerficado de Registro de Veículo(CRV), do Cerficado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade emmeio digital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO
Em Exercício

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 4.150, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Revoga a Portaria nº 2.877, de 16 de outubro de 2020, que regulamenta os exames de conhecimento teórico para fins de obtenção de licenças, de habilitações e do certificado de piloto aerodesportivo realizado em meio eletrônico por contratado para execução indireta de serviço da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

A SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL E O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso das atribuição que lhes conferem o art. 41-A e o art. 34, respectivamente, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00065.002217/2021-32, resolvem:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 2.877, de 16 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA OLIVIERI CAIXETA ALTOÉ
Superintendente de Pessoal da Aviação Civil

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA
Superintendente de Padrões Operacionais

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.145, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inc. VI do art. 18 da Portaria SPL nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, conjugado com o parágrafo único do art. 41-A do Regimento Interno da ANAC aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00065.002217/2021-32, resolve:

Art. 1º Regular os exames de conhecimento teórico para fins de obtenção de licenças, de habilitações e do certificado de piloto aerodesportivo realizado em meio eletrônico por contratado para execução indireta de serviço da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC na forma do nesta Portaria.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Os exames de conhecimento teórico objeto desta Portaria são aqueles requeridos pelos:

I - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61: licenças, habilitações e certificados para pilotos;

II - Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 63: requisitos para concessão de licenças de mecânico de voo e de comissário de voo, ou RBAC que vier a substituí-lo;

III - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 65: licenças, habilitações e regras gerais para despachante operacional de voo e mecânico de manutenção aeronáutica.

Parágrafo único. São exigíveis nos exames as alterações de caráter normativo (Lei, Regulamento, Portaria etc.) em vigor até 90 (noventa) dias antes da data de sua realização.

Art. 3º O resultado em exame de conhecimento teórico da ANAC relacionado à determinada licença, habilitação ou certificado não é válido como comprovante de conhecimentos referentes a outra licença, habilitação ou certificado, a menos que disposto de forma contrária em RBAC.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO PARA OS EXAMES

Art. 4º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - Matéria: objeto de estudo;

II - Prova: avaliação sobre o aprendizado de determinada matéria;

III Exame: conjunto de provas cujo resultado serve de demonstração de atingimento de grau de conhecimento mínimo;

IV - Objetivo de aprendizado: matéria cujo aprendizado será objeto de prova.

V - Executante do exame de conhecimento teórico, ou simplesmente executante: terceiro, pessoa jurídica, contratado para execução indireta de serviço da ANAC para inscrição, agendamento e aplicação do exame de conhecimento teórico, conforme o Decreto nº 9.507/2018.

VI - Fiscal de prova: pessoa natural contratada pelo executante do exame de conhecimento teórico responsável pelos procedimentos e ordem a serem observados na sala de provas. Goza das prerrogativas e tem as responsabilidades próprias de agente público, na qualidade de particular em colaboração com o Estado;

VII - Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil: é o registro oficial do pessoal da aviação civil do Brasil, mantido pela ANAC, para inscrição dos aeronavegantes, suas licenças, averbação de habilitações de categoria, de classe, de tipo ou relativas à operação e certificado de piloto de aeronave aerodesportiva ou certificado médico aeronáutico. A manutenção dos dados é em meio eletrônico, através do Sistema Integrado de Informações da Aviação Civil - SINTAC, ou outro que o suceder. O registro de inscrição é denominado número CANAC, ou simplesmente CANAC.

Art. 5º Um exame de conhecimento teórico da ANAC é composto de provas para avaliação do domínio mínimo dos objetivos de aprendizado estipulados para as matérias que o compõem.

§ 1º As provas têm como objeto principal a matéria a que se referem, porém não estando a ela limitadas, podendo envolver subsidiária e complementarmente objetivos de aprendizado estipulados para outras matérias previstas no conteúdo programático mínimo estabelecido pela ANAC para o curso de formação ao qual se vincula o exame.

§ 2º Na hipótese de ser exigida licença, habilitação ou certificado anterior válidos para a inscrição e realização em determinado exame, os objetivos de aprendizado avaliados para a obtenção daqueles são passíveis de nova avaliação. Ou seja, avalia-se o conhecimento de forma cumulativa.

§ 3º É parte integrante dos objetivos de aprendizado avaliados aqueles estipulados para o nível de ensino formal oficial mínimo requerido para a obtenção de licença, habilitação ou certificado de que o exame seja parte do processo de obtenção.

Art. 6º Sempre que necessário e onde aplicável os exames serão identificados pelas seguintes siglas:

I - AVI - mecânico de manutenção aeronáutica, grupo aviônicos;
II - CEL - mecânico de manutenção aeronáutica, grupo célula;
III - CMS - comissário de voo;
IV - CPA - piloto aerodesportivo;
V - DOV MOD 1 - despachante operacional de voo - módulo 1;
VI - DOV MOD 2 - despachante operacional de voo - módulo 2;
VII - GMP - mecânico de manutenção aeronáutica, grupo motopropulsor;
VIII - ICPA - instrutor de voo de piloto aerodesportivo;
IX - IFR - voo por instrumentos;
X - INVA - instrutor de voo de avião;
XI - INVD - instrutor de voo de dirigível;
XII - INVH - instrutor de voo de helicóptero;
XIII - INVP - instrutor de voo de planador;
XIV - MCV - mecânico de voo;
XV - PCA - piloto comercial de avião;
XVI - PCH - piloto comercial de helicóptero;
XVII - PLA - piloto de linha aérea de avião;
XVIII - PLH - piloto de linha aérea de helicóptero;
XIX - PPA - piloto privado de avião;
XX - PPH - piloto privado de helicóptero;
XXI - PPL - piloto de planador;
XXII - R-CPA - regulamentos de voo para piloto aerodesportivo;
XXIII - R-IFRA - regulamentos de voo por instrumentos em avião;
XXIV - R-IFRH - regulamentos de voo por instrumentos em helicóptero;
XXV - R-VFRA - regulamentos de voo visual em avião;
XXVI - R-VFRH - regulamentos de voo visual em helicóptero.

Art. 7º Sempre que necessário e onde aplicável as provas serão identificadas pelas seguintes siglas e significados:

I - AACT - Conhecimentos técnicos, para aeronaves aerodesportiva;

II - AAREG - regulamentos de tráfego aéreo, da profissão (quando cabível) e direito aeronáutico, para aeronaves aerodesportivas;

III - AATV - Teoria de voo, para aeronaves aerodesportivas;
IV - AVI1 - Aviônicos 1, para mecânicos de manutenção aeronáutica;
V - AVI2 - Aviônicos 2, para mecânicos de manutenção aeronáutica;
VI - BAS - Módulo Básico, para mecânicos de manutenção aeronáutica;
VII - CAEP - Conhecimentos aeronáuticos e pedagógicos;
VIII - CEL1 - Célula 1, para mecânicos de manutenção aeronáutica;
IX - CEL2 - Célula 2, para mecânicos de manutenção aeronáutica;
X - CGA - Conhecimentos gerais de aeronaves;
XI - CTA - Conhecimentos técnicos de aeronaves;
XII - ESS - Emergência, segurança e sobrevivência;

XIII - GMP1 - Grupo motopropulsor 1, para mecânicos de manutenção aeronáutica ;

XIV - GMP2 - Grupo motopropulsor 2, para mecânicos de manutenção aeronáutica;

XV - MET - Meteorologia;
XVI - MET/TV - Meteorologia e teoria de voo;
XVII - NAV - Navegação;
XVIII - PLN - Planejamento de voo;
XIV - PPB - Performance, peso e balanceamento;

XV - PPB/TV - Performance, peso e balanceamento, meteorologia e teoria de voo;

XVI - PSS - Medicina aeroespacial e primeiros socorros;

XVII - REG - regulamentos de tráfego aéreo, da profissão do aeronauta (quando cabível) e direito aeronáutico;

XVIII - RPA - Direito aeronáutico e da profissão do aeronauta;
XIX - TV - Teoria de voo;

Art. 8º As matérias sobre as quais será feita a avaliação por meio de exame de conhecimento teórico são aquelas relacionadas aos objetivos de aprendizado constantes nos quadros do Anexo I.

CAPÍTULO III

DA FINALIDADE, CONTEÚDO E DURAÇÃO DOS EXAMES

Art. 9º As finalidades para as quais a ANAC requer um exame teórico constam no quadro do Anexo II, onde consta o requisito do Regulamento que estabelece a obrigatoriedade da aprovação.

Art. 10. Um exame de conhecimento teórico é composto de tantas provas quanto o requerido em Regulamento.

§ 1º Uma prova de matéria corresponde a avaliação de uma área do conhecimento, que se denomina matéria, composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas cada, sendo somente uma alternativa correta.

§ 2º As questões de prova avaliam os objetivos de aprendizado das matérias que a compõem, como constante no Anexo I.

§ 3º Os exames são documentos que serão apreciados pela autoridade de aviação civil brasileira e, portanto, são aplicados unicamente em língua portuguesa (art. 22, § 1º, Lei 9.784/1999), porém podem conter termos técnicos em idioma estrangeiro, quando de uso consagrado na aviação.

Art. 11. A duração total do exame é igual à soma das durações das provas que o compõem.

§ 1º A duração total do exame é compartilhada por todas as provas, podendo o tempo excedente em uma prova ser utilizado nas demais.

§ 2º O tempo excedente em um exame não pode ser acumulado para uso em exame(s) posterior(es).

§ 3º Excetuados os casos previstos nesta Portaria, não haverá extensão da duração do exame.

Art. 12. Os exames de conhecimento teórico da ANAC, as provas que os compõem e a duração de cada prova são aqueles constantes no Anexo III.

§ 1º As provas relacionadas no Anexo III poderão reunir questões relativas a mais de uma matéria, como indicado.

§ 2º A execução de um exame implica a disponibilização das provas das matérias que o compõem em um mesmo momento.

Art. 13. Os exames de conhecimento teórico da ANAC relacionados no Anexo IV serão realizados em sistema de provas informatizado do executante.

CAPÍTULO IV

DO PREPARO

Art. 14. São condições mínimas para a inscrição em exame de conhecimento teórico da ANAC:

I - Ter concluído ou, pelo menos, estar cursando o ensino médio ou equivalente em instituição reconhecida oficialmente;

II - Possuir registro de inscrição no Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil, ou número CANAC;

III - Ter sido aprovado no respectivo curso homologado, quando cabível;

IV - Atender pré-requisitos específicos aplicáveis ao exame de interesse;

V - Conhecer, atender e estar de acordo com as exigências contidas nesta Portaria.

Parágrafo único. Para os exames de conhecimento teórico visando obtenção de licença de piloto privado de planador, requer-se que o interessado tenha concluído ou, pelo menos, curse o ensino fundamental.

Da regularidade junto ao Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil

Art. 15. O interessado em se submeter a exame de conhecimento teórico da ANAC deve ser titular de número de inscrição no Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil (art. 4º, inc. VII).

§ 1º O CANAC pode ser obtido a partir do formulário disponível no endereço da Internet <https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/profissionais-da-aviacao-civil/processo-de-licencas-e-habilitacoes/exame-teorico>, doravante simplesmente <https://tinyurl.com/y4t7kt3c> .

§ 2º A inscrição fica inviabilizada se ausente no Cadastro:

I - fotografia na ficha cadastral do CANAC no padrão OACI, como especificado a partir do endereço <https://tinyurl.com/y4t7kt3c> na Internet;

II - comprovante de residência, em nome do interessado, cônjuge/companheiro(a), pai ou mãe;;

III - cópia legível do documento de identidade válido, com foto, onde conste o número de inscrição no CPF;

IV - assinatura do titular na ficha cadastral.

Art. 16. Os dados necessários para a inscrição do interessado em exame serão aqueles constantes junto ao Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil.

§ 1º Constitui infração administrativa a falta de atualização de dados junto ao Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil.

§ 2º A atualização dos dados pessoais no Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil é indelegável, intransferível e de exclusiva responsabilidade do titular do CANAC.

Dos pré-requisitos específicos

Art. 17. O interessado em se submeter a um exame de conhecimento teórico deve atender as seguintes condições prévias específicas e cumulativas:

I - AVI: aprovação no respectivo curso homologado.

II - CEL: aprovação no respectivo curso homologado.

III - CMS: aprovação no respectivo curso homologado.

IV - DOV MOD 1: aprovação no curso homologado (módulo 1 e módulo 2).

V - DOV MOD 2:

a) aprovação no curso homologado (módulo 1 e módulo 2);

b) aprovação em exame teórico de DOV MOD 1.

VI - GMP: aprovação no respectivo curso homologado.

VII - ICPA:

a) aprovação no respectivo curso homologado (dispensado se titular de habilitação de instrutor de voo válida em outra categoria de aeronave);

b) licença de CPA.

VIII - IFR:

a) qualquer licença da categoria avião ou helicóptero;

b) aprovação no respectivo curso homologado.

IX - INVA:

a) aprovação no respectivo curso homologado (dispensado se titular de habilitação de instrutor de voo válida em outra categoria de aeronave);

b) licença de PCA ou de PLA.

X - INVD:

a) aprovação no respectivo curso homologado (dispensado se titular de habilitação de instrutor de voo válida em outra categoria de aeronave);

b) licença de PCD.

XI - INVH:

a) aprovação no respectivo curso homologado (dispensado se titular de habilitação de instrutor de voo válida em outra categoria de aeronave);

b) licença de PCH ou de PLH.

XII - INVP:

a) aprovação no respectivo curso homologado (dispensado se titular de habilitação de instrutor de voo válida em outra categoria de aeronave);

b) licença de PPL.

XIII - MCV: aprovação no respectivo curso homologado ou ter o certificado de conclusão convalidado.

XIV - PCA/IFR:

a) aprovação no respectivo curso homologado;

b) licença de PPA.

XV - PCH:

a) aprovação no respectivo curso homologado;

b) licença de PPH.

XVI - PLA: qualquer licença de avião.

XVII - PLH: qualquer licença de helicóptero.

XVIII - R-CPA - regulamentos de CPA: certificado de piloto aerodesportivo.

XXIII - R-IFRA - regulamentos por Instrumentos Avião: habilitação IFRA anterior ou estrangeira.

XXIV - R-IFRH - regulamentos por Instrumentos Helicóptero: habilitação IFRH anterior ou estrangeira.

XXV - R-VFRA - regulamentos Visuais Avião: licença PPA.

XXVI - R-VFRH - regulamentos Visuais Helicóptero: licença PPH.

§ 1º É responsabilidade dos centros de instrução de aviação civil, certificados segundo ou em transição para o RBAC nº 141, informar a ANAC dos aprovados em seus cursos homologados.

§ 2º O interessado, fazendo uso de dados de sua responsabilidade, poderá consultar sobre sua aprovação em cursos homologados a partir do endereço <http://www2.anac.gov.br/EDUCATOR/EXAMES.ASPX> na Internet.

§ 3º Eventual ausência de registro na relação publicada pela ANAC deverá ser esclarecida junto ao centro de instrução de aviação civil (aeroclube ou escola) que promoveu o curso, ou mediante requerimento do interessado à Gerência Técnica de Organizações de Formação - GTOF, através de protocolo eletrônico (a partir do endereço <https://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/protocolo-eletronico/> na Internet) usando como tipo do processo: "Pessoal da Aviação Civil: Cadastro de Aprovação de Candidato em Exame Teórico".

CAPÍTULO V

DO ATENDIMENTO ESPECIAL

Art. 18. O interessado com necessidade especial, temporária ou permanente, que precisar de condição diferenciada para realização da prova, deverá informá-la no campo próprio do formulário de inscrição.

§ 1º O atendimento às condições diferenciadas solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

§ 2º Os interessados com necessidades especiais participarão do exame de conhecimento teórico em igualdade de condições com os demais interessados no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de habilitação, ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais interessados.

Da lactante

Art. 19. A interessada lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, informando tal necessidade no campo próprio do formulário de inscrição, para adoção das providências necessárias.

§ 1º Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da interessada.

§ 2º A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela interessada).

§ 3º A ANAC, o executante e o fiscal de prova não verificarão a identidade ou vínculo do acompanhante com a lactante.

Do surdo-mudo

Art. 20. O executante do exame de conhecimento teórico disponibilizará intérprete de libras.

§ 1º O intérprete de libras poderá ser o próprio fiscal de prova.

§ 2º O executante indicará os locais em que disponibilizará intérprete de libras, no mínimo em duas localidades do território nacional.

§ 3º O interessado deverá informar sua condição diferenciada para realização da prova no campo próprio do formulário de inscrição.

Do cadeirante

Art. 21. O executante do exame de conhecimento teórico da ANAC indicará as salas de prova com acesso aos cadeirantes.

Do portador de equipamento médico

Art. 22. O interessado portador de equipamento médico por expressa determinação médica, por escrito, durante o período de realização do exame deverá informar tal necessidade no campo próprio do formulário de inscrição.

Do porte de armas

Art. 23. O interessado amparado pela Lei nº 10.826/2003, e suas alterações, deverá informar sua condição diferenciada para realização da prova no campo próprio do formulário de inscrição.

§ 1º Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas (art. 38, inc. V), à exceção daqueles de que trata o caput.

§ 2º Os documentos que caracterizem o atendimento dos requisitos legais autorizadores do porte de arma deverão ser apresentados ao fiscal de prova da ANAC quando da marcação de presença (§ 3º do art. 35), sob pena de, mesmo após iniciada a aplicação do exame, serem retirados do recinto da sala de provas e consequente eliminação (§ 11 do art. 46).

CAPÍTULO VI

DA INSCRIÇÃO

Art. 24. O executante oferecerá a inscrição em exame de conhecimento teórico da ANAC via Internet, utilizando sistema próprio e de forma contínua, conforme disponibilidade de vagas nas salas de prova distribuídas no território nacional.

§ 1º O executante e o respectivo endereço na rede mundial de computadores a partir do qual se dá a inscrição constam no Anexo V.

§ 2º O interessado deverá ler e concordar com esta Portaria antes de iniciar o preenchimento do formulário de inscrição.

§ 3º O executante poderá requerer concordância explícita do interessado com os termos de uso do sistema informatizado para inscrição e de provas e da política de privacidade que adotar para dar adequado cumprimento a esta Portaria, incluindo e não se limitando ao consentimento para tratamento de dados pessoais, ordinários e sensíveis.

§ 4º A inscrição ocorre em duas fases:

I - Cadastramento;

II - Pagamento.

§ 5º Após concluir o cadastramento sem pendências, o interessado receberá mensagem por correio eletrônico (e-mail) contendo sua identificação perante o sistema (login).

Da senha de acesso

§ 6º A senha de acesso será criada pelo interessado, sendo sua responsabilidade a manutenção do sigilo. O executante não manterá qualquer registro que permita sua recuperação.

§ 7º O sistema do executante informará ao interessado, após consulta à ANAC, ao menos as seguintes críticas ao cadastramento e respectivo código:

a) Candidato não atende ao pré-requisito idade - código: 10;

b) Candidato não atende ao pré-requisito escolaridade - código: 20;

c) Candidato não atende ao pré-requisito de curso homologado - código: 30;

d) Candidato não possui licenças e habilitações necessárias - código: 40;

e) Usuário não cadastrado - código: 50;

f) Certificado de conhecimento teórico inválido - código: 60;

g) Certificado de conhecimento teórico pretendido dentro do prazo de validade - código: 70;

h) Usuário não possui endereço (postal) cadastrado - código: 80;

i) Fotografia junto faltante ou fora do padrão OACI - código: 90.

CAPÍTULO VII

DAS TAXAS E SEU PAGAMENTO

Art. 25. A inscrição em exame de conhecimento teórico da ANAC corresponde a utilização potencial de serviço público específico e divisível, impondo a cobrança e correspondente pagamento do montante apurado sobre as Taxas de Fiscalização de Aviação Civil - TFAC previstas na Lei nº 11.182, de 2005.

§ 1º A soma das TFAC associadas ao exame será calculada pela ANAC a partir dos dados fornecidos para que a Guia de Recolhimento da União - GRU seja gerada a partir do sistema do executante após a conclusão do cadastramento.

§ 2º É responsabilidade do interessado gerar a GRU fazendo uso de seus dados de acesso (CPF e senha; § 5º do art. 24) e realizar o recolhimento para conclusão da inscrição para ter acesso ao agendamento do exame.

§ 3º A GRU vence em 30 (trinta) dias da data da sua emissão.

§ 4º Se vencida e não paga a GRU, esta será cancelada junto ao sistema do executante. Nova emissão para o mesmo cadastramento será possível após 5 (cinco) dias úteis do vencimento.

§ 5º A GRU paga tem validade de 5 (cinco) anos para fins de devolução do valor, desde que não liberado o sistema do executante para agendamento (§ 5º do art. 31) - demonstração inequívoca de utilização potencial de serviço público específico e divisível.

Art. 26. O titular do serviço é o interessado, cujo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, é informado na fase de cadastramento (art. 24) e que deve figurar no campo apropriado quando da emissão da GRU.

Parágrafo único. A origem dos recursos utilizados para o pagamento da GRU não é relevante para a ANAC ou o executante, inexistindo possibilidade de substituição tributária à espécie TFAC.

Art. 27. A GRU, gerada na forma cobrança (ficha de compensação com código de barras), é pagável na rede bancária brasileira, inclusive pelo serviço DDA - débito direto autorizado.

Parágrafo único. A confirmação do pagamento pode demorar até 5 (cinco) dias úteis.

Art. 28. A cada prova é associada uma TFAC, reunidas por exame segundo código identificador junto ao sistema informatizado da ANAC, que serão indicadas no preenchimento da GRU:

I - Código 5118, para os exames CPA, PPA, PPH, CMS, DOV MOD 1, DOV MOD 2, AVI, CEL, GMP, no valor de R$ 68,21 por prova;

II - Código 5119, para os exames PCA/IFR, PCH, PLA, PLH, INVA, INVD, INVH, INVP, ICPA, IFR, R-CPA, R-IFRA, R-IFRH, R-VFRA, R-VFRH, MCV, no valor de R$ 68,21 por prova;

III - Código 5121, para o exame PPL, no valor de R$ 68,21 por prova;

IV - Código 5122, para 2ª época de qualquer exame, no valor de R$ 68,21 por prova.

§ 1º Os valores de TFAC mencionados são indicativos. Em caso de discrepância, prevalecem os valores estabelecidos por Lei.

§ 2º Não será aceita GRU obtida fora do sistema do executante, gerada através de qualquer outro sistema da Administração Pública, inclusive da ANAC.

Art. 29. Serão restituídos sem juros ou correção monetária os valores de GRU válidas recolhidos em duplicidade, ou com código diferente do exame pretendido, ou com valor acima do devido, mediante requerimento do titular do serviço (art. 27), independentemente de quem tenha feito o pagamento.

Parágrafo único. O procedimento específico tem orientação disponível no endereço <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-restituicao-de-taxa-de-fiscalizacao-da-aviacao-civil> da Internet.

Art. 30. Valores recolhidos em montante inferior ao devido não admitem complementação.

Parágrafo único. Recolhimento a menor enseja pedido de restituição nos moldes do artigo anterior.

CAPÍTULO VIII

DO AGENDAMENTO

Art. 31. O executante oferecerá o agendamento em exame de conhecimento teórico da ANAC via Internet.

§ 1º A inscrição realizada junto a determinado executante vincula o procedimento de agendamento, vedada sua alteração.

§ 2º O executante e o respectivo endereço na rede mundial de computadores a partir do qual se dá o agendamento constam no Anexo V.

§ 3º O executante do exame poderá publicar manual de instruções para uso de seu sistema.

§ 4º O executante efetivará o agendamento após consulta à ANAC para identificação do pagamento da(s) TFAC associada(s) ao exame.

§ 5º O executante notificará, a partir de seu sistema de inscrição e agendamento, o interessado por correio eletrônico (e-mail) da situação de "agendamento pendente" (vide art. 25, § 5º).

Art. 32. O interessado indicará no sistema do executante:

I - Sala de provas onde deseja realizar o exame de conhecimento teórico, dentre as opções disponíveis;

II - Data e horário, dentre as opções disponíveis para a sala de provas escolhida.

Parágrafo único. O executante notificará o interessado por correio eletrônico (e-mail) do agendamento.

Art. 33. O agendamento deve ser feito com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos antes da data pretendida para o exame de conhecimento teórico.

§ 1º Até 7 (sete) dias corridos antes da data pretendida para o exame, será considerada a situação de "agendamento solicitado".

§ 2º Enquanto a situação for de "agendamento solicitado", o interessado poderá cancelar o agendamento por até 2 (duas) vezes. O terceiro agendamento é definitivo, restando ao interessado faltar ou comparecer para realizar o exame.

§ 3º O interessado poderá realizar novo agendamento no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data do cancelamento. Vencido este prazo, o executante cancelará a inscrição, não cabendo ressarcimento da(s) TFAC recolhida(s).

§ 4º Faltando 7 (sete) dias corridos para a realização do exame, o executante notificará o interessado por correio eletrônico (e-mail) que a situação é de "agendamento confirmado".

§ 5º A situação de "agendamento confirmado" impede o cancelamento ou qualquer tipo de alteração relativa ao agendamento.

§ 6º Sobrevindo a situação de "agendamento confirmado", o interessado passa a ser denominado candidato.

§ 7º A falta de agendamento, após comunicação da situação de "agendamento pendente" ou após seu cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados do fato dá causa ao cancelamento da inscrição, sem direito a ressarcimento da(s) TFAC recolhida(s).

§ 8º Será permitida alteração da senha enquanto a situação for de "agendamento solicitado", observado o disposto no § 2º. Uma vez verificada a situação "agendamento confirmado", não será mais possível a alteração da senha (§ 5º). Recomenda-se fortemente ao candidato que memorize sua senha com vistas ao requerido no § 4º do art. 35.

§ 9º A contagem dos prazos se dá conforme o disposto no art. 66 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 34. O agendamento, independentemente de sua condição de "solicitado" ou "confirmado", poderá ser cancelado pelo executante a qualquer tempo em razão de dificuldades técnicas, caso fortuito ou força maior, que impossibilitem a aplicação do exame de conhecimento teórico na sala de provas escolhida pelo interessado.

§ 1º O executante notificará o candidato por correio eletrônico (e-mail) do cancelamento do agendamento.

§ 2º O cancelamento do agendamento por iniciativa do executante não afeta o limite de 2 (dois) cancelamentos permitidos ao interessado.

§ 3º O novo agendamento, após cancelamento por iniciativa do executante, é de iniciativa do interessado e observa o disposto no artigo anterior, em especial quanto ao prazo de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO IX

DA PRESTAÇÃO DO EXAME

Locais e horários do exame

Art. 35. O exame de conhecimento teórico da ANAC será prestado em sala de provas administrada pelo executante, em sistema eletrônico próprio, na data e horário previamente agendados constantes na confirmação do agendamento (§ 4º do art. 33) e verificável junto ao sistema de inscrição e agendamento.

§ 1º A inscrição realizada junto a determinada instituição vincula a prestação do exame, vedada a alteração de executante.

§ 2º O horário constante na confirmação do agendamento é aquele de liberação do exame para o candidato.

§ 3º O candidato deve apresentar-se na recepção da sala de provas para marcação de presença com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário constante na confirmação do agendamento.

§ 4º O candidato deve levar a senha definida no momento da inscrição (§ 6º do art. 24) para realizar a sua prova. Caso não a possua, será considerado faltoso.

Material para o exame

Art. 36. É de responsabilidade do candidato trazer consigo os materiais e equipamentos que julgar necessários para realização do exame.

§ 1º Será disponibilizado ao candidato infraestrutura (sala, computador etc.).

§ 2º O executante fará o empréstimo de caneta para assinatura da lista de presença e de lápis e papel para rascunho, e, quando for o caso, cartas de navegação, que deverão ser devolvidos ao final do exame ou de eventual recurso (art. 50).

§ 3º A retirada de qualquer material da sala de provas implica na eliminação do candidato (§ 11 do art. 46).

Art. 37. São permitidos os seguintes materiais e equipamentos para realização do exame:

I - calculadora eletrônica que execute as quatro operações matemáticas básicas (soma, subtração, multiplicação e divisão), percentagem, raiz quadrada e memória (de soma e de subtração).

II - computadores manuais ou réguas de navegação tipo CR-3 (circular) ou tipo E6-B (retangular), sem anotações ou instruções manuscritas ou tipográficas sobre as técnicas de cálculo;

III - quaisquer outros que, por expressa determinação médica, por escrito, sejam de porte indispensável durante o período de realização do exame (art. 22).

§ 1º O fiscal de prova poderá limpar a memória das calculadoras eletrônicas antes do início do exame.

§ 2º O candidato exibirá, no momento da marcação da presença (§ 3º do art. 35), o computador manual ou régua de navegação que portar ao fiscal de prova que verificará sua admissibilidade.

Art. 38. São proibidos os seguintes materiais ou equipamentos para a realização do exame:

I - publicações ou anotações, em qualquer formato, tais como resumos de conteúdo, instruções, gravuras etc.;

II - quaisquer equipamentos eletrônicos (salvo comprovada determinação médica, vide art. 22), tais como calculadoras, relógios, agendas eletrônicas etc.;

III - quaisquer aparelhos de comunicação, tais como aparelhos de telefone, gravadores ou receptores de dados, voz, imagens, vídeos ou mensagens;

IV - fones ou abafadores de ouvido, óculos escuros (salvo comprovada determinação médica, vide art. 22) ou itens de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro e similares;

V - armas de qualquer espécie;

VI - qualquer material diverso dos materiais permitidos, cujo porte na sala de provas não tenha sido expressamente autorizado pelo fiscal de prova.

§ 1º Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei nº 10.826/2003, e suas alterações. O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, indicando a opção "outras" e depois, porte de arma (art. 23).

§ 2º Quando da marcação de presença (§ 3º do art. 35), o candidato apresentará o certificado de registro de arma de fogo ou da autorização de porte definidos na lei ao fiscal de prova, sob pena de, mesmo após iniciada a aplicação do exame, ser retirado do recinto da sala de provas e consequente eliminação (§ 11 do art. 46).

§ 3º Os candidatos não amparados pela Lei nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar arma(s) no ambiente de provas e tampouco o fiscal de prova poderá mantê-la(s) sob sua guarda e responsabilidade (§ 9º). Antes de sentar-se e independentemente de orientação do fiscal de prova, o candidato que a(s) portar deverá guardá-las dentro da bolsa ou mochila, preferencialmente desmuniciada. A arma não poderá ficar à vista por não ser possível ao fiscal de prova diferenciá-la de simulacro ou disfarce para dispositivo vedado.

§ 4º Todos os materiais que o candidato leve consigo para o interior da sala de provas poderão ser inspecionados pelo fiscal de prova previamente ao exame ou durante sua realização, incluindo óculos, próteses e órteses.

§ 5º Na eventualidade do candidato adentrar o recinto da sala de provas portando materiais ou equipamentos que saiba serem proibidos e não previamente autorizados, deverá, antes de sentar-se e independentemente de orientação do fiscal de prova, guardá-los dentro da bolsa ou mochila.

§ 6º Aparelhos celulares e relógios, independentemente do modelo, devem ser acondicionados no envelope plástico de segurança fornecido pelo fiscal. Os aparelhos de telefonia ou comunicação devem ser DESLIGADOS. Se emitirem qualquer ruído, ou verificado estarem de algum modo ativos, implicam na eliminação do candidato (§ 11 do art. 46).

§ 7º A identificação de porte de material proibido e não autorizado depois que o candidato se sentar implica a anulação do exame, com atribuição de notas zero a todas as provas, e retirada do candidato do recinto (§ 11 do art. 46).

§ 8º A ANAC, o executante, o fiscal de prova ou o administrador das dependências onde se localiza a sala de provas não se responsabiliza por materiais ou equipamentos deixados no recinto da sala de provas após a saída do candidato.

§ 9º É vedado aos servidores da ANAC, aos executantes e fiscais de prova manterem sob sua guarda e responsabilidade materiais ou equipamentos de qualquer natureza portados por candidato.

Identificação e marcação da presença do candidato

Art. 39. A identificação do candidato é feita pelo fiscal de prova, ou terceiro designado, que confronta o documento de identificação original com a fotografia do candidato na ficha cadastral junto ao Cadastro Brasileiro do Pessoal da Aviação Civil, reproduzida na lista de presença.

Art. 40. São considerados documentos válidos para identificação do candidato os originais, onde conste foto atual e o número do CPF:

I - cédula de identidade (RG) expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pela Polícia Federal;

II - identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997;

III - identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por lei tenham validade como documento de identidade;

IV - carteira de trabalho e previdência social, emitida após 27 de janeiro de 1997;

V - certificado de dispensa de incorporação;

VI - certificado de reservista;

VII - passaporte;

VIII - carteira nacional de habilitação com foto, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, digital ou impressa;

IX - identidade funcional, em consonância com o Decreto nº 10.266, de 5 de março de 2020.

§ 1º Na hipótese de não constar o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF no documento de identidade, poderá ser apresentado comprovante de inscrição digital ou impresso onde conste código de controle e código de resposta rápida bidimensional (QR code) obtenível a partir dos endereços:

a) para a versão digital, para os sistemas operacionais Android ou iOS, no aplicativo "CPF Digital";

b) para a versão impressa, vedado o acesso pelos equipamentos da sala de provas: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp>.

§ 2º Não serão aceitos como documento de identificação aqueles que não estejam listados acima, tais como: protocolos, certidão de nascimento, certidão de casamento, título eleitoral, carteira nacional de habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/1997, carteira de estudante, registro administrativo de nascimento indígena (Rani), crachás e identidade funcional de natureza privada, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas.

§ 3º Também não serão aceitos documentos de identificação quando o fiscal de prova observar ou considerar que:

I - o documento apresenta rasura ou ilegibilidade;

II - o documento é insuficiente para identificar o candidato, inclusive nos casos em que contém a expressão NÃO ALFABETIZADO ou similar;

III - o candidato porta documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;

IV - consta de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações pelo candidato, ou há registro de extravio do documento apresentado;

V - há qualquer indício de falsificação ou uso de documento falso;

VI - o estado de conservação ou a antiguidade do documento apresentado impossibilite a completa identificação da foto, dos caracteres essenciais ou da assinatura.

§ 4º Recomenda-se ao candidato que:

a) porte mais de um documento de identificação, para que, nos casos em que não se consiga realizar a identificação pelo primeiro, seja possível fazê-lo pelos demais;

b) traga consigo documentos recentes, preferencialmente com 5 (cinco) anos ou menos de expedição.

Art. 41. O candidato deve assinar a lista de presença.

Parágrafo único. A ANAC poderá adotar identificação biométrica que o executante utilizará de forma complementar à verificação da presença do candidato.

Trajes para acesso à sala de provas

Art. 42. Para acesso à sala de provas, independentemente de sua localização, o candidato deve observar quanto à vestimenta o requerido pelo código de ética do servidor público federal.

§ 1º Os condomínios ou administradores dos edifícios onde estão instaladas as salas de provas podem fixar, em regulamento interno, regras próprias de vestimenta para admissão e permanência em suas dependências que vedem o uso de mini blusas, minissaia, shorts, bermuda, camiseta regata e chinelos, por exemplo.

§ 2º O executante informará, sempre que possível, no momento do agendamento, quaisquer restrições específicas.

Realização do exame

Art. 43. Cada questão de prova que compõe um exame (arts. 5º, 12 e Anexo III) é constituída por enunciado, suporte, comando e quatro alternativas de respostas, que podem ser distratores ou o gabarito, sendo que:

I - O enunciado é responsável por impulsionar o candidato a solucionar o problema apresentado;

II - O suporte equivale a uma imagem, um gráfico, uma tabela, um texto ou outro recurso que apresente uma situação-problema ou um questionamento com informações necessárias à resolução da questão;

III - O comando corresponde à orientação dada ao candidato para a resolução da questão;

IV - As alternativas de resposta são apresentadas numa lista de quatro opções:

a) São denominadas distratores as alternativas de resposta que não estão corretas, porém plausíveis, referindo-se a raciocínios possíveis do candidato;

b) É denominada gabarito a única alternativa correta.

§ 1º O candidato deve obrigatória e necessariamente indicar uma alternativa em cada questão de prova;

§ 2º A interpretação do enunciado, do suporte e do comando é parte da prova. É vedado ao fiscal de prova fornecer qualquer orientação após iniciado o exame;

§3º O candidato poderá marcar para eventual interposição de recurso as questões em que não localize alternativa cabível para atender o comando, que entenda haver mais de uma alternativa cabível, ou sobre a qual tenha dúvida ou discordância em sua formulação.

Conclusão do exame

Art. 44. Quando do encerramento do exame, o candidato visualizará:

I - as questões que foram marcadas (§ 3º do art. 43) para interposição de recurso;

II - o gabarito para as questões marcadas;

III - a alternativa assinalada;

IV - número de acertos.

Parágrafo único. O acesso do candidato ao exame é restrito ao momento do encerramento, não podendo sair da sala de provas levando nada que permita a terceiro conhecer o conteúdo de qualquer questão.

Interrupção do exame

Art. 45. Em caso de interrupção do exame por problemas de infraestrutura, tais como falta de energia elétrica ou mau funcionamento dos recursos de informática, o candidato deverá aguardar na sala de provas o restabelecimento do sistema.

§ 1º A contagem de tempo do exame será suspensa a partir do momento da interrupção. Após o restabelecimento das condições normais, o candidato deverá prosseguir com a realização do exame, retomando-se a contagem de tempo.

§ 2º As questões que já houverem sido respondidas pelo candidato até o momento da interrupção serão salvas automaticamente pelo sistema de provas informatizado, e poderão ser retomadas normalmente após o reinício do exame.

§ 3º Após 30 (trinta) minutos de interrupção, será facultado ao candidato reagendar a totalidade do exame, sem pagamento de nova(s) TFAC, para a mesma ou outra sala de provas. Vedado o processamento parcial do exame interrompido.

§ 4º Após uma hora de interrupção, é obrigatório o novo agendamento do exame, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

CAPÍTULO X

DO RESULTADO

Art. 46. São resultados possíveis de um exame de conhecimento teórico da ANAC para fins de obtenção de licenças, de habilitações e do certificado de piloto aerodesportivo:

I - aprovado;

II - reprovado;

III - segunda época;

IV - faltoso;

V - eliminado.

Aprovação

§ 1º Será considerado aprovado (APR) o candidato que atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acertos em cada uma das matérias que compõem o exame.

Reprovação

§ 2º Será considerado reprovado (REP) o candidato que obtiver aproveitamento inferior ao estabelecido para aprovação e não se enquadrar em uma das hipóteses de segunda época.

Segunda época

§ 3º Será considerado em segunda época (2EP) o candidato que:

a) em exames com 3 ou 4 matérias, ficar reprovado em apenas uma - desde que tenha obtido 30% (trinta por cento) de aproveitamento na matéria em que foi reprovado;

b) em exames com 5 matérias, ficar reprovado em até duas - desde que tenha obtido 30% (trinta por cento) de aproveitamento em cada uma das matérias em que tenha sido reprovado.

§ 4º O candidato em segunda época deve realizar uma nova inscrição e efetuar o pagamento da(s) TFAC correspondente(s) à quantidade de matérias em que foi reprovado.

§ 5º O candidato somente pode realizar uma única vez o exame de segunda época nas matérias em que foi reprovado.

§ 6º O prazo para inscrição em exame de segunda época é de no máximo 90 (noventa) dias a contar da data da realização do primeiro exame.

Falta

§ 7º Será considerado faltoso (FAL) o candidato que não comparecer à sala de provas no horário (§ 3º do art. 35) para a qual está agendado o exame, portando os documentos requeridos.

§ 8º A falta a um exame possui os mesmos efeitos da reprovação.

§ 9º O candidato reprovado, faltoso, ou que não realizar o exame de segunda época no prazo estabelecido deverá se inscrever para novo exame de conhecimento teórico completo.

Eliminação

§ 10. Independentemente da quantidade de acertos em cada uma das matérias que compõem o exame, será considerado eliminado (ELI) o candidato que:

a) praticar quaisquer das infrações previstas nesta Portaria;

b) recusar-se a realizar os procedimentos de identificação da ANAC.

§ 11. A eliminação possui os mesmos efeitos da reprovação, acrescidos das eventuais sanções administrativas e penais cabíveis.

§ 12. O resultado da eliminação prevalece sobre todos os demais.

Divulgação dos resultados

Art. 47. O candidato será notificado pelo executante em até 5 (cinco) dias úteis após o término do exame, por correio eletrônico, da disponibilização do resultado oficial em seu sistema informatizado, para acesso via Internet.

§ 1º Após encerramento do exame serão disponibilizados ao candidato o número de acertos (art. 43, inc. IV).

§ 2º Será publicado pela ANAC na página <https://tinyurl.com/y4t7kt3c> da Internet:

a) em até 7 (sete) dias uteis após o exame, o resultado do exame;

b) em até 30 (trinta) dias após eventual interposição, os resultados alterados em razão de recurso;

c) o resultado tornado definitivo com o trânsito em julgado de decisão em processo administrativo sancionatório que tenha determinado a eliminação do candidato.

§ 3º Caso o candidato deseje uma declaração formal de seu resultado, deverá requerê-la, através de protocolo eletrônico (a partir do endereço <https://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/protocolo-eletronico/> na Internet) usando como tipo do processo: "Pessoal da Aviação Civil: Emissão de Declarações de Exames Teóricos". Tal declaração não é necessária para nenhum processo da ANAC, que consulta sua própria base de dados.

§ 4º Em hipótese alguma será fornecido o gabarito das provas.

CAPÍTULO XI

DAS INFRAÇÕES

Art. 48. Constituem infrações administrativas graves, que eventualmente podem ensejar notícia crime:

I - apresentar informações ou documentos falsos para a realização do exame;

II - ler em voz alta, gesticular ou sussurrar durante a leitura das questões do exame;

III - ajudar ou receber ajuda de qualquer pessoa na resolução das questões do exame durante o período em que o exame estiver sendo aplicado;

IV - usar, introduzir ou tentar introduzir no ambiente de realização dos exames qualquer anotação ou material proibido;

V - deixar a sala de provas sem ser autorizado por um fiscal ou sem haver terminado seu exame;

VI - praticar ato de indisciplina, desrespeito ou desobediência à fiscalização durante qualquer fase das atividades referentes aos exames;

VII - copiar, fornecer ou receber cópia do conteúdo de qualquer exame, sem que tenha sido autorizado pela ANAC;

VIII - tomar parte em exame em nome de outra pessoa, ou permitir que outra pessoa o faça em seu lugar.

Parágrafo único. O resultado obtido pelo candidato pode ser suspenso pela ANAC caso, após a conclusão do exame e no prazo de 5 (cinco) anos, surjam fundadas suspeitas de que o candidato tenha apresentado condutas proibidas, utilizado materiais proibidos ou se utilizado de quaisquer meios ilícitos para se inscrever ou realizar o exame. A suspensão será mantida até a conclusão do processo administrativo de apuração da irregularidade e eventual processo administrativo sancionatório.

CAPÍTULO XII

DOS RECURSOS

Art. 49. O recurso será interposto quando do encerramento do exame (art. 43), através do mesmo sistema de provas informatizado e conforme orientação do fiscal, sendo disponibilizados 30 (trinta) minutos para sua redação, após o preenchimento da resposta à última questão.

§ 1º Caso o candidato tenha marcado uma questão como passível de recurso e decida por não redigir argumentos, deixando os campos próprios em branco, o recurso sobre o resultado relativo à esta determinada questão será desconsiderado.

§ 2º O exercício do direito de recurso à segunda instância (art. 52) se dá por protocolo eletrônico (a partir do endereço <https://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/protocolo-eletronico/> na Internet) usando como tipo do processo: "Pessoal da Aviação Civil: Análise de Recursos de Exames Teóricos".

Art. 50. Não são aceitos recursos interpostos por correio eletrônico (e-mail), correio físico ou outro meio que não seja o especificado nesta Portaria.

Art. 51. Não será analisado o recurso:

I - que não apresente justificativa;

II - sem fundamentação, inconsistente ou incoerente;

III - cuja argumentação atinja a dignidade do fiscal de prova, o executante, de servidores da ANAC ou a própria ANAC.

Art. 52. O recurso será decidido em segunda e última instância pelo Coordenador de Exames da ANAC.

Parágrafo único. Os resultados de exames que sejam alterados após recurso serão retificados no sistema informatizado do executante e no portal da ANAC na Internet (§ 2º, al. b, do art. 47).

Art. 53. Em hipótese alguma será deferido pedido de vista de prova(s).

Art. 54. Não cabe recurso ao candidato declarado faltoso ou eliminado do certame.

CAPÍTULO XIII

DA DISPENSA DO EXAME TEÓRICO

Art. 55. A tabela de equivalências contida no Anexo VI estabelece as dispensas de matérias ou exames concedidos pela ANAC nos casos em que considera que o interessado já demonstrou determinado conhecimento teórico através de uma maneira equivalente.

§ 1º Após consulta à ANAC, o sistema do executante informará as dispensas e as matérias a serem objeto de avaliação, trazendo o valor da GRU cabível.

§ 2º Nos casos de dispensa referente a todo o exame, é desnecessária qualquer solicitação junto ao executante. O requerimento, por protocolo eletrônico da ANAC, deve ser parte do processo de concessão, revalidação ou requalificação de licença ou habilitação do interessado.

CAPÍTULO XIV

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Art. 56. As operações de tratamento de dados pessoais, realizadas no âmbito dos processos informatizados de exames de conhecimento teórico de que trata esta Portaria, pelo executante ou pela ANAC, ocorrerão de acordo com a legislação brasileira sobre proteção de dados pessoais vigente e aplicável, em especial a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e com o disposto neste Capítulo.

§ 1º O executante e a ANAC são agentes de tratamento segundo a responsabilidade que assumiram em função do contrato que mantém para execução indireta de serviço da ANAC para inscrição, agendamento e aplicação do exame de conhecimento teórico, conforme o Decreto nº 9.507/2018.

§ 2º O executante e a ANAC farão uso compartilhado de dados, vedada a transferência internacional, em razão do contrato que mantém entre si.

§3º É vedado aos agentes de tratamento compartilhar os dados pessoais a que tiverem acesso em razão desta Portaria, sem anonimização, graciosa ou onerosamente, com terceiros sem relação com a execução dos processos informatizados de exames de conhecimento teórico ou com entes subsidiários, controladores, controlados ou afiliados.

Art. 57. O interessado, ao iniciar o preenchimento do formulário de inscrição previsto no art. 24, concorda com o tratamento de seus dados pessoais para fins de realização dos objetivos desta Portaria.

Parágrafo único. Prévia e necessariamente, a alteração de qualquer finalidade para a qual o tratamento de dados pessoais foi autorizado deverá ser informada ao interessado, na qualidade de titular de dados pessoais.

Art. 58. Os agentes de tratamento não irão solicitar, registrar, armazenar, compartilhar entre si e utilizar dados pessoais sensíveis, com exceção dos biométricos (p.u. do art. 41) e de necessidades especiais (indicadas nos art. 19, 20, 21, 22 e 23), para os fins desta Portaria.

Parágrafo único. Após o período de 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da realização do exame, os dados pessoais sensíveis coletados no momento da inscrição ou recebidos para a marcação da presença (§ 3º do art. 35) serão eliminados pelo executante.

Art. 59. A coleta de imagens de vídeo, que pode ocorrer durante a realização das provas, será feita pela empresa administradora do local de exame escolhido pelo interessado, sendo que poderá haver o compartilhamento desses dados com os agentes de tratamento, no caso de ser necessária a verificação de eventuais irregularidades ocorridas durante a realização do exame.

Art. 60. Os agentes de tratamento, na qualidade de controladores, têm como encarregado pelo tratamento de dados pessoais a pessoa competente indicado segundo seus atos constitutivos e regras internas para atender o disposto no art. 41, LGPD.

Art. 61. Os dados pessoais coletados e tratados serão armazenados pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades dos tratamentos, incluindo obrigações legais e regulatórias, contratuais, de prestação de contas ou no caso de requisições por autoridades competentes.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. Todas as convocações e avisos que aproveitem a mais de um candidato e os resultados dos exames serão divulgados através da Internet no portal da ANAC, no endereço <https://tinyurl.com/y4t7kt3c>.

Art. 63. O aqui disposto poderá sofrer eventuais modificações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Portaria ou aviso a ser divulgado na Internet.

Art. 64. O ato de inscrição do candidato presume o inteiro conhecimento das regras contidas nesta Portaria e demais atos e normas regulamentares, importando a expressa aceitação das normas e condições para execução do exame (§ 3º do art. 24).

Art. 65. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pela ANAC e o executante do exame de conhecimento teórico.

Art. 66. Os Anexos desta Portaria encontram-se disponíveis no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/>) e na página "Legislação" (endereço eletrônico <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao>), na Internet.

Art. 67. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO - DG Nº 17, DE 5 DE FEVEREIRO 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001504/2021-73 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa BENATHAR NAVEGAÇÃO LTDA, CNPJ nº 19.889.136/0001-22, de que trata o Termo de Autorização nº 1.094-ANTAQ e a Resolução nº 3.782-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Tornar sem efeito a Deliberação DG nº 16, de 2 de fevereiro de 2021, documento SEI nº 1241648, em virtude de erro material.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ACÓRDÃO Nº 41-ANTAQ, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo: 50300.000411/2021-21
Parte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (37.115.342/0001-67)
Ementa:
Trata o presente Acórdão de procedimento preparatório com vistas à abertura de audiência pública tendente ao aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao certame licitatório de arrendamento portuário, consubstanciado nas minutas de edital, de contrato de arrendamento e estudo técnico referentes à instalação portuária destinada à movimentação e armazenagem de graneis vegetais, graneis minerais e carga geral, localizado no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros / Porto de Suape/PE, denominada área SUA07.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 494ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 03/02/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em:

I - autorizar a realização de consulta e audiência públicas, visando à obtenção de subsídios para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos tendentes à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de área e infraestrutura pública destinada à movimentação e armazenagem de granéis vegetais, granéis minerais e carga geral, localizado no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros / Porto de Suape/PE, denominada área SUA07; e

II - encaminhar os presentes autos à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ (CPLA) com vistas ao prosseguimento do feito.

Participaram da Reunião o Diretor-Geral, Relator, Eduardo Nery, o Diretor Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe, Natália Moysés, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral
Relator

ACÓRDÃO Nº 42-ANTAQ, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo: 50300.021712/2020-16
Parte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (37.115.342/0001-67)
Ementa:
Trata o presente Acórdão de procedimento licitatório da área denominada ITG03, localizada no Porto Organizado de Itaguaí/RJ, destinada à movimentação e à armazenagem de granéis sólidos, especialmente gipsita, barrilha e cloreto de potássio, denominada área ITG03.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 494ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 03/02/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em:

I - aprovar as minutas de edital (SEI nº 1236519) e contrato (SEI nº 1223816), relativas ao terminal portuário denominado ITG03, localizado no porto organizado de Itaguaí/RJ;

II - determinar à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários (CPLA) que promova tratativas junto ao Poder Concedente com vistas à proposição para que o valor de outorga das licitações de arrendamentos simplificados seja direcionado à ANTAQ, com o intuito de quitar eventuais dívidas das Autoridades Portuárias com a ANTAQ, assim como para custear os gastos com a realização do leilão - quando este for realizado por esta Agência;

III - recomendar ao poder concedente que acompanhe os desdobramentos dos processos nº 50300.015372/2019-42, em trâmite na ANTAQ, e 50905.001693/2020-94, em trâmite na Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), pois seus resultados podem repercutir nos estudos ora apresentados;

IV - encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura (MINFRA), para que promova os ajustes que entender necessários nos estudos e demais documentos basilares do respectivo processo, inclusive nas minutas de edital e contrato de arrendamento, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Participaram da Reunião o Diretor-Geral, Relator, Eduardo Nery, o Diretor Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe, Natália Moysés, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral
Relator

ACÓRDÃO Nº 48-ANTAQ, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo: 50300.021099/2020-29
Parte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (37.115.342/0001-67)
Ementa:
Trata o presente Acórdão de procedimento preparatório com vistas à abertura de audiência pública, para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao certame licitatório, consubstanciados nas minutas de edital, contrato de arrendamento e estudo técnico, referentes ao terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granel líquido combustível, especialmente nafta, no Porto Organizado de Fortaleza/CE, denominado MUC59.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 494ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 03/02/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em:

I - autorizar a realização de consulta e audiência públicas, visando a obtenção de subsídios para aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granel líquido combustível, especialmente nafta, no Porto Organizado de Fortaleza/CE, denominado MUC59; e

II - encaminhar os presentes autos à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ (CPLA), desta Agência, visando o regular prosseguimento do feito.

Participaram da Reunião o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe, Natália Moysés, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral
Relator

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 56, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 50300.015758/2018-73. Fiscalizada: PALÁCIO ARTESANATO COMERCIO E TURISMO LTDA, CNPJ nº 15.281.959/0001-10. Objeto e Fundamento legal: decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais) à empresa, pela prática da infração tipificada no art. 12, inciso VII, da Resolução Normativa nº 13 - ANTAQ, consubstanciada na exploração irregular da atividade portuária para apoio ao embarque e desembarque de passageiros sem o devido Registro na ANTAQ.

GABRIELA COELHO DA COSTA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 37, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 009, de 22 de janeiro de 2021, e no que consta nos Processos nº 50500.055405/2020-74 e nº 50500.055496/2020-48, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora-Petrópolis/Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e respectivos acessos, firmado com a Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S/A - CONCER;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo III, Seção IV, Subseções II e III, do Contrato de Concessão PG-138/95-00, de 31 de outubro de 1995;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 963, de 30 de outubro de 2019, que aprovou a 25ª Revisão Ordinária, a 13ª Revisão Extraordinária e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Economia, em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 12 de abril de 2018, delibera:

Art. 1º Aprovar a Tarifa Básica de Pedágio reajustada de R$ 9,11246 aplicável ao trecho concedido da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis/Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e respectivos acessos, explorado pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S/A - CONCER, com base nas seguintes alterações:

I - 26ª Revisão Ordinária, que altera a TBP de R$ 1,83493 para R$ 1,91129;

II - 14ª Revisão Extraordinária, que altera a TBP de R$ 1,91129 para R$ 1,70437;

III - Reajuste, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no período, que indicou o percentual positivo de 2,13% (dois inteiros e treze centésimos percentuais).

Art. 2º Aprovar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 20 de agosto de 2020, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 9,60 (nove reais e sessenta centavos), para R$ 9,10 (nove reais e dez centavos), nas praças de pedágio P1, em Xerém/RJ, P2, em Areal/RJ, e P3, em Simão Pereira/MG, na forma da tabela anexa.

Art. 3º Aprovar a atualização dos valores dos aportes, constante da Deliberação nº 963, de 30 de outubro de 2019, considerando a atualização do cronograma físico-financeiro da obra da Nova Subida da Serra de Petrópolis:

I - Terceiro aporte de R$ 132.054.234,00 (cento e trinta e dois milhões, cinquenta e quatro mil e duzentos e trinta e quatro reais), a preços de abril/1995, para R$ 125.307.034,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e sete mil e trinta e quatro reais) a preços de abril/1995 (devido em 31 de dezembro de 2021, quando da finalização da obra).

Parágrafo único. O valor de aporte que trata o caput não é definitivo e deverá ser atualizado ao valor da data do pagamento.

Art. 4º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela CONCER não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 5º Enquanto vigentes os efeitos da decisão judicial proferida nos autos nº 1025293-08.2019.4.01.3400, que determina que a ANTT se abstenha de promover redução tarifária, ficam mantidas as tarifas aprovadas por meio da Deliberação nº 1.001, de 11 de dezembro de 2018, na forma da tabela em anexo.

Art. 6º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	11,60
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	23,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	17,40

4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	34,80
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	23,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	46,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	58,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	69,60
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	5,80
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31, inciso VI da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DWE - 010, de 25 de janeiro de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.125347/2020-53, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, https://www.gov.br/antt/pt-br, quadro abaixo, num total de 33.235,62m², as quais definem a poligonal de utilidade pública necessárias às obras de implantação do Posto Geral de Fiscalização, no km 14+500 da rodovia BR-101, no município de Dom Pedro de Alcântara, no estado do Rio Grande do Sul, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.4.7 Sistemas de Pesagem, anexo ao Contrato de Concessão nº 01-2019.

Art. 2º Fica a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - Via Sul autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - Via Sul fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de estados e municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta Deliberação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 39, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 012, de 2 de fevereiro de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.972104/2018-92, delibera:

Art. 1º Aprovar a assinatura de Termo de Credenciamento entre esta Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a empresa Impacto - Formação e Treinamento Profissional do Trânsito Ltda, CNPJ nº 10.421.390/0001-27, para a aplicação da prova eletrônica de conhecimentos, com emissão de certificado, para comprovação da aprovação de Transportador Autônomo de Cargas - TAC e/ou Responsável Técnico - RT em curso específico estabelecida na Resolução nº 4.799, de 27 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 40, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 011, de 1º de fevereiro de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.336912/2019-72, delibera:

Art. 1º Revogar a Deliberação nº 918, de 24 de setembro de 2019, que autorizou a Vale S/A, na qualidade de Concessionária da Estrada de Ferro Carajás - EFC, a realizar a constituição de garantia real em favor da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 41, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31, inciso VI da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DDB - 006, de 1º de fevereiro de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.122483/2020-91, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de Implantação de Dispositivo em Desnível - Entroncamento BR-365/MG com BR-153/MG (Trevão), conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.2.1.3 - Complementação de obras.

Art. 2º Fica a Concessionária de Rodovias Ecovias do Cerrado autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ecovias do Cerrado S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º As disposições desta Deliberação não se aplicam aos bens de propriedade de estados e municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no Anexo desta Deliberação.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 42, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 002, de 21 de janeiro de 2021, e no que consta do Processo nº 50545.005620/2019-74, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela Empresa União de Transporte Ltda, CNPJ nº 82.563.891/0001-59, por inobservância ao prazo indicado no § 1º do art. 26 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; Expresso São José Ltda, CNPJ nº 91.873.372/0001-88; Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda, CNPJ nº 86.431.749/0001-09, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 25/SUROD, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra S/A sob concessão à CCR NovaDutra; interessada: SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.134980/2020-32, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de ocupação longitudinal subterrânea, no km 245+610 ao km 245+700, pista sul, e ocupação transversal no km 245+700, pista norte e sul, da faixa de domínio sob concessão à CCR NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, no município de Piraí/RJ, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A CCR Nova Dutra deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda e a CCR Nova Dutra e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR Nova Dutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 25 (vinte e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR Nova Dutra, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária, estando a CCR NOVADUTRA autorizada a requerer a reposição dos custos técnicos e administrativos de análise do projeto, conforme previsto no art. 9º do Decreto Federal nº 10.480, de 01 de setembro de 2020.

Art. 9º A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR Nova Dutra cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 26/SUROD, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Autoriza a implantação da obra de rede de fibra ótica na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG sob concessão à Autopista Fernão Dias; interessada: Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.112498/2020-41, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de fibra ótica na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias por meio de travessia no km 676+970, no município de Perdões/MG, de interesse de Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda. e a Autopista Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda. deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º A Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Fernão Dias cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A Minasnet Serviços de Provedor de Internet Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 99, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.109468/2020-58, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, e no mérito, negar provimento, mantendo os efeitos da Portaria SUPAS nº 808, de 06 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 100, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.008872/2020-13, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto pela EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ 16.624.611/0098-73, protocolo 50500.127451/2020-82, e no mérito, negar provimento, mantendo os termos da Portaria nº 985, de 02.10.2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 32, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.034159/2020-17, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO LUXOR LTDA, CNPJ nº 26.760.933/0001-70, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 178:

I - De: Belo Horizonte (MG) para: Guarulhos (SP) e São Paulo (SP).

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001- 01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 713, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, e tendo em vista o constante no Processo nº 50600.016558/2020-78, e

Considerando o que prescreve o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto 10.437, de 22 de julho de 2020, o qual dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

Considerando o que prescreve a Portaria/DG nº 4.667, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de agosto de 2020, a qual estabeleceu os prazos para a publicação das etapas para a revisão e consolidação dos atos normativos oriundos deste Departamento; e

Considerando a aprovação do Relato nº 41/2020/ DIF/DNIT SEDE, incluído na Ata da 49ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 07/12/2020, resolve:

Art. 1º REVOGAR a Portaria/DG nº 136, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 80.

Art. 2º REVOGAR a Portaria/DIRCOLEG nº 4.168, de 13 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de junho de 2019, Seção 1, página 26.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO



Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Recomenda diretrizes ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentais;

CONSIDERANDO o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições das populações indígenas;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário de pactos internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (1989);

CONSIDERANDO a Resolução 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade; e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO as decisões e recomendações sobre as populações indígenas expedidas no âmbito do Sistema Regional de Proteção dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e das Nações Unidas (ONU), em especial o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD);

CONSIDERANDO a Nota Técnica n.º 53/2019 DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ que trata da adoção de medidas necessárias e efetivas à custódia das pessoas indígenas, atendendo aos regramentos internacionais e nacionais;

CONSIDERANDO que a Antropologia já declarou o ideal da "integração", "assimilação" ou "aculturação" como etnocêntrico e superado pelas teorias relativistas e interpretativistas; resolve:

Art. 1°. Recomendar como diretriz de Política Penitenciária às pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Art. 2º. Preconizar o direito a intérprete em todas as etapas do processo caso a língua primária falada pelo acusado não for a portuguesa.

Art. 3º. Reconhecer como garantias específicas aos indígenas, além das garantias processuais gerais, quando aplicáveis:

I - Utilização de mecanismos de responsabilização próprios da comunidade indígena;

II - O respeito aos costumes e tradições na aplicação de medidas cautelares e de penas restritivas de direitos;

III - Regime especial de semiliberdade previsto no art. 56 do Estatuto do Índio.

§ 1º - Recomenda-se a conversão da multa em prestação de serviços à comunidade indígena.

§ 2º - Recomenda-se a adequação das condições de cumprimento de pena em estabelecimento penal às especificidades culturais em matéria de visitas sociais, alimentação, assistência à saúde assistência religiosa, acesso a trabalho e educação.

Art. 4º. Recomendar que, havendo necessidade da realização de Exame Criminológico, este seja realizado de forma multidisciplinar, com a participação de intérprete e antecedido de exame antropológico realizado através de especialista na etnia do examinado e com a devida consulta à comunidade.

Art. 5º. Sugerir ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que na aplicação dos recursos do FUNPEN proporcione meios de aprimoramento no acompanhamento e cumprimento de pena pelos indígenas.

Art. 6°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOVALDO TOLEDO PENTEADO JUNIOR
Relator

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Priorização da Vacinação dos Servidores do Sistema Prisional e Pessoas Privadas de Liberdade no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina Contra a Covid-19.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO que população prisional apresenta uma grande vulnerabilidade a doenças infectocontagiosas, sobretudo pelo confinamento e restrição na circulação.

CONSIDERANDO que para conter a Covid-19 no sistema prisional, visitas sociais foram interrompidas desde março de 2020 em todos os estados brasileiros. Entretanto, no final de 2020, as visitas presenciais e atendimentos de advogados foram retomados, gradualmente, na maioria dos estados.

CONSIDERANDO que após a suspensão das visitas, os servidores passaram a ser o principal ponto de contato entre a população prisional e o mundo exterior.

CONSIDERANDO que dados do Depen apontam que 42.517 presos foram contaminados pela Covid-19 desde março de 2020 até janeiro de 2021. E, infelizmente, 133 presos vieram a óbito por conta da Covid-19. Em comparação com a população brasileira, a taxa de infecção foi 47% maior e a letalidade 87% menor.

CONSIDERANDO que, além dos recursos estaduais, foram investidos em doações aos estados mais de R$ 40 milhões por meio da Medida Provisória Nº 942/2020, pelo Departamento Penitenciário Nacional, na aquisição de EPI, testes rápidos, materiais de limpeza, material orientativo etc.

CONSIDERANDO que quanto maior a demorada da vacinação no sistema prisional, maiores serão os gastos em 2021 com a prevenção e assistência de saúde da massa carcerária, evitando que estes recursos sejam investidos em outras áreas que carecem de atenção

CONSIDERANDO que estudos da Fiocruz apontam que a primeira exposição ao coronavírus não é formadora de imunização, consequentemente, há a possibilidade de reinfecção pelo coronavírus, o que é comum entre vírus respiratórios, e que esta pode afetar mais severamente os que tiveram a doença de forma assintomática ou branda.

CONSIDERANDO que em caso de aumento de infectados da Covid-19 na população prisional, esta poderá demandar a ocupação de vagas em estabelecimentos hospitalares, sobrecarregando ainda mais o sistema de saúde pública;

CONSIDERANDO que se ocorrer o aumento de casos em unidades prisionais, esta aumentará as escoltas presos, impondo maior demanda de gastos e força de trabalho, aumentando o risco à segurança dos servidores, presos e operações;

CONSIDERANDO que no caso de aumento de casos de Covid-19 no sistema prisional pode ensejar a soltura de mais presos, conforme previu a Resolução nº 62, do CNJ;

CONSIDERANDO que a vacinação policiais penais, bem como demais servidores que atuam no sistema prisional torna-se essencial para a manutenção da prestação do serviço público essencial sob risco de afetar a Segurança Pública;

CONSIDERANDO que os policiais penais estão inseridos no grupo prioritário, tendo em vista que são membros da Segurança Pública, conforme previsto no Art. 144, CF.

CONSIDERANDO que as diretrizes definidas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19 visam apoiar as Unidades Federativas (UF) e municípios no planejamento e operacionalização da vacinação contra a doença, resolve:

Art. 1 - Recomendar as Secretarias Estaduais de Saúde que viabilizem a vacinação de policiais penais e pessoas privadas de liberdade, observando irrestritamente as fases e calendário previstos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19, evitando qualquer espécie de postergação de prazo ou fase.

Art. 2 - Recomendar as Secretarias de Estados e Departamentos responsáveis pela Administração Penitenciária para que prepararem planos operacionais visando o atendimento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.

Art. 3 - Recomendar ao Ministério da Saúde e as Secretarias estaduais de Saúde que incluam no rol das pessoas a integrar o grupo prioritário de vacinação, todos os demais profissionais (estagiários, terceirizados, policiais militares, etc) que atuem nas unidades de custódia de pessoas privadas de liberdade, dado o risco inerente as atribuições e por equivalência aos demais integrantes citados no artigo 1.

Art. 4 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MANTOVANELI DO MONTE
Relator

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0056/2021 de 03/02/2021, 0057/2021 de 03/02/2021, 0058/2021 de 04/02/2021, 0059/2021 de 04/02/2021, 0063/2021 de 05/02/2021 e 0064/2021 de 05/02/2021, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039019291202098 Requerente: PONTO BIJUTERIAS E VARIEDADES EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUI CHEN Data Nascimento: 25/12/1992 Passaporte: ED9814231 País: CHINA Mãe: HUAPING LIN Pai: JINQUAN CHEN;

Processo: 47039019721202071 Requerente: NEC NAVEGANTES ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: CHINONSO BASIL ANYAOGU Data Nascimento: 20/06/1985 Passaporte: A11443853 País: NIGÉRIA Mãe: VIRGINIA IZUABUEKE ANYAOGU Pai: JOHN IZUABUEKE ANYAOGU;

Processo: 47039019733202004 Requerente: PLANALTINA ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: NANJE ITOE OWASU Data Nascimento: 26/03/1988 Passaporte: 0913925 País: CAMARÕES Mãe: ELIZABETH NANJE Pai: NANJE ITOE;

Processo: 47039019958202052 Requerente: WUMAX TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EM TELECOMUNICACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHONG CHEN Data Nascimento: 10/03/1998 Passaporte: EB0583450 País: CHINA Mãe: HUOMEI WU Pai: JIAZHAO CHEN;

Processo: 47039020214202081 Requerente: CLUBE ATLETICO ASSISENSE (C.A.A) Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MARIE NJUMENE LONTSI Data Nascimento: 21/09/1989 Passaporte: 0404615 País: CAMARÕES Mãe: WANGUOM JULIENNE Pai: TCHOFFO DANIEL;

Processo: 47039000453202103 Requerente: FLY PHEONIX SERVICOS DE ESCRITORIO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIANXIN LIN Data Nascimento: 08/09/1986 Passaporte: EG9360190 País: CHINA Mãe: LINGJU ZHU Pai: LIMIAO LIN;

Processo: 47039000889202194 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHIJIE DU Data Nascimento: 24/03/1969 Passaporte: G54144152 País: CHINA Mãe: Baoxian Ning Pai: Xiquan Du;

Processo: 47039000975202105 Requerente: OXEN CARGO LOGISTICA EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jéssica Muller Data Nascimento: 17/01/1995 Passaporte: C848784 País: PORTUGAL Mãe: Daniela Müller Pai: Nuno Alberto Müller;

Processo: 47039001096202192 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WEILIAN LIU Data Nascimento: 07/01/1977 Passaporte: E96545476 País: CHINA Mãe: Shurong Tang Pai: Tuankai Liu;

Processo: 47039001142202153 Requerente: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VERÓNICA MUNGUÍA TAPIA Data Nascimento: 19/11/1982 Passaporte: G10849997 País: MÉXICO Mãe: Xóchitl Caridad Tapia López Pai: Lauro Emilio Munguía Juárez;

Processo: 47039001215202115 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MEIJI EGUCHI Data Nascimento: 28/06/1969 Passaporte: TZ1256293 País: JAPÃO Mãe: Fusako Eguchi Pai: Shigenobu Eguchi;

Processo: 47039001255202159 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHUANG TANG Data Nascimento: 17/09/1982 Passaporte: SHUANG TANG País: CHINA Mãe: GUIXIA HAN Pai: ZHONGCHENG TANG;

Processo: 47039001290202178 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MAURO BAGNOLI COLETTI Data Nascimento: 08/11/1958 Passaporte: PAD150038 País: ESPANHA Mãe: VILMA ESTHER COLETTI Pai: RAMON MAURO BAGNOLI;

Processo: 47039001306202142 Requerente: CORBION PRODUTOS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NORBERTO ALARCON CARLIN Data Nascimento: 05/11/1961 Passaporte: G29003604 País: MÉXICO Mãe: ADELA CARLIN HERNANDEZ Pai: PEDRO ALARCON DOMINGUEZ;

Processo: 47039001361202132 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIAOQIANG WEI Data Nascimento: 12/02/1990 Passaporte: E97302762 País: CHINA Mãe: JINYU LAI Pai: DEXIN WEI;

Processo: 47039001528202165 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WEIQING CHEN Data Nascimento: 05/09/1968 Passaporte: E57889199 País: CHINA Mãe: PINGHUA HE Pai: SHENGYIN CHEN;

Processo: 47039001555202138 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIRONORI IMADA Data Nascimento: 19/11/1975 Passaporte: TR1406126 País: JAPÃO Mãe: Hitomi Imada Pai: Takato Imada;

Processo: 47039001563202184 Requerente: ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE BELO HORIZONTE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Samantha Denali Vell Data Nascimento: 11/01/1994 Passaporte: 566065700 País: EUA Mãe: Julie Andrea Taub Pai: Jeffrey Lynn Vell;

Processo: 47039001612202189 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZHULU ZHANG Data Nascimento: 01/03/1971 Passaporte: G60614132 País: CHINA Mãe: SHIMEI ZHOU Pai: XINGZHONG ZHANG;

Processo: 47039001619202109 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IVANA LALOVIC Data Nascimento: 17/08/1992 Passaporte: 123019745 País: INGLATERRA Mãe: TANJA VASKOVIC Pai: RADOMIR LALOVIC;

Processo: 47039001625202158 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Peiqing Tang Data Nascimento: 16/08/1982 Passaporte: EJ2548182 País: CHINA Mãe: Damei Xu Pai: Shenwei Tang;

Processo: 47039001666202144 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAKAFUMI SUEOKA Data Nascimento: 06/09/1986 Passaporte: TR6922030 País: JAPÃO Mãe: KIKUKO SUEOKA Pai: AKIRA SUEOKA;

Processo: 47039001671202157 Requerente: NML - TANKERS AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DIMITRIOS KYRKOS Data Nascimento: 05/06/1970 Passaporte: AN3274109 País: GRÉCIA Mãe: GIANNOULA KYRKOS Pai: KONSTANTINOS KYRKOS; e

Processo: 47039001690202183 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Samuel Raymond Mc Kibben Data Nascimento: 14/11/1962 Passaporte: 506240782 País: EUA Mãe: Ruth Elizabeth Hurley Pai: Samuel Walker Mc Kibben Jr.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039020410202055 Requerente: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DOOSAN KIM Data Nascimento: 08/06/1987 Passaporte: M65136608 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039020412202044 Requerente: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JONG GIL KIM Data Nascimento: 25/02/1979 Passaporte: M19653020 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039000019202115 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALMA REID OLSEN Data Nascimento: 10/09/1970 Passaporte: 545428321 País: EUA;

Processo: 47039000503202144 Requerente: NUNO SERVICOS DE COBRANCA, PAGAMENTOS E INFORMACOES CADASTRAIS LTDA Prazo: até 08/01/2022 Imigrante: Luis Carlos Alvarez Fernandez Data Nascimento: 06/11/1986 Passaporte: J086658 País: CUBA;

Processo: 47039000505202133 Requerente: NUNO SERVICOS DE COBRANCA, PAGAMENTOS E INFORMACOES CADASTRAIS LTDA Prazo: até 08/01/2022 Imigrante: Miguel Angel Chavez Alfonso Data Nascimento: 12/03/1986 Passaporte: K209334 País: CUBA;

Processo: 47039000508202177 Requerente: NUNO SERVICOS DE COBRANCA, PAGAMENTOS E INFORMACOES CADASTRAIS LTDA Prazo: até 08/01/2022 Imigrante: Raudel Rodriguez Mendez Data Nascimento: 29/05/1990 Passaporte: K822074 País: CUBA;

Processo: 47039000660202150 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: até 31/03/2021 Imigrante: DRAGAN JOCIC Data Nascimento: 20/07/1971 Passaporte: 014720388 País: SÉRVIA;

Processo: 47039000887202103 Requerente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 33 Dia(s) Imigrante: JOÃO PAULO TELES DA FONSECA Data Nascimento: 24/06/1979 Passaporte: C661081 País: PORTUGAL;

Processo: 47039001015202154 Requerente: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREW GRANT MACLAUGHLIN Data Nascimento: 17/04/1981 Passaporte: AJ675835 País: CANADÁ;

Processo: 47039001022202156 Requerente: MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RALF TREPTOW Data Nascimento: 06/07/1969 Passaporte: C1H4LJG2C País: ALEMANHA;

Processo: 47039001023202109 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEVEN PAUL BOUDREAUX Data Nascimento: 18/10/1954 Passaporte: 518174553 País: EUA;

Processo: 47039001027202189 Requerente: ABB POWER GRIDS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MURUGAN JAGANATHAN Data Nascimento: 02/04/1988 Passaporte: T5988325 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001030202101 Requerente: ABB POWER GRIDS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAYESH SURESH DALVI Data Nascimento: 05/04/1986 Passaporte: Z5591920 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001264202140 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Francisco Javier Del Campo Sanz Data Nascimento: 12/11/1973 Passaporte: PAF996502 País: ESPANHA;

Processo: 47039001339202192 Requerente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOCHEN SCHEURICH Data Nascimento: 27/10/1983 Passaporte: C8NL4NF06 País: ALEMANHA;

Processo: 47039001383202101 Requerente: SCHATTDECOR DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS VOLK Data Nascimento: 17/05/1997 Passaporte: CGWJ2VLRP País: ALEMANHA;

Processo: 47039001384202147 Requerente: AERIS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Piotr Waldemar Blaszczyk Data Nascimento: 28/02/1976 Passaporte: ES1863011 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001396202171 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAURICE TIJM Data Nascimento: 27/05/1971 Passaporte: NV38JR191 País: HOLANDA;

Processo: 47039001436202185 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KIM LYDING Data Nascimento: 14/06/1974 Passaporte: 32797444 País: NORUEGA;

Processo: 47039001448202118 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SILVIO REITINGER Data Nascimento: 05/10/1980 Passaporte: P7742497 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001451202123 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUISANA YUTHMIR CONTRERAS LIZCANO Data Nascimento: 10/01/1997 Passaporte: 137021741 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001453202112 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GONZALO JACOME OCHOA Data Nascimento: 07/02/1979 Passaporte: G08687964 País: MÉXICO;

Processo: 47039001456202156 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GWANGSIK SHIN Data Nascimento: 13/05/1975 Passaporte: M03703519 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001461202169 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHEOLYA PARK Data Nascimento: 25/01/1990 Passaporte: M58832095 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001462202111 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: INKEUN YEO Data Nascimento: 26/03/1980 Passaporte: M64458860 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001466202191 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Arsi Tapani Kosunen Data Nascimento: 27/11/1985 Passaporte: FP3636864 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001467202136 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Christian Hausler Data Nascimento: 30/05/1966 Passaporte: U2003526 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001468202181 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Christoph Schweiger Data Nascimento: 12/01/1997 Passaporte: P6932043 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001469202125 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: David Rotkropfl Data Nascimento: 18/10/1989 Passaporte: U2080089 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001470202150 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Johannes Jammernegg Data Nascimento: 30/11/1959 Passaporte: U5003340 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001471202102 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Markus Christian Kofler Data Nascimento: 30/07/1981 Passaporte: U5268486 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001472202149 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Markus Titze Data Nascimento: 09/10/1994 Passaporte: U1348072 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001473202193 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Topias Benjamin Kuusrainen Data Nascimento: 02/06/1994 Passaporte: FP3318171 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001475202182 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Albert Pommer Data Nascimento: 02/12/1976 Passaporte: P7945288 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001476202127 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gernot Putz Data Nascimento: 10/09/1970 Passaporte: U4364391 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001477202171 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Helmut Gollob Data Nascimento: 29/01/1975 Passaporte: U0954240 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001479202161 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Karl-Heinz Peindl Data Nascimento: 04/12/1967 Passaporte: P8042208 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001480202195 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Marcel Gratzer Data Nascimento: 26/09/1997 Passaporte: P6154304 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001482202184 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Nadeem Khan Data Nascimento: 26/10/1992 Passaporte: U4309483 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001484202173 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Roland Zach Data Nascimento: 30/11/1997 Passaporte: U3247767 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001485202118 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stefan Neumeister Data Nascimento: 01/10/1996 Passaporte: U4390368 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001488202151 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andreas Lienhart Data Nascimento: 11/04/1991 Passaporte: U3671930 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001490202121 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andreas Thaller Data Nascimento: 12/10/1990 Passaporte: U0116333 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001491202175 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gonzalo Oscar Costa Gnocchi Data Nascimento: 09/05/1988 Passaporte: C880260 País: URUGUAI;

Processo: 47039001492202110 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MANFRED HORNHOFER Data Nascimento: 14/02/1964 Passaporte: U0923222 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001493202164 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wolfgang Klamminger Data Nascimento: 11/11/1962 Passaporte: U2266704 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001505202151 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LEI CHEN Data Nascimento: 11/07/1990 Passaporte: E09400041 País: CHINA Imigrante: PENG LI Data Nascimento: 08/12/1983 Passaporte: G53236946 País: CHINA Imigrante: XIANGYANG SONG Data Nascimento: 23/11/1990 Passaporte: EF0710648 País: CHINA;

Processo: 47039001507202140 Requerente: OCEANICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stephen James Jones Data Nascimento: 28/06/1975 Passaporte: 535110997 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001508202194 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIAN HAN Data Nascimento: 01/01/1988 Passaporte: EH1015135 País: CHINA Imigrante: SHISUO ZHONG Data Nascimento: 01/01/1986 Passaporte: E22588270 País: CHINA Imigrante: ZHONGLIANG JIA Data Nascimento: 08/04/1992 Passaporte: EF2749939 País: CHINA;

Processo: 47039001512202152 Requerente: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: até 14/01/2022 Imigrante: Marco Herkelmann Data Nascimento: 24/10/1981 Passaporte: C7WMNN5NP País: ALEMANHA;

Processo: 47039001514202141 Requerente: COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS PLANOS - CBVP Prazo: até 14/01/2022 Imigrante: Rainer Eberhard Buchner Data Nascimento: 31/05/1966 Passaporte: C7X6JFHV0 País: ALEMANHA;

Processo: 47039001515202196 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Leonardo Frassinelli Data Nascimento: 23/07/1984 Passaporte: YA8419235 País: ITÁLIA;

Processo: 47039001519202174 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bradley O'Neal Hamilton Data Nascimento: 25/09/1978 Passaporte: 643255003 País: EUA;

Processo: 47039001520202107 Requerente: BIONOVIS S.A. - COMPANHIA BRASILEIRA DE BIOTECNOLOGIA FARMACEUTICA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RONALD RUDOLF GRAMA Data Nascimento: 16/04/1985 Passaporte: CG7X64GXN País: ALEMANHA;

Processo: 47039001522202198 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HANNES DIETMAR PFLEGER Data Nascimento: 17/09/1963 Passaporte: CFN5LJ2JZ País: ALEMANHA;

Processo: 47039001524202187 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATIC HROVAT Data Nascimento: 02/01/1991 Passaporte: PB13797696 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039001537202156 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREAS SCHMIDT Data Nascimento: 12/08/1968 Passaporte: U0952451 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001539202145 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Erich Gotthard Data Nascimento: 21/07/1968 Passaporte: U2976373 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001541202114 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Esa Pekka Turkia Data Nascimento: 21/05/1989 Passaporte: FP3805932 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001543202111 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Lennart Magnusson Data Nascimento: 14/09/1965 Passaporte: 96509393 País: SUÉCIA;

Processo: 47039001544202158 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Matthias Leonhard Marten Data Nascimento: 19/10/1990 Passaporte: 94826843 País: SUÉCIA;

Processo: 47039001577202106 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Markus Tapani Turunen Data Nascimento: 21/04/1977 Passaporte: FP2857175 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001579202197 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Niko Aleksi Sauresto Data Nascimento: 25/03/1997 Passaporte: FP4979987 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001585202144 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Petri Olavi Intke Data Nascimento: 30/04/1978 Passaporte: FP2422038 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001586202199 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Taneli Topias Alajoutsijarvi Data Nascimento: 01/11/1989 Passaporte: FP2569070 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001589202122 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEVEN ROBERT RYAN Data Nascimento: 15/02/1965 Passaporte: 530747383 País: EUA;

Processo: 47039001588202188 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Thomas Radauer Data Nascimento: 09/06/1973 Passaporte: U4328262 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001600202154 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Christopher Bruchmann Data Nascimento: 02/05/1994 Passaporte: U0079375 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001601202107 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Fredrik Andreas Jacobsson Data Nascimento: 06/03/1975 Passaporte: 95082925 País: SUÉCIA;

Processo: 47039001602202143 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hannes Wurzinger Data Nascimento: 25/12/1966 Passaporte: U1353817 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001604202132 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Janez Brezovnik Data Nascimento: 22/09/1985 Passaporte: 2209985500316 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039001607202176 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Narasimha Swamy Damerla Data Nascimento: 13/04/1983 Passaporte: Z3695774 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001644202184 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JORGE DAVID DE JESUS MEJIA GOMEZ Data Nascimento: 29/12/1983 Passaporte: G38168120 País: MÉXICO;

Processo: 47039001611202134 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jozef Dronzek Data Nascimento: 10/05/1993 Passaporte: BE1725232 País: ESLOVÁQUIA;

Processo: 47039001615202112 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Olli Matias Kokko Data Nascimento: 05/01/1982 Passaporte: FP3261650 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001616202167 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Srihari Kilari Data Nascimento: 02/05/1989 Passaporte: L6527810 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001617202110 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ursula Hochegger Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: U1674271 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001621202170 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS KEVIN MC ARTHUR JR Data Nascimento: 02/11/1983 Passaporte: 497738577 País: EUA;

Processo: 47039001623202169 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Richard Pinter Data Nascimento: 11/11/1979 Passaporte: U4881822 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039001624202111 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KYLE CIMORELLI SZELESTEY Data Nascimento: 21/12/1991 Passaporte: 561549589 País: EUA;

Processo: 47039001629202136 Requerente: MITSUBISHI POWER SOUTH AMERICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: David Farrell Data Nascimento: 02/05/1946 Passaporte: 761328468 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001633202102 Requerente: MITSUBISHI POWER SOUTH AMERICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Moshe Jacob Linscott Data Nascimento: 27/01/1970 Passaporte: 642508867 País: EUA;

Processo: 47039001634202149 Requerente: MITSUBISHI POWER SOUTH AMERICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Richard Leroy Cummings Data Nascimento: 22/12/1963 Passaporte: 475547775 País: EUA;

Processo: 47039001635202193 Requerente: MITSUBISHI POWER SOUTH AMERICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Rodolfo Quintanilla Data Nascimento: 24/04/1957 Passaporte: 569621705 País: EUA;

Processo: 47039001640202104 Requerente: ZKTECO DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Shuo Tao Data Nascimento: 02/11/1993 Passaporte: EJ2405970 País: CHINA;

Processo: 47039001645202129 Requerente: VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WILLIAM LAFFERTY Data Nascimento: 16/03/1984 Passaporte: 554313041 País: INGLATERRA;

Processo: 47039001646202173 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE ROSARIO DOMINGUEZ CARRILLO Data Nascimento: 21/07/1977 Passaporte: G17030160 País: MÉXICO;

Processo: 47039001647202118 Requerente: KIM NETO INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Martin Basa Data Nascimento: 08/01/1989 Passaporte: PB1134508 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039001648202162 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAIME MOLINA CARRILLO Data Nascimento: 16/11/1966 Passaporte: G17030138 País: MÉXICO;

Processo: 47039001651202186 Requerente: ESTAMPARIA SALETE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Harald Ludwig Christian Rosenbaum Data Nascimento: 04/01/1963 Passaporte: C77PF0XN8 País: ALEMANHA;

Processo: 47039001649202115 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RUBEN FERMAN GONZALEZ Data Nascimento: 28/11/1962 Passaporte: G09708600 País: MÉXICO;

Processo: 47039001668202133 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VINCENT JEAN MICHEL ANDRÉ DROMAS Data Nascimento: 12/11/1979 Passaporte: 20FV11967 País: FRANÇA;

Processo: 47039001669202188 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PASCAL CHASSAT Data Nascimento: 15/10/1973 Passaporte: 15FV16209 País: FRANÇA;

Processo: 47039001700202181 Requerente: BHS CORRUGATED SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAXIMILIAN FRANZ JOHANNES JANNER Data Nascimento: 10/05/1999 Passaporte: CFXPM1W2F País: ALEMANHA;

Processo: 47039001720202151 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 25/01/2022 Imigrante: Chunho Lee Data Nascimento: 26/02/1966 Passaporte: M51159843 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001759202179 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JINWOO HONG Data Nascimento: 18/07/1987 Passaporte: M62095803 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001754202146 Requerente: MQV COMERCIO E SERVICOS EIRELI Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Peng Shi Data Nascimento: 17/11/1994 Passaporte: E84930378 País: CHINA;

Processo: 47039001756202135 Requerente: MQV COMERCIO E SERVICOS EIRELI Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Bin Wang Data Nascimento: 27/04/1994 Passaporte: EB7883728 País: CHINA;

Processo: 47039001762202192 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUNGHO MUN Data Nascimento: 01/05/1978 Passaporte: M42241845 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001763202137 Requerente: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KWANGHEE LEE Data Nascimento: 12/01/1981 Passaporte: M53775398 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001777202151 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Laurent Geraut Data Nascimento: 05/10/1973 Passaporte: 15CP49392 País: FRANÇA;

Processo: 47039001781202119 Requerente: AERIS INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Daniel Colt Donahue Data Nascimento: 01/06/1980 Passaporte: 506024578 País: EUA;

Processo: 47039001798202176 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JESUS MARTIN GOMEZ FRANCO Data Nascimento: 27/10/1990 Passaporte: G16620284 País: MÉXICO;

Processo: 47039001800202115 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jerald Wayne Colbert Data Nascimento: 15/08/1978 Passaporte: 580128820 País: EUA; e

Processo: 47039001820202188 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEFFREY LIONEL FORTES Data Nascimento: 03/12/1987 Passaporte: NP32H2BL6 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039000724202112 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOBIAS BLUMENSTEIN Data Nascimento: 02/11/1971 Passaporte: C87LT9ZC9 País: ALEMANHA;

Processo: 47039000726202110 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NICO BERTLING Data Nascimento: 20/03/1997 Passaporte: C75V3R426 País: ALEMANHA;

Processo: 47039000731202114 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL WERNER JANSEN Data Nascimento: 04/12/1989 Passaporte: C766431MT País: ALEMANHA;

Processo: 47039001457202109 Requerente: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JONGHWAN CHOI Data Nascimento: 27/01/1986 Passaporte: M62100266 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001458202145 Requerente: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUNHYEON KIM Data Nascimento: 20/01/1979 Passaporte: M74706974 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001459202190 Requerente: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HOCHUL SONG Data Nascimento: 09/02/1973 Passaporte: M66369069 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001567202162 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Brian J Maley Data Nascimento: 29/12/1965 Passaporte: 489524701 País: EUA;

Processo: 47039001568202115 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Daniel Adam Swenson Data Nascimento: 30/01/1991 Passaporte: 486641415 País: EUA;

Processo: 47039001571202121 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jeffrey Christopher Aubin Data Nascimento: 08/01/1974 Passaporte: 491700646 País: EUA;

Processo: 47039001572202175 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Joseph William Hartwell Data Nascimento: 28/10/1987 Passaporte: 563058587 País: EUA;

Processo: 47039001573202110 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stephen Paul Roche Data Nascimento: 04/06/1981 Passaporte: 584030868 País: EUA;

Processo: 47039001650202131 Requerente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHENG-YI LIN Data Nascimento: 15/06/1966 Passaporte: 585552971 País: EUA;

Processo: 47039001872202154 Requerente: VEBRATEC REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEBASTIAN MICLAUS Data Nascimento: 16/01/1996 Passaporte: 057252762 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039001873202107 Requerente: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MYUNG HO BANG Data Nascimento: 29/04/1975 Passaporte: M70782341 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001874202143 Requerente: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOUNGJU WOO Data Nascimento: 23/01/1983 Passaporte: M05371095 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039001879202176 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jori Hannu Juhani Lindgren Data Nascimento: 18/04/1990 Passaporte: FP1297557 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001923202148 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VAIBHAV LAXMIKANT KULKARNI Data Nascimento: 29/06/1987 Passaporte: Z4247568 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001922202101 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCOS ANTONIO ROJAS MENESES Data Nascimento: 23/09/1982 Passaporte: F36689490 País: CHILE;

Processo: 47039001926202181 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GABRIEL PATRICIO YÁÑEZ IBARRA Data Nascimento: 21/05/1987 Passaporte: F33177390 País: CHILE;

Processo: 47039002007202125 Requerente: ALCAST DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUIMING FENG Data Nascimento: 28/02/1986 Passaporte: EG2101003 País: CHINA;

Processo: 47039002009202114 Requerente: ALCAST DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CONG GAO Data Nascimento: 27/03/1993 Passaporte: EB1477407 País: CHINA;

Processo: 47039002013202182 Requerente: ALCAST DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGHAI MENG Data Nascimento: 23/01/1978 Passaporte: EG3579865 País: CHINA;

Processo: 47039002022202173 Requerente: ALCAST DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XIANGLIN WANG Data Nascimento: 21/07/1991 Passaporte: EA7939010 País: CHINA;

Processo: 47039002073202103 Requerente: ZF AUTOMOTIVE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BOSOO LEE Data Nascimento: 16/06/1977 Passaporte: M48788843 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HYUN TAEK AN Data Nascimento: 25/03/1977 Passaporte: M59868861 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HYUNGJIN CHO Data Nascimento: 29/07/1987 Passaporte: M30468696 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: KYU HYUN CHOI Data Nascimento: 25/01/1991 Passaporte: M04066963 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SANG HUN LEE Data Nascimento: 26/04/1974 Passaporte: M27945965 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SANGCHUL LEE Data Nascimento: 25/08/1977 Passaporte: M69465493 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: SUNGWOO YANG Data Nascimento: 05/02/1987 Passaporte: M36924587 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002080202105 Requerente: ZF AUTOMOTIVE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JANGSOON JUNG Data Nascimento: 19/04/1980 Passaporte: M03974763 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002085202120 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREAS KARL DITTMANN Data Nascimento: 15/07/1970 Passaporte: C3NVZZKWM País: ALEMANHA;

Processo: 47039002082202196 Requerente: ZF AUTOMOTIVE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SANG YONG PARK Data Nascimento: 13/03/1964 Passaporte: M39216347 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002083202131 Requerente: ZF AUTOMOTIVE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SUNGSOO YOU Data Nascimento: 23/04/1967 Passaporte: M08472130 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039002086202174 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Venkata Ramarayudu Nekkanti Data Nascimento: 18/07/1982 Passaporte: U2838334 País: ÍNDIA;

Processo: 47039002130202146 Requerente: SYNTEGON TECNOLOGIA DE EMBALAGEM LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAL SIMON Data Nascimento: 17/01/1986 Passaporte: BF7666473 País: ESLOVÁQUIA; e

Processo: 47039002195202191 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SARVESH RAJESHWAR PESHKAR Data Nascimento: 28/04/1993 Passaporte: P1222227 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000852202166 Requerente: CITIC CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAPENG NIE Data Nascimento: 21/06/1988 Passaporte: PE 1363762 País: CHINA;

Processo: 47039001262202151 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SOMENATH KARAR Data Nascimento: 06/03/1985 Passaporte: S5358550 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001354202131 Requerente: SUMIRIKO DO BRASIL INDUSTRIA DE BORRACHAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKAMICHI SASAKI Data Nascimento: 26/01/1984 Passaporte: TR3931144 País: JAPÃO;

Processo: 47039001518202120 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Emiel Hagendijk Data Nascimento: 10/11/1986 Passaporte: BG62L5H15 País: HOLANDA;

Processo: 47039001598202113 Requerente: HPA BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ADAM ROMEO GYORGY Data Nascimento: 10/09/1987 Passaporte: BJ9882221 País: HUNGRIA;

Processo: 47039001603202198 Requerente: HPA BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ATTILA TAMASKOVICS Data Nascimento: 01/07/1979 Passaporte: BH7943116 País: HUNGRIA;

Processo: 47039001606202121 Requerente: HPA BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EREN NARTGUN Data Nascimento: 03/04/1982 Passaporte: U14955706 País: TURQUIA; e

Processo: 47039001609202165 Requerente: HPA BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETER SMID Data Nascimento: 30/03/1994 Passaporte: BS0004472 País: HUNGRIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000721202189 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2022 Imigrante: DANIEL STAMATE Data Nascimento: 07/03/1968 Passaporte: 059155733 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039000752202130 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ATHANASIOS AGRAPIDIS Data Nascimento: 24/05/1993 Passaporte: AN3137264 País: GRÉCIA;

Processo: 47039000753202184 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/02/2022 Imigrante: SALVINO IANNI' Data Nascimento: 06/08/1995 Passaporte: YA7474881 País: ITÁLIA;

Processo: 47039000754202129 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VASILEIOS BARMPANTONAKIS Data Nascimento: 22/02/1986 Passaporte: AN3477248 País: GRÉCIA;

Processo: 47039000759202151 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 08/06/2022 Imigrante: Matko Alebic Data Nascimento: 01/10/1993 Passaporte: 198063999 País: CROÁCIA;

Processo: 47039000766202153 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GEORGIOS TSAIRIS Data Nascimento: 04/04/1992 Passaporte: AP4338339 País: GRÉCIA;

Processo: 47039000767202106 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JEFFREY PACIA SISON Data Nascimento: 31/08/1990 Passaporte: P8832676A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000768202142 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrejs Volkovs Data Nascimento: 17/02/1977 Passaporte: LV5524284 País: LETÔNIA;

Processo: 47039000769202197 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAL LASKO Data Nascimento: 17/08/1982 Passaporte: ET8850538 País: POLÔNIA;

Processo: 47039000770202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MYKHAYLO KOVAL Data Nascimento: 30/04/1983 Passaporte: FN234930 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039000774202108 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 11/11/2022 Imigrante: Petar Unkasevic Data Nascimento: 07/02/1981 Passaporte: P06GC9233 País: MONTENEGRO;

Processo: 47039000775202144 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NESTOR JR. SABIDO MERIDOR Data Nascimento: 27/06/1994 Passaporte: P3127603A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000777202133 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDRIY BEREZOVSKY Data Nascimento: 23/11/1983 Passaporte: FH953715 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039000778202188 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PARASKEVAS PALMPAS Data Nascimento: 17/10/1997 Passaporte: AT1116932 País: GRÉCIA;

Processo: 47039000878202112 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: CONSTANTIN STOIAN Data Nascimento: 30/04/1979 Passaporte: 059112041 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039000881202128 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ENRICO TALOB TRINIDAD Data Nascimento: 21/05/1982 Passaporte: P8163710A País: FILIPINAS Imigrante: JAN DAVE TAURO TRIVILEGIO Data Nascimento: 27/09/1987 Passaporte: P2637410A País: FILIPINAS Imigrante: JEFFREY ROLDAN SOFIA Data Nascimento: 05/05/1982 Passaporte: P1546940A País: FILIPINAS Imigrante: MARK ALVIN MILLANO OTILANO Data Nascimento: 08/06/1985 Passaporte: P2106530A País: FILIPINAS Imigrante: TRIFON ABENOJA PELIGRINO Data Nascimento: 03/07/1968 Passaporte: P0509176B País: FILIPINAS;

Processo: 47039000917202173 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Alexander Jr. Punongbayan Bantilan Data Nascimento: 24/09/1984 Passaporte: P7904847A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000913202195 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jeremy Frederick Johnston Smyth Data Nascimento: 11/08/1978 Passaporte: 521005776 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039000927202117 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: TERRY MCGUINNESS Data Nascimento: 09/10/1964 Passaporte: 520794300 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001120202193 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAVID STUART HUDSON Data Nascimento: 24/02/1974 Passaporte: 120532678 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001127202113 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: PAUL DAVID BOWEN Data Nascimento: 17/11/1968 Passaporte: 510902138 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001128202150 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCIN CHOJNOWSKI Data Nascimento: 17/12/1993 Passaporte: ES9037577 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001132202118 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: MARTIN BRUCE WATT Data Nascimento: 09/09/1971 Passaporte: 576358128 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001133202162 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BENGT EIULF PEDERSEN Data Nascimento: 02/09/1971 Passaporte: 29472746 País: NORUEGA;

Processo: 47039001137202141 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2022 Imigrante: RODERICK MAÑIBO ALBESTOR Data Nascimento: 20/07/1975 Passaporte: P5635675A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001138202195 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SYED HASSAN RIZVI Data Nascimento: 24/05/1987 Passaporte: 124377950 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001139202130 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROEL MAGIKAY MALIPOT Data Nascimento: 17/05/1969 Passaporte: P0888674B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001141202117 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RONNEL RECIO PANALIGAN Data Nascimento: 28/07/1987 Passaporte: P0920804B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001144202142 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROY LIMBAGA SARMIENTO Data Nascimento: 19/08/1971 Passaporte: P4968643B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001145202197 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/10/2022 Imigrante: SULIKO KONTSELIDZE Data Nascimento: 10/04/1984 Passaporte: 18AD50298 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039001147202186 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/02/2022 Imigrante: ANDREJS KOKKONENS Data Nascimento: 04/03/1972 Passaporte: LZ4059065 País: LETÔNIA;

Processo: 47039001148202121 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2022 Imigrante: GEORGIOS SOURTZIS Data Nascimento: 16/11/1986 Passaporte: AT1112153 País: GRÉCIA;

Processo: 47039001149202175 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: GIANCARLO AVERSA Data Nascimento: 29/08/1967 Passaporte: YB7131796 País: ITÁLIA;

Processo: 47039001151202144 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/04/2022 Imigrante: IVAN ANONAS SALONGA Data Nascimento: 12/06/1991 Passaporte: P1209496B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001152202199 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: OLIVER BALDOMERA ALBAR Data Nascimento: 18/07/1980 Passaporte: P5561970B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001156202177 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: SERGEI MINASYAN Data Nascimento: 30/05/1981 Passaporte: 17AA12523 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039001157202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: SERGO SUKONNIKOV Data Nascimento: 05/11/1987 Passaporte: 11BA79272 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039001162202124 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARUN KUMAR RAO Data Nascimento: 20/03/1976 Passaporte: R7774995 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001168202100 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DHASARADAN GUNASEKARAN Data Nascimento: 27/04/1981 Passaporte: Z4551704 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001165202168 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/08/2021 Imigrante: MAYUR AGARWAL Data Nascimento: 01/03/1999 Passaporte: P7490689 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001169202146 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/10/2022 Imigrante: MITCHELLE LORIA ANGELES Data Nascimento: 10/07/1985 Passaporte: P3392949A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001193202185 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/02/2022 Imigrante: IRAKLI KATCHEISHVILI Data Nascimento: 10/11/1985 Passaporte: 16AA53284 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039001195202174 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/02/2022 Imigrante: JANIS NIMANIS Data Nascimento: 24/10/1991 Passaporte: LV4915337 País: LETÔNIA;

Processo: 47039001197202163 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/05/2021 Imigrante: JANIS PASTARS Data Nascimento: 05/08/1982 Passaporte: LV4612837 País: LETÔNIA;

Processo: 47039001213202118 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Josip Demo Data Nascimento: 26/11/1980 Passaporte: 277340033 País: CROÁCIA;

Processo: 47039001214202162 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Qamar Shoukat Data Nascimento: 13/08/1967 Passaporte: 536786634 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001221202164 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIANHUA MAN Data Nascimento: 11/06/1987 Passaporte: EJ3079424 País: CHINA Imigrante: SHENG YANG Data Nascimento: 21/07/1991 Passaporte: EJ4080518 País: CHINA; Processo: 47039001231202108 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: CARLOS CESAR CASARRUBIA PEÑA Data Nascimento: 18/10/1983 Passaporte: 137037119 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001247202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROQUE MALASA BERSABAL Data Nascimento: 16/08/1992 Passaporte: P5514318B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001249202100 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: RIZA ZAKARIA Data Nascimento: 27/04/1979 Passaporte: C1445955 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039001251202171 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: JOELIX ALFONGA ALBAY Data Nascimento: 01/10/1981 Passaporte: P5787387B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001259202137 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RICHARD ALAN WALTERS Data Nascimento: 06/05/1960 Passaporte: 519215077 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001276202174 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Juha Kristian Naesti Data Nascimento: 05/10/1976 Passaporte: PT2184070 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001277202119 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jaroslaw Henryk Sienkiewicz Data Nascimento: 06/03/1979 Passaporte: EG2267384 País: POLÔNIA Imigrante: Mateusz Adam Emche Data Nascimento: 04/09/1993 Passaporte: EJ1268073 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001283202176 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: AMADEO PEREIRA ESCALANTE Data Nascimento: 13/09/1967 Passaporte: 071317757 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001285202165 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 11/11/2022 Imigrante: Richard Robert Arnaud Narcel Data Nascimento: 26/08/1994 Passaporte: 20AI12587 País: FRANÇA;

Processo: 47039001286202118 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: ANGEL DOMINGO CARRION CARDONA Data Nascimento: 05/10/1984 Passaporte: 139096257 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001289202143 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 11/11/2022 Imigrante: Nicolas Joseph Jean Marie Maniez Data Nascimento: 09/07/1987 Passaporte: 13AF15407 País: FRANÇA;

Processo: 47039001288202107 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: MANUEL ALEJANDRO LINCHE FLORES Data Nascimento: 01/10/1981 Passaporte: 121634122 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001293202110 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2021 Imigrante: PAVEL KUZMIN Data Nascimento: 11/08/1976 Passaporte: 71 5879447 País: RÚSSIA;

Processo: 47039001299202189 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANASTASIOS MICHAIL GIARENAKIS Data Nascimento: 20/04/1995 Passaporte: AP6229248 País: GRÉCIA;

Processo: 47039001303202117 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: FEDERICO DOLOR DIAZ Data Nascimento: 17/03/1973 Passaporte: P6094838A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001307202197 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GEORGIOS GIALLOURIS Data Nascimento: 04/04/1980 Passaporte: AP6972288 País: GRÉCIA;

Processo: 47039001310202119 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IOANNIS MAVROMMATAKIS Data Nascimento: 03/06/1977 Passaporte: AT0870962 País: GRÉCIA;

Processo: 47039001316202188 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: JEAN FRANCO ACOSTA RODRÍGUEZ Data Nascimento: 28/02/1980 Passaporte: 127127068 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001317202122 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JESPER ELBAEK LARSEN Data Nascimento: 18/08/1988 Passaporte: 211412450 País: DINAMARCA;

Processo: 47039001319202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/12/2021 Imigrante: JESTER LEGASPI DE LEON Data Nascimento: 14/07/1973 Passaporte: P5944668B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001322202135 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PANTELIS VARKARIS Data Nascimento: 27/07/1973 Passaporte: AN1331702 País: GRÉCIA;

Processo: 47039001324202124 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: até 04/11/2021 Imigrante: Alexander Petrenko Data Nascimento: 23/09/1986 Passaporte: 75 7001184 País: RÚSSIA;

Processo: 47039001325202179 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 01/06/2022 Imigrante: Slawomir Prochera Data Nascimento: 06/03/1974 Passaporte: EK 2247148 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001327202168 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERT JR. SILVANO CASANO Data Nascimento: 28/11/1994 Passaporte: P9970955A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001328202111 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: ROLLY TARCULAS MONTES Data Nascimento: 11/09/1977 Passaporte: P5747787B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001330202181 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROY ANTHONY CAHIG TANTE Data Nascimento: 13/06/1973 Passaporte: P7148418A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001331202126 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SPYRIDON ANTONOPOULOS Data Nascimento: 26/02/1982 Passaporte: AN2552372 País: GRÉCIA;

Processo: 47039001332202171 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/01/2022 Imigrante: VIKTOR BOZHKO Data Nascimento: 01/10/1965 Passaporte: 762423524 País: RÚSSIA;

Processo: 47039001334202160 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: VITALIANO JR. LADESMA SALMASAN Data Nascimento: 03/03/1985 Passaporte: P5641004B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001366202165 Requerente: ALTERA PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 13/10/2021 Imigrante: Tom Vestby Data Nascimento: 23/05/1963 Passaporte: CCC058134 País: NORUEGA;

Processo: 47039001365202111 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 200 Dia(s) Imigrante: PABLO CURITCHET Data Nascimento: 16/11/1960 Passaporte: NP3H6D3F5 País: HOLANDA;

Processo: 47039001367202118 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GREGORIO SOTO RUIZ Data Nascimento: 28/02/1992 Passaporte: 520575577 País: EUA Imigrante: JESSE MARTINEZ Data Nascimento: 14/05/1990 Passaporte: 598125743 País: EUA;

Processo: 47039001371202178 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Franc Pol Bactung Bejo Data Nascimento: 02/10/1990 Passaporte: P0009979B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001389202170 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 200 Dia(s) Imigrante: HELDER SILVA TIMAS Data Nascimento: 30/11/1973 Passaporte: PA091179 País: CABO VERDE;

Processo: 47039001390202102 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 200 Dia(s) Imigrante: CERILO DO NASCIMENTO MONTEIRO Data Nascimento: 08/11/1957 Passaporte: NYPB6D585 País: HOLANDA;

Processo: 47039001391202149 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 200 Dia(s) Imigrante: JOUKE BOOM Data Nascimento: 16/01/1985 Passaporte: BU8DKFPJ3 País: HOLANDA;

Processo: 47039001420202172 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 14/07/2022 Imigrante: ABUN ANAK BILUN Data Nascimento: 27/02/1987 Passaporte: K41355033 País: MALÁSIA Imigrante: NYUAK ANAK DANA Data Nascimento: 01/01/1979 Passaporte: K52254966 País: MALÁSIA;

Processo: 47039001422202161 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TEH YEE LONG Data Nascimento: 29/03/1986 Passaporte: A51315302 País: MALÁSIA;

Processo: 47039001424202151 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MADS NERLAND ERIKSEN Data Nascimento: 03/09/1990 Passaporte: 32771867 País: NORUEGA Imigrante: MAGNUS SANDVIK Data Nascimento: 26/09/1991 Passaporte: CCC055445 País: NORUEGA Imigrante: ODD ANDRÉ STAVIK SAETERVIK Data Nascimento: 22/05/1993 Passaporte: 29824813 País: NORUEGA;

Processo: 47039001429202183 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Vladimir Zelenin Data Nascimento: 07/04/1988 Passaporte: 718550137 País: RÚSSIA;

Processo: 47039001443202187 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Cezary Jaroslaw Jenczelewski Data Nascimento: 21/05/1971 Passaporte: EP2003310 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001474202138 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHAMMAD IHSAN BIN NORZAMANI Data Nascimento: 09/05/1987 Passaporte: A52651054 País: MALÁSIA;

Processo: 47039001478202116 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAI THANE HAN Data Nascimento: 08/12/1978 Passaporte: MC495630 País: BIRMÂNIA;

Processo: 47039001481202130 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: RADU ROMICA SURUGIU Data Nascimento: 19/02/1969 Passaporte: 055105930 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039001483202129 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: SEBASTIAN EMIL MANOLE Data Nascimento: 08/04/1970 Passaporte: 058126137 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039001486202162 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 11/09/2022 Imigrante: GEORGIAN FUSTANELA Data Nascimento: 25/07/1985 Passaporte: 055484109 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039001487202115 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 11/09/2022 Imigrante: ROSS HAMILTON LINES Data Nascimento: 13/03/1980 Passaporte: 526421436 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001501202172 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ILDEFONSO MALAZARTE COSTELO Data Nascimento: 13/12/1959 Passaporte: P7903277A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001530202134 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Graham John Bell Data Nascimento: 27/04/1977 Passaporte: 510581455 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001540202170 Requerente: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 09/09/2021 Imigrante: Manolo Bautista Baculo Data Nascimento: 22/04/1962 Passaporte: P4506790A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001550202113 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 31/12/2021 Imigrante: ENRICO MANICIO RAMIREZ Data Nascimento: 24/02/1968 Passaporte: P8069166A País: FILIPINAS Imigrante: JAIME JR. NATAD BACLAAN Data Nascimento: 23/07/1973 Passaporte: P5417580B País: FILIPINAS Imigrante: RAYMOND DOTE OMPOC Data Nascimento: 23/09/1979 Passaporte: P7393760A País: FILIPINAS Imigrante: RICHARD CARAAN TISADO Data Nascimento: 14/06/1987 Passaporte: P7493873A País: FILIPINAS Imigrante: ROEL LORENZO BAYBADO Data Nascimento: 20/12/1986 Passaporte: P3339186B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001574202164 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRZYSZTOF JULIAN KOSTRZEWSKI Data Nascimento: 30/12/1985 Passaporte: EK3794229 País: POLÔNIA Imigrante: MARCIN MATEUSZ KRAUSE Data Nascimento: 14/02/1989 Passaporte: ET1996024 País: POLÔNIA Imigrante: MAREK MATWIEJCZYK Data Nascimento: 27/10/1989 Passaporte: EL9267816 País: POLÔNIA Imigrante: MICHAL TOMASZ UZDOWSKI Data Nascimento: 19/02/1982 Passaporte: EE8175632 País: POLÔNIA Imigrante: PIOTR MARIUSZ WIRKOWSKI Data Nascimento: 19/04/1970 Passaporte: EJ7780793 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001667202199 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCEL VALCU Data Nascimento: 22/07/1979 Passaporte: 054333956 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039001675202135 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2022 Imigrante: Dumitrel Cornel Filip Data Nascimento: 04/12/1987 Passaporte: 055143886 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039001682202137 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: JOSE GREGORIO BRICEÑO MATERAN Data Nascimento: 22/05/1991 Passaporte: 077420659 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001687202160 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/01/2022 Imigrante: ARIEL PRIETO TABLANTE Data Nascimento: 06/11/1974 Passaporte: P4152117A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001689202159 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/05/2021 Imigrante: BRIAN GORDUIZ ANCIANO Data Nascimento: 05/01/1977 Passaporte: P6640638A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001691202128 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Torsten Fredrik Aldentun Data Nascimento: 28/01/1969 Passaporte: 95431924 País: SUÉCIA;

Processo: 47039001693202117 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/07/2021 Imigrante: DENNIS HERNANDEZ MANDOCDOC Data Nascimento: 15/06/1982 Passaporte: P5886597B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001694202161 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/07/2022 Imigrante: MASSIMO ANTONIO IMPERATO ARZOLAR Data Nascimento: 13/01/1993 Passaporte: 131556919 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001696202151 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/07/2021 Imigrante: ERIBERTO MARTINEZ LAGROSA Data Nascimento: 15/03/1974 Passaporte: P3747406B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001698202140 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/07/2021 Imigrante: HAROLD NICHA BAYON Data Nascimento: 17/02/1990 Passaporte: P7779691A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001734202175 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/08/2021 Imigrante: CHANDAN SOOD Data Nascimento: 22/11/1979 Passaporte: Z3958972 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001735202110 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Daniel Stanislaw Bury Data Nascimento: 15/04/1984 Passaporte: EG7974100 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001737202117 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/12/2021 Imigrante: ROBERTO JIMENEZ GELLE Data Nascimento: 04/09/1962 Passaporte: P3485979B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001738202153 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FREJOHN PEÑAVERDE HALLADOR Data Nascimento: 22/07/1982 Passaporte: P1867334B País: FILIPINAS;

Processo: 47039001743202166 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SEBASTIAN ADAM MINKIEWICZ Data Nascimento: 25/02/1991 Passaporte: EE8463333 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001746202108 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/07/2021 Imigrante: JOSE MANUEL LARA YANEZ Data Nascimento: 16/07/1967 Passaporte: 129456577 País: VENEZUELA;

Processo: 47039001747202144 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/02/2022 Imigrante: SHERWIN PUNO AGUILAR Data Nascimento: 12/04/1979 Passaporte: P4724444A País: FILIPINAS;

Processo: 47039001748202199 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Leif Martin Norling Data Nascimento: 19/04/1961 Passaporte: 95390770 País: SUÉCIA; e

Processo: 47039001750202168 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: OLEKSANDR MEDVEDYEV Data Nascimento: 06/08/1992 Passaporte: FK644699 País: UCRÂNIA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039000848202106 Requerente: FRONIUS DO BRASIL COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Andres Loaiza Espinosa Data Nascimento: 01/05/1975 Passaporte: U4708388 País: ÁUSTRIA; e

Processo: 47039001011202176 Requerente: NORAC DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Nicolas Pierre Esclatine Data Nascimento: 13/09/1973 Passaporte: 20DA05026 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039000897202131 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: WENFENG LIU Data Nascimento: 01/10/1998 Passaporte: EC5732257 País: CHINA;

Processo: 47039000991202190 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO MARTIN ROMERO HERNANDEZ Data Nascimento: 29/01/1995 Passaporte: G39442962 País: MÉXICO;

Processo: 47039000994202123 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO GAYTAN ALANIS Data Nascimento: 24/01/1992 Passaporte: G39442950 País: MÉXICO;

Processo: 47039000995202178 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRENDA AZUCENA GALLARDO PONCE Data Nascimento: 28/02/1984 Passaporte: G39512026 País: MÉXICO;

Processo: 47039000997202167 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIEGO MISSAEL NAVARRO LONA Data Nascimento: 18/05/1994 Passaporte: G32156566 País: MÉXICO;

Processo: 47039000999202156 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ERIK PAUL SANDOVAL VARGAS Data Nascimento: 01/07/1990 Passaporte: G20246360 País: MÉXICO;

Processo: 47039001001202131 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUAN ANTONIO LOPEZ LEDESMA Data Nascimento: 18/09/1984 Passaporte: G38878623 País: MÉXICO; e

Processo: 47039001002202185 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARTIN ORNELAS HERNANDEZ Data Nascimento: 03/11/1991 Passaporte: G39442963 País: MÉXICO.

Residência Prévia - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018

Processo: 47039002072202151 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Carola Gabriela Sepúlveda Vásquez Data Nascimento: 17/12/1979 Passaporte: F38835248 País: CHILE.

Residência Prévia - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 2º, Alínea a)

Processo: 47039018160202093 Requerente: DAVID RAYMOND DANY RASSINOUX Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAVID RAYMOND DANY RASSINOUX Data Nascimento: 31/08/1967 Passaporte: 16AL91124 País: FRANÇA Mãe: ARLETTE JEANNE ANTOINETTE MADELEINE Pai: JEAN JACQUES RASSINOUX; e

Processo: 47039019215202082 Requerente: LAURENT ROBERT NADAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LAURENT ROBERT NADAL Data Nascimento: 30/07/1968 Passaporte: 12CR10943 País: FRANÇA Mãe: SIMONE ANTONIE THERESE PASCAL Pai: CLAUDE NADAL.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039019093202024 Requerente: SURIK NEYTHON DUQUE NICOLS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Surik Neython Duque Nicols Data Nascimento: 26/04/1995 Passaporte: 15AH98995 País: MOÇAMBIQUE Mãe: Sandra Manuela Duque Nicols Pai: Jaime Victor Nicols;

Processo: 47039018826202011 Requerente: MAXX CLEAN LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE MANUEL FERREIRA PEREIRA Data Nascimento: 21/08/1963 Passaporte: 9131813 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ANGELA FERREIRA BERNARDES Pai: MANUEL RODRIGUES PEREIRA;

Processo: 47039018925202095 Requerente: TOP 100 IMPORTADOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOURONG ZHANG Data Nascimento: 19/12/1976 Passaporte: EE5658014 País: CHINA Mãe: CHUNZHU LIN Pai: DUANFA ZHANG;

Processo: 47039019121202011 Requerente: ZHEN HE MERCEARIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MINGMING CHEN Data Nascimento: 13/03/1991 Passaporte: ED4425264 País: CHINA Mãe: XIAOPING ZHANG Pai: MUCAI CHEN;

Processo: 47039019440202019 Requerente: HOC - CENTRO DE ODONTOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM CETAO EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ra Ark Ramachandra Ringvee Data Nascimento: 12/11/1996 Passaporte: KE0409147 País: ESTÔNIA Mãe: Anne Turnpu Pai: Ringo Ringvee;

Processo: 47039019769202080 Requerente: BI ENERGIA - LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GASPARE FERRARA Data Nascimento: 02/03/1968 Passaporte: YA8801668 País: ITÁLIA Mãe: DE CARO MARIA TEREZA Pai: ANTONIO FERRARA; e

Processo: 47039000943202100 Requerente: ENERGETICA GLOBAL SERVICOS DE MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS E MECNICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALFREDO VALENTINO Data Nascimento: 22/05/1958 Passaporte: YA5016627 País: ITÁLIA Mãe: Silvana Ballerini Pai: Pasquale Valentino.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039017795202073 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/01/2022 Imigrante: ALEKSEI LONGINOV Data Nascimento: 08/11/1971 Passaporte: 73 6737389 País: RÚSSIA;

Processo: 47039020135202070 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/01/2022 Imigrante: MALKHAZ DEKANADZE Data Nascimento: 23/01/1986 Passaporte: 16AA56638 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039020186202000 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/06/2021 Imigrante: MIKE BURON LEO Data Nascimento: 29/01/1981 Passaporte: P8596388A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000629202119 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/05/2021 Imigrante: GERVACIO IV DELA CRUZ AVERILLA Data Nascimento: 14/11/1967 Passaporte: P1297220A País: FILIPINAS; e

Processo: 47039000637202165 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/05/2021 Imigrante: EUGENIO JR CAMEROS SAYCON Data Nascimento: 12/06/1966 Passaporte: P4232138B País: FILIPINAS.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039000696202133 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WON WOO KIM Data Nascimento: 04/03/1970 Passaporte: M29255857 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039000823202102 Requerente: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JANGHOON CHOI Data Nascimento: 15/07/1980 Passaporte: M83078245 País: CORÉIA DO SUL; e

Processo: 47039000894202105 Requerente: POSCO INTERNATIONAL BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KISEONG CHOI Data Nascimento: 27/02/1982 Passaporte: M88179119 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039001257202148 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JEROME LOURDES SEQUEIRA VAZ Data Nascimento: 11/02/2002 Passaporte: U0896092 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001266202139 Instituição: ASSOCIACAO CATOLICA RAINHA DAS VIRGENS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KATYA MARIA ALVARADO COURTADE Data Nascimento: 12/07/1999 Passaporte: C50017012 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR; e

Processo: 47039001267202183 instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ASHLEY GERARD Data Nascimento: 22/10/1999 Passaporte: R8115343 País: ÍNDIA.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018

Processo: 47039001167202157 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MOHAMMED NADIR Data Nascimento: 09/02/1970 Passaporte: CA742577 País: PORTUGAL Mãe: AZIZA Pai: EL ARBI.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039020078202029 Requerente: REGALIN CIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIOGO MARIA PORTUGAL VASCONCELOS BARBOZA Data Nascimento: 09/07/1996 Passaporte: CA451369 País: PORTUGAL Mãe: Maria Benedita Silva Portugal Vasconcelos Ferreira Pai: Nuno Miguel de Carvalho e Barboza.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039020083202031 Requerente: CAM DO BRASIL CONSTRUCAO EQUIPAMENTOS MECANICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alessandro Tuninetti Data Nascimento: 18/11/1989 Passaporte: YA5940066 País: ITÁLIA Mãe: Silvana Maina Pai: Guglielmo Tuninetti;

Processo: 47039000156202150 Requerente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hendrik Camiel H. Van Goethem Data Nascimento: 09/11/1965 Passaporte: EN105793 País: BÉLGICA Mãe: Denise Godelieve Van Kerrebroeck Pai: August Daniel Van Goethem;

Processo: 47039000760202186 Requerente: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEAN MICHAEL PRENDERGAST Data Nascimento: 15/05/1994 Passaporte: 493811639 País: EUA Mãe: THERESE MARIE PRENDERGAST Pai: WILLIAM ROBERT PRENDERGAST;

Processo: 47039000912202141 Requerente: AMPELMANN DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS OFFSHORE EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIETER JOHAN BUMA Data Nascimento: 09/04/1985 Passaporte: BKPRCH897 País: HOLANDA Mãe: ANTONIA LANGERAK Pai: ANDRIES PIETER BUMA;

Processo: 47039001452202178 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jimmy David Charles Data Nascimento: 18/03/1980 Passaporte: R1004423 País: REPÚBLICA GUIANA Mãe: Elma Angela Roberts Pai: Não declarado; e

Processo: 47039001495202153 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAVIER ANDRES LOPEZ HERNANDEZ Data Nascimento: 21/12/1993 Passaporte: AP413480 País: COLÔMBIA Mãe: JANET PATRICIA HERNANDEZ MANTILLA Pai: JAVIER LOPEZ GOMEZ.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039020476202045 Requerente: MAERSK H2S SAFETY SERVICES BRASIL SERVICOS DE SEGURANCA CONTRA GAS SULFIDRICO LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Luis Ramon Moya Ramirez Data Nascimento: 25/04/1972 Passaporte: 141761778 País: VENEZUELA Mãe: Casilda Rosa Ramirez Pai: Renato Ramon Moya.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039000728202109 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 10/11/2021 Imigrante: Richard Campbell Lough Data Nascimento: 21/10/1969 Passaporte: 511176840 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Barbara Anne Lough Pai: Gavin Hugh Lough;

Processo: 47039000825202193 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alan Scott Ramsey Data Nascimento: 27/11/1955 Passaporte: 511451532 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Linda Ramsey Pai: Alexander Robson Ramsey;

Processo: 47039000961202183 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VISHAL MANHAS Data Nascimento: 23/02/1973 Passaporte: Z5155759 País: ÍNDIA Mãe: CHANCHAL VERMA Pai: JANMEJAI SINGH; e

Processo: 47039001280202132 Requerente: ALTERA PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 13/10/2021 Imigrante: Walther Stallvik Data Nascimento: 01/09/1972 Passaporte: 33602820 País: NORUEGA Mãe: SNORRE STALLVIK Pai: RAGNHILD JOHANNE STALLVIK.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039020487202025 Requerente: SAP BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SIVASANKAR DURAISWAMY MAHESWARI Data Nascimento: 25/01/1982 Passaporte: Z4500538 País: ÍNDIA Mãe: MAHESWARI Pai: DURAISWAMY;

Processo: 47039000096202175 Requerente: JINHUA BRASIL TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO PET LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FEI SUN Data Nascimento: 20/01/1987 Passaporte: E44249480 País: CHINA Mãe: XIAOPING CHEN Pai: BENYI SUN;

Processo: 47039000393202111 Requerente: LUFTHANSA CARGO A G Prazo: Indeterminado Imigrante: Michael Petrich Data Nascimento: 13/02/1983 Passaporte: C5LW8P84P País: ALEMANHA Mãe: Kornelia Maria Rochus-Petrich Pai: Armin Petrich;

Processo: 47039000511202191 Requerente: EJOT-FEY SISTEMAS DE FIXACAO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YALÇIN CIHAN Data Nascimento: 16/04/1986 Passaporte: U23344016 País: TURQUIA Mãe: EMINE CIHAN Pai: SABAN CIHAN;

Processo: 47039000518202111 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTONIO MANUEL MARTINS CABRITA Data Nascimento: 28/02/1969 Passaporte: P213872 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ISABEL MARTINS Pai: JOSE ANTONIO CABRITA BRANCO;

Processo: 47039000519202157 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DIRK BERNHARD BARTSCH Data Nascimento: 22/09/1973 Passaporte: C2C1706PN País: ALEMANHA Mãe: MARLIES INGEBORG BARTSCH Pai: BERND HERBERT BARTSCH; e

Processo: 47039000850202177 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARTIN FRIES Data Nascimento: 29/11/1967 Passaporte: C1WVFM075 País: ALEMANHA Mãe: ELKE ULRIKE FRIES Pai: GÜNTHER ARTHUR WALTER FRIES.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 21 S.A. Processo: 47039.016268/2020-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ESPERANCA 13 S.A. Processo: 47039.017768/2020-09, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na ENEL GREEN POWER DELFINA A EOLICA S.A. Processo: 47039.017794/2020-29, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 19 S.A. Processo: 47039.017803/2020-81, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira, Administrativo e Planejamento na ENEL GREEN POWER DELFINA A EOLICA S.A. Processo: 47039.017872/2020-95, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira, Administrativo e Planejamento na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 06 S.A. Processo: 47039.017874/2020-84, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira, Administrativo e Planejamento na ENEL GREEN POWER SAO MICAEL 01 S.A. Processo: 47039.017877/2020-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER AROEIRA 07 S.A. Processo: 47039.000937/2021-44, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER ZEUS SUL 1 LTDA. Processo: 47039.000946/2021-35, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER AROEIRA 03 S.A. Processo: 47039.000953/2021-37, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante LUCA CECI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Projetos na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 17 S.A. Processo: 47039.000958/2021-60, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.011838/2019-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Financeira, Administrativo e Planejamento na ENEL GREEN POWER LAGOA DO SOL 05 S.A. Processo: 47039.000965/2021-61, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER LAGOA DO SOL 07 S.A. Processo: 47039.001279/2021-16, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER LAGOA DO SOL 08 S.A. Processo: 47039.001282/2021-21, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER LAGOA DO SOL 09 S.A. Processo: 47039.001291/2021-12, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Administrava, Financeira e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER AROEIRA 01 S.A. Processo: 47039.001295/2021-09, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Administrava, Financeira e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER AROEIRA 03 S.A. Processo: 47039.001296/2021-45, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Administrava, Financeira e de Planejamento e Controle na ENEL GREEN POWER AROEIRA 05 S.A. Processo: 47039.001300/2021-75, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.021469/2019-27.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039017455202042 Requerente: SHUNSHINE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RUIHONG CHEN Passaporte: E3941597;

Processo: 47039017458202086 Requerente: THOR EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAODONG CHEN Passaporte: G59681176;

Processo: 47039019559202091 Requerente: XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CAMBIO; TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mayra da Conceição de Almeida Gomes Vieira Dias Passaporte: N2407888;

Processo: 47039020127202023 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: ANDRIY PAYENKO Passaporte: FG828264;

Processo: 47039020128202078 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: JESS-AUREL SUAREZ MONTAÑO Passaporte: P3974596B;

Processo: 47039020129202012 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: ORLAN URSAL LUMONGSOD Passaporte: P0860366B;

Processo: 47039019706202023 Instituição: ASSOCIACAO DA IGREJA METODISTA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Emily Athena Everett Passaporte: 545435578;

Processo: 47039001287202154 Instituição: ARQUIDIOCESE DE SAO SALVADOR DA BAHIA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVIDE LUIGI FERRETTI Passaporte: YA7438687;

Processo: 47039019347202012 Requerente: OBRA SOCIAL N S DA GLORIA FAZENDA DA ESPERANCA Prazo: 365 Dia(s) Imigrante: EDSON SEMEDO MONTEIRO Passaporte: PA139274;

Processo: 47039000793202126 Requerente: JOSIE KATE BALDWIN Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSIE KATE BALDWIN Passaporte: 484966036; e

Processo: 47039016858202074 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: até 30/04/2021 Imigrante: Przemyslaw Kolasa Passaporte: ER1952222.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

RETIFICAÇÕES

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 106, de 04/06/2020, Seção 1, página 71, Processo: 47039.006390/2020-18, onde se lê: Prazo: 29/05/2020, leia-se: Prazo: 29/05/2021.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 216, de 12/11/2020, Seção 1, página 51, Processo: 47039.016622/2020-38, onde se lê: Mãe: EDNA MARCELA CAMBEROS VAZQUEZ, leia-se: Mãe: EDNA MARCELA CAMBEROS VAZQUEZ DE DIVET.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 250, de 31/12/2020, Seção 1, página 754, Processo: 47039.019207/2020-36, onde se lê: Mãe: GLORIA RAUDALES CHAVEZ; Pai: SIMON SANTANA SANCHEZ, leia-se: Mãe: GLORIA RAUDALES; Pai: SIMON SANTANA.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 20, de 29/01/2021, Seção 1, página 77, Processo: 47039.000462/2021-96, onde se lê: Imigrante: FREDERIK JACOB WIMTER, leia-se: Imigrante: FREDERIK JACOB WINTER.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 20, de 29/01/2021, Seção 1, página 77, Processo: 47039.001533/2021-78, onde se lê: Passaporte: 589662937, leia-se: Passaporte: 589652937.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 24, de 04/02/2021, Seção 1, página 40, Processo: 47039.001622/2021-14, onde se lê: Passaporte: 657286569, leia-se: Passaporte: 567286569.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS (*)

Despacho nº 13/2021/DNN_Perda_de _Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: ABDUL KARIM ALNOUNOU
Processo: 08389.000215/2020-87
De acordo com a Informação 8 (13725545).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 14/2021/DNN_Perda_de_Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: ABDULLA ALNOUNO
Processo: 08389.000216/2020-21
De acordo com a Informação 10 (13731916).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 15/2021/DNN_Perda_de_Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado (a): MUNTHER ALJAFARI
Processo: 08389.010130/2019-73
De acordo com a Informação 11 (13732533).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 16/2021/DNN_Perda_de _Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: HANADI ALJAFARI
Processo: 08389.010132/2019-62
De acordo com a Informação 16 (13744964).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 17/2021/DNN_Perda_de_Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: RUSTUM AL GHAZALI
Processo: 08389.010633/2019-49
De acordo com a Informação 16 (13744964).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 18/2021/DNN_Perda_de _Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: MARIAM ALGHAZALI
Processo: 08389.010631/2019-50
De acordo com a Informação 13 (13742665).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 19/2021/DNN_Perda_de _Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: HUSAM EDDIN MANSOUR
Processo: 08389.011065/2019-01
De acordo com a Informação 15 (13744303).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

Despacho nº 20/2021/DNN_Perda_de _Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENA JUS/MJ
Assunto: Recurso Administrativo
Interessado: TAMARA ALGHAZALI
Processo: 08389.010627/2019-91
De acordo com a Informação 12 (13733260).

Conheço do presente Recurso, posto que tempestivo e, no mérito, julgo-o improcedente, tendo em vista que a defesa da Recorrente não obteve êxito em apresentar elementos de fato e de direito capazes de alterar a decisão impugnada.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

(*) Republicados por terem saído no DOU de 08/02/2021, Seção 1, pág. 85, com incorreção no original.

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 2.966, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009969/2008-24, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHAN TSUNG FEI, de nacionalidade chinesa, filho de Chan Theng Ti e de Yee Mei Lieng, nascido na República Popular da China, em 17 de julho de 1972, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 20 (vinte) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.967, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000317/2019-87, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLY PAOLA QUIROGA GARCIA, de nacionalidade boliviana, filha de José Vladimir Herman Quiroga Verazain e de Graciela Guadalpe Garcia Candia, nascida no Estado Plurinacional da Bolívia, em 13 de maio de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.968, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002758/2015-90, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Revogar a Portaria nº 1.592, de 26 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de OBINNA SMART CHIBUEZE, de nacionalidade nigeriana, filho de Chibueze Uwa e de Blessing Ije, nascido em Abia State, Nigéria, em 20 de junho de 1983, tendo em vista a comprovação de amparo legal pelo artigo 55, inciso II, alínea ''a'', da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.969, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003432/2003-35, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HASSAN MOHAMAAD ALLAN ou HASSAN ALLAM ALLAM, de nacionalidade colombiana, filho de Mohamed Allam e de Hazzita Allam, nascido em Santa Fé de Bogotá, na República da Colômbia, em 1º de janeiro de 1964, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 22 (vinte e dois) anos e 9 (nove) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.970, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento a determinação do MM. Juiz Federal na Titularidade Plena, SERGIO LUIS RUIVO MARQUES, da 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, datada de 24 de setembro de 2020, proferida nos autos do Processo nº 5011933-75.2020.4.04.7002/PR, resolve:

Suspender os efeitos da Portaria SNJ nº 237, de 20 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2017, que tornou sem efeito o registro inserido na Portaria nº 226, de 17 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro 2016, que concedeu a nacionalidade brasileira, por naturalização, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, no tocante à LOLIA ABDEEN, natural da Síria, nascida em 09 de janeiro de 2011, filha de Ayman Abdeen e de Kinana Alkhateeb, residente no Estado do Paraná, tendo em vista que a requerente não cumpriu o disposto no inciso II do Art. 112 da Lei nº 6.815/80. (Processo nº 08000.042041/2016-51).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.971, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Anular o ato administrativo que deferiu o pedido de Perda da Nacionalidade Brasileira através da Portaria Coletiva/CPMIG nº 2.919, de 20 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de nº 15, sexta-feira, 22 de janeiro de 2021, em favor de JOÃO NAZARENO MEGIATO GOULART, natural do Brasil, nascido em 29 de setembro de 1970, filho, Sirlei Megiato Goulart, tendo em vista o erro material. (Processo nº 08018.051171/2020-71).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO Nº 19/2021

DESPACHO Nº 19/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Expulsão de Estrangeiro
Interessado: EDGAR ANDRES HERAN CASTRILLON
Processo nº 08001.001877/2011-81

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 400/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo naturalizar-se nº: 235881.0028333/2021
Interessado: Luc Arnold Guerrier

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 401/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0027990/2021
Interessado: JEAN-FRITZ YSMAEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprova a residência no território nacional há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos deixando de cumprir, assim, o contido no art. 67, da Lei nº 13.445/2017 e Art. 238 do Decreto nº 9.199/2017.

DESPACHO Nº 402/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0027891/2021
Interessado(a): ALI HAMJA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 403/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo naturalizar-se nº: 235881.0027728/2021
Interessado: REHAM FAISAL ALTAHIR ALGAK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 404/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Interessado: MOHAMMAD MOSABBI
Processo naturalizar-se nº: 235881.0025891/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do disposto no Art. 70, da Lei nº 13.445/2017.

DESPACHO Nº 405/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo MJSP nº 235881.0023759/2021
Interessado(a): SHEELOVE VOLCY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c Art. 221 do decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 406/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: Vladimir Albino Te
Processo naturalizar-se: 235881.0018487/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do Art. 65, II da Lei 13.445/2017 combinado com o disposto no Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 407/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0008012/2020
Interessada: Makendy Garçon

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende às exigências contidas nos incisos III, e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 408/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0006312/2020
Interessado: LEBYCAR MARIA ROJAS LATAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS N° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não reside no país por prazo indeterminado, contrariando o disposto no Art. 221, do Decreto 9.199/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta data de nascimento de Mohamad Baker Mouhssen Kazwini, incluído na Portaria Naturalização nº 2933, de 25 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2021, é 19 de junho de 1969 e não como constou. Processo: 08389.001523/2020-20

Declara que a correta grafia de STEPHANIE VALENCIA OSORIO, incluída na Portaria n° 2.871 de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2020, é STEPHANIE VALENCIA OSORIO e não como constou. Processo: 08286.000466/2020-10

Declara que a correta grafia do nome da genitora de JAVIER IVAN MORALES SOLARES, incluída na Portaria Naturalização nº 2.881, de 29 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2020, é Patricia Del Rosario Solares La Roca e não como constou. Processo: 08460.001504/2020-93

Declara que o exato nome da genitora de KENIA GARCIA FLEITES, incluído na Portaria n°748 de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2020, é Susana de la Caridad Fleites Marrero, e não como constou. Processo: 08255.011061/2018-50

Declara que a correta grafia do nome de MANUEL ANTONIO ALVES, incluído na Portaria CPMIG nº 804, de 23 de Março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 25 de Março de 2020, é ALVES MANUEL ANTONIO e não como constou. Processo: 08000.004254/2021-41

Declara que o exato nome de MOISES ABUDU N TCHAMA NASCIMENTO, incluído na Portaria CPMIG nº 645, de 04 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05 de março de 2020, é MOISES ABUDU N'TCHAMA NASCIMENTO, bem como a correta grafia dos nomes de seus genitores são ABUDU N'TCHAMA e N'RANI EMBANA, e não como constou. Processo: 08018.004056/2021-99

Declara que a correta grafia do nome do genitor de Shriram Jayanthi, incluído na Portaria Naturalização nº 2.402, de 4 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 8 de Setembro de 2020, é Udaya Bhaskaram Jayanthi e não como constou. Processo: 08018.003871/2021-31

Declara que a correta grafia do nome da genitora de FAYZA MONY, incluída na Portaria Naturalização nº 1.334, de 6 de Dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 9 de Dezembro de 2019, é Lipi Akter e não como constou. Processo: 08000.004414/2021-52.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Nº 259 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOPÃO, com sede em Teresópolis - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.685.976/0001-70, conforme Despacho nº 322/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (13850476), em razão do descumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790/99. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08084.000277/2021-02.

Nº 263 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social PROJETO MI LEVA, com sede em OSASCO - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.571.936/0001-05, conforme Despacho nº 327/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (13851655), em razão do descumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790/99. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08084.000409/2021-98.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 161, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo Administrativo nº 08700.007351/2015-51 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.007353/2015-40). Representante: CADE ex officio. Representados: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., EBE - Empresa Brasileira de Engenharia S.A., Techint Engenharia e Construções S.A., UTC Engenharia S.A., Adolfo de Aguiar Braid, Antônio Carlos D'Agosto Miranda, Carlos Maurício de Paula Barros, Dalton dos Santos Avancini, Fábio Andreani Gandolfo, Flávio David Barra, Guilherme Pires de Mello, Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho, Henrique Pessoa Mendes Neto, Humberto Barra Neto, José Arnaldo Delgado, Luís Guilherme de Sá, Luiz Alfredo Lima Sapucaia, Luiz Carlos Martins, Marcelo Sturlini Bisordi, Odon David de Souza Filho, Paulo Massa Filho, Petrônio Braz Junior, Renato Ribeiro Abreu, Ricardo Ourique Marques e Ricardo Ribeiro Pessoa. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Amanda Fabbri Bareili, Ana Paula Martinez, Barbara Rosenberg, Caio Lacerda de Castro, Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcellos, Eduardo Caminati Anders, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Luís Bernardo Coelho Cascão, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Marco Antonio Fonseca Júnior, Marcos Paulo Veríssimo, Nara Silva de Almeida, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Paula Sion, Pierpaolo Cruz Bottini, Ricardo Casanova Motta, Sérgio Ferraz e Opice, Sérgio Varella Bruna, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, Thiago Francisco da Silva Brito, Tito Amaral de Andrade, Vinícius Marques de Carvalho e outros. Acolho a Nota Técnica nº 21/2021/CGAA8/SGA2/SG/CADE, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida nota técnica, decido pela notificação do Representado Ricardo Ribeiro Pessoa para que, no prazo de 05 dias, justifique em que medida as oitivas das novas testemunhas indicadas são imprescindíveis para suas defesas, sob pena de indeferimento.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 532, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003822/2020-70. Interessada: Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 25.086.034/0001-71. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica (2021) que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com participação financeira de terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2020, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretaria-executiva/projetos-prioritarios.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.634, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006197/2020-38. Interessado: Celesc Distribuição S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Celesc Distribuição S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Florianópolis Saco Grande que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Trindade - Ilha Norte, na Subestação Florianópolis Saco Grande, localizada no estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.637, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006274/2020-50. Interessada: Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Modelo - Castanhal, localizada no município de Castanhal, estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.639, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006279/2020-82. Interessada: Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Modelo - Terra Alta, localizada no município de Castanhal, estado do Pará. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.644, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000058/2021-81. Interessada: Enel Distribuição Goiás. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Porangatu - Amarillo Gold, localizada nos municípios de Porangatu, Mutunópolis e Mara Rosa, estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.645, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000123/2021-79. Interessada: Companhia Energética Águas da Serra S.A.

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem do trecho de linha de transmissão que perfaz o seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV PCH Alto Benedito Novo I - SE Indaial, na PCH Águas da Serra, localizada no município de Benedito Novo, estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.647, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001219/2017-78. Interessada: Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Objeto: Alterar, a pedido, o Anexo da Resolução Autorizativa nº 6.329 de 2 de maio 2017, que declarou de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Pirapora 2 - Presidente Juscelino C1, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.661, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001262/2019-03. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Altera os anexos I e II da Resolução Autorizativa nº 9.174, de 18 de agosto de 2020. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 9.663. Processo nº 48500.006458/2018-03. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 1, CEG UFV.RS.MG.042991-0.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.830, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.664. Processo nº 48500.006459/2018-40. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 2, CEG UFV.RS.MG.042992-9.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.831, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.665. Processo nº 48500.006461/2018-19. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 3, CEG UFV.RS.MG.042993-7.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.832, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.666. Processo nº 48500.006460/2018-74. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 4, CEG UFV.RS.MG.042994-5.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.833, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.667. Processo nº 48500.006462/2018-63. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 5, CEG UFV.RS.MG.042995-3.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.834, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.668. Processo nº 48500.006463/2018-16. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 6, CEG UFV.RS.MG.042996-1.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.835, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.669. Processo nº 48500.006467/2018-96. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 7, CEG UFV.RS.MG.042997-0.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.836, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.670. Processo nº 48500.006464/2018-52. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 8, CEG UFV.RS.MG.042998-8.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.837, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.671. Processo nº 48500.006465/2018-05. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 9, CEG UFV.RS.MG.042999-6.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.838, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 9.672. Processo nº 48500.006466/2018-41. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Hélio Valgas I Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da UFV Hélio Valgas 10, CEG UFV.RS.MG.043001-3.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 8.839, de 19 de maio de 2020, localizada no município de Várzea da Palma, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.673, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006386/2020-19. Interessada: Enel Distribuição Goiás Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Distribuição Goiás, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Iporá - Montes Claros e de novo trecho da Linha de Distribuição 69 kV Iporá - Arenópolis, localizadas no estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.674, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000226/2021-39. Interessada: Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, as áreas de terras necessárias à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Jardim - Seccionadora Nortista, localizada nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Aracaju, estado de Sergipe. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.675, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002197/2017-63. Interessada: Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. Objeto: (i) Alterar, a pedido, o anexo da Resolução Autorizativa nº 6.332, de 2 de maio de 2017, que declarou de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Presidente Juscelino - Itabira 5, localizada no estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.676, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002393/2020-33. Interessada Santa Luz Geração e Comércio de Energia SPE S.A. Objeto: Altera o Anexo da Resolução Autorizativa nº 8.815, de 12 de maio de 2020, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 69 kV Jacitara - Boa Vista, localizada no estado de Roraima. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.678, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006384/2017-16. Interessado: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Objeto: Autoriza a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Contrato de Concessão nº 059/2001, a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.818, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000465/2020-16. Interessado: CELPE, Brígida Solar SPE SA e Brígida Solar SPE SA. Objeto: (i) Homologa nova base de dados e receitas de referência da TUSDg do ciclo 2020/2021; (ii) Retifica as tarifas das UFV Brígida 1, UFV Brígida 2 e da CELPE na Resolução Homologatória nº 2.727 de 2020; e (iii) Inclui tarifa para Novas Centrais Geradoras Não Consideradas Nominalmente na Resolução Homologatória nº 2.683, de 2020. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 913, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera a Resolução Normativa ANEEL nº 541, de 12 de março de 2013, que estabelece as disposições relativas ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica prestado por concessionárias de usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e o Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso XIX da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; no art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015; no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, na Resolução Normativa ANEEL nº 541, de 12 de março de 2013; e na Resolução Normativa ANEEL nº 818, de 19 de junho de 2018; e o que consta do Processo nº 48500.005102/2012-59, resolve:

Art. 1º A Resolução Normativa ANEEL nº 541, de 12 de março de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Estabelecer as disposições relativas ao padrão de qualidade do serviço de geração de energia elétrica, prestado por concessionárias de usinas hidrelétricas alcançadas pelo Art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, ou licitadas, que tiveram garantia física de energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

.....

Art. 2º .....

.....

§1º A concessionária deverá manter ou melhorar o índice de indisponibilidade total considerado no contrato de concessão - Indispreferência, conforme inequação a seguir:

.....

TEIF - Taxa equivalente de indisponibilidade forçada considerada no contrato de concessão; e

IP - Indisponibilidade Programada considerada no contrato de concessão.

§3º Para verificação do atendimento ao padrão de qualidade previsto neste artigo, serão considerados 60 (sessenta) valores mensais da TEIFa e da TEIP de cada usina, apurados nos termos do art. 3º da Resolução Normativa ANEEL nº 614, de 3 de junho de 2014, ou regulamentação superveniente, até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao do reajuste ou da revisão da receita da usina.

.....

§6º O Operador Nacional do Sistema - ONS, deverá desconsiderar das taxas apuradas os períodos de indisponibilidade em razão dos motivos previstos no inciso III do §1º do Art. 2º da Resolução ANEEL nº 614, de 3 de junho de 2014, ou regulamentação superveniente, desde que justificados adequadamente pelo agente de geração.

.....

Art. 8º Sem prejuízo das fiscalizações periódicas, os empreendimentos com desempenho inadequado poderão ser fiscalizados pela ANEEL para avaliação da prestação do serviço, sendo sujeita ainda às penalidades definidas nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, entre outras previstas na legislação e no contrato de concessão.

Parágrafo único Caso haja suspensão da situação operacional nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, ou regulamentação superveniente, o pagamento da parcela do custo da gestão dos ativos de geração referente à operação e manutenção será suspenso, durante esse período, na proporção da potência instalada afetada pela suspensão.

.....

Art. 11. O Mecanismo de Redução da Energia Assegurada - MRA de que trata o art. 3º da Resolução Normativa ANEEL nº 614, de 2014, ou regulamentação superveniente, será suportado pelas concessionárias de distribuição cotistas, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.

Art. 12. Caso a usina hidrelétrica seja excluída do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 409, de 2010, ou regulamentação superveniente, a exposição ao mercado de curto prazo será suportada pelas concessionárias de distribuição cotistas, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.

Parágrafo único. A ANEEL informará à CCEE o retorno compulsório da usina ao MRE quando atendidos os requisitos para regresso ao mecanismo, nos temos na Resolução Normativa ANEEL nº 409, de 2010, ou regulamentação superveniente.

....."

Art. 2º Revogar o Art. 13. e os §§ 5º e 7º do Art. 2º da Resolução Normativa nº 541, de 12 de março de 2013.

Art. 3º Está Resolução Normativa entre em vigor em 1º de março de 2021.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 220, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.005625/2002-52, 48500.004682/2019-33 e 48500.000232/2016-29, decide aprovar o Primeiro e Segundo Termos Aditivos ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica- CCVEE, celebrados entre Cemig Distribuição S.A. e Aliança Geração de Energia S.A.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 221, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.004887/2020-52, decide conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT, para, no mérito, dar-lhe provimento, determinando que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, recontabilize as Parcelas Variáveis por Atraso - PVA, das instalações outorgadas pelo Contrato de Concessão nº 006, de 2016-ANEEL, considerando que os períodos de vigência dos Termos de Liberação de Receita - TLR, não devem ser contabilizados como período de atraso da transmissora para a entrada em operação comercial das Funções Transmissão - FT, para efeitos da apuração das Parcelas Variáveis por Atraso na Entrada em Operação - PVA.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 222, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002053/2018-98, decide conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. - EDP ES em face ao Auto de Infração nº 4/2019, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 60.363,15 (sessenta mil, trezentos e sessenta e três reais e quinze centavos) e cancelando a Determinação DT.1.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 223, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003379/2020-57, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em face do Auto de Infração nº14, de 2020, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, referente à Usina Hidrelétrica - UHE Jacuí.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 224, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.002678/2019-31, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás em face do Despacho nº 1.789, de 2019, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, referente à recuperação de consumo não faturado.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 226, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.007026/2019-92, decide não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CEB Distribuição S/A. - CEB-DIS em face da Resolução Homologatória nº 2.789, de 2020 e, no mérito, manter integralmente a decisão tomada.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 228, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.005044/2020-73 e 48500.004433/2020-81, decide por declarar prejudicado o Pedido de Impugnação, com pedido de medida cautelar, interposto pela Iperfor Industrial Ltda., de forma a promover o arquivamento dos processos.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 271, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005187/2018-61, decide: (i) declarar a perda de objeto, em razão de fato superveniente nos termos do Art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999, e do Art. 14 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 2007 e, de ofício, (ii) alterar a data, de 3 de outubro de 2021 para 30 de abril de 2022, estabelecida no Despacho nº 1.702, de 2020, emitido pela Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 309, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.XXXXXXXXXXXXX2571/2020-26, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela FP Global Locação de Mão de Obra e Serviços Administrativos Ltda no Recurso Administrativo interposto em face da Decisão nº 13/2020-SLC/ANEEL, de 23 de junho de 2020, e negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 270, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº: 48500.005762/2020-40. Interessado: Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Termelétrica - UTE Tijuco 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.AI.MG.050295-2.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, utilizando bagaço de cana de açúcar como combustível, localizada no município de Uberaba, estado de Minas Gerais, em favor da empresa Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.493.354/0001-27. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 291, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nºs 48500.004972/2020-11. Interessado: Ventos de São Cleófas Energias Renováveis S. A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de São Cleófas 09, localizada no município de Carnaúba dos Dantas, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 312, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº: 48500.004722/2007-11. Interessado: Piarucum Energia Ltda. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da garantia física da PCH Piarucum, com 10.000 kW de potência instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.TO.032551-1.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 317, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº: 48500.006339/2020-67. Interessado: Dois Saltos Empreendimentos de Geração Ltda. Decisão: (i) autorizar que a empresa Dois Saltos Empreendimentos de Geração Ltda. registre no Sistema de Registro de Centrais Geradoras de Capacidade Reduzida - RCG a CGH Dois Saltos, nos termos do art. 52 da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 323, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 48500.005947/2020-54. Interessado: Rio Chopim Energia Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Cassilândia, com potência de 23.400 kW, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MS.037154-8.01, localizada no rio Aporé, estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados, de acordo com estabelecido no § 1º do art. 20 da Resolução Normativa nº 875, de 2020. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 324, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 48500.005961/2020-58. Interessados: Ecoz Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. Decisão: (i) não conceder o DRI-PCH referente à PCH Cassilândia, com potência de 23.400 kW, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MS.037154-8.01, nos termos do § 1º do art. 20 da Resolução Normativa nº 875, de 2020; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 9 de fevereiro de 2021.

Nº 328. Processo nº: 48500.000646/2020-34. Interessados: CLWP Eólica Parque XIV S.A. Usina: EOL Campo Largo XIV. Unidade Geradora: UG1, de 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 329. Processo nº: 48500.003440/2020-66. Interessados: Ventos de São Fernando IV Energia S.A. Usina: EOL São Fernando 4. Unidades Geradoras: UG19 a UG24, de 3.465 kW cada, totalizando 20.790 kW de capacidade instalada. Localização: Município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 330. Processo nº: 48500.000553/2019-76. Interessados: EOL Potiguar B142 SPE S.A. Usina: EOL Vila Maranhão II. Unidade Geradora: UG1, de 3.550 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 26/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35) RODRIGO FONSECA VALENTE - 831009/2014 - AI 479/2018

WAGNARA ALVES RIBEIRO
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

DESPACHO
Relação nº 5/2021

Autoriza a averbação dos atos de liberação de penhor de direitos minerários(1922)

Credor: SANDSTORM GOLD CANADÁ LTDA - Processo nº 800.256/1978 - MINERACAO AURIZONA S/A - Portaria de Lavra Nº 25/2019

Credor: PACIFIC ROAD CAPITAL II PTY LIMITED - Processo nº 800.256/1978 - MINERACAO AURIZONA S/A - Portaria de Lavra Nº 25/2019

Autoriza a averbação dos atos de penhor de direitos minerários(1926)

Credor: MDC INDUSTRY HOLDING COMPANY LLC - Processo nº 800.256/1978 - MINERACAO AURIZONA S/A - Portaria de Lavra Nº 25/2019

Credor: SANDSTORM GOLD LTDA - Processo nº 800.256/1978 - MINERACAO AURIZONA S/A - Portaria de Lavra Nº 25/2019

Credor: THE BANK OF NOVA SCOTIA - Processo nº 800.256/1978 - MINERACAO AURIZONA S/A - Portaria de Lavra Nº 25/2019

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 61/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
890.652/1988-GRAMABEL GRANITOS E MÁRMORES BERGAMIN LTDA-GRANITO

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 62/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

810.975/2018 - G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP - ALVARÁ Nº 639/2021 - Destacado do Processo 810.943/2016 - ALVARÁ Nº 13.218/2016 - Vencimento em 19/12/2018

810.976/2018 - G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP - ALVARÁ Nº 640/2021 - Destacado do Processo 810.943/2016 - ALVARÁ Nº 13.218/2016 - Vencimento em 19/12/2018

811.168/2017 - G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ALVARÁ Nº 638/2021 - Destacado do Processo 810.867/2016 - ALVARÁ Nº 878/2017 - Vencimento em 17/02/2019

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 10/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Retificação PLG(671)

866.390/2020-866.390/2020 - COOMIGA - Cooperativa de Mineradores e Garimpeiros da Região do Aripuanã - PLG nº 2/2021 - Publicada em 29/01/2021 - Relação 1/2021, Seção 1, pág. 88 - Onde se lê"... 05 (cinco) anos...", leia-se"... 02(dois) anos e 06 (seis) meses...".

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 34/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.682/2013-MARIA DE CASSIA SANTOS-AI N°9383/2020/GER-MG/DIREM-MG (Ref. 934.497/2020)
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
833.446/2011-DEPOSITO TANGARA LTDA-OF. N°3461/2020/DIREM-MG/GER-MG
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
830.123/2019-APPARECIDA JANDIRA DE ANDRADE BARBOSA
831.232/2017-FLAVIO TEODOSIO DOS REIS ME
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM B4-FERROMAR INDUSTRIA E COMERCIO S.A.-005.960/1956-OF. N°2238/2021/DISBM-MG/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA- Nome da Fonte: Midas - Marca: Vida Azul -Volumetria: 20L, sem gás- IGARAPÉ/MG
833.728/1995-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUA SANTA LTDA.- Nome da Fonte: Água Santa - Marca: Santuário Sta. Rita de Cássia - Volumetria: 20L, 10L, 5L 1,5L, 510 mL e 310 mL, sem gás- CÁSSIA/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
832.597/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1979/2021/DIREM-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
830.857/2009-CERAMICA G. H. G. LTDA EPP-IGARATINGA/MG - Guia n° 144/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-12.000 toneladas/ ano-ARGILA (uso fabricação de cerâmica vermelha)- Duração da Guia:3 ANOS ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
834.452/2011-GRANITOS EMERICK & SERAFIM LTDA.-CARANGOLA/MG, ESPERA FELIZ/MG - Guia n° 148/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Duração da Guia:3 ANOS ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
830.616/2013-GRAMINETE GRANITOS MINETE LTDA.-LAJINHA/MG, MUTUM/MG - Guia n° 162/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-6.000 toneladas/ano-GNAISSE (uso Ornamental e Revestimento (limitado pela Licença ambiental)- Duração da Guia:3 ANOS ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2225)
833.314/2013-GRANITOS LITORAL LTDA-OF. N°3098/2020/DIREM-MG/GER-MG
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.620/2001-AGUA QUENTE MINERAÇÃO AGROPECUÁRIA E ECO TURISMO LTDA- Registro de Licença N° 948/2002 - Vencimento em 13/03/2025
833.832/2012-AGUA QUENTE MINERAÇÃO AGROPECUÁRIA E ECO TURISMO LTDA- Registro de Licença N° 5146/2019 - Vencimento em 13/03/2025
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.620/2001-AGUA QUENTE MINERAÇÃO AGROPECUÁRIA E ECO TURISMO LTDA-OF. N°2049/2021/DFMNM-MG/ANM
831.953/2014-CASCALHEIRA MATINHA SILVA LTDA ME-OF. N°2392/2021/DFMNM-MG/ANM
833.832/2012-AGUA QUENTE MINERAÇÃO AGROPECUÁRIA E ECO TURISMO LTDA-OF. N°2043/2021/DFMNM-MG/ANM
830.653/2008-BRITADORA ESPERANÇA LTDA.-OF. N°1870/2021/DFMNM-MG/ANM
830.975/2010-GANESHA EQUIPAMENTOS LTDA-OF. N°2417/2021/DFMNM-MG/ANM
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
830.653/2008-BRITADORA ESPERANÇA LTDA. -AI N°1238, 1239, 1240/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
830.653/2008-Britadora Esperança Ltda- AI N°80/2021/GER-MG/DFMNM-MG (Ref. 930.168/2021)
Determina a desinterdição da lavra(1196)
830.653/2008-BRITADORA ESPERANÇA LTDA.- N° do Termo de desinterdição:1/2021/GER-MG/DFMNM-MG, de 26/01/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.086/2011-MINERAÇÃO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA-OF. N°2494/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.693/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°3424/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.077/1988-MOSAIC FERTILIZANTES PEK LTDA-OF. N°380/2020/SECOR-MG/GER-MG e Songeo Mineração S A
830.053/1997-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°1530/2021/UAPM-MG/ANM.
830.067/2001-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°1906/2021/DFMNM-MG/ANM
830.302/2011-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1969/2021/DFMNM-MG/ANM
833.436/2011-PETRAMINAS MÁMORE LTDA-OF. N°2120/2021/DFMNM-MG/ANM
833.033/2014-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2400/2021/DFMNM-MG/ANM
830.996/2000-R.V MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2448/2021/DFMNM-MG/ANM
831.901/2005-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI-OF. N°2447/2021/DFMNM-MG/ANM
830.981/1988-CAL FERREIRA LTDA-OF. N°2446/2021/DFMNM-MG/ANM
830.128/1998-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°2466/2021/DFMNM-MG/ANM
831.869/2003-JADER DE CASTRO - FI-OF. N°2464/2021/DFMNM-MG/ANM
831.392/2001-DRAGA RIO PARACATU LTDA EPP-OF. N°2463/2021/DFMNM-MG/ANM
831.403/2001-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP-OF. N°2462/2021/DFMNM-MG/ANM
831.402/2001-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP-OF. N°2460/2021/DFMNM-MG/ANM
831.404/2001-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP-OF. N°2459/2021/DFMNM-MG/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
830.340/2005-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI- n° 7503/2005 - Cessionário: VENETO MINERAÇÃO S.A- CNPJ 35.679.043/0001-20
832.557/2013-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI- n° 9638/2013 - Cessionário: VENETO MINERAÇÃO S.A- CNPJ 35.679.043/0001-20
Despacho publicado(356)
833.396/2011-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.-Ofício nº 2592/2021/DFMNM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
830.517/2018-SAULO GILIAN DO NASCIMENTO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.651/2017-DELTA SUCROENERGIA S A-OF. N°128/2019/DFMNM - MG/GER - MG
830.719/2017-MIGUEL EURICO DE CAMPOS ME-OF. N°1859/2021/DFMNM-MG/ANM
830.844/2020-CASCALHEIRA LOPES & FILHOS LTDA-OF. N°2387/2021/DFMNM-MG/ANM
831.726/2020-MARCELO ABRÃO CARLONI EPP-OF. N°1921/2021/DFMNM-MG/ANM
831.622/2020-ABEL POLINO TRANSPORTES E EXTRACAO DE AREIA - EIRELI-OF. N°2412/2021/DFMNM-MG/ANM
830.931/2017-CAMPOS COSTA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME-OF. N°1861/2021/DFMNM-MG/ANM
831.589/2019-G 8 REDUTO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1786/2021/DFMNM-MG/ANM
831.147/2017-DRAGA SANTOS LTDA-OF. N°1784/2021/DFMNM-MG/ANM
830.912/2019-BARRO BRANCO AGROPECUÁRIA LTDA-OF. N°1695/2021/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.471/2020-FERNANDO NAVES PEREIRA DA SILVA
831.675/2020-DR CONSULTORIA PATRIMONIAL E INVESTIMENTOS LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
830.200/2019-APPARECIDA JANDIRA DE ANDRADE BARBOSA
830.564/2020-FLAVIO TEODOSIO DOS REIS ME
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
831.514/2020-JORGE HUMBERTO RODRIGUES
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
830.888/2020-MUNICIPIO DE LAGAMAR- Registro de Extração N°1/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021
830.907/2020-MUNICIPIO DE ARGIRITA- Registro de Extração N°2/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021
831.211/2020-MUNICIPIO DE RESENDE COSTA- Registro de Extração N°3/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 36/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.348/2015-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°122/2021/GER-MG/UAPM-MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.434/2012-NIVALDO LISBOA SOARES
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
830.434/2012-NIVALDO LISBOA SOARES-OF. N°296/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.016/2001-ÁGUA MINERAL VARGINHA LTDA- Nome da Fonte: Yphannek - Marca: Varginha -Volumetria: 5L e 10L, sem gás - Marca: Yphannek -Volumetria: 5L e 10L, sem gás- VARGINHA/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.973/1962-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-OF. N°2245/2021/DFMIM-MG/ANM
805.141/1976-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-OF. N°2243/2021/DFMIM-MG/ANM
802.185/1971-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-OF. N°2242/2021/DFMIM-MG/ANM
000.098/1959-PEDREIRA UM VALEMIX MICON MINERAÇÃO CONGONHAS LTDA.-OF. N°1954/2021/DFMIM-MG/ANM
831.929/1984-SAFM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2140 e 2141/2021/DFMIM-MG/ANM
000.323/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2076/2021/DFMIM-MG/ANM
008.863/1943-R.B.M. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°2002/2021/DFMIM-MG/ANM
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
001.978/1935-GERDAU ACOMINAS S/A- AI Nº 5875/2020 - Gerência Regional - MG - (Ref. 930.258/2020)
Nega provimento a defesa apresentada(476)
001.978/1935-GERDAU ACOMINAS S/A
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
811.979/1969-VALE S A- Prazo:2 (anos)
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
831.929/1984-SAFM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2139/2021/DFMIM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.065/2000-CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2457/2021/DFMNM-MG/ANM
831.016/1999-LUCIANO DOS SANTOS PEDROSO ME-OF. N°2456/2021/DFMNM-MG/ANM
830.459/1994-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2455/2021/DFMNM-MG/ANM
833.345/1996-EMPRESA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°2472/2021/DFMNM-MG/ANM
830.137/1998-CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2473/2021/DFMNM-MG/ANM
832.342/2000-BERVILE COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA.-OF. N°2474/2021/DFMNM-MG/ANM
833.933/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°2482/2021/DFMNM-MG/ANM
832.414/2007-RS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2343/2021/DFMIM-MG/ANM
832.739/2011-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-OF. N°2345/2021/DFMIM-MG/ANM
830.058/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2203/2021/DFMIM-MG/ANM
832.184/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO SEARA LTDA.-OF. N°2328/2021/DFMIM-MG/ANM
830.053/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2321/2021/DFMIM-MG/ANM
830.059/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2318/2021/DFMIM-MG/ANM
830.056/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2203/2021/DFMIM-MG/ANM
831.158/1981-SEIO DE ABRAÃO MINERAÇÃO E AGROPECUÁRIA LTDA-OF. N°2465/2021/DFMNM-MG/ANM
831.960/2000-LUCIO FLAUSINO DA SILVA ME-OF. N°2147/2021/DFMIM-MG/ANM
832.305/2002-VALE S A-OF. N°2379/2021/DFMIM-MG/ANM
834.606/2008-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA-OF. N°2373/2021/DFMIM-MG/ANM

830.753/2001-MINERACAO AREADO-ABAETE LTDA-OF. N°2988/2021/UAPM-MG/ANM
830.464/1982-MINERAÇÃO SÃO DOMINGOS MINERDOM LTDA-OF. N°2471/2021/DFMIM-MG/ANM
830.941/2009-GRAMABRIL GRANITOS E MÁRMORES BEIRA RIO LTDA.-OF. N°2620/2021/DFMNM-MG/ANM
833.272/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2839/2021/DFMNM-MG/ANM
832.397/2004-ND PAPELARIA LTDA ME-OF. N°2934/2021/DFMNM-MG/ANM
833.276/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2848/2021/DFMNM-MG/ANM
833.306/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2845/2021/DFMNM-MG/ANM
833.295/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2843/2021/DFMNM-MG/ANM
833.268/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2837/2021/DFMNM-MG/ANM
830.949/1980-MULTIMINAS MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-OF. N°626/2020/DFMIM-MG/GER-MG
833.270/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2842/2021/DFMNM-MG/ANM
832.397/1987-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°2525/2021/DFMIM-MG/ANM
833.324/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2836/2021/DFMNM-MG/ANM
833.326/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2835/2021/DFMNM-MG/ANM
833.280/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2831/2021/DFMNM-MG/ANM
833.310/2012-HEMERJ EXTRACAO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME-OF. N°2829/2021/DFMNM-MG/ANM
833.263/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2824/2021/DFMNM-MG/ANM
Despacho publicado(356)
830.882/1981-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-Ofício nº 2468/2021/DFMIM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
830.249/1982-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-Ofício nº 2470/2021/DFMIM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.229/2020-REINALDO DIAS RODRIGUES-OF. N°2614/2021/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.749/2020-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-OF. N°2441/2021/DIREM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)
831.093/2020-MUNICIPIO DE CAPITOLIO- Registro de Extração N°4/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021
831.090/2020-MUNICIPIO DE CAPITOLIO- Registro de Extração N°5/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021
831.092/2020-MUNICIPIO DE CAPITOLIO- Registro de Extração N°7/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021
831.089/2020-MUNICIPIO DE CAPITOLIO- Registro de Extração N°6/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 04/02/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
831.028/2020-MUNICÍPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES-OF. N°2508/2021/DFMNM-MG/ANM
830.208/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA-OF. N°2698/2021/DFMNM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 9/2021

Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
860.062/2019-MARCOS PAULO FERREIRA- AI N°6313/2020

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 13/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
860.102/2019-CRISTIANE PERES DE VASCONCELOS- Alvará n°1.923/2019 - Cessionario:860.773/2020-AURIDES ISABEL DA SILVA JONAS- CPF ou CNPJ 019.566.291-14
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.292/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°8.097/2018
860.293/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°8.098/2018
860.294/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°8.099/2018
860.295/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°8.100/2018
860.296/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°8.101/2018
860.297/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°684/2019
860.298/2018-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-Cessionário:CELSO CARVALHO MAGALHÃES- CPF ou CNPJ 300.976.066-34- Alvará n°685/2019

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
gERENTE

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 5/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
826.313/2019-EDGAR BALDIN JUNIOR-Alvará N°1351/04/05/2020
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.174/2015-R. MINAS LTDA.-Areia-Lapa/PR, São João do Triunfo/PR
826.173/2015-R. MINAS LTDA.-Areia-Lapa/PR
826.720/2012-AREAL ITABAUNA LTDA-Areia-Lapa/PR, Rio Negro/PR
826.608/2012-VENTELINO PALUDO-Basalto, Argila-Toledo/PR
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.487/2011-MINERACAO BOA VISTA LTDA- Área de 234,21 ha para 49,49 ha-Gnaisse, Saibro-Piên/PR
826.236/2016-EDERSON MACHADO- Área de 59,80 ha para 50,00 ha-Cascalho, Basalto-Cascavel/PR
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
826.170/2009-PEDRO SPADA ME.
826.417/2009-L. A. GIMENES & CIA. LTDA. ME
826.647/2010-ALBERTO SCHULHAN
826.710/2010-BAUGIS,& DAVANZO AREIA LTDA - ME
826.002/2011-MANSUETO BENEDITO TAGLIAFERRO
826.973/1994-MILTON PERINE
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
826.250/1989-BAUGIS,& DAVANZO AREIA LTDA - ME
826.249/1989-BAUGIS,& DAVANZO AREIA LTDA - ME
826.248/1989-BAUGIS,& DAVANZO AREIA LTDA - ME
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.109/2015-PASM EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. ME- Registro de Licença N° 40/2016/DNPM-PR - Vencimento em 03/02/2030
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.111/2009-ANNA CLARA COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA. ME-OF. N°3165/2021
826.095/1993-MARC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°3017/2021
826.482/2002-MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA-OF. N°3105/2021
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.407/2017-ÁKABEM ACABAMENTOS ESPECIAIS EM OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
826.255/2020-MUNICIPIO DE CASCAVEL- Registro de Extração N°02/2021 de 08/02/2021
826.276/2020-MUNICIPIO DE MARINGA- Registro de Extração N°01/2021 de 05/02/2021

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 11/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.295/2016-RL MINERADORA LTDA ME- Registro de Licença N° 023/2018 - Vencimento em 15/12/2022
810.091/2015-VH AREEIRA LTDA.- Registro de Licença N° 043/2016 - Vencimento em 14/12/2022
810.665/2016-ANA PAULA MOLLER- Registro de Licença N° 034/2017 - Vencimento em 23/02/2022
811.290/2012-LINO MARCON- Registro de Licença N° 52/2013 - Vencimento em 28/01/2025
810.171/2017-RABAIOLI & COMPAGNONI LTDA- Registro de Licença N° 144/2017 - Vencimento em 19/03/2024
810.352/2016-STT SOLUCOES DE TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM EIRELI-Registro de Licença N° 015/2017 - Vencimento em 01/02/2026
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.800/2020-COMPANOR CONSTRUÇÕES LTDA EPP-Registro de Licença N° 18/2021 - Vencimento em 11/11/2023
810.040/2021-CERAMICA ALDRIGHI LTDA-Registro de Licença N° 19/2021 - Vencimento em 19/01/2025

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 12/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.425/2015-HOMERO MACHADO MIGUEL-OF. N°2117/2021
810.790/2018-CAPELA RS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2380/2021
811.280/2015-FABIO ADRIANO STÜRMER KINSEL-OF. N°3096/2021
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.018/2018-MMG MINERAÇÃO LTDA ME-Areia-Viamão/RS
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.113/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.538/2020-COMAR COMÉRCIO DE AREIA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°2207/2021
810.943/2018-COMERCIAL DE AREIA ERCI LTDA ME-OF. N°2419/2021
810.369/2020-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°2900/2021
810.544/2020-COMAR COMÉRCIO DE AREIA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°2973/2021
810.552/2020-COMAR COMÉRCIO DE AREIA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°2982/2021
810.551/2020-COMAR COMÉRCIO DE AREIA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°3058/2021
810.575/2020-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°3182/2021
810.569/2020-GABRIEL MICHELS ZANETTE-OF. N°3187/2021

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 2/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.231/2014-JEANE EMILENA BARBOSA DE MOURA-OF. N°3028/2021/SEREM-MS/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.345/2010-L. PAULINO FERREIRA- Registro de Licença N° 15/2011 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 21/07/2025
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

868.233/2014-MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA-OF. N°2410/2021/SEREM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.218/2020-ROOSENICE MARTINS PEIXOTO CÁCERES-OF. N°2731/2021/SEFAM-MS/ANM
868.225/2020-MARCOS DE JESUS MARTINS ALMIRAO-OF. N°2838/2021/SEFAM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
868.201/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
868.200/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2422/2021/SEFAM-MS/ANM
868.199/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2411/2021/SEFAM-MS/ANM
868.198/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2399/2021/SEFAM-MS/ANM
868.197/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2394/2021/SEFAM-MS/ANM
868.196/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2389/2021/SEFAM-MS/ANM
868.195/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2347/2021/SEFAM-MS/ANM
868.194/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2330/2021/SEFAM-MS/ANM
868.168/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2566/2021/SEFAM-MS/ANM
868.167/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2554/2021/SEFAM-MS/ANM
868.166/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2543/2021/SEFAM-MS/ANM
868.165/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2522/2021/SEFAM-MS/ANM
868.164/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2520/2021/SEFAM-MS/ANM
868.238/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2983/2021/SEFAM-MS/ANM
868.237/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2979/2021/SEFAM-MS/ANM
868.236/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2975/2021/SEFAM-MS/ANM
868.235/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2974/2021/SEFAM-MS/ANM
868.234/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2969/2021/SEFAM-MS/ANM
868.233/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2965/2021/SEFAM-MS/ANM
868.232/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2956/2021/SEFAM-MS/ANM
868.231/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2933/2021/SEFAM-MS/ANM
868.230/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2929/2021/SEFAM-MS/ANM
868.229/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2925/2021/SEFAM-MS/ANM
868.228/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2922/2021/SEFAM-MS/ANM
868.227/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2916/2021/SEFAM-MS/ANM
868.226/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2913/2021/SEFAM-MS/ANM
868.239/2020-AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS-OF. N°2985/2021/SEFAM-MS/ANM

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 31/2020

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.133/1996-AGUA MINERAL TERRA SANTA LTDA-OF. N°214/2020
840.283/2011-VERTENTES MINERAIS LTDA-OF. N°211/2020
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
840.491/2010-SAO BARTOLOMEU COMERCIO ATACADISTA DE BEBIDAS EIRELI-AI N° 8969/2020
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.287/2016-CONSTRUTORA E INCORPORADORA NEVES LDTA.- Registro de Licença N° 21/2017 - Vencimento em 28/08/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
001.310/1962-VALE S A- Edital n° 022 - Cessionário: MINERAÇÃO AFONSO R. LIMA S.A - FERGUSA- CNPJ 11.685.890/0001-77
822.393/1972-VALE S A- Edital n° 022/2005 - Cessionário: MINERAÇÃO AFONSO R. LIMA S.A - FERGUSA- CNPJ 11.665.890/0001-77
001.311/1962-VALE S A- Edital n° 022/2005 - Cessionário: MINERAÇÃO AFONSO R. LIMA S.A - FERGUSA- CNPJ 11.665.890/0001-77
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
840.191/2020-JOSIVALDO MARQUES DA SILVA

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 4/2021

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
886.084/2009-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO RIO MADEIRA COOGARIMA
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(601)
886.121/2017-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES-PLG n°03/2018- Cessionario:886026/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDONIA- CNPJ 05.771.023/0001-13

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 1/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
880.116/2013-GISELI CASAGRANDE PESCIO
880.117/2013-GISELI CASAGRANDE PESCIO
880.155/2015-MICHELE COZZOLINO JUNIOR
880.003/2017-ELIONAI FERNANDES MENDES
880.063/2018-ANTONIO FERNANDES ALVES LEITE
880.066/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL
880.070/2019-COOSULPA COOPERATIVA DE MINERACAO MISTA SUL DO PARA
880.071/2019-COOSULPA COOPERATIVA DE MINERACAO MISTA SUL DO PARA
880.075/2019-COOSULPA COOPERATIVA DE MINERACAO MISTA SUL DO PARA

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHO
Relação nº 4/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.037/2020-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA-Registro de Licença N° 01/2021 - Vencimento em 02/07/2021

THYAGO DE SOUSA RIBEIRO
Gerente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 75, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.200840/2021-51, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica Gerdau Aços Longos S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 07.358.761/0001- 69, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP nº 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP nº 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 76, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista os documentos que constam do processos ANP nº 48610.212755/2020-55, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa ABI - Administradora de Bens de Infraestrutura Ltda.cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 10.701.088/0004-75, autorizada a operar um Terminal Aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classes I a III (Norma ABNT NBR 17.505) no município de Itaituba, Estado do Pará, composto pelas seguintes instalações:

1.08 (oito) tanques verticais:

Bacia	Identificação do Tanque ("Tag")	Tipo de Teto	Diâmetro Médio (m)	Altura Útil (m)	Capacidade Tabelada (m³)	Classe de produtos
1	TQ-01	Fixo	7,596	12,200	557,947	Classes I a III
1	TQ-02	Fixo	7,596	12,200	556,093	Classes I a III
1	TQ-03	Fixo	7,596	12,200	557,505	Classes I a III
1	TQ-04	Fixo	7,596	12,200	556,573	Classes I a III
1	TQ-05	Fixo	7,596	12,200	557,687	Classes I a III
1	TQ-06	Fixo	7,596	12,200	557,834	Classes I a III
1	TQ-07	Fixo	7,596	12,200	556,689	Classes I a III
1	TQ-08	Fixo	7,596	12,200	557,319	Classe I a III

2.07 (sete) dutos portuários:

Identificação ("Tag")	Origem	Destino	Material	Diâmetro (polegadas)	Extensão (km)	Pressão Máxima (kgf/cm²)	Vazão Máxima (m³/h)
B100	Tanque	Píer	Aço carbono	6	276	10,50	250
Disel S-10	Tanque	Píer	Aço carbono	6	271	10,50	250
Etanol Anidro	Tanque	Píer	Aço carbono	6	256	10,50	250
Etanol Anidro	Tanque	Píer	Aço carbono	6	258	10,50	250
Diesel S-500	Tanque	Píer	Aço carbono	6	229	10,50	250
Gasolina	Tanque	Píer	Aço carbono	6	242	10,50	250
Diesel S-10	Tanque	Píer	Aço carbono	6	228	10,50	250

3.Uma plataforma rodoviária de carregamento composta por 1 ilha e duas baias, e um ponto de descarregamento rodoviário composto por uma baia.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada caso não sejam mantidas as condições previstas para a presente outorga.

Art 3º Fica revogada a Autorização Nº 1.169, de 19.11.2018, publicada no DOU de 20.11.2018.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 77, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.207741/2020-10 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Petróleo Sabbá S.A., cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 04.169.215/0016-78, autorizada a construir os dutos 8"-MULT-001; 10"-MULT-002; 8"-MULT-003; 8"-MULT-004; 8"-MULT-005; 8"-MULT-006 e 8"-MULT-007 de transferência de Diesel S10, Diesel S500, Gasolina A, Óleo Diesel Marítimo, Etanol Hidratado, Etanol Anidro e Biodiesel no município de Itaituba, Estado do Pará, composto pelas seguintes instalações:

1.7 (sete) dutos portuários:

Identificação	Origem	Destino	Material	Diâmetro Nominal(pol)	Extensão (m)	Produto Principal	Pressão Operação / Projeto (kgf/cm²)	Vazão Normal (m³/h)
8"-MULT-001	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	8"	265	Diesel S10	10,5 / 17,0	300
10"-MULT-002	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	10"	265	Diesel S500	10,5 / 17,0	450
8"-MULT-001	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	8"	265	Gasolina A	10,5 / 17,0	300
8"-MULT-001	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	8"	265	Óleo Diesel Marítimo	10,5 / 17,0	300
8"-MULT-001	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	8"	265	Etanol Hidratado	10,5 / 17,0	300
8"-MULT-001	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	8"	265	Etanol Anidro	10,5 / 17,0	300
8"-MULT-001	Cais Flutuante	Base	Aço Carbono	8"	265	Biodiesel	10,5 / 17,0	300

Art.2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 132, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.200840/2021-51 , resolve:

1 Fica Gerdau Aços Longos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.358.761/0001- 69, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.24.33.07358761.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 121, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base na Portaria ANP nº 297 de 18 de novembro de 2003, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao DEPOSITO DE GAS OURO VERDE LTDA, CNPJ nº 64.993.157/0001-48.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 122, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPSP0369878	A SABADINI	37.675.745/0001-60	48610.000544/2021-52
GLPMA0369868	AGUIAR PETROLEO E LOCACOES LTDA	27.192.758/0005-59	48610.000540/2021-74
GLPPR0369896	ALESSANDRO OLIVEIRA TORRES	29.072.377/0001-38	48610.000103/2021-51
GLPPB0369894	ALISSON SOARES DA SILVA	38.595.902/0001-90	48610.000549/2021-85
GLPTO0369900	BORSOI REVENDEDORA DE GAS E TRANSPORTES LTDA	03.983.360/0053-70	48610.006705/2020-31
GLPES0369924	BRETAS COMERCIO E DISTRIBUIDOR DE GAS LTDA	39.956.706/0001-67	48610.000259/2021-31
GLPSP0369930	CAMARGO OLIVEIRA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	37.084.251/0002-92	48610.000377/2021-40
GLPRS0369892	COOPERATIVA TRITICOLA MISTA CAMPO NOVO LTDA	88.094.701/0016-64	48610.000724/2021-34
GLPRO0369898	DAIANE COSTA PEREIRA	23.924.200/0001-36	48610.005298/2019-19
GLPPB0369922	DAVI SEBASTIAO SANTOS PEREIRA	24.483.235/0001-40	48610.000158/2021-61
GLPGO0369911	DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA JR LTDA	40.087.575/0001-08	48610.000555/2021-32
GLPSP0369941	EDSON RICARDO DA SILVA ITU	17.089.271/0001-68	48610.005962/2019-11
GLPPE0369937	ELIELSON RICARDO SANTIAGO DA SILVA 01002275466	20.786.572/0001-55	48610.000405/2021-29
GLPSP0369890	FERNANDO DE FREITAS - GAS	37.313.157/0001-87	48610.000545/2021-05
GLPSP0369918	GRATEC SYSTEM INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	52.720.612/0001-52	48610.000559/2021-11
GLPCE0369905	HIDA COMERCIO DE GAS LTDA	39.693.258/0001-56	48610.000237/2021-71
GLPSP0369909	J F DA ROCHA COMERCIO DE GAS	40.008.383/0001-69	48610.000554/2021-98
GLPSP0369920	JOSE CARLOS DE SOUZA PINTO GAS	40.342.519/0001-72	48610.000561/2021-90
GLPPR0369939	KERLY SCANDOLO CAMILO	40.145.999/0001-81	48610.008101/2020-29
GLPPA0369914	L. F. DOS S. OLIVEIRA COMERCIO DE GAS EIRELI	40.066.183/0001-62	48610.000556/2021-87
GLPSP0369907	MARACA GAS MARILIA LTDA	39.698.000/0001-42	48610.000552/2021-07
GLPMS0369876	MAYCKON RAPHAEL ROSA DA SILVA	39.157.246/0001-07	48610.000543/2021-16
GLPMG0369874	MILTON JUNIOR SAMPAIO MIRANDA	23.970.500/0001-51	48610.000542/2021-63
GLPSP0369872	MIRO GAS LTDA	37.533.773/0001-43	48610.000541/2021-19
GLPSP0369916	MURILO MELARE PIRES	38.029.023/0001-00	48610.000557/2021-21
GLPSC0369863	NELSON ERASMO SIQUEIRA LTDA	38.654.249/0001-93	48610.000536/2021-14
GLPPE0369934	NORDESTE GAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	38.398.423/0001-84	48610.007794/2020-32
GLPRS0369932	OLIVEIRA & CARVALHO COMERCIO DE GAS LTDA	36.429.275/0001-92	48610.000216/2021-56
GLPMG0369926	PAULO AFONSO DA SILVA	34.032.432/0001-04	48610.007888/2020-10
GLPMG0369902	PAULO ANTONIO DA SILVA CPF 000.540.686-22	39.403.392/0001-75	48610.007614/2020-12
GLPBA0369865	ROCHA E SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA	39.749.886/0001-06	48610.000539/2021-40
GLPSC0369928	TRAJANO'S DISTRIBUIDORA LTDA	37.789.322/0001-71	48610.005617/2020-11
GLPBA0369860	WILLIAM BARBOSA MORAIS	14.570.760/0001-49	48610.000532/2021-28

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 123, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0207103	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BONZAO LTDA	14.586.765/0001-60	48610.000697/2021-08
PR/SC0207097	ABASTECEDORA FAE LTDA	03.421.119/0004-79	48610.000267/2021-88
PR/MA0207116	AUTO POSTO CARREIRAO EIRELI	03.031.208/0001-66	48610.000277/2021-13
PR/CE0207100	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEL GRIGORIO - EIRELI	34.460.057/0001-95	48610.000367/2021-12
PR/ES0207101	AUTO POSTO NOSSA SENHORA DAS GRACAS EIRELI	32.558.401/0001-58	48610.000232/2021-49
PR/MA0207057	AUTO POSTO O GALILEU LTDA	07.137.932/0002-00	48610.008164/2020-85
PR/ES0207036	AUTO POSTO SANTANA EIRELI	34.806.805/0001-49	48610.000507/2021-44
PR/SP0207106	CENTRO AUTOMOTIVO MOURISCO LTDA	38.335.454/0001-96	48610.000228/2021-81
PR/RJ0206999	CENTRO AUTOMOTIVO PORTO SEGURO LTDA	12.272.262/0001-94	48610.000466/2021-96
PR/PR0207136	E. R. DA SILVA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	34.876.222/0001-94	48610.008153/2020-03
PR/PA0206981	F.J. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	09.368.602/0006-85	48610.007276/2020-19
PR/RS0207038	GARRA SANTO ANGELO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	32.184.051/0001-07	48610.000355/2021-80
PR/PR0207158	GLI SOUZA COMBUSTIVEIS LTDA	38.827.197/0001-00	48610.000427/2021-99
PR/AM0207096	JPS COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	19.945.996/0002-17	48610.007356/2020-74
PR/BA0207039	LEONILDO DE OLIVEIRA	37.068.660/0001-14	48610.004465/2020-30
PR/PI0207016	MARIA JOSEANE DA SILVA	29.628.321/0001-17	48610.000694/2021-66
PR/BA0207076	MAXX VII AUTO POSTO LTDA	35.739.890/0001-32	48610.000704/2021-63
PR/CE0207099	POSTO ASA BRANCA 4 LTDA	24.430.017/0001-47	48610.007780/2020-19
PR/PA0207159	POSTO CACAU LTDA	38.403.869/0001-50	48610.000307/2021-91
PR/CE0207037	POSTO DE COMBUSTIVEIS JUA EIRELI	20.092.736/0001-44	48610.002496/2020-56
PR/PE0207156	POSTO DE COMBUSTIVEIS R4 - EIRELI	37.166.756/0001-15	48610.007945/2020-52
PR/MA0207107	POSTO DE GASOLINA ENTROCAMENTO LTDA	27.086.546/0001-63	48610.007669/2020-22
PR/MG0207058	POSTO DOM PEDRO DE MONTES CLAROS LTDA	36.819.090/0001-94	48610.007790/2020-54
PR/PI0207077	POSTO M & V LTDA	29.267.724/0001-88	48610.000689/2021-53
PR/ES0206996	POSTO VILA NOVA LTDA	34.387.666/0001-66	48610.000480/2021-90
PR/SC0207056	POSTOS ECONORTE LTDA	39.229.987/0001-56	48610.000415/2021-64
PR/BA0206998	R VILELLA CAMARA FERREIRA GUARILHA AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS	29.277.005/0001-48	48610.000020/2021-61
PR/BA0206997	REDE DE COMBUSTIVEIS TECIANE LTDA	27.003.655/0002-50	48610.008076/2020-83
PR/MT0207098	REDE DE POSTOS DE COMBUSTIVEIS MARAJO VARZEA GRANDE LTDA	37.085.588/0001-33	48610.005436/2020-95
PR/RR0207104	SALLUZ CAROEBE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	39.561.569/0001-61	48610.000684/2021-21
PR/AM0207157	TW PETROLEO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	32.479.604/0001-59	48610.007482/2020-29
PR/SP0207105	UNIPOSTO ARARAS LTDA	38.160.554/0001-29	48610.000513/2021-00
PR/AP0207102	W DE S CIRQUEIRA	14.927.153/0001-93	48610.007930/2020-94

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 125, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/GO0008759 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a GILMAR RODRIGUES MOREIRA, com inscrição no CNPJ sob o nº 02.997.620/0001-72, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209300/2019-19.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 126, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/ES0011038 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a CONCEIÇÃO & RIBEIRO LTDA. - ME., com inscrição no CNPJ sob o nº 03.504.596/0001-55, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202627/2019-60.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 127, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/ES0179873 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a LAIF GÁS LTDA. - ME., com inscrição no CNPJ sob o nº 07.184.373/0001-09, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202797/2019-44.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 128, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/GO0204064 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a VANUSA FERREIRA DE SILVA, com inscrição no CNPJ sob o nº 11.472.756/0001-50, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202664/2019-78.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 129, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/PA0203601 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a ADAIL VALERIANO LOPES ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 12.551.601/0001-71, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.203180/2019-46.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 130, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/MS0222452 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a C. DE O. MATOS MARTINS - ME., com inscrição no CNPJ sob o nº 17.316.377/0001-57, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202806/2019-05.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 131, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/RS0008097 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a J.F. KRINDGES CIA. LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 90.410.374/0001-78, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202764/2019-02.

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 427, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Portaria nº 3.307, de 18 de dezembro de 2020, com fundamento na Nota Técnica nº 2/2021/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, de 8 de fevereiro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10090, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria MMFDH nº 3.307, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2020, relativa ao senhor EDSON OLIVEIRA ALVIM, inscrito no CPF sob o nº 072.196.107-00.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 30, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 25000.002872/2020-95
Interessado: Fundação Faculdade de Medicina - Instituto do Câncer do Estado de São Paulo. CNPJ: 56.577.059/0006-06.
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON)/Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer de Técnico nº 144 e no Parecer Técnico 1, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 00034/2020/CONJURMS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela entidade em epígrafe.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro

DESPACHO Nº 31, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 25000.010169/2019-17
Interessado: Associação Beneficente de Campo Grande - ABCG/Santa Casa, CPNJ Nº 03.276524/0001-06 e CNES 0009717
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON)/Programa Nacional de Apoio à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer de Técnico nº 2/2021-DAEST/CGAE/DAET/SAES/MG, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 00034/2020/CONJURMS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela entidade em epígrafe.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro

DESPACHO Nº 32, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo Administrativo: 25000.028447/2019-92
Interessado: Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca - Santa Casa de Franca.
Assunto: Recurso Administrativo. Indeferimento de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Oncologia - PRONON.
DECISÃO: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer Técnico nº 693/2020-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS (0017447258), bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL n. 00034/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 53, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013;

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando os pareceres técnicos de indeferimento emitidos pela Secretarias Finalísticas deste Ministério da Saúde, homologados pelos titulares dos órgãos do Ministério da Saúde; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.912/MS/ME, de 21 de outubro de 2020, que fixa, para o exercício de 2020, o valor global máximo das deduções do imposto sobre a renda correspondente às doações diretamente efetuadas em prol de ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

NUP: 25000.194184/2019-17

Título do projeto: Investigação de mutações no gene TP53 em indivíduos afetados pelo câncer na Zona da Mata Mineira.

Razão Social da Instituição: FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA.

CNPJ: 00.961.315/0001-03

Art. 2º Nos termos do art. 56 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, caberá recurso em face dos resultado, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Fica revogado o inciso CCLXX do art. 1º da Portaria SE/MS nº 707, de 18 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIVALDO ALVES DE MOURA FILHO

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 95, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Indefere, sub judice, a Renovação do CEBAS do Hospital Beneficência Alto Jacuí, com sede em Não-me-Toque (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Ação Ordinária nº 5002667-12.2017.4.04.7118/RS, movida pelo Hospital Beneficência Alto Jacuí/RS, contra a União, objetivando a declaração de ilegalidade do ato administrativo que negou a renovação do certificado da entidade beneficente no Processo Administrativo nº 25000.071964/2010-43, bem como o Processo Administrativo nº 25000.014720/2013-14, pendente de julgamento de recurso administrativo analisado sem exigência dos requisitos exigidos na Lei nº 12.101/2009;

Considerando o Parecer de Força Executória n. 111.0011/2021/CORESPNE/PRU4R/PGU/AGU, comunicando que o TRF 4ª Região, em juízo de retratação, deu parcial provimento ao apelo da União, reformando a Sentença; e

Considerando a Nota Técnica nº 65/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.071964/2010-43, que em cumprimento à decisão judicial, acatou pelo Indeferimento da Renovação do CEBAS, resolve:

Art. 1º Fica indeferida, sub judice, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Hospital Beneficência Alto Jacuí, CNPJ nº 91.495.994/0001-10, com sede em Não-me-Toque (RS), até ulterior decisão judicial.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Ficam suspensos os efeitos da Portaria 1.589/SAS/MS, de 10 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 19 de outubro de 2017, Seção 1, página 43, até ulterior decisão judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 106, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do IMS - Instituto Mineiro de Saúde, com sede em Ipatinga (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 52/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.163109/2018-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do IMS - Instituto Mineiro de Saúde, CNPJ nº 21.074.919/0001-08, com sede em Ipatinga (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de março de 2019 a 18 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 107, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Hospital São José de Botelhos, com sede em Botelhos (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 53/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.176863/2020-30, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospital São José de Botelhos, CNPJ nº 18.895.284/0001-97, com sede em Botelhos (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de dezembro de 2020 a 19 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 108, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Cancela o CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Santa Barbara do Oeste, com sede em Santa Bárbara d'Oeste (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.444/SAS/MS, de 18 de outubro de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.660332/2009-15 e nº 25000.236071/2014-83, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, respectivamente;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.213/SAS/MS, de 21 de dezembro de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.209852/2015-86, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 57/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2.896, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.155380/2019-68, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área da Saúde, concedido à Santa Casa de Misericórdia de Santa Bárbara do Oeste, CNPJ nº 56.725.385/0001-09, com sede em Santa Bárbara d'Oeste (SP).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 23 de março de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 109, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2021

Julga improcedente a Representação Administrativa do Tribunal de Contas da União (TCU), em desfavor do (CEBAS) da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro - Hospital Português, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Representação Administrativa encaminhada por meio do Ofício nº 15833/2020-TCU/Seproc do Tribunal de Contas da União (TCU), aberta em decorrência de denúncia de possível fraude na obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro - Hospital Português/BA, CNPJ nº 15.166.416/0001-51; e

Considerando o Parecer Técnico nº 54/2021-CGCER DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo n° 25000.061974/2020-42, que conclui pela improcedência da Representação Administrativa do TCU, vez que não restou demonstrado o descumprimento dos requisitos de certificação dispostos na Lei nº 12.101/2009, que venham a motivar o cancelamento do CEBAS deferido por meio da Portaria nº 1.768/SAS/MS, de 21 de novembro de 2017, para o período de 24 de novembro de 2017 a 23 de novembro de 2020, Processo nº 25000.082326/2017-24, resolve:

Art. 1º Julga improcedente a Representação Administrativa do Tribunal de Contas da União (TCU), em desfavor da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro - Hospital Português, CNPJ nº 15.166.416/0001-51, com sede em Salvador (BA).

Art. 2º Ficam as partes notificadas para, caso queiram, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 110, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021

Exclui do PROSUS o Hospital São Sebastião, com sede em Santo Antônio do Amparo (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que estabelece normas para a execução, no âmbito do Ministério da Saúde, do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

Considerando a Portaria Conjunta nº 3/PGFN/RBF, de 26 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Moratória e a remissão de débitos para com a Fazenda Nacional no âmbito do PROSUS;

Considerando o Ofício nº 113/2020 - RFB/DEVAT/EQPAR/PARCESP, de 04 dezembro de 2020, encaminhado pela Delegacia Especial Virtual da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária na 06ª Região Fiscal 9DEVAT06, comunicando a Revogação da Moratória concedida ao Hospital São Sebastião/MG;

Considerando a Portaria nº 1.136/SAS/MS, de 05 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 212, de 06 de novembro de 2015, que defere, de forma definitiva, a Adesão ao PROSUS, do Hospital São Sebastião/MG; e

Considerando a Nota Técnica nº 7/2021/CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.121066/2014-77, que concluiu pela exclusão do PROSUS, conforme § 4º do art. 30 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e do art. 10 da Portaria Conjunta nº 3/PGFN/RBF, de 26 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica excluído do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), o Hospital São Sebastião, CNPJ nº 04.541.288/0001-62, com sede em Santo Antônio do Amparo (MG).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

PORTARIA DIDES Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

A DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL, no uso da competência que lhe confere prevista nos arts 8º e 21, I, b, c/c anexo III da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017, referente ao período de 10/2020 a 12/2020, da Gerência de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial (GEEIQ), da Gerência de Integração e Ressarcimento ao SUS (GEIRS), da Gerência de Análise Setorial e Contratualização com Prestadores (GASNT), da Gerência de Padronização, Interoperabilidade e Análise de Informação (GEPIN) e da Assessoria Normativa da DIDES (ASSNT), conforme c/c art. 6º, § 6º, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Parágrafo único. Entende-se o percentual apontado na coluna "resultado alcançado" da seguinte forma: I - inferior a 100% - o (s) servidor (es) daquela unidade em teletrabalho não cumpriram a meta de produtividade estipulada; II - 100% - o (s) servidor (es) daquela unidade em teletrabalho cumpriram exatamente a meta de produtividade estipulada; ou III - superior a 100% - o (s) servidor (es) daquela unidade em teletrabalho cumpriram além da meta de produtividade estipulada.

Anexo - Relatório de Divulgação de Resultados

DIRETORIA: Diretoria de Desenvolvimento Setorial			
PERÍODO DO TELETRABALHO:	01/10/2020 A 31/12/2020		
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
01/2019	COAEP/GEEIQ	4	149%
02/2019	COIME/GEEIQ	3	164%
03/2019	COAEO/GEEIQ	1	102%
01/2018	COAIM/GEIRS	9	111%
01/2018	COARE/GEIRS	2	98%
01/2018	COGED/GEIRS	2	99%
01/2018	NÚCLEOS	26	107%
01/2019	COEAD/GEIRS	5	101%
01/2018	COREP/GASNT	2*	152%
02/2018	COCTT/GASNT	1	106%
01/2019	ASSNT/DIRAD-DIDES	1	138%
03/2019	CODAD/GEPIN	2	188%
05/2019	GEPIN	1	132%
03/2019	COEST/GEPIN	2	111%
04/2019	COINE/GEPIN	3	109%

*1(um) servidor em licença capacitação no período não teve produtividade computada

CESAR BRENHA ROCHA SERRA
Diretor
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA PT Nº 77, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

Estabelece a sub-rogação de Contratos Administrativos celebrados pelas Unidades Gestoras da ANVISA que integravam a antiga Regional Nordeste 01, compreendendo os estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí, para a Unidade Gestora 253002 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Sede.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 47, IX, aliado ao art. 54, III, 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, e,

considerando a Portaria nº. 1.694, de 16 de outubro de 2019, que determina à Gerência-Geral de Gestão Administrativa e Financeira (GGGAF) adoção de procedimentos para a centralização na Unidade Gestora 253002 (ANVISA-Sede) dos processos de contratações de bens e serviços e da execução orçamentária, financeira e patrimonial das demais Unidades Gestoras da ANVISA nos estado, resolve:

Art. 1º Ficam sub-rogados todos os Contratos Administrativos constantes no Anexo desta Portaria para a Unidade Gestora 253002 - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CNPJ nº. 03.112.386/0001-11.

Art. 2º No âmbito das Unidades Gestoras listadas no Anexo desta Portaria, as competências previstas no art. 3º, II, III, IV, V e VIII da Portaria nº. 813/ANVISA, de 9 de abril de 2019, passa a ser do Gerente-Geral de Gestão Administrativa e Financeira (GGGAF), nos termos do art. 1º da citada Portaria.

Parágrafo único: Havendo processos de contratações que na data da publicação desta Portaria estejam com Edital de Pregão Eletrônico já publicado ou, no caso das contratações diretas, já tenham estas sido homologadas, a Unidade Gestora Sub-rogada permanecerá com as competências listadas no caput. Nestes casos, os Contratos Administrativos deverão ser assinados pelas respectivas Unidades Gestoras para, posteriormente, serem sub-rogadas à Unidade Gestora 253002 - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Art. 3º Caberá às Coordenações Regionais e Estaduais de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados atuar como Unidades Organizacionais Demandantes de contratações, nos termos do artigo 3º da Portaria nº. 343/ANVISA, de 13 de março de 2018.

Art. 4º Para os Contratos Administrativos e demais contratações objeto desta Portaria, não serão aplicados os prazos dispostos no art. 36 da Portaria nº. 343/ANVISA, de 13 de março de 2018.

Art. 5º Esta de Portaria entrará em vigor na data de 26/02/2021.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

RELAÇÃO DE CONTRATOS SUB-ROGADOS
Pleno Empreendimentos e Participações rasil eireli

Estado	UASG	Nº. Contrato	Fornecedor	CNPJ	Objeto
Piauí	253027	02/2017	Mapfre Seguros Gerais S.A	61.074.175/0001-38	Contratação de seguro total para os veículos da frota oficial da CVPAF-PI
Piauí	253027	03/2017	A. G. Ferreira - ME	11.890.474/0001-72	Contratação de serviço de impressão prestado por empresa especializada em reprodução de documentos-outsourcing-impressão
Piauí	253027	Termo de Cessão nº 02/2017	Infraero Teresina-PI	00.352.294/0022-45	Cessão de uso de áreas aeroportuárias no Aeroporto de Teresina/ Senador Petrônio Portella - SBTE
Piauí	253027	Termo de Cessão nº 01/2017	Infraero Parnaíba - PI	00.352.294/0090-96	Cessão de uso de áreas aeroportuárias no Aeroporto de Parnaíba
Piauí	253027	Termo de Cessão nº 01/2018	Coordenação Estadual do Ministério da Saúde/Núcleo	UG 250030, Gestão 00001	Uso e ocupação de 1 (uma) sala na sede do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Piauí
Bahia	253015	03/2016	Lincons Locação de Mão de obra e serviços LTDA.	13.871.959/0001-44	Contratação de serviços de limpeza e conservação da sede e o do ponto de atuação do Porto de Salvador
Bahia	253015	Apólice 2040631	SEGUROS SURA S.A	33.065.699/0001-27	Contratação de seguro total para veículo automotivo
Bahia	253015	Apólice 2039785	SEGUROS SURA S.A	33.065.699/0001-27	Contratação de seguro total para veículo automotivo
Bahia	253015	01/2019	Itaparica Empreendimentos e Serviços Gerais - EIRELI	08.585.300/0001-91	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de condução de veículos oficiais
Bahia	253015	03/2017	Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA)	14.372.148/0001-61	Cessão não onerosa de sala no Porto de Ilhéus
Bahia	253015	CON-CASSA.01.2019	Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.	27.950.582/0001-23	Cessão de uso para órgãos públicos do complexo aeroportuário - Aeroporto Internacional de Salvador
Bahia	253015	02/2017	Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA)	14.372.148/0001-61	Cessão não onerosa de espaço no Porto de Salvador
Bahia	253015	SEI/ME 8217398	Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia na Bahia - SRA/BA	00.394.460/0006-56	Termo de compartilhamento de despesas coletivas Órgão Usuário no Edifício Sede do Ministério da Economia na Bahia

Maranhão	253020	01/2018	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	00.352.294/0021-64	Cessão de uso de áreas aeroportuárias no Aeroporto Internacional de São Luís/ Marechal Cunha Machado
Maranhão	253020	01/2015	Pleno Empreendimentos e Participações Brasil - EIRELI	20.465.942/0001-52	Aluguel de imóvel e taxa de condomínio
Maranhão	253020	02/2017	Atitude Terceirização de Mão de Obra - EIRELI	09.019.150/0001-11	Locação de choferagem (motorista)
Maranhão	253020	02/2016	Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A	06.272.793/0001-84	Energia elétrica e taxa de iluminação pública
Ceará	253018	03/2017	CAGECE - Companhia de Água e Esgota do Estado do Ceará	07.040.108/0001-57	Contratação de serviços de água e esgoto do imóvel sede da CVPAF/CE
Ceará	253018	01/2017	COELCE - Companhia de Eletricidade do Estado do Ceará	07.047.251/0001-70	Contratação de serviços para fornecimento de energia da sede da CVPAF/CE
Ceará	253018	02/2017	COELCE - Companhia de Eletricidade do Estado do Ceará	07.047.251/0001-70	Contratação de serviços para fornecimento de energia do Porto do Pecém/CE
Ceará	253018	01/2018	Protemaxi Segurança Patrimonial Armada - EIRELI	04.808.914/0001-34	Contratação de serviços de vigilância armada diurna para a sede da CVPAF/CE
Ceará	253018	05/2019	Protemaxi Segurança Patrimonial Armada - EIRELI	04.808.914/0001-34	Contratação de serviços de vigilância armada noturna para a sede da CVPAF/CE
Ceará	253018	04/2018	Terceirize Serviços Especializados - EIRELI	10.547.708/0001-10	Contratação de serviços de motorista para a CVPAF/CE
Ceará	253018	01/2016	Seguros SURA S.A	33.065.699/0001-27	Contratação de serviços de seguro da frota dos veículos da CVPAF/CE
Ceará	253018	02/2016	MAPFRE Seguros Gerais S.A	61.074.175/0001-38	Contratação de Serviços de Seguro da frota dos veículos da CVPAF/CE
Ceará	253018	01/2020	Inovar Serviços Corporativos LTDA.	27.189.662/0001-08	Contratação de Serviços de recepcionista para a CVPAF/CE
Ceará	253018	2020NE800019	Robério Pinto Freire - ME	29.062.235/0001-90	Aquisição de água mineral para a CVPAF/CE
Ceará	253018	2020NE800018	Petrogas Logistica Comercial GLP - EIRELI	11.310.685/0002-70	Aquisição de gás de cozinha para a CVPAF/CE

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.411, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 1, realizada em 26 de janeiro de 2021, com fundamento no art. 15, VI da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, VIII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos, conforme anexo.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Milleventi Comércio, Importação, Exportação e Assessoria Ltda.
CNPJ: 03.001.037/0002-03
Processo: 25351.490128/2020-56
Expediente: 3073927/20-4
Área: CRES3/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora - Voto nº 14/2021/SEI/DIRE2/Anvisa.
Recorrente: Oceanus Agência Marítima S/A
CNPJ: 32.082.489/0009-31
Processo: 25759.284851/2008-29
Expediente: 0751020/20-9
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora - Voto nº 13/2021/SEI/DIRE2/Anvisa.
Recorrente: Airela Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 01.858.973/0001-29
Processo: 25351.029906/00-11
Expediente: 3214865/20-0
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora - Voto nº 13/2021/SEI/DIRE3/Anvisa.
Recorrente: Vida Forte Indústria e Comércio de Produtos Naturais.
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.012266/2018-83
Processo: 25351.578974/2017-00
Processo: 25351.626277/2017-64
Processo: 25351.216122/2017-11
Expediente: 3045311/20-9
Expediente: 3045410/20-7
Expediente: 3045420/20-4
Expediente: 3045218/20-0
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora - Voto nº 8/2021/SEI/DIRE3/Anvisa.
Diretora Relatora: Cristiane Rose Jourdan Gomes
Recorrente: Vida Forte Indústria e Comércio de Produtos Naturais.
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.106067/2016-71
Expediente: 3045416/20-6
Área: CRES3/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora - Voto nº 8/2021/SEI/DIRE3/Anvisa.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S.A.
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25351.169424/2002-17
Expediente: 2361028/20-0
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 12/2021/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Nativita Ind. Com. LTDA.
CNPJ: 65.271.900/0001-19
Processo: 25351.199939/2002-33
Expediente: 2794201/20-4
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 13/2021/SEI/DIRE4/Anvisa
Recorrente: Infan Indústria Química Farmacêutica Nacional S/A
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Processo: 25351.573689/2019-56
Expediente: 3060468/20-6
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do relator - Voto nº 15/2021/SEI/DIRE4/Anvisa.

3ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO RE Nº 579, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Ação Judicial (Processo Judicial nº 1051640-44.2020.4.01.3400 - 13ª Vara Federal Cível da SJDF - NUP: 00424.127837/2020-76) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto ATRAZINA 900 WG FERSOL.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

AMERIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 51.833.994/0001-68
ATRAZINA 900 WG FERSOL
25351.367621/2017-68
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1351406/17-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO RE Nº 580, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Ação Judicial (Processo nº 1053894-87.2020.4.01.3400 - NUP: 00424.132498/2020-40 - 5º Vara Federal Cível da SJDF) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto BIFENTRINA TÉCNICO RAINBOW.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 10.486.463/0001-69
BIFENTRINA TÉCNICO RAINBOW
25351.222025/2019-21
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0339465/19-4
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 578, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: AREVALO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME - CNPJ: 04.310.625/0001-00
Produto - (Lote): MÁSCARA ZTOX ME LEVA - ZAP COSMÉTICOS(Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0481027/21-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Grau 2 e foi indevidamente notificado por meio do processo SGAS nº 25351.425733/2018-31, sendo indicado como alisante capilar, nesta Agência e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: LAGOS QUÍMICA LTDA - CNPJ: 64.398.159/0001-99
Produto - (Lote): ÁLCOOL LÍQUIDO 70 % MARCA ECO LAGOS (414);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0481789/21-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de ensaio de teor de álcool etílico abaixo da especificação e análise de rotulagem comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial nº 1707.1P.0/2020/IOM/FUNED, emitido pelo FUNED e tendo em vista o previsto nos arts. 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 581, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

TOP FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.844.027/0001-04
25351.997755/2021-02 / 7782901
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430269219

PIZZINO &CZAMANSKI LTDA / 86.903.382/0002-60
25351.997836/2021-02 / 7782950
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430430216

V C CALDAS / 38.460.494/0001-60
25351.799540/2021-10 / 7782716
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0196165219

DROGARIABRASIL / 36.490.453/0001-90
25351.997776/2021-10 / 7782869
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430290217

A NOSSA DROGARIA DE CAXIAS LTDA / 28.763.118/0041-88
25351.997783/2021-11 / 7782811
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430314218

J C FARMACIAS LTDA / 39.473.057/0001-43
25351.841422/2021-11 / 7782747
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0272986215

J T DA CRUZ / 05.447.172/0001-21
25351.766379/2020-17 / 7782691
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0317947218

Oliveira &Queiroga LTDA / 10.015.475/0001-05
25351.674207/2020-18 / 7782764
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0146036216

REIS &IACCINO LTDA / 39.807.304/0001-09
25351.997785/2021-19 / 7782795
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430320212

VITAL PHARMA LTDA / 39.927.540/0001-50
25351.987395/2021-22 / 7782611
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0414694218

Wesley Verissimo Mendanha / 10.881.982/0001-21
25351.997781/2021-22 / 7782824
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430308213

MEDICAMENTOS CAMPECHE LIMITADA / 37.532.655/0001-10
25351.467010/2020-24 / 7782702
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0127835215

CL DE SOUZA DROGARIA / 18.098.994/0001-96
25351.799531/2021-29 / 7782673
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0197680210

Farmacia Saude Popular Ltda / 38.443.063/0001-95
25351.997483/2021-32 / 7782929
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0429528215

DROGRARIA NAIARA EIRELI ME / 33.077.733/0001-83
25351.799554/2021-33 / 7782720
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0239930210

DROGARIA ECONOMICA TBV LTDA / 39.533.151/0001-40
25351.987393/2021-33 / 7782639
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0414688213

CARINA BISPO SILVA / 26.795.925/0001-60
25351.997758/2021-38 / 7782886
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430278218

FARMÁCIAS IDEAL EIRELI / 36.224.635/0001-10
25351.594117/2020-44 / 7782642
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0108469211

FARMACIA TOMAZ COELHO EIRELI / 33.214.941/0001-87
25351.997756/2021-49 / 7782890
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430272219

Thais M da Silva Produtos Farmaceuticos / 40.317.952/0001-58
25351.997779/2021-53 / 7782841
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430301216

REGIANE MARCELLA PEREIRA SILVA / 38.151.616/0001-36
25351.997786/2021-55 / 7782781
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430323217

DROGARIA MAIS VIVER DE ABAETE LTDA / 39.667.915/0001-90
25351.841416/2021-64 / 7782733
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0269674216

LARISSA MICAELLY DO NASCIMENTO MONTEIRO DOS SANTOS / 37.581.312/0001-46
25351.997777/2021-64 / 7782855
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430293211

DROGARIA FRATERNAL LTDA / 39.839.564/0001-58
25351.766394/2020-65 / 7782656
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165491218

FRANCO E FRANCO LTDA / 17.121.169/0002-83
25351.821606/2021-65 / 7782687
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0244339212

R. DIAS TELES / 39.458.767/0001-02
25351.997784/2021-66 / 7782807
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430317212

M A DA SILVA GUERRA / 32.654.991/0001-12
25351.997750/2021-71 / 7782915
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430266214

MACEDO, BARRETO &CIA LTDA / 32.492.561/0002-22
25351.987396/2021-77 / 7782608
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0414697212

FABIO DA SILVA ROBERTO-ME / 24.114.438/0002-40
25351.667156/2020-78 / 7782778
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0180307217

I. J. FARMA LTDA / 37.964.212/0001-07
25351.997773/2021-86 / 7782872
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430287217

F F BALDUINO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS / 22.527.593/0001-81
25351.997780/2021-88 / 7782838
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430305219
---
mhl drogaria ltda / 09.396.401/0015-82
25351.987394/2021-88 / 7782625
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0414691213

M J RODRIGUES DE OLIVEIRA E CIA LTDA / 21.401.904/0005-22
25351.988413/2021-93 / 7782932
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0418365217

DROGARIA ARAUJO S.A. / 17.256.512/0263-44
25351.954364/2021-95 / 7782660
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0353171216

KALLINE SILVA BRITO / 37.845.496/0001-04
25351.945630/2021-99 / 7782751
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0335456213

RESOLUÇÃO RE Nº 582, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

R G R NUNES DROGARIA / 38.345.255/0001-69 25351.310325/2020-09 / 7760821 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430927218 ---------- A4 - Comercio de Produtos Farmaceuticos Eireli / 09.943.995/0004-41 25351.736473/2010-09 / 0719007 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0297588212 ---------- FARMACIA LIDIANA LTDA / 03.469.355/0001-12 25351.911350/2016-10 / 7442079 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0226297215 ---------- DROGARIA T &M ALMEIDA LTDA / 25.384.586/0001-66 25351.508306/2017-15 / 7541881 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430901214 ---------- F &F ESPECIALITY COMERCIO

DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.621.559/0001-88 25351.183208/2014-18 / 7146247 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430903211 ---------- SPO FARMACIA LTDA / 11.207.258/0001-80 25351.553079/2014-21 / 7334261 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430911211 ---------- ULTRA FARMES COM. VAREJ. PROD. FARMACEUTICOS LTDA / 31.641.257/0001-56 25351.186331/2020-21 / 7714652 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430913218 ---------- DROGARIA BRASIL LTDA / 00.372.383/0025-04 25351.509793/2020-21 / 7768258 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430917211 ---------- DIFERENCIAL FARMA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA DRUGSTORE LTDA / 12.698.879/0001-76 25351.569749/2014-21 / 7298401 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0183109217 25351.569749/2014-21 / 7298401 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0126535211 ---------- A.L.F.RAMOS / 02.631.054/0001-80 25351.335795/2014-29 / 7205243 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430919217 ---------- DD FARMA LTDA / 37.905.520/0001-53 25351.844577/2020-29 / 7743548 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430925211 ---------- DROGARIA VITA MAIS EIRELI / 30.073.783/0001-02 25351.023796/2019-38 / 7632367 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430931216 ---------- RM E BORGES PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 36.190.235/0001-30 25351.316769/2020-40 / 7761306 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430929214 ---------- VITOR E ISABELA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 14.219.284/0001-16 25351.643557/2011-41 / 0809961 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430907213 ---------- FARMACIA AGNALDO LTDA / 65.125.098/0001-59 25351.042383/2014-48 / 7097494 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0181498212 25351.042383/2014-48 / 7097494 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0181625210 ---------- R M SOARES &CIA LTDA / 13.278.041/0001-96 25351.311221/2012-55 / 0857273 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430905217 ---------- EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS EBENEZER LTDA / 02.965.936/0001-82 25351.745548/2013-56 / 7274840 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430923215 ---------- DROGARIA CCL LTDA / 21.584.048/0001-64 25351.307203/2015-60 / 7390956 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0164549218 ---------- DROGARIA COMPROMISSO III EIRELI / 08.753.098/0001-60 25351.589625/2014-62 / 7333741 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430915214 ---------- MIRANDA MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS EIRELI / 34.020.753/0001-80 25351.505522/2019-62 / 7717571 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430899219 ---------- XPGA COMERCIAL LTDA / 17.517.236/0002-83 25351.774122/2010-67 / 0726500 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430909210 ---------- XPGA COMERCIAL LTDA / 17.517.236/0001-00 25351.219912/2002-74 / 0140680 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0430897212 ---------- R. NONATO DE OLIVEIRA - FARMACIA / 15.531.894/0001-13 25351.681000/2012-90 / 0888904 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0430921219 ---------- DROGARIA LIDER SERRANO LTDA / 02.046.650/0001-01 25351.054947/2014-95 / 7100542 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0318182211

RESOLUÇÃO RE Nº 583, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

VIDAFARMA DROGARIA LTDA / 39.535.488/0001-97
25351.997760/2021-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430284212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. Ademais, a Empresa não apresentou a Licença de Funcionamento ou a Declaração do Anexo I da RDC 275/2019.

R P NONATO PRODUTOS FARMACEUTICOS / 39.366.736/0001-13
25351.997778/2021-17 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430296216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. Ademais, a Empresa não apresentou a Licença de Funcionamento ou a Declaração do Anexo I da RDC 275/2019.

FARMÁCIA M2M LTDA - ME (FILIAL) / 10.868.144/0002-07
25351.988412/2021-49 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0418362212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. Ademais, a Empresa não apresentou a Licença de Funcionamento atualizada/vigente.

FARMABELLA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.535.438/0001-00
25351.997782/2021-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430311213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. Ademais, a Empresa não apresentou a Licença de Funcionamento ou a Declaração do Anexo I da RDC 275/2019.
---
kaminski &Nascimento LTDA / 29.526.848/0001-30
25351.997759/2021-82 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430281218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. Ademais, a Empresa não apresentou a Licença de Funcionamento ou a Declaração do Anexo I da RDC 275/2019.

FARMACIA LOPES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.712.632/0001-13
25351.997757/2021-93 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0430275213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011. Ademais, a Empresa não apresentou a Licença de Funcionamento ou a Declaração do Anexo I da RDC 275/2019.

RESOLUÇÃO RE Nº 584, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

NORDESTE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 10.253.717/0001-07 25351.938130/2021-09 / 3100996 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0319912213 ---------- AM COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 38.267.542/0001-06 25351.643351/2020-11 / 8216439 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0142662216 ---------- JRS EMPRESAS EIRELI / 22.055.662/0001-00 25351.920096/2021-16 / 8216382 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284891215 ---------- AMAZON COMERCIO E SERVICOS HOSPITALAR LTDA / 13.054.536/0001-31 25351.920094/2021-19 / 8216379 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284888214 ---------- F.A.L. COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 11.110.793/0001-18 25351.938112/2021-19 / 3100982 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0319890210 ---------- ALPHA CENTAURI COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E COMPONENTES INDUSTRIAIS - EIRELI / 34.148.330/0001-40 25351.938158/2021-38 / 8216425 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0319943216 ---------- FENIX DISTRIBUIDORA CONTINENTAL LTDA / 38.707.957/0001-45 25351.849271/2021-40 / 1249926 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0142575216 ---------- KHC PRESENTES E COSMETICOS EIRELI / 35.085.719/0001-57 25351.938004/2021-46 / 4029790 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0319768210 ---------- L V MED EIRELI / 37.378.110/0001-00 25351.920837/2021-51 / 8216408 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0287831213 ---------- MOREIRA VALENTE REPRESENTACOES DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 36.956.315/0001-54 25351.477253/2020-71 / 4029786 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1684097206 ---------- JRS EMPRESAS EIRELI / 22.055.662/0002-82 25351.920103/2021-71 / 8216396 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0284899216 ---------- JEF EXPRESS TRANSPORTE LTDA / 11.956.858/0001-40 25351.920054/2021-77 / 3100965 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0284843211 ---------- PRISMA MED COMERCIO DE INSTRUMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 35.996.476/0001-09 25351.937934/2021-82 / 8216411 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0319624218 ---------- ISABELLA PARDINI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 29.843.218/0001-90 25351.920038/2021-84 / 1249909 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0284827215 ---------- INDÚSTRIA VIKING LTDA / 33.093.629/0001-82 25351.937996/2021-94 / 3100979 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0319759211

RESOLUÇÃO RE Nº 585, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PRADO E TREVISAN LTDA / 27.896.550/0001-97
25351.809327/2021-23 / 1249912
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0182424214

CR de Oliveira Kato / 19.949.123/0002-82
25351.998005/2021-40 / 1249930
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0430895216

DLF COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA / 33.725.583/0001-77
25351.996217/2021-92 / 1249943
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0428601214

RESOLUÇÃO RE Nº 586, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1ºAlterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

WN COMÉRCIO ODONTO-CIRURGICO LTDA - EPP / 17.119.265/0001-06
25351.840158/2018-01 / 3084272
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0350027218
25351.485662/2015-02 / 8125798
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0350017212

LOGMED RIO ARMAZENAGEM E TRANSPORTE LTDA / 22.044.907/0002-76
25351.040602/2017-08 / 8148830
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4551881201

AS2 COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP / 13.598.814/0002-00
25351.483630/2020-19 / 8213202
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0350986215

PRIME STORAGE ARMAZEM GERAL E LOGISTICA LTDA - EPP / 13.130.164/0001-85
25351.328599/2018-21 / 4000390
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0270168214

WN COMÉRCIO ODONTO-CIRURGICO LTDA - EPP / 17.119.265/0001-06
25351.485668/2015-61 / 1144432
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0350012211

BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP / 06.103.122/0002-70
25351.460253/2013-62 / 8097001
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0350121214

ALFA COMERCIO DE MATERIAL MEDICO, LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA-ME / 09.530.198/0001-90
25351.238971/2013-72 / 8094204
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0364678216

VEGA COMERCIO DE MATERIAIS ORTOPEDICOS LTDA / 29.398.322/0001-12
25351.490773/2020-79 / 8212804
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0364660210

TAG DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE IMPORTADOS EM GERAL LTDA / 13.979.459/0001-20
25351.595560/2013-80 / 2071268
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4551941204
25351.595560/2013-80 / 2071268
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0429178212

STERIS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA SAUDE LTDA. / 59.233.783/0001-04
25351.641423/2017-81 / 3077329
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0350039216

CURADH COMERCIO E SERVICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI / 34.907.123/0001-22
25351.172766/2020-98 / 8197623
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0364688211

MEDVIX MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 22.822.011/0001-90
25351.912976/2016-98 / 8134248
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0350116211

STERIS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA SAUDE LTDA. / 59.233.783/0001-04
25004.002355/94 / 1025975
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0350035211

BIOCATH COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 05.964.709/0001-20
25351.028511/2005-50 / 8023910
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0350097216

RESOLUÇÃO RE Nº 587, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOH2 TRATAMENTO DE AGUAS LTDA / 08.611.628/0001-35
25351.938139/2021-10 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0319923215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
wr calçados eireli / 25.369.684/0001-24
25351.920104/2021-16 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0284900214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A documentação apresentada não comprova que será exercida a atividade de comércio varejista de produtos para saúde pela empresa.

DENTAL RG COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA ME / 08.663.426/0001-37
25351.920077/2021-81 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0284869210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO RE Nº 588, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

WN COMÉRCIO ODONTO-CIRURGICO LTDA - EPP / 17.119.265/0001-06
25351.131290/2016-26 / 1155560
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0350028214

ASA BRANCA INDL. COML. E IMPORTADORA LTDA / 03.636.036/0007-40
25351.332954/2018-67 / 1178018
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0350022216

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 76, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204571 - Repertório O QUE DE QUE em MG
UM OITO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 15.460.796/0001-32
Processo: 01400004562202034
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 746.286,75
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 30/09/2021
Resumo do Projeto: O projeto prevê levar espetáculos de repertório da cia O QUE DE QUE para a realização de 20 apresentações no estado de MG e realizar20 cotnrapartidas socais em formato de oficinas culturais de criação de bonecos

204572 - Horizonte de Neon - Além do Hyperlink
Denisson Beretta Gargione
CNPJ/CPF: 10.505.404/0001-90
Processo: 01400004563202089
Cidade: Canoas - RS;
Valor Aprovado: R$ 117.906,25
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: "Horizonte de Neon - Além do Hyperlink" é a proposta de circulação do espetáculo de dança "Horizonte de Neon". O projeto tem como ação principal apresentações do espetáculo em espaços públicos, além de oficinas de danças urbanas.

204573 - Circulação do espetáculo Contestados
Companhia Mútua Teatro & Animação
CNPJ/CPF: 04.988.821/0001-39
Processo: 01400004564202023
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 187.202,40
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 22/10/2021
Resumo do Projeto: A proposta deste projeto é circular com o espetáculo de teatro de animação CONTESTADOS, realizando apresentações teatrais seguidas de rodas de conversa, exibição do documentário TERRA CABOCLA e as ações formativas: Palestra O CINEMACOMO FERRAMENTA DE DEBATE, palestra O CONTESTADO NA SALA DE AULA e oficinaSENSIBILIZAÇÃO PARA AS FORMAS ANIMADAS.

204587 - Altemar Dutra o Trovador das Américas
Rodrigo da Cunha Botelho
CNPJ/CPF: 118.508.607-26
Processo: 01400004578202047
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 183.018,00
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Apresentar o espetáculo de teatro musical "Altemar Dutra o Trovoador das Américas" que visa homenagear e biografar esse importante artista da música brasileira, interprete de sucessos como "Sentimental"e "Brigas".Iremos apresentar tambémpaltestras a alunos da rede pública de ensino. APalestramergulhará no processo criativo do espetáculo.

204608 - HUMANIDADE EMBARALHA E DÁ DE NOVO
EMFOCO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 12.945.893/0001-27
Processo: 01400004599202062
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 999.671,07
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/05/2021
Resumo do Projeto: Analisando de uma forma geral o momento em que o mundo está vivendo, nossa proposta é criar um espetáculo musical que trate poeticamente da nossa existência Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Existir é uma tensão permanente que nos coloca em movimento. somos a única espécie em todo o planeta que tem a consciência da morte. Talvez seja por isso que a nossa jornada vem sendo ora pautada pela aventura da sobrevivência, ora pela busca por um sentido maior da vida. Lidar com essa verdade, com a certeza do fim, tem levado a humanidade a investir pesado num circo de ilusões, pois não sabemos lidar muito bem com essa ferida trágica. Entre um ponto a outro nessa linha do tempo, nesses últimos 5 mil anos, um fato é incontestável: a nossa presença tem cobrado um pedágio muito caro do planeta. Entre erros e acertos, a nossa "evolução" vem deixando um rastro de impacto e destruição, que praticamente coloca em xeque a nossa própria existência O projeto é uma reflexão poética mas real e certamente será de grande impacto pessoal e cultural para nosso publico. Para realizarmos esse projeto contamos com o apoio do Ministério da Cidadania, através da Lei de Incentivo à Cultura, o que possibilita a realização do evento.

205172 - O Cofrinho Sabichão
Companhia da Foto Projetos e Produções Culturais e Sociais Ltda
CNPJ/CPF: 73.321.218/0001-11
Processo: 01400005163202091
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 765.628,88
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 17/12/2021
Resumo do Projeto: O Cofrinho Sabichão é uma peça de teatro infanto-juvenil a ser encenada gratuitamente em escolas de ensino fundamental e médio. Um projeto cultural que intenciona levar a oportunidade da fruição das artes cênicas àqueles que têm menos oferta, realizando as apresentações prioritariamente em municípios com poucas opções culturais. Um dos principais objetivos do projeto é formar público para o teatro. Visando colaborar com conteúdos culturais e metodologias para professores do ensino médio, serão realizados debates como contrapartida social.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204522 - Sintonia
Eduardo Vinicius Tonini
CNPJ/CPF: 059.107.979-80
Processo: 01400004513202000
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 191.400,00
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Gravação de um CD de música instrumental, contendo músicas/arranjos autorais, com distribuição gratuita.

204544 - Tamar Cultural
TREVO COMUNICACAO E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.486.323/0001-53
Processo: 01400004535202061
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 995.111,21
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto TAMAR CULTURAL visa dar continuidade à programação artística dos espaços culturais dos Museus do Projeto TAMAR e movimentar a cena cultural das regiões de abrangência das unidades com ênfase na vocação da cultura como recurso para a transformação de realidades. Este projeto conta com a realização de 11 shows nos espaços culturais do Projeto Tamar com apresentação de shows de música instrumental, com abertura de bandas formadas pelo Projeto Tamar, compostas por artistas locais. Além disso, farão parte da programação oficinas artísticas, apresentações teatrais infantis, exposição e Oficinas de Musicalização para alunos e professores de escolas públicas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
205025 - LEGACY Â- YANN ARTHUS BERTRAND
INSPIRARTES PRODUCOES CULTURAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 36.448.459/0001-08
Processo: 01400005016202011
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.862.630,19
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto LEGACY - YANN ARTHUS BERTRAND compreende exposição de artes plásticas do artista YANN ARTHUS BERTRAND, palestras, confecção de catálogo, e exibição de filmes durante o período da exposição.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204611 - ArteLab - Experiência Criativa
Jatobá Educação e Cultura Eireli
CNPJ/CPF: 14.363.140/0001-39
Processo: 01400004602202048
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 880.984,30
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto prevê a produção e doação de um acervo composto por Livros de Cunho Humanístico e Materiais Acessórios, que visam a contextualização e a formação no campo das artes plásticas. O acervo será produzido e doado em formato kit. Os kits serão doados a agentes culturais de organizações culturais e/ou escolas públicas em diferentes municípios brasileiros, sendo que a temática deste acervo focará em "Arte e tecnologia". Como contrapartida o projeto realizará a formação de agentes culturais que atuam na docência de Arte, para que possam realizar com seu público atividades, projetos e obras aplicando os conhecimentos adquiridos na formação.

204618 - Publicação do livro Â"Parteiras, tiraòssi e benzedeiros - a medicina popular das comunidades de imigração italiana no BrasilÂ"
Associação de Moradores do Bairro Bezzenello
CNPJ/CPF: 04.120.702/0001-60
Processo: 01400004609202060
Cidade: Nova Trento - SC;
Valor Aprovado: R$ 24.661,47
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Publicação da versão em português da obra "Mammane, tiraòssi e benzedeiros. La medicina popolare dei trentini del Brasile", da autora brasileira Ivette Marli Boso publicado em 2012, pelo Museo degli Usi e Costumi della Gente Trentina de San Michele all'Adige (Trento), Itália e realização de 04 palestras literárias nas escolas da rede pública de ensino de Nova Trento/SC, como medida de contrapartida social.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
210618 - Plano Anual CHC Santa Casa - 2021
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
CNPJ/CPF: 92.815.000/0001-68
Processo: 01400000618202162
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.811.948,50
Prazo de Captação: 09/02/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O Plano Anual CHC Santa Casa visa estabelecer a manutenção e a continuidade da programação de atividades culturais do seu Centro Histórico-Cultural - CHC Santa Casa, localizado em Porto Alegre/RS, durante o ano de 2021. Os objetivos do presente projeto contemplam ações culturais e socioculturais nas áreas de arquivologia, artes cênicas, artes visuais, dança, literatura, museologia, música, cursos e oficinas, além da contratação de profissionais, consultorias, aquisição de recursos materiais e de consumo, manutenção e reparos no patrimônio do equipamento cultural.

PORTARIA Nº 77, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178593 - CIRCOLANDO MT E MS - OFICINAS DE CULTURA E ARTE
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

202385 - PORTO VERÃO ALEGRE 2021
MAIS ALÉM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 04.653.701/0001-80
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/07/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
171325 - MÚSICA NAS ESCOLAS
MARIA JOANINHA MARQUES DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 920.342.689-20
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

200432 - ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ - CLÁSSICOS UNIVERSAIS 1
INSTITUTO DE APOIO A ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA
CNPJ/CPF: 27.211.256/0001-02
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181930 - BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CLUBE LITERÁRIO TAMBORIL - MANUTENÇÃO
ASSOCIACAO CLUBE LITERARIO TAMBORIL
CNPJ/CPF: 23.171.985/0001-13
Cidade: Pirapora - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

183633 - Hakitia - Amazônia Hebraica
Luis Felipe Goifman
CNPJ/CPF: 004.810.547-31
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 19/12/2021

203709 - Plano Anual Academia Mineira de Letras 2021
Academia Mineira de Letras
CNPJ/CPF: 19.222.900/0001-01
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
200228 - REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS
ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS MUNICIPAIS DE VERANOPOLIS
CNPJ/CPF: 90.898.594/0001-92
Cidade: Veranópolis - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA IBRAM Nº 148, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

Permuta cargos em comissão do Grupo-DAS por FCPE de mesmo nível e categoria da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Comissionadas do Instituto Brasileiro de Museus aprovada pelo Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, incisos II e IV, Anexo I, do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, tendo em vista o disposto no art. 16, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e o que consta no processo nº 01415.01629/2020-10, resolve:

Art. 1º Permutar um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.4, de Diretor da Unidade Museológica I, por uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.4, de Auditor-Chefe da Auditoria Interna, ambos deste Instituto Brasileiro de Museus.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no prazo de quinze dias após sua publicação.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 317, de 03 de dezembro de 2020 que dispõe sobre o resultado final do Edital Prêmio Funarte Respirarte - Categoria Circo, publicada em 04 de dezembro de 2020, na página 138, seção 1, do Diário Oficial da União, onde se lê: 7389-54822 - Nayara Santos Camargo - quando desperto - 92,5 - Desclassificado e 7389-56384 - Ademir Ferreira da Silva - Projeto Criança Feliz - 86,55 - Desclassificado, leia-se: 7389-54822 Nayara Santos Camargo - quando desperto - 92,5 - CONTEMPLADO e 7389-56384 - Ademir Ferreira da Silva - projeto Criança Feliz - 86,55 CONTEMPLADO.

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 341, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e do inciso VII do art. 28 do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Delegar ao Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União competência para regulamentar, em conjunto com o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, sobre o fornecimento das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) constantes no Ambiente Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, relativas às aquisições de produtos e de serviços pela administração pública federal para disponibilização no Portal da Transparência do Governo federal, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 10.209, de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 178, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Resolução CSMPT nº 132, de 25 de outubro de 2016, que estabelece a organização das unidades e a fixação das atribuições dos ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta do Procedimento Administrativo CSMPT PGEA nº 20.02.0001.004368.2020-25, , resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CSMPT nº 132, de 25 de outubro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Capítulo III

DA ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES

[...]

Seção II

[...]

Das Coordenadorias

[...]

Art. 7º-A. A PGT poderá apresentar Coordenadorias distintas para a atuação como Órgão Interveniente (COI) e como Recursos Judiciais e Órgão Agente (CRJ).

I - O(A) Coordenador(a) titular será designado(a) pelo(a) Procurador(a)-Geral do Trabalho, dentre os integrantes das Coordenadorias respectivas.

II - O(A) Coordenador(a) substituto(a) será escolhido dentre os integrantes da Coordenadoria a convite do Coordenador(a) e nomeado(a) pelo(a) Procurador(a)-Geral do Trabalho.

III - As Coordenadorias poderão ter um(a) Membro(a) Auxiliar, indicado(a) pelo Coordenador(a) titular e nomeado(a) pelo(a) Procurador(a)-Geral do Trabalho, dentre os(as) membros(as) da carreira ocupantes de cargo de Procurador(a) Regional do Trabalho ou de Procurador(a) do Trabalho.

IV - O(A) Membro(a) Auxiliar exercerá as atribuições na forma do regimento interno da Coordenadoria, exceto as de representação e aquelas privativas de desempenho de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho integrante da Coordenadoria.

[...]

Art. 26

[...]

VIII - Membro(a) Auxiliar de Coordenadorias de Órgão Interveniente (COI)e de Recursos Judiciais e Órgão Agente (CRJ) da Procuradoria Geral do Trabalho.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Presidente do Conselho

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA
Conselheiro Vice-Presidente

MARIA APARECIDA GUGEL
Conselheira-Secretária

LUCINEA ALVES OCAMPOS
Conselheira

VERA REGINA DELLA POZZA REIS
Conselheira

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO
Conselheira

OKSANA MARIA DZIURA BOLDO
Conselheira

JUNIA SOARES NADER
Conselheira

ALVACIR CORREA DOS SANTOS
Conselheiro

PEDRO LUIZ GONÇALVES SEFAFIM DA SILVA
Conselheiro

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE JANEIRO/2021

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT
I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES				
	Saldo anterior	Distribuição no mês	Concluso ao Relator	Devolvido no mês	Em poder do Membro
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS[1]	21	73	7	9	92
ANDRÉA ISA RÍPOLI[2]	1	46	1	44	4
SANDRA LIA SIMÓN[3]	0	219	4	221	2
ANDRÉ LACERDA[4]	4	190	8	39	163
ILEANA NEIVA MOUSINHO	382	354	6	231	511
VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	0	342	5	347	0
CÉLIA REGINA CAMACHI STANDER	12	144	6	153	9
ADRIANA SILVEIRA MACHADO	0	342	1	342	1
DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS	14	348	16	366	12
GLAUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA	18	333	6	218	139
SORAYA TABET SOUTO MAIOR[5]	207	3	2	137	75
IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS	0	101	0	101	0
JANINE MILBRATZ FIOROT[6]	126	2	7	31	104
TOTAL	785	2497	69	2239	1112

Observação: Última distribuição - 25/1/2021 - segunda-feira.
1 - Férias 7 a 26/1/2021 e Licença médica 29/1 a 7/2/2021;
2 - Férias 11 a 30/1/2021;
3 - Férias 7 a 16/1/2021;
4 - Férias 11 a 20/1/2021;
5 - Férias 7 a 26/1/2021; e
6 - Férias 7 a 28/1/2021.

II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	2483
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	2497
Total de procedimentos deliberados no mês	0
Procedimentos em diligência na Secretaria	310

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2021.
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 209, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o contido no PA SEI 1853/2021, resolve:

Art. 1º Agregar os valores das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Item	Código FC	Nível FC	Descrição FC	Localização FC	Valor R$
1	4655	FC-04	FC-04	Núcleo de Apoio e Análise de Atos Delegados - NADEL/SERH	1.939,89
2	4657	FC-04	FC-04	Núcleo de Apoio e Análise de Atos Delegados - NADEL/SERH	1.939,89
3	4658	FC-04	FC-04	Núcleo de Apoio e Análise de Atos Delegados - NADEL/SERH	1.939,89
4	1693	FC-03	FC-03	FC-03 Núcleo de Desenvolvimento, Valorização, Desempenho e Apoio Gerencial em Gestão de Pessoas - SERGES/SUGIP/SERH	1.379,07
Total					R$ 7.198,74

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-os conforme quadro a seguir:

item	nível FC	descrição FC	Localização FC	valor R$
1	FC-02	FC-02	Núcleo de Apoio e Análise de Atos Delegados - NADEL/SERH	1.185,05
2	FC-02	FC-02	Secretaria de Recursos Humanos - SERH	1.185,05
3	FC-02	FC-02	Secretaria de Recursos Humanos - SERH	1.185,05
4	FC-03	FC-03	Secretaria de Recursos Humanos - SERH	1.379,07
5	FC-05	FC-05	Núcleo de Desenvolvimento, Valorização, Desempenho e Apoio Gerencial em Gestão de Pessoas - SERGES/SUGIP/SERH	2.232,38
Total				7.166,60
Saldo				32,14

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO COFEN Nº 7, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 028/2020. ORIGEM PROCESSO ÉTICO COREN-CE Nº 050/2017. 525ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO. JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA. RECURSO. Conhecer do recurso. Negar-lhe provimento. Maioria dos votos. Reforma da Decisão Coren-CE nº 089/2020. Absolvição.

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da Sessão

MARIA LUÍSA DE CASTRO ALMEIDA
Conselheira Relatora

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO COREN-SE Nº 44, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, em conjunto com a Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas no Regimento Interno, torna pública a Decisão Coren/SE nº 44/2020, que dispõe sobre o pagamento de diárias, auxílio representação, jetons e concessão de passagens aéreas para conselheiros, assessores, empregados e colaborares, de acordo com a regulamentação do Cofen e do Acórdão 1925/2019-TCU-Plenário.

CONSIDERANDO os princípios da administração pública, estabelecidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, como também os princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO que aos conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Enfermagem e dos Conselhos Regionais de Enfermagem, como também aos assessores e demais representantes do sistema Cofen/Coren's, cumpre o dever de zelar pelos atos da Administração Pública, especialmente aquelas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que "o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem" (art. 2º da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973);

CONSIDERANDO que o exercício de mandatos de Conselheiros do Sistema Cofen/Coren's possui nítido caráter de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que será devida aos Conselheiros, Delegados Regionais, empregados públicos, assessores, do sistema Cofen/Coren's, e também aos colaboradores, a concessão de passagens e de diárias para o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas;

CONSIDERANDO que o auxílio representação e as diárias possuem caráter nitidamente indenizatório, gerados a partir de circunstâncias distintas determinantes; e que, enquanto o auxílio representação serve à minimização dos prejuízos suportados por conselheiros, profissionais de enfermagem convocados, nomeados ou designados para o desempenho ou participação num ato ou numa atividade determinante dentro do sistema Cofen/Coren's, as diárias, por sua vez, consistem em indenizações devidas para, além das pessoas indicadas acima, os assessores, empregados públicos, colaboradores, destinadas ao deslocamento da sede do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme o caso, com a finalidade de representá-los em outras localidades, dentro ou fora do Brasil, visando, assim, ao pagamento das despesas com hospedagem, alimentação, locomoção e outras de caráter extraordinário;

CONSIDERANDO que é vedado o enriquecimento ilícito pelo Estado, sendo devida a justa indenização das despesas havidas para execução de atividades, devidamente atualizada, a qualquer título, que tenham gerado benefícios diretos ou indiretos aos órgãos integrantes do sistema Cofen/Coren's;

CONSIDERANDO o aprovado na 456ª Reunião Ordinária de Plenária do Coren-SE;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 2º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, os conselhos federais de fiscalização de profissões regulamentadas foram autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas da União para os Conselhos de Fiscalização de Atividades Profissionais;

CONSIDERANDO o estabelecido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 1925/2019-TCU-Plenário, que trata da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC)

CONSIDERANDO que os cargos de conselheiro federal e de conselheiro regional são honoríficos, conforme os arts. 9º e 14 da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO que o número de conselheiros efetivos e suplentes é legalmente estabelecido, ex vi dos arts. 5º e 11 da Lei nº 5.905/73;

CONSIDERANDO a regulamentação do Conselho Federal de acordo com a Resolução COFEN nº 0471/2015, com as alterações trazidas pelas Resoluções 590/2018 e 607/2019, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Os conselheiros, assessores, empregados, representantes do Sistema Cofen/Coren's e os colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Sistema que, a serviço, deslocarem-se de seus domicílios ou da sede do COREN/SE, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus a passagens e diárias, na forma prevista nesta Decisão.

CAPÍTULO II

CONCESSÃO DE PASSAGENS

Art. 2º. Aos conselheiros, assessores, empregados, representantes do Sistema Cofen/Coren's e aos colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Sistema, serão concedidas passagens destinada ao deslocamento a serviço, para outro ponto do território nacional ou para o exterior.

§ 1º. Às pessoas de que trata o caput deste artigo, que estiverem desenvolvendo atividade duradoura em prol do COREN/SE, será facultado o direito de solicitar retornos intermediários, ficando a sua concessão a cargo da autoridade superior do Conselho Regional de Enfermagem.

§ 2º. Será deferido o pedido de retorno intermediário quando as referidas pessoas estiverem há mais de 15 (quinze) dias afastadas do seu domicílio ou da sede do Conselho.

§ 3º. A emissão dos bilhetes será realizada pela agência de viagens contratada, a partir da reserva solicitada pelo COREN/SE, mediante solicitação pela autoridade competente.

§ 4º As passagens deverão ser solicitadas com antecedência de, no mínimo, dez dias, contados da data prevista da viagem, ressalvados os casos extemporâneos cuja necessidade do serviço justifique.

CAPÍTULO III

DAS DIÁRIAS

Art. 3º A concessão de diárias para os conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/SE e colaboradores convidados, convocados, nomeados ou designados passam a obedecer às normas e critérios estabelecidos na presente Decisão.

Art. 4º A concessão e o pagamento de diárias pressupõem a observância do interesse público e que o motivo do deslocamento esteja comprovado e justificado, observada a pertinência entre a razão do deslocamento e as atribuições das atividades desempenhadas.

Art. 5º Farão jus à percepção de diárias as pessoas de que tratam os arts. 1º e 3º desta Decisão, que se desloquem a serviço ou por atribuição de representação do Conselho Regional de Enfermagem, da localidade onde têm seus domicílios ou da sede do conselho para outras localidades distintas dentro do território nacional ou no exterior.

Parágrafo único. Não serão concedidas diárias quando o deslocamento, para exercer o serviço ou a atribuição determinada, ocorrer dentro do município aonde o beneficiário possua domicílio.

Art. 6º. A concessão da diária deverá incluir o dia da viagem de ida e de volta, e ser suficiente para custear as despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

Parágrafo único. As despesas referentes ao deslocamento até o local de embarque, e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem, e vice-versa, integram a atividade de locomoção.

Art. 7º. As diárias serão concedidas por tempo de afastamento da sede de origem do beneficiário em razão do serviço, na seguinte proporção:

I - uma diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, com pernoite;

II - meia diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, sem necessidade de pernoite;

III - meia diária, quando for custeado pela administração, por meio diverso, as despesas de pousada.

§ 1º. No caso do deslocamento exigir mais de um dia em trânsito, quer na ida ou no retorno, a concessão de diárias deve ser justificada.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica:

a) nos casos em que o deslocamento do domicílio ou da sede do Conselho de Enfermagem ocorra dentro da respectiva região metropolitana, assim como aglomeração urbana ou microrregião constituída por municípios limítrofes e regularmente instituídas;

b) na hipótese anterior, havendo a comprovada necessidade de pernoite, poderá ser aplicado o disposto no inciso II deste artigo, desde que acolhida a justificativa de quem solicitou o pagamento pela autoridade competente.

Art. 8º. As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, com antecedência de 24 (vinte e quatro horas) da data reservada para o afastamento, desde que solicitadas antecipadamente, observando-se o seguinte:

I - as diárias serão solicitadas à autoridade competente com antecedência suficiente, capaz de poder ser cumprido o prazo estabelecido no caput deste artigo;

II - O Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe deverá decidir sobre a solicitação de diárias no prazo de até 5 (cinco) dias, efetuando o pagamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do deferimento da concessão do pedido.

§ 1º. Quando as solicitações forem de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas durante o decorrer do afastamento, hipótese em que serão pagas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas depois de deferidas.

§ 2º. Quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente, mas dentro do período de afastamento.

§ 3º. Aquele que for beneficiado com o recebimento de diárias deverá apresentar Relatório de viagem, acompanhado de certificado ou outros documentos comprobatórios da atividade, se possível.

§ 4º. A concessão de diárias com afastamento a partir de sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, estará sujeita à justificativa da efetiva necessidade de trabalho nesses dias.

§ 5º. A autorização de pagamento de despesas pela autoridade competente caracterizará a aceitação da justificativa.

Art. 9º. São elementos essenciais do ato de concessão de diárias:

I - o nome, o cargo ou a função do proponente;

II - o nome, o cargo ou a função do beneficiário;

III - descrição objetiva do serviço a ser executado;

IV - indicação dos locais onde o serviço será realizado;

V - período provável de afastamento;

VI - o valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga;

VII - autorização do pagamento de despesas pelo ordenador.

§ 1º. Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada a sua prorrogação, as pessoas de que tratam os arts. 1º e 3º desta Decisão farão jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado.

§ 2º. Serão restituídas, pelo beneficiário, em 5 (cinco) dias, contados da data de retorno ao domicílio ou à sede originária do COREN/SE, as diárias recebidas em excesso.

§ 3°. Serão também restituídas em sua totalidade, no prazo estabelecido no parágrafo anterior neste artigo, as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

§ 4º. A restituição de diárias tratada neste artigo ocorrerá exclusivamente mediante depósito bancário na conta-corrente da respectiva Autarquia Federal que as concedeu, devendo tal ato ser comprovado perante a administração.

Art. 10. Deverão compor os autos de concessão de diárias:

I - autorização de diárias;

II - relatório de viagem, cópia do cartão de embarque ou cópia do bilhete rodoviário, com o certificado do evento ou outro documento comprobatório dos serviços, se possível; e

III - cópia da requisição da passagem, mediante o preenchimento dos anexos desta Resolução.

Art. 11. Nos casos em que o presidente for o beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por outro membro da diretoria, na ordem funcional decrescente, ou funcionário do COREN/SE para o qual seja delegada competência em caráter geral, para evitar a autoconcessão de diárias, em prejuízo das prerrogativas do presidente de deliberar sobre os demais aspectos da viagem envolvida.

Art. 12. Os valores das diárias concedidas aos beneficiários desta Decisão são os seguintes:

a) Diárias para fora do Estado de Sergipe:

- Conselheiros: valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), não podendo ultrapassar 15 (quinze) diárias mensais;

- Servidores Comissionados e Colaboradores de Nível Superior: no valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), não podendo ultrapassar 15 (quinze) diárias mensais;

- Servidores, Comissionados e Colaboradores de Nível Técnico: no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), não podendo ultrapassar 15 (quinze) diárias mensais;

b) Diária para viagens dentro do Estado de Sergipe:

- Conselheiros: valor de R$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta reais), não podendo ultrapassar 15 (quinze) diárias mensais;

- Servidores Comissionados e Colaboradores de Nível Superior: no valor de R$ 280,00 (Duzentos e oitenta reais), não podendo ultrapassar 15 (quinze) diárias mensais;

- Servidores, Comissionados e Colaboradores de Nível Técnico: no valor de até R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), não podendo ultrapassar 15 (quinze) diárias mensais;

c) Diária para viagens internacionais: será o valor da diária da alínea "a", acrescido de até 80% (oitenta por cento), hipótese em que o valor da diária será convertido em moeda corrente de aceitação no país para onde será realizada a viagem;

§ 1º. O limite temporal estabelecido no caput deste artigo não se aplica aos servidores da autarquia a ser analisado e autorizado pela autoridade competente de acordo com a necessidade do serviço.

§ 2º. Os condicionantes da eventualidade e transitoriedade no afastamento, com relação aos conselheiros, aplicam-se nos seguintes casos:

a) Participação em reuniões do Plenário e da Diretoria;

b) Participação em reuniões da Assembleia de Presidentes;

c) Participação em reuniões, eventos, congressos e atividades diversas, com designação por Portaria;

d) Participação em cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com autorização por Portaria;

e) Realização de atividades inerentes ao cargo de diretor, na conformidade do Regimento Interno da Autarquia;

f) Participação em Câmaras Técnicas;

§ 3º. Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de diárias, em deslocamentos a serviço no mesmo mês, desde que demonstrada inequívoca e imprescindível a sua permanência em deslocamento a serviço ou representação da autarquia corporativa, e a despesa seja autorizada pela Diretoria do COREN/SE.

§ 4º. Na hipótese de deslocamentos para fora do País, o valor da diária será pago em dólar norte-americano, ou, por solicitação do servidor, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros.

Art. 13. Nos casos de afastamento da sede do serviço para acompanhar, na qualidade de assessor ou diretor da autarquia, o servidor fará jus a diárias no mesmo valor atribuído à autoridade acompanhada, desde que expresso em portaria e autorizado pela Autoridade Competente.

Art. 14. Os valores fixados nesta Decisão poderão ser majorados pelo Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe uma única vez no ano, devendo ser utilizada como base de cálculo os índices do INPC acumulado no período, ou outro índice que lhe sobrevenha em substituição, em observância com as disposições do Conselho Federal.

CAPÍTULO IV

DOS JETONS

Art.15. Jeton é a verba de natureza indenizatória, transitória, circunstancial, não possuindo caráter remuneratório e que tem como objetivo exclusivo retribuir pecuniariamente os conselheiros efetivos e suplentes pelo comparecimento às sessões plenárias ou reuniões de diretoria do COREN/SE;

§1º. O valor máximo a ser pago a título de comparecimento em cada reunião plenária ou de Diretoria será de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), ficando cada conselheiro limitado ao pagamento de, no máximo, 04 (quatro) reuniões mensais;

§2º. O jeton a ser pago para o conselheiro presidente será acrescido do percentual de 30% (trinta por cento).

§3º. O jeton pago aos membros da Diretoria Executiva não contemplados no parágrafo anterior será acrescido do percentual de 20% (vinte por cento).

CAPÍTULO V

DO AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

Art. 16. O auxílio representação consiste em verba de natureza indenizatória referente aos gastos relativos a deslocamento e alimentação ocorridos com a prática de atividades político-representativas, de gerenciamento superior e outras atividades correlatas;

§ 1º As atividades político-representativas consistem no comparecimento ou participação em reuniões, eventos oficiais, seminários, conferências, jornadas, oficinas e congressos.

§ 2º As atividades de gerenciamento superior consistem no desempenho de atribuições legais e regimentais próprias dos membros da Diretoria do Conselho.

§ 3º Por atividades correlatas compreendem-se as fiscalizações, sindicâncias, inspeções, grupos de trabalho, instrução de processo ético, comissões, capacitações e palestras.

Parágrafo Único - Para os fins de que trata esta Decisão, o profissional de enfermagem deverá estar legalmente habilitado, em situação regular no Conselho de Enfermagem a que está inscrito e em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional, nos termos da legislação vigente.

Art. 17. O auxílio representação deverá ser requerido por meio de formulário próprio acompanhado do ato de convocação, designação ou nomeação da autoridade competente.

§ 1º O beneficiário do auxílio representação deverá apresentar, no prazo preclusivo de até 30 (trinta) dias contados da data de realização da atividade, o relatório das ações empreendidas, acompanhada do certificado de participação ou de outros documentos comprobatórios do cumprimento da atividade representativa.

§ 2º É vedado o pagamento do auxílio representação na pendência de apresentação do relatório descrito no parágrafo anterior.

§ 3º O pedido de auxílio representação cabe exclusivamente ao requerente/beneficiário designado pela autoridade competente à apresentação dos documentos que necessários a sua concessão, vedada à transferência de tais obrigações a terceiros.

§ 4º Ocorrendo inconformidades no pedido, o servidor competente do Conselho Regional Enfermagem de Sergipe comunicará imediatamente ao interessado, mantendo a solicitação sobrestada até que o beneficiário cumpra o que lhe é por dever.

Art. 18. O valor unitário de referência do auxílio representação no âmbito do COREN/SE é de R$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atividade político-representativa e/ou de gerenciamento superior, ficando o seu pagamento limitado ao valor correspondente a até 15 (quinze) auxílios representação por mês.

§ 1º O pagamento do auxílio representação de que trata o caput deste artigo será efetuado na seguinte proporção, observando-se as características peculiares do beneficiário na estrutura do Conselho de Enfermagem:

I - Conselheiros, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência;

II - Membros da diretoria, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência acrescido de 20% (vinte por cento), sobre aquele;

III - Presidente, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência, acrescido de 30% (trinta por cento) sobre aquele;

IV - Colaboradores, 80% (oitenta por cento) do valor unitário de referência.

§ 2º A concessão do auxílio representação em quantidade superior à definida no caput deste artigo, assim como para atividades que ocorram em dias de sábados, domingos e feriados ficará condicionada à apresentação de justificativa consubstanciada pelo requerente e seu deferimento motivado pela autoridade competente.

Art. 19. É vedado o pagamento do auxílio representação cumulativamente com a diária.

Art. 20. As despesas extraordinárias de pequeno valor, não relacionadas com locomoção urbana, alimentação e pousada, excepcionalmente ocorridas no desempenho das atividades descritas nesta Resolução, poderão ser ressarcidas por decisão da Diretoria do Conselho de Enfermagem, desde que o pedido seja instruído por meio documental idôneo, permitido em lei.

Parágrafo único - Considera se despesa extraordinária de pequeno valor aquela que não exceda o montante equivalente a 03 (três) auxílios representação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Para efetivar-se o disposto nesta Decisão, fica condicionado à respectiva previsão orçamentária do COREN/SE e a existência de disponibilidade financeira.

Art. 22. É defeso a aplicação desta resolução aos empregados quando do exercício da atividade fiscalizatória tendo em vista que os mesmos recebem salário para a realização de seu mister, sendo os seus gastos com alimentação e pernoite regulamentados pela Decisão COREN/SE nº 43/2016.

Art. 23. Os valores fixados nesta Decisão poderão ser atualizados uma vez ao ano, aplicando-se o índice do INPC-IBGE acumulado no período ou outro índice que lhe sobrevenha em substituição, desde que o COFEN anteriormente atualize seus valores.

Art. 24. Esta Decisão entra em vigor após a sua homologação pelo plenário do Conselho Federal de Enfermagem, e sua ulterior publicação, revogada a Decisão Coren-SE nº 04/2017.

DIEGO RAFAEL DA SILVA BORGES
Presidente do Conselho

CLARICE FONSECA MANDARINO
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO AMAZONAS

DECISÃO Nº 74, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 1/2021 - Plenária - 21/01/2021 das 18:00 as 23:30
Decisão: 74/2021
Referência: 2619314/2021

A Plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunida em 21 de janeiro de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do conselheiro Marcelo De Almeida Conceição, objeto de solicitação de memorando , Art. 87. A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do Crea que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas. Art. 88. A Diretoria é constituída pelo presidente e por conselheiros regionais, exercendo as seguintes funções, respectivamente: I - presidente; II - vice-presidente; III - diretor-administrativo; IV - diretor-financeiro; V - tesoureiro; VI - secretário; VII - secretário adjunto. Art. 89. É vedado a membro da Diretoria pertencer à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Art. 90. É vedado a membro da Diretoria exercer a função de coordenador de câmara especializada. Art. 91. A Diretoria é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano. Art. 92. Os membros da Diretoria são eleitos individualmente, em votação aberta, pelo plenário, sendo permitida uma única recondução. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Câmara Especializada, DECIDIU por maioria, pela APROVAÇÃO e ELEIÇÃO dos seguintes membros da DIRETORIA DO CREA-AM: Vice-Presidente: Eng. Pesca Daniel Pinto Borges; Diretora Administrativa: Eng Prod. Eletric. Romina Alves dos Santos; Diretor Financeiro: Eng. Agron. Audinei Lima Leite; Tesoureiro: Eng. Civ. Dinilson Bandeira Robert; Secretária: Eng. Amb./Seg.Trab. Janeth Fernandes da Silva e Secretário Adjunto: Eng. Eletric./Seg. Trab. Jose Augusto Bezerra de Abreu. Decisão proferida na Sessão Ordinaria de Plenário n. 538ª. Coordenou a reunião o senhor Afonso Luiz Costa Lins Junior. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Claudecir Malveira De Souza, Daniel Pinto Borges, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Joao Batista Ramos, Joao Claudio Ferreira Soares, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Kelly Ambrosio Neto, Luis Antonio De Araujo Pinto, Marcelo De Almeida Conceição, Oziel Oliveira Mineiro, Patrick Hozannah De Albuquerque, Raissa Farah Da Costa (suplente), Romina Alves Dos Santos, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Se abstiveram do voto os senhores Conselheiros: Jose Augusto Bezerra De Abreu.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Coordenador da Reunião

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO CREMEB Nº 370, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera o artigo 1º da Resolução CREMEB 364/2020, publicada no D.O.U. de 31 de março de 2020, Seção 1, p. 86.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA - CREMEB, no uso das atribuições conferidas pela Lei n° 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n° 44.045, de 19 de julho de 1958, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei nº. 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2004, que inclui a alínea "l" ao artigo 5º da Lei nº. 3.268, de 30 de setembro de 1957;

CONSIDERANDO o quanto disposto na Resolução CFM nº 2.175/2017, que em seu art. 8º estabelece que os Conselhos Regionais de Medicina, por resolução própria, deverão estipular o valor da diária, os valores e quantidades do jeton e auxílio de representação, conforme sua disponibilidade orçamentária e financeira, instituindo-se o devido mecanismo de controle.

CONSIDERANDO a decisão de Reunião de Diretoria realizada no dia 23 de outubro de 2020.

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas da União, exarada em 10 de dezembro de 2019, que estendeu para todos os conselhos de fiscalização profissional os efeitos suspensivos dos itens 9.1, 9.4 e 9.7 do Acórdão 1.925/2019-TCU-Plenário.

CONSIDERANDO, ainda, decisão do Plenário em Sessão realizada no dia 17 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 1º da Resolução Cremeb nº 364/2020 que passa a ter a seguinte redação: Os valores pagos a Conselheiros efetivos e suplentes do CREMEB, Delegados Regionais, Representantes, Consultores, Assessores, Servidores ou convidados do CREMEB a título de indenização serão: I - Diárias nacionais: R$640,00 (seiscentos e quarenta reais); II - Jeton: R$600,00 (seiscentos reais) e III - Auxílio Representação Conselheiros, Delegados Regionais e Representantes de Delegacias Regionais: R$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo retroagir seus efeitos ao dia 01.12.2020 e será publicada no Diário Oficial da União.

TERESA CRISTINA SANTOS MALTEZ.
Conselheira Presidente

RAIMUNDO TEIXEIRA DA COSTA.
Tesoureiro

